UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL)

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SALAS VERDES NO ESTADO DE SÃO PAULO

FERNANDA NOGUEIRA LOPES

Setembro - 2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**
**(Linha de pesquisa: Educação Ambiental)**

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SALAS VERDES NO ESTADO DE SÃO PAULO

**FERNANDA NOGUEIRA LOPES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Bernadete S.S. Carvalho

**Rio Claro -SP**
**Setembro - 2021**

L864e

Lopes, Fernanda Nogueira
Educação ambiental em Salas Verdes no estado de São Paulo / Fernanda Nogueira Lopes. -- Rio Claro, 2021
210 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Maria Bernadete Sarti Silva Carvalho

1. Educação ambiental. 2. Educação. 3. Políticas Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**Câmpus de Rio Claro**

## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SALAS VERDES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**AUTORA: FERNANDA NOGUEIRA LOPES**
**ORIENTADORA: MARIA BERNADETE SARTI DA SILVA CARVALHO**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARIA BERNADETE SARTI DA SILVA CARVALHO (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Prof. Dr. LUIZ CARLOS SANTANA (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. ANELIZE QUEIROZ AMARAL (Participaçao Virtual)
UTFPR / Universidade Tecnológica Federal do Paraná / PR

Rio Claro, 28 de maio de 2021

Título alterado para:
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SALAS VERDES NO ESTADO DE SÃO PAULO

**Agradecimento**

Agradeço imensamente à minha orientadora pela parceria, amizade, orientação e ajudas, que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Obrigada Maria Bernadete S. S. Carvalho.

Agradeço também à professora Rosa Maria Feiteiro Cavalari. Quero que saiba que sua presença no Programa de Pós da Educação foi uma das motivações para que eu buscasse a pós-graduação. Agradeço pelas aulas e por todos os momentos compartilhados.

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que considero minhas amigas, dentre elas estão: Arisca, Day, Laura, Lisi, minhas parceiras do Programa e da vida (Saudades Aracaju), todos meus parceiros de República (Aqui é trabalho, Rep Our), meu parceiro especial Dida, minha mãe e meu pai Jorge e Eli, que sempre me apoiaram. Imensa felicidade em ter todos na minha vida.

Agradeço excepcionalmente aos profissionais da saúde do meu país que estão lutando e trabalhando duro na linha de frente da batalha contra a pandemia de Covid-19 que enfrentamos atualmente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

O Projeto Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) surgiu em 2002 como uma ação que visa atender à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O Projeto tem o objetivo de implementar Centros de Informação e Formação ambiental. Esse estudo apresenta uma análise do Projeto Salas Verdes e sua implementação no estado de São Paulo como uma ação voltada para atender à PNEA, a partir de quatro Salas com instituições gestoras diferentes entre si, e busca também contribuir com dados qualitativos que poderão auxiliar para a avaliação da efetividade do Projeto Salas Verdes no Brasil. Para tanto, inicialmente, elaboramos um mapeamento da distribuição geográfica e da abrangência das Salas Verdes no estado de São Paulo implantadas até 2018, considerando as diferentes instituições gestoras das mesmas. Em seguida realizamos a análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) apresentados ao MMA de quatro Salas, cujas instituições gestoras são: ONG, empresa privada, Universidade e prefeitura municipal, buscando identificar as macrotendências político-pedagógicas de Educação Ambiental abordadas por Layrargues e Lima (2014) presentes em cada um dos projetos e as ações propostas. Por último, realizamos entrevistas com a equipe de cada Sala Verde, assim como visitas para observação *in loco* das atividades desenvolvidas, para que pudéssemos conhecer e entender como se desenvolve o trabalho de EA nas Salas. As análises foram norteadas por 4 categorias aglutinadoras dos objetivos e princípios da PNEA, visando entender quais aspectos foram privilegiados e quais foram negligenciados na implementação de cada Sala Verde. Nos resultados, quanto à distribuição geográfica, identificamos baixa presença de Salas em algumas regiões do estado de SP, o que demonstra a necessidade de maior divulgação do Projeto e incentivo às candidaturas. Quando ao atendimento aos objetivos do Projeto Salas Verdes idealizado pelo MMA, os resultados apontam que o Projeto apresenta algumas fragilidades, indicando a necessidade de reformulações, como, por exemplo, a falta de critérios para aprovação dos PPPs e de verbas para apoiar as Salas; falta de apoio técnico e pedagógico e de oferecimento de processos formativos para as equipes das Salas. Os resultados demonstram também que as Salas estudadas na presente pesquisa apresentam lacunas no atendimento aos princípios e objetivos da PNEA, como por exemplo no âmbito de integração da EA com a ciência e a tecnologia e com uma concepção do meio ambiente em sua totalidade, uma compreensão integrada do meio natural, o socioeconômico e o cultural. Com relação às macrotendências político-pedagógicas de Educação Ambiental, constatamos, nas Salas em que foi possível identificá-las, a predominância da macrotendência Pragmática para a Sala de Rio Claro e a macrotendência Crítica para a Sala de Tupã. Por fim, entendemos que o Projeto Salas Verdes é relevante e, uma vez que sejam feitas adequações por parte do MMA, tem potencial para propagar conhecimentos e ações de EA na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória que defendemos.



**Palavras chave:** Políticas Públicas, Educação Ambiental, Educação Ambiental não formal, Projeto Político Pedagógico.

# ABSTRACT

The Green Rooms Project of the Ministry of the Environment (EM) emerged in 2002 as an action that aims to meet the National Environmental Education Policy (NEEP). The Project aims to implement Environmental Information and Training Centers. This study presents an analysis of the Green Rooms Project and its implementation in the state of São Paulo (SP) as an action aimed at meeting the NEEP, based on four rooms with different management institutions, and also seeks to contribute with qualitative data that can help with the evaluation of the effectiveness of the Green Rooms Project in Brazil. To do so, we initially drew up a mapping of the geographic distribution and scope of the Green Rooms in the state of São Paulo, implemented until 2018, considering the different institutions that manage them. Then, we analyzed the Pedagogical Political Projects (PPPs) presented to the Ministry of the Environment from four rooms, whose managing institutions are: NGO, private company, University and city hall, seeking to identify the macro-political-pedagogical trends in Environmental Education (EE) addressed by Layrargues and Lima (2014) present in each of the projects and the proposed actions. Finally, we conducted interviews with the staff of each Sala Verde, as well as visits for on-site observation of the activities carried out, so that we could get to know and understand how the EE is developed in the Rooms. The analyzes were guided by 4 categories that bring together the objectives and principles of the NEEP, aiming to understand which aspects were privileged and which were neglected in the implementation of each Green Room. In the results, regarding geographic distribution, we identified a low presence of Rooms in some regions of the state of SP, which demonstrates the need for greater dissemination of the Project and encouragement of applications. When meeting the objectives of the Green Rooms Project conceived by the EM, the results show that the Project has some weaknesses, indicating the need for reformulations, such as, for example, the lack of criteria for approval of PPPs and funds to support the Rooms; lack of technical and pedagogical support and lack of training processes for the teams in the Rooms. The results also demonstrate that the rooms studied in this research have gaps in meeting the principles and objectives of the NEEP, such as in the context of integration of EE with science and technology and with a conception of the environment in its entirety, an understanding integrated natural, socioeconomic and cultural environment. Regarding the political-pedagogical macro-trends in EE, we found, in the rooms where it was possible to identify them, the predominance of the Pragmatic macro-trend for the Rio Claro Room and the Critical macro-trend for the Tupã Room. Finally, we understand that the Green Rooms Project is relevant and, once adjustments are made by the EM, it has the potential to spread knowledge and actions of EE in the critical, transformative and emancipatory perspective that we defend.



**Keywords:** Public Policies, Environmental Education, Non- formal Environmental Education, Political Pedagogical Project.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ministério do Meio Ambiente – MMA;
São Paulo – SP;
Projeto Político Pedagógico – PPP;
Política Pública – PP;
Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos naturais – IBAMA;
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
Educação Ambiental – EA;
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP;
Fundo Monetário Internacional – FMI;
Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA;
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO;
Organização das Nações Unidas – ONU;
Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA;
Unidades de Conservação – UC;
Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA;
Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA;
Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA;
Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - DEA/MMA;
Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
Grupo de Discussão de Pesquisas – GDP;
Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA;
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB;
Programa Município Verde Azul – PMVA;
Organização Não Governamental – ONG;
Coordenação Geral de Educação Ambiental - COEA/MEC;
Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista – REAP;
Órgão Estadual de Meio Ambiente – OEMA;
Centro de Informação e Documentação – CID Ambiental;
Programa Agentes Ambientais – PROAMB;
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

**SUMÁRIO (configurar)**

**INTRODUÇÃO.....5**
**1 SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....17**
**1.1 A Educação não formal como espaço para a EA.....26**
**2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO, AVALIAÇÃO E ESPECIFICIDADES.....30**
**2.1 Avaliação de políticas públicas.....35**
**2.2 Políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil.....38**
**2.3 A Educação Ambiental no estado de São Paulo.....41**
**3 O PROJETO SALAS VERDES COMO PARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....46**
**4 PERCURSO METODOLÓGICO.....58**
**5 RESULTADOS.....67**
**5.2 Os espaços de funcionamento das Salas Verdes.....77**
**5.2.1 Descrição do espaço da Sala Verde Rio Claro.....77**
**5.2.2 Descrição do espaço da Sala Verde Tupã.....79**
**5.2.3 Descrição do espaço da Sala Verde de São Caetano do Sul.....84**
**5.3 Os Projetos Político Pedagógicos.....87**
**5.3.1 Análise do PPP da Sala Verde Rio Claro.....87**
**5.3.2 Análise PPP Sala Verde Tupã.....104**
**5.3.3 Análise do PPP Sala Verde Campinas.....125**
**5.3.4 O caso da Sala Verde São Caetano do Sul.....128**
**5.4 Atividades acompanhadas nas Salas Verdes.....129**
**5.4.1 As atividades da Sala Verde Rio Claro.....130**
**5.4.2 As atividades Sala Verde Tupã.....139**
**5.4.3 A atividade Sala Verde São Caetano do Sul.....146**
**5.5 Entrevistas realizadas nas Salas Verdes.....149**
**5.5.1 Entrevistas Sala Verde Rio Claro.....149**
**5.5.2 Entrevistas Sala Verde Tupã.....167**
**5.5.3 Entrevista Sala Verde Campinas.....175**
**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**Erro! Indicador não definido.
**REFERÊNCIAS.....194**
APÊNDICE A.....**204**
ANEXO 1**.....206**
ANEXO 2.....**207**

## INTRODUÇÃO

*“Para a ganância, toda a natureza é insuficiente”.*

*Sêneca*

O filósofo estoico Sêneca (4 a.C. - 65) nos alerta acerca da ganância na relação humana com a natureza. No contexto atual de vida no planeta, com a vasta degradação ambiental e o avanço da desigualdade social, pode-se afirmar que estamos imersos em uma crise socioambiental e as evidências da mesma têm sido identificadas e analisadas ao longo do último século e demonstram que há um risco iminente de colapso ambiental (LEFF, 2001). A busca incessante pelo lucro já demonstra efeitos negativos na natureza, que não sobreviverá por muito tempo se os mecanismos de sustentação de tal ganância exploratória dos seres humanos para com a mesma continuarem nesse rumo.

Ou seja, a degradação dos bens naturais surgiu a partir da expansão da economia e de sua globalização sendo que, o processo econômico vigente possui sua base em fundamentos voltados ao lucro, à exploração da natureza e ao acúmulo de capital, sendo estes incompatíveis com a ideia de sustentabilidade que utiliza o conceito como base para criação e promoção de mudanças econômicas, políticas, ambientais e culturais para enfrentar a crise ambiental (LIMA, 2009).

Estamos, portanto, diante de uma crise civilizatória que tem profunda relação com o capitalismo, e que se apresenta como consequência da racionalidade estritamente econômica e tecnológica do sistema. Segundo Leff (2005) tal crise: “questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que o sustentam” (LEFF, 2005, p.56).

O contexto mundial atual apresenta grande complexidade pois nele se estabelece uma nova “ordem geofísica” da vida e da cultura, uma hibridização do mundo e “a tecnologização da vida e a economização da natureza” (LEFF, 2001, p. 9). Isto se dá por meio da concorrência de diferentes processos na sociedade, como os físicos e biológicos e também os simbólicos, caracterizados pela influência dos seres humanos (por meio da ciência, economia, tecnologia e também da cultura). Desta forma, o surgimento de novos valores, que emergem a partir da constatação dos problemas socioambientais, traz consigo a reflexão acerca da construção do

mundo, das relações sociais e das relações dos seres humanos com a natureza (LEFF, 2001). Vivemos, desde o fim do século XX, um tempo que, como afirma Leff (2001), é:

> Ponto de inflexão da história que induz a uma reflexão sobre o mundo atual, do qual emergem as luzes e sombras de um novo saber. De um saber atravessado por estratégias de poder em torno da reapropriação (filosófica, epistemológica, econômica, tecnológica e cultural) da natureza (LEFF, 2001, p. 10).

Segundo Leff (2001), são três os pontos principais de renovação necessários para se caracterizar a chamada crise socioambiental, o primeiro ponto se apresenta como sendo o reconhecimento dos limites do crescimento e a necessidade da construção de um novo modelo de produção, mais sustentável. O segundo refere-se à fragmentação do conhecimento e a "emergência da teoria de sistemas e do pensamento da complexidade" (LEFF, 2001, p. 236) como resposta a um projeto epistemológico positivista, gerando uma reflexão sobre os fundamentos do saber. E por fim, o terceiro ponto concerne ao questionamento acerca da concentração de poder do mercado e do Estado e além disso, a reinvindicação por parte da sociedade, por democracia, equidade, justiça, participação e autonomia (LEFF, 2001).

A partir destes pontos, a crise socioambiental colocada gerou novas demandas para os movimentos sociais voltados para as temáticas ambientais (movimento ambientalista), que se voltaram para uma reivindicação da necessidade de incorporação da dimensão do "ambiental" na lógica econômica, cientifica, tecnológica e educativa. Com a dimensão do "ambiental" fazendo parte do campo metodológico e epistemológico começa o questionamento aos paradigmas do conhecimento e, com isso, tal questionamento sustenta a reinvindicação de uma reorientação do tão valorizado progresso cientifico e tecnológico para um paradigma interdisciplinar e para uma gestão social mais sustentável ambientalmente (LEFF, 2005; PORTO-GONÇALVEZ, 1989; CARVALHO, 2004).

O paradigma interdisciplinar[1] se mostra essencial para a superação da perspectiva fragmentada que não é capaz de representar a complexidade da realidade social e de propor soluções para as problemáticas socioambientais postas. Assim, a questão socioambiental no campo do progresso cientifico e tecnológico e a interdisciplinaridade no campo do conhecimento se estabeleceram como temáticas e reinvindicações da modernidade, e apresentando-se como resposta à crise civilizatória posta pela racionalidade econômica (LEFF, 2005).

Sobre a interdisciplinaridade ambiental, Leff (2005) nos apresenta que:

> A interdisciplinaridade ambiental não se refere pois à articulação das ciências existentes, à colaboração de especialistas em diferentes disciplinas e à integração de recortes seletos da realidade, para o estudo dos sistemas socioambientais. Trata-se de um processo de reconstrução social através de uma transformação ambiental do conhecimento (LEFF, 2005, p. 230).

A partir da problematização dos paradigmas vigentes, começa a se estabelecer o chamado “saber ambiental” (LEFF, 2005, p. 9) e a “racionalidade ambiental” (LEFF, 2001, p. 250). Segundo Leff o saber ambiental é o:

> Saber sobre um ambiente que não é a realidade visível da poluição, mas o conceito da complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem. Ponto de inflexão da história que induz uma reflexão sobre o mundo atual, do qual emergem as luzes e sombras de um novo saber. De um saber atravessado por estratégias de poder em tomo da reapropriação (filosófica, epistemológica, econômica, tecnológica e cultural) da natureza (LEFF, 2001, p. 10)

Importante pontuar que o saber ambiental é crítico e complexo, e se constitui num diálogo dos saberes, com um intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos. Por sua vez, a racionalidade ambiental inaugura uma nova ética, se fundando em novos valores culturais e novos potenciais produtivos e traz consigo o pensamento da

---

[1] “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p.74). in: JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

complexidade como um questionamento às ciências, que necessita incorporar o saber ambiental emergente. Leff (2001), aponta que:

> [...] na racionalidade ambiental o todo seja mais do que os processos que a constituem, gerando um processo produtivo sustentável, aberto à diversidade cultural e à diversificação das formas de desenvolvimento (LEFF, 2001, p.40).

Ou seja, ela vai contra a racionalidade econômica vigente, problematizando o avanço das ciências e a visão mecanicista da mesma. Tais conceitos nascem da reflexão e do questionamento acerca de toda a construção social do mundo.

A partir disso, constatamos que a crise ambiental é uma crise do pensamento ocidental, a crise da racionalidade científica instrumental da modernidade com sua característica fragmentação e que busca o controle da natureza, relacionando-se com ela a partir de uma visão de superioridade. A problemática socioambiental e todas as suas questões relacionam-se intimamente com a problematização da ontologia e epistemologia de que a sociedade ocidental se utilizou para compreender e descrever o mundo. Leff conclui que: “Por isso, a crise ambiental é principalmente um problema do conhecimento” (LEFF, 2005, p. 416).

Outros autores também apresentam conceituações sobre a denominada crise socioambiental. Marques (2015), por exemplo, nos apresenta o histórico da ilusão antropocêntrica, demonstrando que a ideia que sustenta o antropoceno (conceito utilizado por alguns cientistas para nominar a era geológica mais recente) emergiu há mais de dois séculos, a ideia de que a ação do homem é que molda o planeta Terra com mais vigor do que as forças não antrópicas. O autor utiliza o conceito de antropocentrismo a partir do interesse de “analisá-lo como uma presunção de superioridade e de uma finalidade última, capaz de relegar os demais a posições subordinadas, periféricas e instrumentais” (MARQUES, 2015, p. 604).

A ilusão antropocêntrica da qual fala o autor, se sustenta no pensamento de que a biosfera está a serviço do ser humano e de que a espécie humana é singularmente capaz de controlar a natureza. Ao mesmo tempo que a escala das atividades humanas, como demonstra Marques (2015), chegou a um ponto capaz de causar consequências catastróficas em todos os âmbitos da natureza. No entanto, esta situação não é prontamente aceita por toda a sociedade pois há os que ainda se agarram à ideia de que o crescimento econômico sem limites é necessário e que tal

crescimento é a condição de segurança de si mesmo, ou seja, a ilusão antropocêntrica, mesmo com efeitos negativos notados e experienciados pelo mundo todo, como a perda de espécies em todos os habitats, acúmulo de lixo e esgoto, resistência a antibióticos e aos agrotóxicos utilizados na agricultura, as partículas de polímeros que se acumulam na cadeia alimentar chegando até o ser humano, o declínio da fertilidade masculina pela exposição ao bisfenol-A (BPA), entre outros - persiste pois se baseia na crença de que basta o avanço da tecnologia e da ciência para solucionar as problemáticas e desafios ambientais que surgem. Marques apresenta, por fim, que:

> O que transparece aos poucos nos efeitos de retorno negativos acima evocados é, em síntese, que a potencialização incontida de energia, produção e consumo que caracteriza em essência a razão tecnocientífica entronizada pelo capitalismo não suprime e nem mesmo diminui as adversidades da natureza que o capitalismo apregoa ser capaz de combater – a escassez, os rigores climáticos, de doença e de agressividade humana (MARQUES, 2015, p. 645).

O modelo de desenvolvimento global está causando e agravando a crise socioambiental. Já citamos que com a preocupação acerca das questões ambientais surgiram os movimentos ecológicos e ambientais, nesse processo destacam-se alguns fatos históricos, que marcaram o início da consolidação do chamado ambientalismo.

A década de 1960 deixou uma vasta contribuição para o despertar ambiental e estreia uma sensibilização da necessidade de reflexão sobre as ações da sociedade para com a natureza. Ressalta-se nesse período a publicação, em 1962, do emblemático livro da bióloga Rachel Carson, intitulado de “Primavera Silenciosa”. A obra foi uma importante publicação para a introdução da temática ambiental no mundo, por denunciar as consequências ruins do uso intensivo de pesticidas (DDT) na agricultura, particularmente em aves. O livro de Carson inspirou movimentos ambientalistas e a criação da agência de proteção ambiental nos EUA.

Os autores Estevam, Pestana e Leal (2008) apontam outros três momentos de destaque para a consolidação do ambientalismo: a) a proibição em 1962 de testes nucleares, por meio de um acordo entre EUA, Grã-Bretanha e União Soviética; b) a criação, pelo senador e ativista ambiental Gaylord Nelson, do Dia da Terra, em abril

de 1970, movimento que teve participação de Universidades, comunidades e escolas primárias e secundárias; c) Conferência das Nações Unidas em Estocolmo no ano de 1972, onde participaram 113 países, e foi um dos marcos iniciais das discussões em Educação Ambiental (EA).

No Brasil, o movimento ecológico surge na década de 1970, no contexto da ditadura militar, onde a burguesia do país se aliou à burguesia internacional, com apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A FIESP propõe o esquecimento de um nacionalismo que considera as questões sociais, e incentiva uma abertura para o capital proveniente de outros países, com o argumento de que isso traria real desenvolvimento ao país, e com isso incentivou indústrias com grande potencial poluente que estavam encontrando dificuldades e restrições em seus países, a se instalarem no Brasil (PORTO-GONÇALVES, 1989).

Por um lado, o capital internacional via Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, nos anos 1970, promove o maior desenvolvimento industrial até então visto no Brasil. E a elite agrária, sem preocupações com a natureza ou com o restante da população, propagou a cultura do desmatamento em seus latifúndios com o desejo de aumentar a produção, demonstrando o descaso do avanço do capitalismo, principalmente na zona rural, com a conservação dos bens naturais (PORTO-GONÇALVES, 1989). Por outro lado, em outros países, como os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra, cresce a preocupação ambiental a partir dos movimentos que criticam aspectos da sociedade capitalista (movimento feminista, movimento negro, movimento operário e movimento ecológico, entre outros), provocando as instituições financeiras públicas e privadas de todo o mundo a aderirem a tais preocupações socioambientais.

Os mesmos movimentos chegam ao Brasil e pressionam os setores produtivos a adotarem práticas ecológicas e mais sustentáveis. Além disso, o retorno de exilados políticos da ditadura militar na década de 1970, também promoveu o fortalecimento do movimento ecológico brasileiro, pois eles trazem consigo as experiências de participação em movimentos ambientalistas europeus (PORTO-GONÇALVES, 1989; CARVALHO, 2001).

Como consequência, desenvolve-se uma nova discussão no campo dos valores e ações sociais, impulsionando a produção de conhecimento no campo específico de estudo que envolve as questões socioambientais, considerando que as

problemáticas não são somente ambientais, somando-se a elas problemas de cunho social, econômico e cultural (LOUREIRO, 2003; ACSELRAD, 1992; LAYRARGUES, 2002).

Os debates travados em diversos eventos e conferências ao redor do mundo revelaram que a preocupação com a problemática socioambiental era urgente, trazendo-a para a sociedade civil, o que influenciou diretamente no desenvolvimento da EA. Tais discussões também foram marcos históricos para o campo da pesquisa da temática socioambiental (CARVALHO, 2001).

Ressaltamos que mesmo com as emergentes discussões que ocorrem até o momento atual em eventos e conferências como também fora deles, diversos problemas causados ao ambiente podem ser mencionados. Crimes ambientais como a contaminação radiológica por Césio 137 em 1987 na cidade de Goiânia, o rompimento da barragem de mais de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério em Mariana (MG), associada a empresa Samarco da Vale S.A e BHP Billiton, em 2015, que causou mortes, desaparecimentos de pessoas e animais, afetou a fonte de renda de populações ribeirinhas e impactou os ecossistemas locais contaminando água e destruindo matas ciliares e florestas (LOPES, 2016). Assim como o rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, associada à mineradora Vale S.A., em Brumadinho (MG) no ano de 2019, que também causou diversos impactos negativos como o soterramento de 297 hectares de terras, onde 51% destas eram compostas por vegetação nativa, com a contaminação dos solos e água da região, além da deterioração da saúde física e mental das populações atingidas e desestabilização socioeconômica local (PEREIRA; CRUZ; GUIMARÃES, 2019).

Tais eventos citados evidenciam a relação conturbada e baseada na exploração que os seres humanos estabeleceram com a natureza e fica, portanto, evidente a necessidade de construção de uma nova perspectiva para nossa relação com o ambiente e a importância de percebermos a ingenuidade da crença de que soluções técnicas e tecnológicas darão conta das problemáticas, pois é uma questão política e necessita de posicionamento crítico e coletivo. Trazendo também a necessidade de uma ressignificação da ideia de progresso e desenvolvimento sem restrições ou limites, por meio de uma nova racionalidade que seja socioambiental.

Esta nova racionalidade se reflete no campo político e no da produção do conhecimento, com ênfase no campo da educação.

Após o surgimento do debate ambientalista e com a constituição e atuação dos movimentos ecológicos, a EA é apontada como uma possível estratégia de enfrentamento da crise socioambiental instaurada, sendo então um novo campo de conhecimento, que visa uma transformação na relação sociedade-natureza, para que a mesma seja mais sustentável, consciente e crítica (CARVALHO, 2004; LIMA, 2011; SORRENTINO, 2005).

Vale ressaltar que a EA não tem uma concepção única, e é um campo complexo e multifacetado, em que diversos interesses e visões de mundo podem estar envolvidos. A questão ambiental e a educação são, em suma, questões políticas e que podem se apresentar com intenções mais ou menos conservadoras e/ou emancipatórias (LIMA, 1999).

Quando se pensa em EA, muitas vezes, há associação com as palavras “mudança e transformação”, mas essa relação não necessariamente está presente em todas as visões e ações de EA existentes. Loureiro (2003) traz a reflexão de que podemos dividir em dois eixos os discursos da educação: um conservador, que tem relação com comportamentos, com mudança de posturas individuais sem necessariamente ter relação com reflexões profundas e questionamentos sobre o modelo de sociedade em que vivemos. E o eixo com discursos de uma educação transformadora e emancipatória voltada para mudanças não somente individuais, mas coletivas, locais e globais, estruturais, econômicas e políticas (LOUREIRO, 2003).

Dito isso, sabemos que no atual sistema de sociedade o modo de gestão e de apropriação dos bens ambientais podem alterar demasiadamente suas características e ocasionar diversos tipos de danos, e a EA, nesse sentido, se apresenta como um meio de gerar participação social nas decisões políticas e propor reflexões sobre a gestão social e das relações construídas com a natureza, em busca de fundar uma educação emancipadora por meio do diálogo e exercício pleno da cidadania. Além disso, é necessário considerar, dentro e fora do campo da EA, que a sociedade é desigual e nem todos partem do mesmo ponto para que se busque sempre a construção de uma sociedade mais igualitária e autônoma que elimine cada vez mais a coerção e os empecilhos para se atingir um desenvolvimento social que seja

realmente bom para todos (LAYRARGUES, 2002; LOUREIRO, 2008; OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, compreende-se que a EA, se mostra como um importante mecanismo para mediação de conflitos socioambientais e pode proporcionar a criação de propostas que auxiliem na construção de uma sustentabilidade democrática, que garanta espaços para discussão e decisão política com a participação de todos, que os ciclos da natureza e os ecossistemas sejam preservados e que todos possam ter dignidade de vida (LOUREIRO, 2008).

Vale lembrar que uma EA que queira ser crítica e emancipatória não pode ser baseada numa visão de conformação com a realidade vivida, e nem ser simplista visando apenas ações de cunho estritamente ambiental, ignorando a capacidade transformadora das mesmas. Segundo Loureiro (2008), deve haver real intenção de priorizar os interesses coletivos e uma clareza de objetivos nas relações entre o Estado e os grupos sociais envolvidos no desenvolvimento da EA, para que se alcance:

> 1) reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; 2) mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e 3) problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos (LOUREIRO, 2008, p. 243).

A construção de uma EA baseada no interesse coletivo da população em contextos escolares (formal) ou não escolar (não formal), só será possível a partir da justiça, bem como da clareza das decisões tomadas e da inclusão dos indivíduos sociais nas discussões. A inserção da EA nos espaços não deve se pautar apenas na sensibilização ambiental, mas, além disso, trabalhar com o senso crítico da população, criando situações e oportunidades para que os sujeitos tenham embasamento para criar e propor soluções para os problemas, sendo assim mais participativos nas tomadas de decisão pelo poder público (LOUREIRO, 2008).

Os processos educativos que devem ser priorizados são, portanto, aqueles que ensinam o poder de transformação dos cidadãos, os que têm compromisso com o diálogo por meio da participação social relacionando e considerando diferentes

interesses e saberes, os que visam uma relação com a natureza justa e responsável (LIMONT, 2009).

Diante do exposto, a expansão da valorização e do debate da EA atinge diversos campos da sociedade, inclusive subsidiando propostas de leis: as políticas públicas (PPs). As PPs nascem a partir das necessidades, urgências e interesses sociais, são criadas pelo poder público e pretendem solucionar ou amenizar os problemas sociais (ANDRADE; SORRENTINO, 2013; LYNN, 1980, DYE, 1984). Assim, se coloca a necessidade de fomentar a EA nas diversas esferas da vida em sociedade, e de incluir a temática ambiental por meio das PPs no processo educativo.

Com a criação das PPs ambientais e de EA, os estudos sobre elas tornam-se necessários e os mesmos, relacionam-se com a busca por entender que problemas são priorizados na formulação das PPs, quais conflitos busca-se solucionar com tais escolhas, os passos para o processo de efetivação de PPs, qual o envolvimento dos atores, e quais disputas de interesses se encontram nesse processo. Ressaltamos que para dar efetividade as PPs, que são leis, existem projetos, programas e ações, e são eles que colocam em prática o que as PPs estabelecem.

Nesse sentido, a elaboração de pesquisas científicas tem sido um caminho profícuo para produzir compreensões sobre como o Brasil propõe e desenvolve as PPs em EA, sendo, inclusive, material importante para a avaliação e acompanhamento, já que, esses trabalhos produzem e analisam dados da realidade. A seguir sintetizamos resultados de alguns trabalhos de pesquisa em EA que se voltaram para a temática das PPs de EA, visando contextualizar este trabalho dentre as pesquisas produzidas e compreender o que vem sendo produzido dentro desta temática.

Segundo a nossa busca, são poucas as pesquisas existentes com foco no Projeto Salas Verdes (projeto de EA criado pelo MMA que visa atender a PNEA), que completa 20 anos em 2020. Britto (2016) em seu trabalho, uma pesquisa bibliográfica e documental, se volta para a instalação de uma Sala Verde na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e busca entender se isso ampliou a capilaridade da EA no estado e/ou trouxe qualificação na participação da sociedade em discussões socioambientais.

Outro exemplo é o trabalho de Junior (2017) cujo foco foi voltado para os avanços e perspectivas do processo de instalação de uma Sala Verde em Volta

Redonda/RJ, sendo um trabalho descritivo sobre as atividades desenvolvidas no local e suas potencialidades, destacando a importância da Sala Verde em questão como um espaço socioambiental.

Vasconcelos *et al* (2016), em seu trabalho, aponta as Salas Verdes como estruturas educadoras, fazendo relação com o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA), discute o potencial do Projeto na formação de educadores (as) ambientais, assim como apresenta e problematiza acerca dos desafios impostos ao mesmo. Seus resultados apontam para a importância dos espaços das Salas Verdes como estratégicos para a democratização de informações socioambientais e como promotor do direito ao acesso à informação. Mas, ao mesmo tempo, afirmam que cabe aos gestores das Salas reconhecerem as mesmas como estruturas educadoras e também apoiam, no processo de tomada de decisão, elaboração e implementação de PPs, uma participação popular inclusiva (VASCONCELOS *et al*., 2016).

Por fim, Rocha e Machado (2020), olharam para a implementação do Projeto Salas Verdes em escolas municipais de Jaguarão (RS) como uma das finalidades de organização de um espaço para que a comunidade e as próprias escolas tenham acesso a informações, formações e materiais de EA. Os autores ressaltam então, a importância da criação de um espaço que possibilitou o desenvolvimento e coordenação das ações de EA, prestando apoio na questão pedagógica e prática. Sendo um local de múltiplas potencialidades. Mas, não deixam de apontar que é necessário que a visão de EA presente seja transformadora, dinâmica e “se constituir em uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como necessária.” (ROCHA; MACHADO, 2020, p.1).

No presente trabalho, buscamos contribuir com o campo da pesquisa em EA e com o campo da pesquisa em PPs. Para tanto analisamos o Projeto Salas Verdes do MMA como um projeto que visa dar efetividade à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) por meio da implantação de Centros de Informação e Formação Ambiental (ver item 3, p. 44), investigando sua implementação no estado de São Paulo (SP) a partir de quatro Salas, com instituições gestoras diferentes entre si.

Sob este prisma, a pesquisa foi orientada pelas seguintes questões:

1- Qual a abrangência do Projeto Salas Verdes no estado de SP e quais características elas apresentam? 2- Quais macrotendências[2] de EA estão presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das quatro Salas Verdes selecionadas para o estudo? 3- As ações desenvolvidas nas Salas Verdes investigadas estão articuladas com a proposta e objetivos do Projeto Salas Verdes pensado pelo MMA? 4- As Salas Verdes selecionadas no estado de São Paulo atendem aos objetivos da PNEA?

A partir desses questionamentos, a pesquisa se desenvolveu com os seguintes objetivos:

- Elaborar um mapeamento das Salas Verdes implantadas até 2018 no estado de SP, considerando os formatos de gestão, distribuição geográfica e abrangência;
- Analisar as macrotendências de EA presentes nos PPPs das quatro Salas Verdes selecionadas para este estudo.
- Analisar as ações que ocorrem nessas Salas Verdes;
- Investigar se tais Salas Verdes atendem aos objetivos do projeto proposto pelo MMA e às finalidades da PNEA.

Tendo tais preocupações como foco, o trabalho se estruturou a partir de uma introdução e de mais 5 capítulos, que trazem a fundamentação teórica necessária e os resultados do trabalho. No primeiro capítulo apresentamos o quadro teórico referente a EA e uma revisão teórica relativa a EA não formal, entendendo as Salas Verdes como espaços que se caracterizam por oferecer EA não formal; no segundo capítulo apresentamos fundamentos teóricos sobre as Políticas Públicas (PP) e a avaliação das mesmas, assim como a apresentação das PPs de EA no Brasil e no estado de SP, exemplificando-as. A apresentação detalhada do Projeto Salas Verdes e de seu histórico como parte das PNEA se encontra no capítulo três. No quarto capítulo apresentamos o percurso metodológico e os procedimentos da pesquisa. O quinto capítulo é dedicado às análises e discussões sobre os resultados obtidos em campo. Finalizamos trazendo as Considerações Finais que sintetizam o processo e os resultados da pesquisa, apresentando as conclusões que foram possíveis de se chegar.

[2] Este assunto será tratado na página 20.

## 1 SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A crise socioambiental global já anunciada há tempos na história contemporânea, denota o surgimento de reflexões acerca da relação da sociedade com a natureza, principalmente por conta do sistema econômico capitalista vigente, buscando-se uma alternativa às relações desiguais, e injustas entre os seres humanos e desses com o meio natural.

Observa-se que com a crescente urbanização, o iminente esgotamento de áreas férteis e florestas preservadas e os limites de utilização e renovação dos bens naturais, a possibilidade de uma vida social minimamente digna, com acesso à alimentação, saúde, educação, entre outros direitos, é fortemente afetada principalmente nos países considerados em desenvolvimento e para a parcela da população que mais necessita e que possui menos acesso aos serviços essenciais. Isso denota a urgência da criação de soluções para o fim da exclusão dessas pessoas e também a importância de uma EA que traga consigo a constituição de processos educativos que gerem o desenvolvimento de uma compreensão global da questão ambiental, com abrangência dos aspectos humanos, sociais, políticos e culturais que a cercam e constituem (FRACALANZA, 2008).

Para apresentar o histórico da EA, começamos a partir da década de 1960, momento em que surgem de maneira efetiva os debates acerca da crise socioambiental, pois, os efeitos da destruição ambiental são percebidos e analisados com mais ênfase nesta época (CARVALHO, 2001).

As discussões se iniciam com o movimento ambientalista preocupado com os efeitos da degradação ambiental, e são constantemente abordados em eventos e conferências mundiais. Alguns exemplos são, a Conferência das Nações Unidas (ONU) de 1972 em Estocolmo, a Conferência Internacional de Belgrado em 1975, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Antiga União Soviética em 1977, ambas organizadas pela UNESCO e as Conferências da ONU que ocorreram 1992 (ECO-92) no Rio de Janeiro, 1997 em Kyoto e 2002 em Johannesburgo (RIO+10).

O debate em torno da EA também se refletiu em outras iniciativas e na criação de diversos documentos. Na conferência de Tbilisi elaborou-se a Declaração da Conferência Intergovernamental sobre EA, neste documento foram definidos os

princípios e objetivos da EA no mundo, além das suas finalidades. Elas são colocadas como:

> Contribuir para a compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, a noção de valores, as atitudes, o interesse prático e as aptidões necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; propor novos padrões de conduta aos indivíduos, aos grupos sociais e à sociedade como um todo, em relação ao meio ambiente (SMA, 1994, p. 31).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criou um relatório, chamado de “Relatório Brundtland”, que discute maneiras de enfrentar os problemas ocasionados no/ao ambiente, ressalta os riscos da utilização dos recursos naturais sem consideração da capacidade suporte dos ecossistemas e propõe um “desenvolvimento sustentável”. O termo visa abordar conceitos e princípios a serem incluídos nos modelos desenvolvimentistas existentes (BRUNDTLAND, 1991).

Na ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, houve a elaboração de outro documento de título “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. O Tratado estabeleceu orientações para que os países seguissem e criou a Agenda 21, definida como um instrumento global de planejamento, direcionado a criação de normas e incentivos a mudanças globais, voltadas ao desenvolvimento (MALHEIROS, PHLIPPI JR, COUTINHO, 2008).

Por fim, acrescenta-se à lista dos marcos na história da EA a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), em 1989, que é uma autarquia federal e um dos Institutos encarregados da execução de projetos de EA em todo o Brasil que foi criado visando integrar a gestão ambiental no país.

Diante do exposto vale ressaltar que, conforme Reigota (2017) observa, principalmente nos anos de 1960 a 1980 nota-se que havia uma vinculação dos problemas encontrados no meio ambiente com a quantidade de pessoas no mundo, que consumiam demasiadamente dos bens naturais. Porém, críticas a esta ideia surgem e são baseadas na indispensabilidade de assumirmos que o problema tem relação com a necessidade de distribuição justa destes bens naturais e com a

produção em larga escala de itens inúteis à real qualidade de vida. Além disso, outro argumento muito utilizado no início das discussões sobre a EA era a de que ela teria relação apenas com a conservação de espécies, tendo proximidade com a ecologia, sendo então apenas focada nos aspectos biológicos. Hoje, com o avanço da discussão, pode-se afirmar que a EA não se trata apenas da conservação do meio e das espécies da fauna e da flora e sim, deve ser definida como uma educação política que busca mais equidade na sociedade, autogestão, ética e justiça (REIGOTA, 2017).

Basicamente, na década de 1990 os debates acerca da EA estavam muito pautados em uma ideia salvacionista, como nos demonstra Meyer (1991):

> Há, também, uma tendência em instrumentalizar essa educação, ou seja, o processo de transformação do atual modelo de desenvolvimento capitalista para um desenvolvimento sustentável se daria pela mudança de mentalidade, via educação (MEYER,1991 p. 1).

Não podemos nos apoiar nessa concepção de solução mágica da EA e da educação pois, o processo educativo é contínuo e precisa considerar o contexto amplo, habilitando os envolvidos a deterem uma visão crítica da realidade. Em contra ponto, consideramos que fora da dimensão educacional não é possível construir propostas, reflexões e/ou mudanças efetivas (LIMA, 1999; MEYER, 1991).

O campo da EA não é homogêneo e não possui uma concepção única e, assim como no campo educacional, apresenta diversas visões em disputa. Ou seja, pode apresentar direcionamentos mais emancipatórios ou mais conservadores e opressores dependendo de seu contexto, interesses, envolvidos e perspectivas constituintes. Por esse motivo, ressaltamos que, as classificações não visam dar conta de conter o campo e defini-lo como um todo pois, sabe-se que a realidade sendo complexa não caberia completamente em nenhuma definição. Classificações são propostas que podem trazer resultados positivos para a compreensão do campo e de suas particularidades, fugindo assim da ideia de homogeneidade, que é errônea (LAYRARGUES; LIMA, 2014; BERTOLUCCI *et al,* 2005).

Dentre as diversas propostas, Sorrentino (1997) apresenta uma classificação da EA em quatro correntes, sendo elas a: a) conservacionista; b) educação ao ar livre; c) gestão ambiental; d) economia ecológica. O autor sugere que:

> A primeira, bastante presente nos países mais desenvolvidos, ganha grande impulso com a divulgação dos impactos sobre a natureza, causados pelos atuais modelos de desenvolvimento. Com o passar dos anos serve como estímulo às reflexões de muitos ambientalistas sobre as causas e consequências da degradação ambiental e para o engajamento em movimentos que classifiquei na terceira corrente. A segunda já tinha seus adeptos entre nós com os antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de espeleologia, caminhadas, montanhismos, acampamentos e outras modalidades de esportes de lazer junto à natureza, ganhando uma dimensão assumidamente de educação ambiental mais recentemente. Nos países do Norte, ela tem grande número de adeptos e maior consistência filosófica, com os "desafios junto à natureza" associados a dinâmicas de grupo e estímulo ao autoconhecimento e aprimoramento do fazer cotidiano, individual e social. A terceira tem raízes mais profundas na América Latina, na história de resistência aos regimes autoritários. No Brasil, ganha especial impulso nos debates contra a poluição e todas as mazelas de um sistema predador do ambiente e do ser humano, bem como nos movimentos por liberdades democráticas que reivindicavam a participação da população na administração dos espaços públicos e nas definições do futuro que estávamos construindo para nós e nossos descendentes. Nesta quarta corrente, acredito estarem presentes duas vertentes que darão a tônica do movimento ambientalista neste final de século e, consequentemente, das educações ambientais a ele associadas: "desenvolvimento sustentável" e "sociedades sustentáveis". A primeira, aglutinando empresários, governantes e uma parcela das organizações não governamentais, e a segunda aglutinando aqueles que sempre estiveram na oposição ao atual modelo de desenvolvimento e que acreditam que a primeira corrente é só uma nova roupagem para a manutenção do "status quo" (SORRENTINO, 1997, p. 2).

É sempre importante um olhar crítico às propostas reducionistas, onde não se encontram as reflexões e questionamentos necessários para assimilar e aprender a questão socioambiental em sua totalidade.

Outro exemplo de classificação existente foi apresentado por Layrargues e Lima (2014) e são chamadas de "macrotendências político pedagógicas". Segundo a interpretação dos autores acerca do campo[3] multifacetado da EA (campo derivado do campo educacional, mas também um campo com autonomia para reflexões próprias

[3] Segundo Bourdieu (2004) um Campo é um espaço relativamente autônomo de forças e posições sociais, um microcosmo com leis próprias. As pressões externas ao campo se exercem por mediação da lógica do campo e todo Campo é um campo de forças e de lutas, lutas para conservar esse campo de forças e, por fim, um campo comporta agentes cujas posições são predeterminadas e serve de palco para o embate de seus interesses que entram em conflito.

e produção de conhecimento), existem três macrotendências[4], em que são apresentados os modelos políticos-pedagógicos da EA: a) Conservacionista; b) Pragmática; c) Crítica.

A macrotendência Conservacionista, apresenta as seguintes características:

- Tendência histórica, forte e bem consolidada;
- É vinculada ao surgimento da discussão de EA e relacionada a conceitos da ecologia e da Alfabetização Ecológica;
- Voltada a mudanças comportamentais individuais, de autoconhecimento e de atividades ao ar-livre;
- Enaltecimento da dimensão afetiva e sentimental na relação com o meio natural;
- Relativiza o antropocentrismo;
- Relaciona a EA com ideias de biodiversidade, unidades de conservação, áreas verdes e ecoturismo;
- Considerando apenas o viés ecológico da questão ambiental e a consideram um problema de reformulação e inovação tecnológica;
- Crença de que os princípios do mercado são capazes de promover mudanças no sentido da sustentabilidade;
- Distante das dinâmicas sociais e políticas;
- Não questiona a estrutura social posta, focando apenas em mudanças pontuais e setoriais (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A macrotendência Pragmática:

- Derivação da macrotendência conservacionista, adaptada ao novo contexto social neoliberal;
- Forte relação com o Desenvolvimento e Consumo Sustentável;
- Relação com a ideia de economia de água e energia, mercado de carbono e diminuição da “pegada ecológica”;
- Focada em mudanças tecnológicas;

[4] Ressaltamos que os autores citam que: ao classificar o campo da EA no Brasil em três macrotendências, corre-se o risco de elaborar um quadro incompleto e parcial, mas apresentam uma interpretação da realidade que visa trazer ganhos, ao buscar compreender as singularidades do campo.

- Vê a natureza como conjunto de recursos naturais, não incluindo os seres humanos na concepção da mesma;
- Foca no bom-senso dos indivíduos, para que as mudanças de seus hábitos sejam para o bem de todos;
- Tendência de obtenção de certificações ambientais e mecanismos de desenvolvimento limpo e verde pelas empresas e indústrias;
- Foco da EA em ser uma maneira de compensar os danos causados pela ideologia do sistema produtivo consumista;
- Sustentada por reformas sociais setoriais. sem questionamento dos fundamentos da crise socioambiental;
- Representa uma forma de ajustamento da EA ao contexto neoliberal, que afeta a criação das políticas públicas e o conjunto delas, inclusive as ambientais;
- Ausência de reflexão pautada na crença ingênua da neutralidade da ciência;
- Ambientalismo de resultados e ecologismo de mercado que provém do neoliberalismo
- Reduz as possibilidades de enfrentamento real da crise (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

E por sua vez, a macrotendência Crítica:

- Proveniente das correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e do Processo de Gestão Ambiental (mas, segundo os autores, baseado na ideia de Quintas e Galda (1995) que dá prevalência à dimensão política da gestão ambiental);
- Forte viés político;
- Abarca conceitos como: Justiça ambiental, Emancipação, Cidadania e Democracia;
- Revisão crítica das ideias que estabelecem a dominação dos seres humano e do processo de acumulação do Capital dentro do sistema econômico vigente;
- Busca enfrentamento da desigualdade socioambiental;
- Procura politizar o debate ambiental;

- Articula-se com o pensamento da complexidade, distanciando-se de soluções reducionistas para a problemática socioambiental;
- Adiciona a discussão questões culturais;
- Questiona as dualidades cartesianas postas como: natureza e cultura, indivíduo e sociedade, entre outras;
- Crescente na última década (2000), principalmente no âmbito acadêmico;
- Contra hegemônica (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Ressaltamos que as macrotendências não são excludentes entre si e comumente são encontradas juntas em propostas e práticas de EA. Entendemos que isso decorre de um processo natural pois, a construção de tais ações se dá num campo de disputa de interesses e visões.

Carvalho (2006) ao nos apresentar a ideia de que o processo educativo acerca da temática ambiental pode ser entendido como um dos caminhos para o enfrentamento da crise socioambiental, chama a atenção para não ignorarmos seus limites, pois não existe solução mágica. O autor nos aponta que para o desenvolvimento do trabalho com a EA é muito importante que se explicite as dimensões que se pretende incluir nas propostas, objetivando que as mesmas não sejam ações apenas de caráter mitigador e pontual. A EA, para o autor, deve então se orientar por dimensões que fazem parte da práxis humana e as descreve como sendo:

> 1-A dimensão relacionada à *natureza dos conhecimentos*; 2- a dimensão axiológica de nossa existência, isto é, relacionada com os *valores éticos e estéticos*; 3 – o tratamento dado as possibilidades de *participação política do indivíduo*, tendo como meta a formação de cidadãos e a construção de uma sociedade democrática (CARVALHO, 2006, p. 25).

A dimensão política é inerente ao processo educativo, sendo um princípio para ações e práticas educativas que pretendam ser transformadoras, por isso é considerada central. As bases, orientações e pressupostos para a construção de propostas são o que definem a intencionalidade e é necessário considerar que, para construir a intencionalidade, há entre as dimensões apresentadas

complementaridade, uma depende da outra e contribui para a outra e elas se relacionam entre si (CARVALHO, 2006).

Desse modo, a EA como uma prática social necessita, para assegurar sua natureza política, possuir as três dimensões desde as reflexões para sua construção até a sua prática propriamente dita. Carvalho (2006) ao demonstrar a dimensão do conhecimento em seu trabalho, não se refere apenas ao conhecimento cientifico ou escolarizado, mas o considera de maneira mais abrangente, como prática social e exercício da subjetividade. Para tanto apoia-se nas discussões apresentadas por Rodrigues (2001) e Severino (2001).[5]

O processo formativo educacional é um processo de troca de experiências e, segundo Rodrigues (2001), possui conteúdos fundamentais. Dentre estes há primeiramente, a construção do mundo simbólico ou a apreensão da linguagem, sem a qual não há mundo humano. O segundo tem relação com a vontade e com a "aquisição de conhecimentos e habilidades de que cada um irá se servir para atuar na reprodução das condições próprias de existência e de participação enquanto membro da sociedade" (RODRIGUES, 2011, p. 246).

Além disso ressaltamos que, apenas a consideração da dimensão do conhecimento historicamente construído não seria suficiente, pois sozinha a mesma não possui todos os requisitos necessários para a formação completa de um ser humano crítico, ético e engajado politicamente para participar das transformações possíveis de sua realidade. Para isso são necessárias as outras dimensões, a axiológica, pois é a partir da construção de um compromisso ético na relação com a natureza, com as próximas gerações e com a vida dos outros seres que se estabelece uma nova consciência. E da dimensão política, que possui profunda relação com as anteriores, apresentando e debatendo valores e conceitos como por exemplo: participação, coletividade, cidadania, autonomia e democracia.

Para Lima (1999):

> A dimensão ética divide com a política os dois eixos centrais na relação entre educação e meio ambiente. Pressupõe, por um lado, uma atitude de questionamento e de crítica aos valores e práticas

[5] SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. Ed. Olho d'Água, 2002.

> estabelecidos socialmente, nas relações entre os homens e destes com seu ambiente que, em nossa sociedade, são orientados pelo individualismo, utilitarismo e antropocentrismo (LIMA, 1999, p. 150).

Ao pensarmos na EA como um campo multifacetado, vale lembrar a importância de as propostas educacionais se pautarem no desenvolvimento da criticidade. Carvalho (2006, p. 20) afirma que há por um lado "forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possiblidade de provocar mudanças, e com isso, alterar o quadro atual de degradação do ambiente com o qual nos deparamos". Mas por outro lado, chama a atenção para o fato de que é importante ter cuidado para não nos submetermos aos documentos, leis e relatórios oficiais de maneira acrítica. De acordo com o autor:

> Sem dúvida, aqueles que, por exemplo, vêm o processo educativo geral, ou a educação ambiental, de forma particular, como uma possibilidade de ajustar comportamentos individuais a padrões socialmente desejáveis, idealizarão propostas educacionais com características muito diferentes daqueles que entendem ser a educação um caminho para mudanças mais profundas, um motor de transformações mais radicais na sociedade como um todo (CARVALHO, 2006 p. 22).

Retomando a ideia de que a EA apresenta uma grande diversidade de concepções teóricas, a partir de uma leitura de mundo que considera que a realidade social é mais que a soma das realidades individuais, buscamos aqui nos alicerçar em uma EA crítica, que Guimarães (2004), define da seguinte forma:

> A Educação Ambiental Crítica se propõe em primeiro lugar, a desvelar esses embates presentes, para que numa compreensão (complexa) do real se instrumentalize os atores sociais para intervir nessa realidade. Mas, apenas, o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada, é necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo (GUIMARÃES, 2004, p. 29).

Uma EA crítica que visa superar a responsabilização individual pois, os sujeitos são entendidos como historicamente determinados e ao mesmo tempo em que constituem são constituídos com (e por) ações políticas que buscam a transformação social (LOUREIRO, 2008).

Um conhecido aspecto da EA é o de que não existe público-alvo ideal, não existe idade correta para que se trabalhe a EA pois, ela é uma educação permanente e em movimento, adaptável a qualquer faixa etária. Sabe-se também que ela é muito presente e trabalhada dentro das escolas, tanto que, na década de 1980 houve a proposição de torná-la uma disciplina escolar. Após intensas discussões com os educadores ambientais brasileiros, que acreditam que a EA deva ser um tema transversal a ser trabalhado em todas as disciplinas, e que isto deve ser entendido como uma perspectiva pedagógica, a ideia não se realizou. Criou-se mais tarde a Lei 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que em seu art.º 2, Inciso X torna a EA um tema a ser ofertado em todos os níveis escolares, conhecida como EA formal, e na sociedade como um todo nos mais diversos locais, conhecida como EA não formal (REIGOTA, 2017).

Diante disso, entendemos ser de fundamental importância investigar ações de EA na educação não formal, visto que ela está presente nos mais diversos locais da comunidade, como por exemplo Unidades de Conservação, praças, parques, empresas entre outros.

## 1.1 A Educação não formal como espaço para a EA

A educação não formal é aquela que ocorre em ambiente informal, em qualquer processo de socialização, com compartilhamentos de experiências, em espaços coletivos, públicos e ações cotidianas (GOHN, 2006). A partir dessa definição, e para fins de diferenciação entre a educação formal e a educação não formal, é importante considerar o campo de atuação de cada uma delas. A educação formal é aquela que ocorre dentro das escolas, com conteúdo específico e anteriormente selecionado para o ensino.

A educação não formal se caracteriza como qualquer organização de tentativa educacional fora dos moldes oficiais de ensino, fora da instituição escolar e não está submetida a ordenamentos jurídicos do Estado, não sendo definida por séries ou anos, e parte do pressuposto de uma construção coletiva. Além disso, se volta para aspectos subjetivos dos grupos envolvidos e não necessariamente espera um resultado específico, como na educação formal, em que se espera um resultado de aprendizagem efetiva, de um conteúdo pré-estabelecido. Ela pode demonstrar

resultados de maneiras diversas, como a formação de uma consciência de como agir em grupo, ou a construção de conceitos sobre o mundo, sentimento de pertencimento, formação de uma cidadania coletiva e também uma formação para a vida e suas intempéries, sem foco apenas no mercado de trabalho. Pode trazer também resultados voltados para um sentimento de valorização, luta contra preconceitos, interpretação sobre si mesmo e sobre o mundo (GOHN, 2006). Gohn (2006), também aponta que: “Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (p. 29).

No Brasil, até a década de 1980 a educação não formal não era expressiva, sendo apenas a educação formal considerada importante dentre os educadores e formuladores de PPs. Nos anos 1990, a educação não formal ganha destaque e surge uma valorização do compartilhamento do conhecimento em espaços diversos, com objetivos e metodologias variadas (GOHN, 2001).

Princepe e Diamente (2016), ressaltam que:

> Especificamente no Brasil, a educação não-formal, se considerarmos as propostas que são desenvolvidas para crianças e adolescentes no contra turno escolar, nos últimos anos, vem se caracterizando por ações voltadas para as camadas mais pobres da população, sendo algumas promovidas pelo setor público e outras idealizadas pelo setor privado, desde ONGs a grupos religiosos e instituições que mantêm parcerias com empresas (PRINCEPE e DIAMENTE, 2016, p. 6).

Interessante a constatação de que a educação não formal de modo geral comumente se volta para a parcela mais pobre da população, ou seja, a que teria menos acesso e oportunidade de se envolver em discussões e participação ativa em decisões políticas[6]. Considerando esse cenário, no Brasil ela cumpre um importante papel de democratizar a informação e a formação e incluir as camadas mais vulneráveis da população.

[6] Importante ressaltar que dentro dos movimentos sociais é comum encontrar uma educação politizada, uma educação popular e uma pedagogia formadora de seres humanos com capacidade crítica e emancipadora (ARROYO, 2003; BATISTA, 2005).

Quando se trata de EA não formal, podemos então dizer que são processos pedagógicos voltados a uma formação ambiental, fora do sistema formal de ensino, destinada a todos os grupos da sociedade.

Com a elaboração do Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis[7] e a organização da Rede Brasileira de EA (REBEA), a EA não formal ganha destaque e passa a ser considerada uma forma de aprendizagem contínua, visto a necessidade de se ultrapassar os muros da escola e alcançar toda a comunidade (REIS *et al*, 2012).

Na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu Art. 2º a EA é considerada um "componente essencial e permanente" que deve estar presente não apenas em espaço formal, mas também em espaços não formais. A PNEA define a EA não formal da seguinte forma:

> Da educação ambiental não formal. Entende-se pelas ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente. O poder público, em níveis federal, estadual e municipal incentivará a difusão, nos meios de comunicação de massa de informações acerca de temas relacionados ao ambiente; a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais; a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação, das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação, dos agricultores; o ecoturismo (BRASIL, 1999, Art. 2º).

Podemos considerar a EA não formal como um processo de aprendizagem contínuo e completo e que visa à formação de cidadãos que participem da construção do bem-estar social, pensando na realidade como um todo. A EA não formal é comumente encontrada em parques, universidades, museus, empresas privadas e em atividades culturais desenvolvidas pelo poder público, por exemplo. Também é encontrada em meios de comunicação, como programas de televisão, rádio e na internet. Ressalta-se que, na contemporaneidade, os meios de comunicação como um todo, não apenas a televisão, mas principalmente a internet, estão em constante

[7] Documento elaborado por educadores ambientais e pessoas ligadas ao meio ambiente de vários países e publicado durante a 1º Jornada de Educação Ambiental no Fórum Global das ONGS, em 1992 no Rio de Janeiro.

contato com os indivíduos, muitas vezes atendendo mais aos anseios destes do que a escola (REIS *et al*, 2012).

Um dos locais mais comuns para o desenvolvimento da EA não formal no Brasil são as Unidades de Conservação (UC), pois a realização de atividades de EA, geralmente está contemplada dentre as metas dos Planos de Manejo destas áreas. Existem diversos tipos de atividades ocorrendo nestes locais, desde visitação guiada, trilhas, palestras, até o desenvolvimento de cursos de férias com temáticas ambientais. O público-alvo é diverso, e tem relação com o contexto de cada UC (COIMBRA; CUNHA, 2005).

Dentre os temas abordados nas áreas de UC alguns são privilegiados e aparecem com maior frequência, como por exemplo, aqueles voltados para o despertar do interesse à proteção dos elementos naturais, conservação, desmatamento, poluição, caracterização do solo, biodiversidade, todos voltados a aspectos ecológicos, muitas vezes sem abordar temas como a desigualdade social ou qualquer discussão política (COIMBRA; CUNHA, 2005).

É imprescindível que, para a EA não formal se desenvolver com qualidade, haja, primeiramente investimento. Tal investimento pode ocorrer, por exemplo, em programas de EA nas UCs, que não são tão comuns quanto poderiam, provavelmente pela falta de recursos que estes locais enfrentam. Outro fator essencial é a ampla divulgação e criação de oportunidades para a participação da maior parte das pessoas quanto for possível, gerando o envolvimento de diversas parcelas da sociedade, principalmente aquelas que já se encontram historicamente excluídas.

Na educação formal a EA se desenvolve nos currículos das instituições, de maneira isolada em algumas disciplinas, o que é mais comum, ou de maneira inter e transdisciplinar nos conteúdos formais, trabalhada por meio de habilidades e competências determinadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na modalidade de EA não formal, ações e práticas voltadas a questões socioambientais ocorrem com o desenvolvimento de programas e ações, em ONGs, empresas públicas ou privadas e também em atividades de ecoturismo. Os problemas mais comuns encontrados em relação a estas ações de EA, são a falta de investimento, de informação e de formação e capacitação dos responsáveis pelo seu desenvolvimento (REIS et al, 2012).

Deve-se então, favorecer uma participação efetiva gerando propostas e questionamentos por parte dos envolvidos. O respeito à contextos sociais e à diferentes culturas é mais um fator essencial para o sucesso de uma EA em contextos não formais, partindo de uma contextualização local para uma global, entendendo e integrando as possibilidades dos participantes envolvidos (REIS *et al* 2012, GUIMARÃES, 1995).

Apresentada a EA não formal encaminharemos a seguir a discussão sobre o campo das Políticas Públicas (PPs), visando conhecer o mesmo como campo de criação não só de regulamentações para o desenvolvimento da EA não formal, como no caso do Projeto Salas Verdes estudado aqui, mas também como um campo do conhecimento, apresentando a importância e definições da avaliação de PPs.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: NATUREZA E ESPECIFICIDADES

No dicionário Houaiss a palavra política está definida da seguinte forma: “3- que se ocupa de assuntos públicos, Exs.: classe política. carreira política. 4- Relativo ou pertinente à cidadania. Ex.: deveres políticos” (POLÍTICA, 2020).

Quando observamos a etimologia da palavra política, constatamos que ela tem origem grega, na palavra *politikos*. O termo era utilizado para se referir a todos os processos relativos a *pólis*, ou cidade-estado. No dicionário de política (BOBBIO, 1998), vemos que o termo política se expandiu a partir de Aristóteles e sua obra denominada *Política*, que é considerada como o primeiro tratado a abordar as divisões do Estado, suas funções e as formas de Governo. Com o tempo, o termo sofreu diversas mudanças e para algumas definições houve substituições por outros termos como "ciência do Estado", "ciência política", entre outros, passando estes a serem comumente utilizados para indicar a atividade relacionada à pólis, ou seja, ao Estado, substituindo o termo política (BOBBIO, 1998).

Voltando-nos para a origem desta palavra, no grego, que tinha relação com o bem viver para o homem, política era então o modo de se atingir o bem comum (LIMA, 2010). Sorrentino (2005), aponta que ao entendermos a palavra política a partir de sua origem grega, não nos remetemos a um tipo de regulação do Estado sobre a sociedade e sim uma “regulação dialética sociedade-Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política” (SORRENTINO et al, 2005, p. 288).

No mesmo sentido, Bobbio (1998) aponta que o conceito de política tem intima relação com poder, e explícita que:

> O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre os outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" ou, mais exatamente, "os efeitos desejados", como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados". O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza (BOBBIO, 1998, p. 964).

Foi a partir da necessidade de organização das cidades, que surge uma forma de governo parecida com o que hoje se denomina política; necessidade esta que por possuir relação com a práxis humana, constitui o poder político. Tal poder se manifesta na ordenação e na criação de normas e leis, formas de organização do convívio humano. Vale ressaltar que, no surgimento da ideia de política, ela se volta para a pluralidade e deve, então, regular a convivência de diferentes e não de iguais e que a política surge não no ser humano e sim entre os seres humanos. A liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são requisitos básicos para a construção e constituição de um espaço entre humanos, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política, esta que tem relação total com a liberdade (ARENDT, 2006).

Observa-se que, com o passar do tempo, além do surgimento de novos termos relacionados com a política, também se perdeu o interesse em uma coletividade, algo que era forte na definição primeira e na constituição da *pólis*, fazendo com que a política fosse relacionada e definida apenas como algo técnico e imediato. A autora, ao se referir à política na modernidade, afirma que:

> O perigo é a coisa política desaparecer do mundo. [...] os preconceitos se antecipam; jogam fora a criança junto com a água do banho, confundem aquilo que seria o fim da política com a política em si, e

> apresentam aquilo que seria uma catástrofe como inerente à própria política e sendo, por conseguinte, inevitável (ARENDT, 2006, p. 26).

Dito isso, acrescenta-se que uma discussão e deliberação que tenha como foco os interesses econômicos, por exemplo, é baseada em aspectos técnicos e com isso desconsidera a existência de uma coletividade social, que com certeza será afetada pela deliberação e que, comumente, não é ao menos consultada ou incluída na discussão. Assim, não há inclusão das demandas de ambos os lados (econômico e coletivo/social), desconsiderando-se a pluralidade de cidadãos, discursos e possibilidades inerente à política.

Uma política, segundo nos apresenta Hanna Arendt, que considera a coletividade e a sua liberdade, encara o processo de decisões baseado na crença de que os sujeitos políticos fazem a diferença nesse processo e que, ao participarem do mesmo, constroem a política e percebem que os desafios a serem superados não podem ser encarados apenas como uma questão técnica, individual e privada (AMARAL, 2017; ARENDT, 2006).

A partir do entendimento do que é política, podemos partir para o campo das Políticas Públicas (PP). Andrade e Sorrentino (2013) nos apresentam o contexto histórico do surgimento das PPs:

> Conforme aborda Heidemann (2009), as políticas públicas surgiram na primeira metade do século XX, no período compreendido entre as duas grandes Guerras Mundiais, de 1918 a 1939. Segundo o autor, a decadência do liberalismo predominante no século XIX, cujo ápice se deu com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, gerou uma demanda crescente para que o Estado passasse a interferir na vida social e na economia. Aos poucos, por meio de leis (ação indireta) e pela criação de empresas estatais (ação direta), começaram a surgir as políticas governamentais, que serão chamadas, posteriormente, de políticas públicas (ANDRADE; SORRENTINO, 2013, p. 216).

Para definir o que é uma PP deve estar claro que este é um tema que não apresenta um consenso entre os diversos autores, pois varia de acordo com o contexto político e social e com diferentes visões acerca do tema.

Apresentando alguns dos autores que se dedicaram a definir o conceito, podemos citar Lynn (1980), que expõe a definição de PPs como um apanhado de ações exercidas pelo governo, que apresentam efeitos particulares na sociedade. Já

Dye (1984, p. 1), expressa a seguinte definição “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Souza (2006) nos apresenta a visão de alguns autores, vejamos:

> Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas [...]. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (SOUZA, 2006, p. 24).

Sorrentino *et al* (2005) apresenta a ideia de que as PPs, considerando os pressupostos da cidadania, expressam as relações de poder e a ação do Estado e que as mesmas são procedimentos formais e informais voltados para a resolução de demandas específicas e conflitos sociais de maneira pacífica, além disso, visam atingir e aprimorar o bem comum (SORRENTINO *et al,* 2005).

E, por fim, Barbieri (2006), em texto que discute um tipo específico de PP, ou seja, a política ambiental, a define como uma união de diretrizes, objetivos e mecanismos de ação que o poder público usa para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente.

Ou seja, as PPs se relacionam diretamente com os governos, pois são neles que acontecem conflitos de interesses, preferências, visões e concepções e nos quais as políticas são criadas e se desenvolvem. Segundo Souza (2006), as definições, de maneira geral, assumem uma visão holística do tema: “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p. 26).

Battaini e Sorrentino (2018) exibem, com base em Frey (2000), que as PPs possuem três dimensões: a institucional (*polity*), a de conteúdos (*policy*) e a processual *(politics*). Sobre tais dimensões, apontam:

> Os conteúdos são as leis, os programas, os projetos, entre outros. A dimensão institucional se refere ao sistema político-administrativo, às instituições e às dinâmicas envolvidas no processo. A dimensão processual abrange as relações políticas e os interesses presentes. Para o autor, em qualquer situação de elaboração e implantação de políticas públicas, sobremaneira aquelas participativas, as três dimensões precisam ser consideradas, já que estarão presentes implícita ou explicitamente e exercerão influências sobre os conteúdos produzidos (BATTAINI; SORRENTINO, 2018, p. 156).

Secchi (2010) nos aponta a importância da contribuição de Theodore Lowi, autor tomado como principal referência dentro do campo de análises de PPs. Lowi indica, em seu modelo, quatro tipos de políticas:

- As Regulatórias, relacionadas a determinação dos padrões de comportamento da sociedade e dos agentes públicos, no caso destas, sua aprovação depende da influência dos atores sociais. Elas se baseiam em decretos e portarias;
- As Distributivas, que alocam recursos gerais em grupos específicos, o que resulta em impactos pontuais e individualizados e são de fácil aceitação;
- As Redistributivas, focadas em grupos específicos, retirando recursos de grupos que se encontram em posição contrária na arena política, são as que encontram mais resistência a aprovação. Seu processo costuma se estabelecer com conflitos;
- As Constitutivas, também chamadas de políticas de infraestrutura, são as que definem os procedimentos e mecanismos que irão determinar o exercício do governo, seu impacto é na **arena política**, na distribuição do poder, determinando as condições gerais para o estabelecimento dos outros tipos de políticas (SECCHI, 2010).

O conceito de “arena política”, também criado por Theodor Lowi em 1972, é entendido como sendo o lugar em que os atores envolvidos, suas reações e expectativas em relação às medidas adotadas tem efeito sobre as mesmas, ou seja, as vantagens e desvantagens que as pessoas esperam das políticas tornam-se diretamente decisivas para a elaboração e configuração do processo político (FREY, 2000).

Além disso, os conteúdos das PPs são determinados como meios de se garantir a implementação da própria PP, administrando sua ação e seu alcance. Uma PP de qualidade, precisa abarcar uma lei, que dá legitimidade às intencionalidades das PPs; um programa, que busca colocar em prática e organizar a ação voltada à sua implementação, e uma verba, que é essencial para o real êxito de qualquer programa e/ou ação, e deve ser assegurada. Para que isso ocorra, de maneira satisfatória, não se deve deixar de considerar que este processo está cercado de diversas influências e vozes, além de diferentes interesses, que podem se apresentar numa condição de conflito e criar obstáculos (ANDRADE; SORRENTINO, 2013).

Vale evidenciar que as PPs não podem ser resumidas a seus conteúdos documentais, ou seja, ao documento da lei que a institui, e sim envolver os processos

e relações por meio dos quais os documentos das leis são elaborados sendo encaradas de maneira ampla, abarcando as relações dentro da arena/ sistema político (DYE, 2009).

As definições apresentadas, nos remetem à ideia de “opção”, ou seja, a tomada de decisão e o poder de criação destas ações está na mão do governo. As PPs então, emergem a partir das dinâmicas sociais e demandas da sociedade, quando uma questão passa a ser discutida e reivindicada pela população, é exigida a atuação do Estado (AZEVEDO, 1997). As PPs são concretizadas por meio de algumas intervenções, que podem ser chamadas de programas ou projetos. As ações e planos buscam gerar benefícios concretos à sociedade, sendo o campo das PPs não só um campo do conhecimento que, além de colocar o Estado em ação, pode propor alterações no curso dessas ações ao longo do processo e analisar as suas próprias ações. Vale salientar que, depois de implantadas as PPs, seus programas e projetos, espera-se que sejam submetidas a acompanhamentos, avaliações, investigações e pesquisas (SOUZA, 2006).

Podemos então, reafirmar que há estreita relação entre as PPs e a questão social. A PP, sendo a forma de agir do Estado na sociedade, vem para atender necessidades, por meio de programas e projetos. Estes podem agir diretamente sobre a desigualdade social, produzindo mudanças reais, promovendo a cidadania e o acesso a direitos. Podemos citar algumas importantes ações e políticas já criadas que influenciaram neste aspecto, como por exemplo o Salário Mínimo, o Programa Bolsa Família, o Seguro Desemprego, entre outros (CRISÓSTOMO; ALVES, 2013).

Mediante o aporte teórico apresentado sobre política e políticas públicas, mostra-se de vital importância compreender o lugar que ocupa a avaliação das PPs. de seus programas e projetos, para que se faça o acompanhamento das mesmas e se garanta a qualidade da execução. A partir da avaliação é possível realinhar os caminhos de formulação, acompanhar os efeitos e resultados e ponderar sobre os recursos a serem aplicados e investidos nas ações e projetos das PPs. No próximo item trazemos uma discussão mais específica sobre o tema.

## 2.1 Avaliação de políticas públicas

Segundo Frey (2000), a constituição das PPs do ponto de vista analítico, se dá em 6 fases, que ele classifica como sendo: “Percepção e definição de problemas, “*agenda-seting*”, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e avaliação de políticas e eventual correção da ação” (FREY, 2000, p. 226).

O autor também aponta que, as pesquisas com PPs surgiram na década de 1950 e são chamadas de “*Policy Science*”. Dentro deste campo, destacamos a fase do ciclo político, chamado de “*evaluation’*, que se volta diretamente aos impactos efetivos dos programas. O autor, cita que “[...] a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública” (FREY, 2000, p. 229).

Uma das formas de pensar a avaliação de PPs é considerá-la como um processo que realiza uma análise de dados, com identificação de resultados e análise crítica dos programas e projetos relacionados às políticas. As avaliações buscam atender ao objetivo de assimilar como se dá o andamento e se as metas da PP estão sendo alcançadas. Além disso, visam reajustar as mesmas, por meio da atualização e mudança de planos de ação, repensando os projetos, caso seja necessário para atender com mais eficiência os objetivos originais da concepção das PPs (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Se as PPs, por definição, buscam atender às demandas da sociedade, apresentam um foco e um grupo de atores específicos, a avaliação deve se voltar aos resultados e reflexos da mesma sobre esses atores e ir de acordo com a realidade que a PP está inserida e atua. O interesse para a realização de pesquisas de avaliação das PPs deve estar relacionado à obtenção de respostas sobre os diversos efeitos (esperados e não esperados) gerados pelos programas quando implementados (WEISS, 1997). A preocupação com a efetividade desses programas seria, portanto, o motivo primário dos estudos de avaliação.

O segundo motivo dos estudos seria o de entender o modo, ou o processo específico, pelo qual os programas alcançam (ou não) esses resultados. As avaliações podem ser de dois tipos: Avaliação de processos e avaliação de impactos. Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986):

> A avaliação de processos visa a aferição da eficácia; se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou

> atingiu) as metas desejadas; A avaliação de impacto diz respeito aos efeitos do programa sobre a população-alvo e tem, subjacente, a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p.111).

Podemos concluir que a fase de avaliação de uma PP, após sua idealização, contextualização teórica e implementação, é de essencial valor para o desenvolvimento e melhoria contínua das PPs e das formas de fazer as mesmas, sendo vital sua importância, pois demonstra a realização ou não dos objetivos, eficiência e efetividade das atividades, fornece informações para que haja reflexão sobre o foco das ações governamentais e promove a incorporação da experiência adquirida para subsidiar a tomada de decisões futuras. Apesar de todo esse contexto, essa análise é constantemente negligenciada, principalmente no caso das reformas do setor público, em que não há projetos para avaliação das mesmas (TREVISAN & VAN BELLEN, 2008; THOENIG, 2000).

Voltamo-nos nesta pesquisa para a análise da implementação de uma PP, que, segundo Rua, (1997):

> [...] pode ser compreendida como o conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto a políticas (RUA, 1997, p.14).

A autora ressalta que a implementação não se estabelece como um processo finalizado, pois se apresenta como algo contínuo, e com constante movimento de interação entre a própria política, em evolução, inserida em uma estrutura intrincada de relações e um mundo exterior extremamente dinâmico e acelerado (RUA, 1997).

A falta de avaliação das políticas existentes, inclusive nas PPs de EA, demonstra a importância de trabalhos como este, que se propõe a investigar como uma ação de EA, voltada para a efetivação de uma PP, está se desenvolvendo (no caso do projeto Salas Verdes, a PNEA, como explicitado em seu Edital de 2017, por exemplo.

Neste sentido, nossa intenção é a de que a principal contribuição deste trabalho, de acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986) seja na avaliação do processo em andamento, ou seja, se “o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo

com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas" (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p.111).

A partir desse quadro teórico, entendemos que este trabalho poderá contribuir com a avaliação do Projeto Salas Verdes no estado de São Paulo, que, sendo parte das PPs em EA, deve produzir um impacto positivo em relação às intenções colocadas nos documentos legais que marcam e regulamentam a EA no Brasil, documentos estes que, expressam uma demanda apresentada pela sociedade em virtude do agravamento da crise socioambiental.

## 2.2 Políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil

Quando se trata do histórico de criação de PPs de EA no Brasil podemos iniciar com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, como primeiro órgão federal com a função de executar ações de proteção ambiental que apresenta dentre as suas atribuições a função de educar a sociedade sobre a conservação do meio ambiente e para o uso de maneira correta dos bens naturais. No entanto, a SEMA não tinha de maneira explícita funções relacionadas à EA e, foi apenas em 1981 que a EA realmente apareceu em um marco legal Federal, na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Vale ressaltar que esta PP surge anteriormente à Constituição Federal, criada em 1988, na qual a EA teve a sua importância marcada, no "capítulo VI - Do Meio Ambiente", tornando-se incumbência do Estado: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL,1988, Art. 225).

Outro importante marco legal das PPs de EA do país foi a inclusão do tema transversal "meio ambiente" no ensino básico, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997). Além desta, outra expressiva e importante PP de EA é a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) (Lei 9.795/99) (BRASIL, 1999). A PNEA promove e dá destaque ao tema, orientando outras PPs que incorporam a EA não só na escola, mas também em espaços não formais.

Podemos citar também, a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em 2004, elaborado no âmbito do Fórum Global na Rio-92, e em

sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O programa foi formulado em conjunto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), e acordada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com as seguintes linhas de ação:

- EA por meio do ensino formal
- Educação no processo de gestão ambiental
- Campanhas de EA para usuários de recursos naturais
- Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais
- Articulação e integração comunitária
- Articulação intra e interinstitucional
- Rede de centros especializados em EA em todos os Estados (BRASIL, 2005).

Em 2012, a Resolução nº 2, de 15 de junho, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em conformidade com o que diz a PNEA (BRASIL, 2012). E, mais recentemente, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular, um documento orientador que estabelece um conjunto de aprendizagens primordiais, ou seja, as competências e habilidades que se espera que os alunos aprendam e desenvolvam ao longo da Educação Básica. A BNCC indica que na organização curricular das escolas exista:

> [...] a partir do reconhecimento das relações que ocorrem na natureza, evidencia-se a participação do ser humano nas cadeias alimentares e como elemento modificador do ambiente, seja evidenciando maneiras mais eficientes de usar os recursos naturais sem desperdícios, seja discutindo as implicações do consumo excessivo e descarte inadequado dos resíduos. Contempla-se, também, o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais, para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro (BRASIL, 2017, p. 327).

No entanto, há estudos sobre o texto da BNCC indicando que a EA é abordada por meio de determinadas habilidades ou aprendizagens, porém sem fazer referência ao termo diretamente. Para Battaini e Sorrentino (2020) existem diversas críticas ao texto da Base, principalmente por ele ter desconsiderado importantes contribuições do Conselho Nacional de Educação. Os autores também apontam que na área de EA

houve retrocesso, pois, a temática está praticamente ausente, sendo apresentada de maneira tímida como um tema transversal (chamado de Meio Ambiente) e, além disso, não consideram avanços e conquistas presentes nos documentos anteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais (BATTAINI; SORRENTINO, 2020).

Barbosa (2020), ao analisar a BNCC como um documento que tem um caráter normativo aponta que:

> [...] além de estabelecer um caminho do que deverá ser ensinado, e que considere temas de cunho transversal, como é o caso da Educação Ambiental, talvez a BNCC não ofereça as condições necessárias para que os saberes da área sejam oportunos ao ponto de se desenvolver uma consciência crítica em relação aos problemas socioambientais. Além disso, classificar algumas temáticas como transversais hierarquiza as áreas do conhecimento, relegando algumas à margem, em detrimento de outras, consideradas mais relevantes. Outrossim, inserir a Educação Ambiental na escola, como temática transversal, por si só, não atende à necessária complexidade que as discussões e os estudos exigem no tratamento dos conteúdos. Precisaríamos tratar determinadas questões interligando-as, e não separando-as em áreas ou graus de importância (BARBOSA, 2020).

Identificadas as legislações e as diversas PPs para a EA no Brasil, inclusive a BNCC como política curricular para a educação nacional, faz-se necessário olhar para a produção cientifica acerca da relação entre estes dois campos: PPs e EA.

No estudo de Chávez e Matheus (2004), os autores fazem relação entre o avanço da EA e o avanço das PPs de EA e buscam entender estas relações. O cenário que se desenvolve a partir de políticas ambientais interfere na atuação direta da EA, os autores destacam então a importância do papel da EA nesse contexto, por seu "caráter decisório nestas e outras questões, dependendo da vontade política dos nossos governantes para resolver os diversos problemas das nossas sociedades" (CHÁVEZ; MATHEUS, 2004, p. 30)

Santana (2014), visa realizar um registro sobre as discussões apresentadas no Grupo de Discussão de Pesquisas (GDP) acerca do tema "Pesquisas em Educação Ambiental e Políticas Públicas". O GDP fez parte do evento intitulado VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA, de 2013). O trabalho nos apresenta dois focos: qual o entendimento de EA e o qual o entendimento de PPs, ambos encontrados nas pesquisas dos participantes do GDP do EPEA 2013. Santana (2014) ressalta os temas que poderiam contribuir para o avanço das pesquisas sobre EA e PPs, além de demonstrar quais os elementos dos trabalhos analisados que são

indicativos do entendimento dos autores das pesquisas sobre EA e PPs, produz uma reflexão sobre as pesquisas realizadas acerca dessa temática no Brasil.

Battaini e Sorrentino (2020), apresentam em seu trabalho a ideia de que ao olhar para as propostas presentes na PNEA e ProNEA e para ações locais, pode-se contribuir “para tornar possíveis estratégias que contribuam para aprimorar o seu ciclo de formulação, implantação e avaliação” (BATTAINI; SORRENTINO, 2020, p. 51). A pesquisa analisa, a partir de trabalhos de campo em Fernando de Noronha, e considerando os documentos locais (Lei Orgânica do Distrito e os Planos de Manejo da APA e do Parnamar) como o tema da EA está presente nos mesmos, enunciando o desafio do estabelecimento da participação social como central para a implementação de uma EA realmente comprometida com mudanças culturais. Os autores apontam como um caminho a “centralidade na participação dialógica que articula iniciativas por meio de um projeto político pedagógico interinstitucional.” (BATTAINI; SORRENTINO, 2020, p. 50).

A EA no Brasil, como apresentado, está inserida na educação brasileira por meio de diversas PPs e regulamentações e, além disso, se apresenta como objeto de estudo de diversas pesquisas. Essa em particular, que se volta para projetos desenvolvidos no estado de São Paulo, pretende ser uma contribuição para ampliar nosso entendimento de como as políticas públicas em EA tem se efetivado.

## 2.3 A Educação Ambiental no estado de São Paulo

No estado de São Paulo a EA foi inserida por meio da Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 12.780/2007, que a define como:

> [...] processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade da vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra (PEEA, 2007, Art. 3º).

No website oficial da EA do Estado de SP (https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/), podemos encontrar diversas informações sobre o tema, e é notório que a temática ambiental

está inserida em diversos instrumentos de gestão ambiental, como na gestão dos recursos hídricos, dos resíduos sólidos, no licenciamento ambiental, entre outros. Além disso, há a elaboração de diversos materiais didáticos disponibilizados online, pela Coordenadoria de EA da Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente. Um exemplo é a série “Cadernos de EA” com 21 títulos, dentre os temas abordados estão: habitação sustentável, gestão ambiental, fauna urbana, logística reversa entre outros (PORTAL DE EA SÃO PAULO, website oficial).

Podemos citar também a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) que desenvolve ferramentas voltadas a um avanço na elaboração de PPs para o meio antrópico, dentro dos processos de licenciamento ambiental do estado. A CETESB elabora roteiros para serem guias no desenvolvimento do Plano de Comunicação para a comunidade e nos programas de EA participativos de empresas. Estes roteiros são suporte aos empreendedores dentro dos processos de licenciamento ambiental.

Na Fundação Parque Zoológico de São Paulo, há um programa de EA que trabalha com conteúdo sobre a biodiversidade e questões ambientais, por meio de práticas inclusivas para pessoas com necessidades especiais diversas (sensorial, motora ou intelectual). O programa busca atender aos princípios da EA, preconizados pelas PPs brasileiras, no estado de São Paulo, incluindo todos os grupos sociais.

Nas Unidades de Conservação do estado também ocorrem iniciativas de EA não formal. Alguns exemplos são o Parque Estadual do Jaraguá, onde ocorrem visitas monitoradas que abordam conteúdos educativos inerente à Unidades de Conservação, como ciclo do ouro, ciclo do café, biomas, recursos hídricos, crimes ambientais, unidades de conservação e ecologia e o Parque Estadual da Serra do Mar que também conta com visitas monitoradas, exposições e uma sala de leitura onde se encontram diversos livros voltados a temática ambiental e trabalhos científicos desenvolvidos na Unidade.

Outro local onde ocorrem atividades de EA não formal é o Museu Geológico de São Paulo, o museu conta com uma exposição de temas ligados às geociências e à questão ambiental, como gestão e preservação do meio ambiente, além da percepção do homem como produto da própria natureza e sua relação com o planeta (PORTAL DE EA SÃO PAULO, website oficial)

Um expressivo programa existente no estado é o Programa Município Verde-Azul (PMVA), criado em 2007, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. O programa visa incentivar a execução de PPs municipais para o desenvolvimento sustentável por meio de parcerias entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e os poderes públicos municipais. Dentre suas linhas de mediação e apoio há a implementação de uma agenda ambiental municipal e dentre as diretivas do programa há critérios que são avaliados, critérios esses voltados para o avanço da EA na gestão municipal. Os critérios de avaliação do PMVA são apresentados no quadro 1.

**Quadro 1 - Critérios de avaliação dos municípios do Programa Município Verde Azul**

| CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO | DEFINIÇÃO E CONTEÚDO NECESSÁRIO PARA PONTUAR |
|---|---|
| **Estrutura e Educação Ambiental** | - Programa Municipal de Educação Ambiental em funcionamento.<br>- Estrutura de primeiro escalão ou outras estruturas que os municípios disponham.<br>-Demonstração da utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente.<br>- Ação no PMVA decorrente de articulação intermunicipal.<br>- Demonstração de Fiscalização Ambiental Municipal.<br>- Dispor, no mínimo, de um funcionário efetivo, cuja formação apresente correlação com meio natural; e, no mínimo, um funcionário efetivo associado à Administração.<br>- **Criação e comprovação das atividades de um Centro ou espaço de Educação Ambiental.**<br>-Contemplar a educação formal e **não formal**;<br>- Contemplar os princípios da transversalidade e da participação social; contemplar ações de Educação Ambiental constantes nas diretivas do Programa Município Verde-Azul; Estrutura: diagnóstico; proposta; diretrizes; objetivos; metas e avaliação.<br>– Comissão entre as várias áreas da administração de Educação Ambiental, constituindo grupo para elaboração e monitoramento do programa com o respectivo cadastro da comissão e atas de reunião.<br>– Funcionamento do programa com relatório de desenvolvimento |

| | |
|---|---|
| | das ações e ou projetos, registros fotográficos. Interação com Centro de Educação Ambiental ou Espaço de Educação Ambiental. |
| **Conselho Ambiental** | Produção e divulgação de relatório com conteúdo referente a temas debatidos nas reuniões do CONDEMA a serem divulgados nas mídias municipais. |
| **Biodiversidade** | Ação de educação ambiental, cujo foco é “a importância da biodiversidade”. |
| **Gestão das Águas** | Ação de educação ambiental com foco na proteção de nascentes. |
| **Qualidade do Ar** | Ação de educação ambiental com foco em queimada urbana. |
| **Uso do Solo** | Ação de educação ambiental, com foco em fragilidades e potencialidades do uso do solo. |
| **Arborização Urbana** | Ação de Educação Ambiental com gestão participativa. |
| **Esgoto Tratado** | Ação de educação ambiental. Foco: tornar pública a existência e importância da ETE ou necessidade de tratamento de esgoto quando o Município não apresentar tratamento. |
| **Resíduos Sólidos** | Ação de educação ambiental. Foco em: ações de sensibilização e mobilização para a Coleta Seletiva. |

Fonte: Elaborado pela autora com base em quadro disponível no Portal de EA do Estado de São Paulo, grifos nossos.

O conhecimento e entendimento sobre as PPs de EA do Estado de SP se mostra importante, pois existem relações e conexões entre elas, compondo o cenário da EA no estado. Em outras palavras, acreditamos que uma PP pode impulsionar e incentivar, além de oferecer subsídios, a criação de outras PPs nos municípios. Um exemplo, é o município de Rio Claro que para atender a participação no PMVA, o Projeto Salas Verdes foi indicado como importante forma de atingir os objetivos na área de EA do Programa, sendo então um dos motivos da inscrição no Edital do Projeto Salas Verdes o cumprimento de requisitos do PMVA (trecho grifado no quadro 1).

Consideramos, pelos estudos feitos, que o campo das PPs é dinâmico e complexo, apresentando interações e conexões, que, num certo sentido e para o caso brasileiro, favorecem um cenário de iniciativas de EA por parte dos governos dos estados articuladas com os governos municipais, a depender da realidade local. Como aponta Arretche:

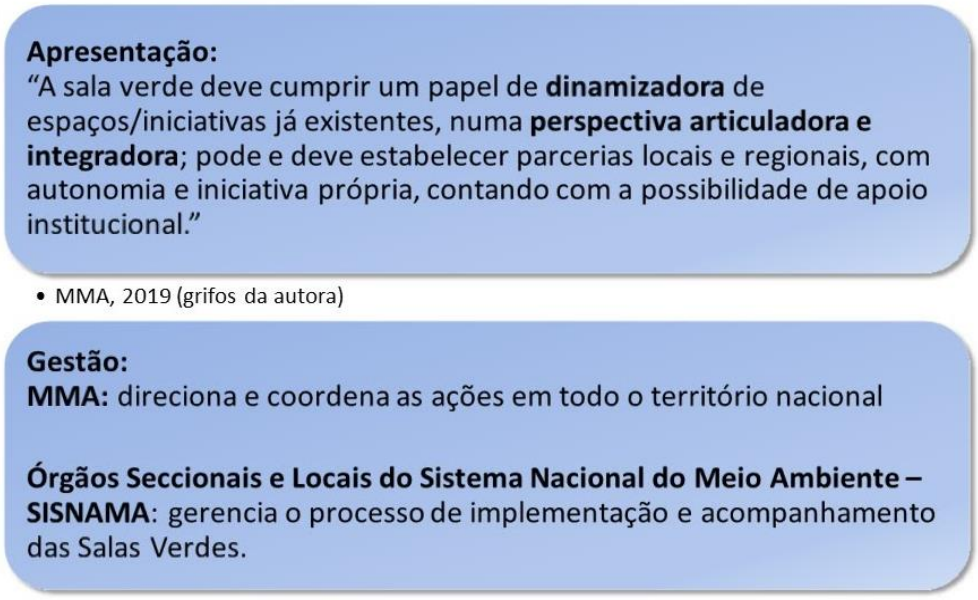
> As relações verticais na federação brasileira – do governo federal com estados e municípios e dos governos estaduais com seus respectivos municípios – são caracterizadas pela independência, pois estados e municípios são entes federativos autônomos. Em tese, as garantias constitucionais do Estado federativo permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda [...] (ARRETCHE, 2004, p. 20)

A seguir, trazemos o detalhamento do Projeto Salas Verdes que se inclui nas ações do MMA em consonância com a PNEA para fomentar a EA no Brasil, ou seja, como um Projeto que visa dar efetividade a tal PP e é foco do presente estudo.

## 3 O PROJETO SALAS VERDES COMO PARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para dar efetividade ao que as PPs nacionais de EA determinam, no ano de 2002, como uma iniciativa do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) teve início o Projeto Salas Verdes, criado com o objetivo de implementar espaços para o delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, em instituições públicas ou privadas, atuando como Centros de Informação e Formação Ambiental. Atualmente é coordenado pelo Departamento de Documentação da Secretaria Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 2002). As informações sobre a apresentação e gestão do Projeto estão na figura 1.

**Figura 1 - Detalhes de apresentação e gestão do Projeto Salas Verdes**

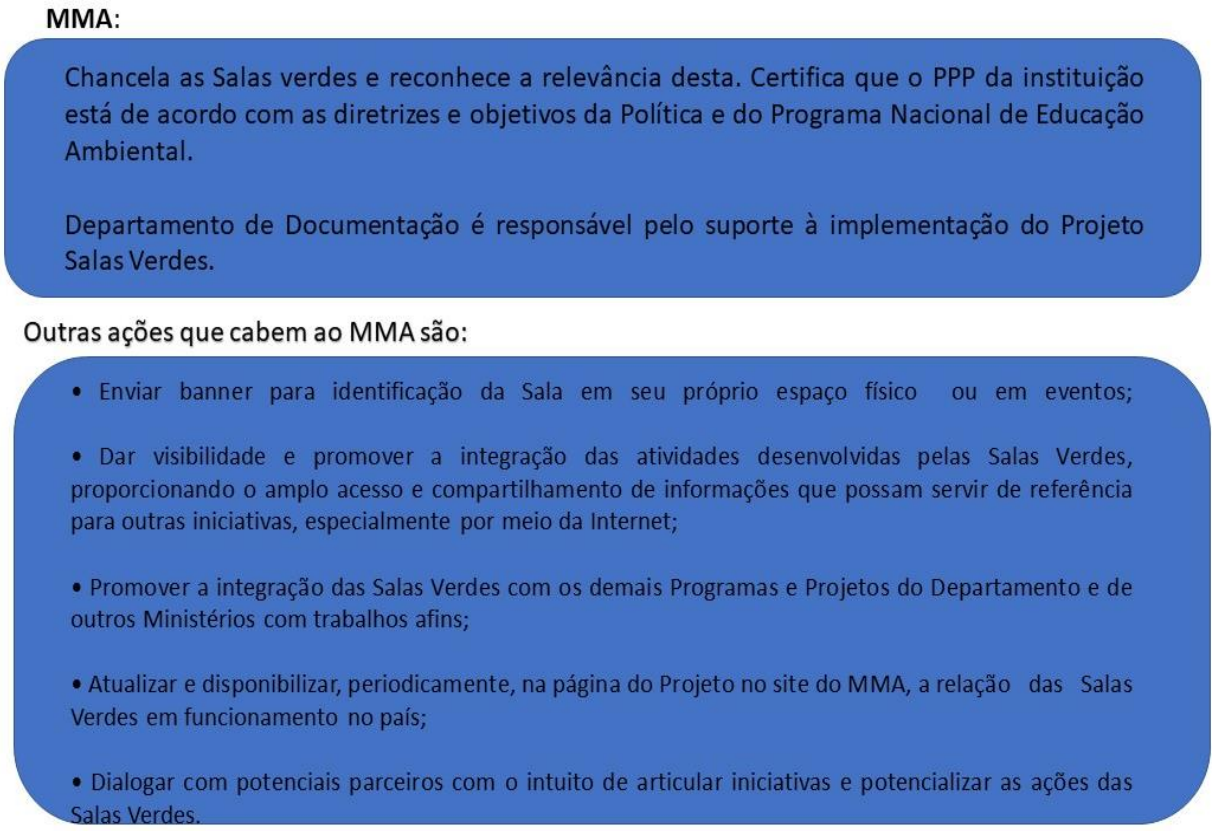



Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal das Salas Verdes, 2019.

A estratégia de gestão utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) é capilarizada, entre o próprio MMA, na esfera federal, com o apoio gerencial de Órgãos Seccionais e Locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no processo de implementação e acompanhamento das Salas Verdes. Os Órgãos Seccionais são as entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo

controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; os órgãos locais têm papel semelhante nas suas respectivas jurisdições (BRASIL, 2002). A função de cada instituição envolvida na gestão e implementação do Projeto Salas verdes mais detalhadamente, encontram-se a seguir (figuras 2, 3 e 4).

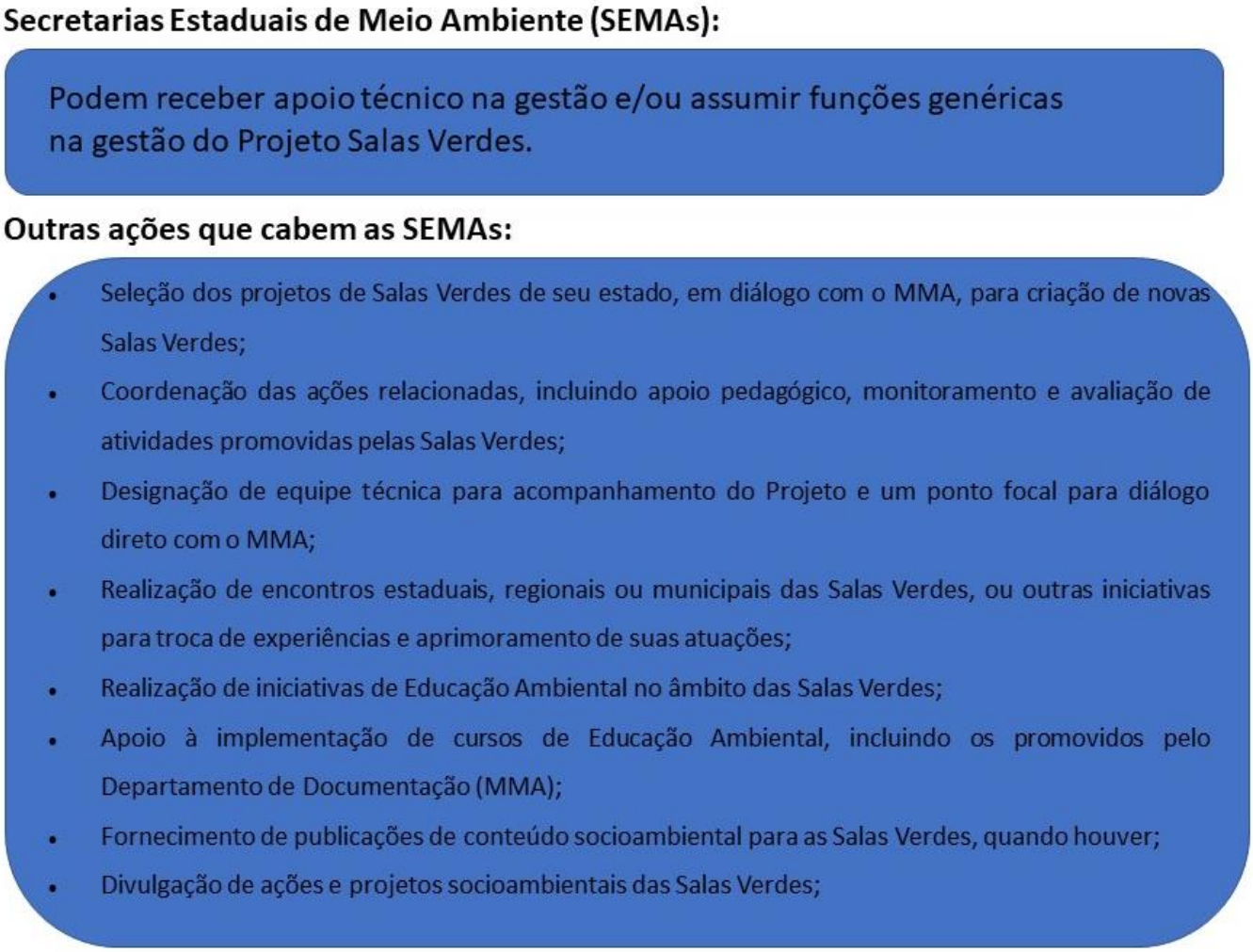
**Figura 2 - Função do MMA (âmbito federal) na gestão do Projeto Salas Verdes**




Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal Salas Verdes, 2019.

Observa-se que dentre as funções do MMA, constam não só o apoio material, como também a promoção de comunicação e integração entre as Salas Verdes e das mesmas com outros projetos que possam atuar como parceiros. Essa função é muito importante para que o projeto se desenvolva com qualidade e para que o mesmo realize ações articuladas em todo o território nacional.

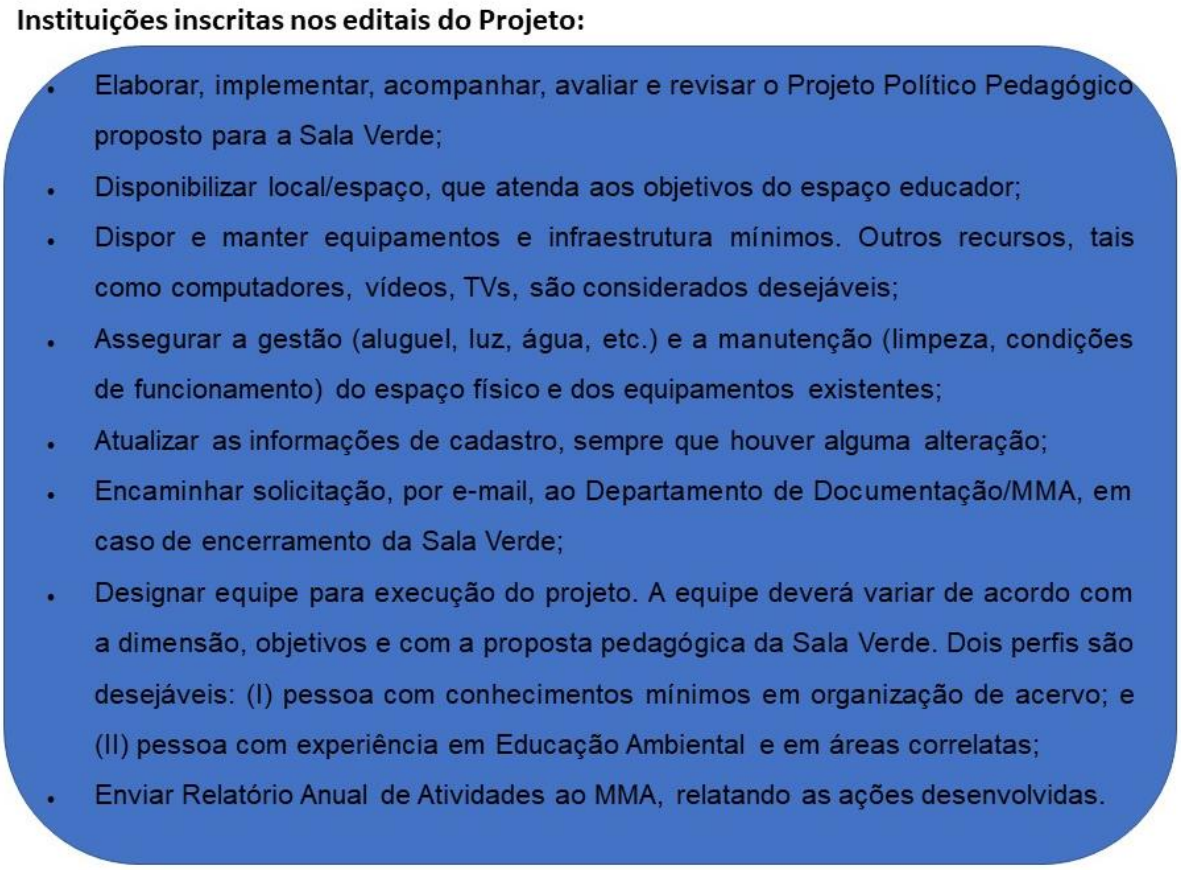
**Figura 3 - Função das SEMAs (âmbito estadual) na gestão do Projeto**




Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal Salas Verdes, 2019.

No caso das SEMAS, as funções são, em sua maioria, voltadas para a gestão das Salas, tanto na designação de equipe técnica para acompanhamento do projeto, quanto no oferecimento de apoio pedagógico e avaliação das atividades oferecidas nos locais. As funções que cabem a tal instituição, se mostram como essenciais para o funcionamento ideal das Salas e devem ser garantidas.

**Figura 4 – Função das Instituições inscritas (âmbito local) na gestão do Projeto Salas Verdes**




Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal Salas Verdes, 2019.

Às instituições gestoras cabe a manutenção e gestão local, do dia a dia. Desde o oferecimento e manutenção do espaço físico e equipamentos até a designação da equipe que executa as atividades nas Salas, função de extrema importância, pois é a gestão local que garante o funcionamento e execução das ações previstas pelo projeto. Sem espaço físico e equipe, não há Sala Verde.

O projeto foi criado com a intenção de atender demandas de diversas instituições que procuravam o MMA em busca de subsídios para suas ações de EA. Inicialmente tinha foco na criação de espaços com caráter de “biblioteca verde” com acervos de materiais voltadas à temática socioambiental, mas posteriormente o MMA, concebe as Salas Verdes como: “Espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver

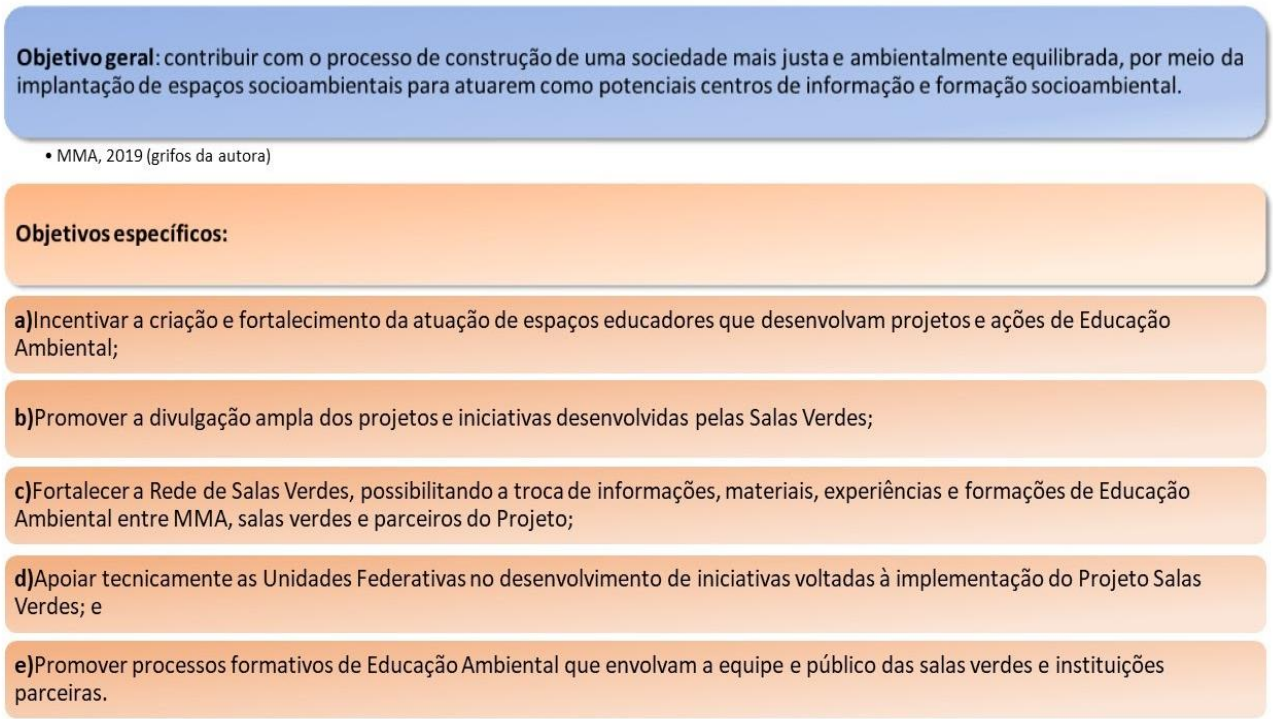
atividades diversas de EA como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas" (BRASIL, 2002, p. 1).

As Salas Verdes se encontram, em sua maioria, em prefeituras municipais, secretarias da educação e do meio ambiente, Universidades e em Unidades de Conservação, a sua implantação pode estar vinculada a instituições públicas ou privadas. A participação no projeto é feita por meio da inscrição nos Editais elaborados pelo MMA. No site do projeto Sala Verde, há a seguinte definição:

> Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade [...] O DEA parte da compreensão de que a Sala Verde deve cumprir um papel de dinamizadora de espaços/iniciativas já existentes, numa perspectiva articuladora e integradora (BRASIL; MMA, 2002, site).

Os objetivos do projeto são apresentados em seu site oficial, e estão apresentados na figura 5:

**Figura 5 - Objetivos do Projeto Salas Verdes**




Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal Salas Verdes, 2019.

Não existe um formato único ou modelos pré-definidos para a constituição das Salas Verdes e cada responsável é livre para implementá-la da maneira que entender ser melhor, mas há a necessidade de construção e constante revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), documento enviado pela instituição interessada na implementação da Sala, no momento de inscrição no edital. O PPP, segundo o MMA (2002, *website*) "[...] é o que explicita os porquês da Sala Verde; o como, o quando, o onde, o quanto, além de outras questões de cunho político e pedagógico". Existe um manual didático, disponibilizado no site do MMA pela Diretoria de EA, intitulado "Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes" (2005). O documento foi criado com o intuito de contribuir com atributos teóricos e práticos na construção do documento.

O manual didático, de Silva (2005), define o PPP como:

> [...] Projeto Político Pedagógico consiste na formulação e enunciação de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização. Qualquer proposta pedagógica pressupõe um projeto de sociedade, um projeto de ser humano. Este projeto pode ser democrático ou não, a depender da concepção de sociedade e sujeitos sociais que se tem. O percurso do Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes pode, em tese, ser centralizado em um indivíduo ou pequeno grupo o que o caracterizaria como um PPP autoritário, ainda que seu conteúdo se diga democrático. Ser construído de forma participativa é, portanto, mais que uma característica deste processo, mas antes de tudo um princípio político de extrema importância. O PPP não é apenas um produto, uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua, orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. (SILVA, 2005, p. 11).

No manual constam alguns tópicos que se considera importantes para quem deseja construir, avaliar e revisar seu PPP. Os tópicos apresentados são: 1) Identificação do Projeto; 2) Histórico e Justificativa; 3) Objetivos gerais e específicos; 4) Programação de ações e metas; 5) Desenvolvimento metodológico; 6) Mapeamento e identificação dos recursos; 7) Cronograma e 8) Monitoramento e Avaliação.

O MMA ressalta que a Sala Verde deve ser um local com multipotencialidades que pode realizar atividades como: cursos, palestras, formação continuada, oficinas,

eventos, reuniões, campanhas e exposições (BRASIL, 2002). No site Portal das Salas Verdes, desenvolvido em 2019, se encontram as seguintes informações:

> O MMA parte da compreensão de que a Sala Verde é parceira efetiva de suas ações na ponta, ou seja, é parte fundamental para dar concretude à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99). Para isto, a Sala Verde deve também articular-se com iniciativas já existentes, podendo estabelecer parcerias locais e regionais, com autonomia e iniciativa própria. As Salas Verdes também representam um potencial de capilaridade e de integração de políticas públicas, que pode ser representado pela pluralidade de suas propostas, pela diversidade do público atendido e pelos vários tipos de instituições que aportam estas Salas (BRASIL; MMA, 2019, site).

A implementação do Projeto Salas Verdes ocorre a partir de quatro linhas de ação, a saber: Articulação, Comunicação, Formação e Monitoramento e Avaliação. Os detalhes encontram-se no quadro 2.

**Quadro 2 - Detalhes sobre as linhas de ação do Projeto Salas Verdes**

| ARTICULAÇÃO | COMUNICAÇÃO | FORMAÇÃO | MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|
| O MMA busca estabelecer parcerias com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs e outras instituições interessadas, para a conjugação de capacidades técnicas no desenvolvimento de ações e projetos relacionados à EA não formal e ao Projeto Salas verdes Tais parcerias tem como objetivo estabelecer uma agenda compartilhada, atuando de forma cooperativa no desenvolvimento das ações do Projeto. As Salas Verdes criadas nas unidades federativas constituem uma rede de | Associada à divulgação pelo MMA das ações protagonizadas pelas Salas Verdes, tais como a realização de cursos, palestras e campanhas. Também se enquadra a participação desses espaços em grupos e redes sociais ligadas ao Projeto e, em menor escala, à disponibilização de publicações técnicas da área ambiental pelo Ministério, quando houver. As instituições participantes do Projeto formam a Rede de Salas Verdes, que atuam de forma colaborativa, por meio da troca de | Este eixo busca oferecer formação às equipes pedagógicas das Salas Verdes e também contribuir com os processos formativos realizados pelas Salas Verdes com os seus públicos.<br><br>O MMA possui uma plataforma de educação a distância (ead.mma.gov.br) e oferece regularmente cursos com diferentes temáticas, que contribuem para a formação de educadores ambientais e do público em geral. | Para **monitorar e avaliar** as ações realizadas no âmbito do Projeto, o MMA solicita às instituições um relatório anual de atividades, em formato simplificado, no qual as Salas Verdes apresentam um breve relato das ações desenvolvidas no ano anterior e avaliam a sua atuação e as ações do Projeto. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| espaços educadores capazes de atuar como parceiros das ações desenvolvidas pelos OEMAs. Como forma de incentivar a criação e reconhecer espaços atuantes em todo o Brasil, o Projeto lança chamadas para criação de Salas Verdes. Entre as ações que podem ser executadas pelos OEMAs estão desde a criação de novas Salas Verdes até o apoio na realização de processos formativos. | informações, experiências e materiais relevantes das instituições do Projeto. Considera-se as próprias Salas Verdes como agentes geradores da informação socioambiental que circula na rede e nos espaços de troca de informações do Projeto. | Para contribuir com a formação e fortalecer a atuação das instituições, o Projeto também propõe a realização de encontros regionais e/ou estaduais das Salas Verdes. | |

Fonte: Elaborado pela autora com informações retiradas do site Portal Salas Verdes, 2019.

Encontra-se também no site Portal das Salas Verdes, informações voltadas aos chamados, “espaços de interação”, para destacar os espaços virtuais criados com objetivo de potencialização do diálogo entre Salas Verdes. Alguns exemplos destes espaços são: grupo de e-mails, blogs, comunidade no facebook.

Em seu Portal, o MMA ressalta que:

> Esses meios de comunicação são ferramentas importantes para o fortalecimento do Projeto, uma vez que impulsionam a realização de ações integradas em uma rede colaborativa, permitem o conhecimento das ações e projetos das outras instituições, além de contribuir para o estabelecimento de parcerias. Ademais, as Salas Verdes também podem disseminar conhecimento e informações entre si, por meio de publicações e materiais que tratam de temáticas socioambientais, ampliando o acervo existente em cada instituição. Ao se articular em rede, em diálogo com as secretarias estaduais de meio ambiente e com o MMA, é possível, por exemplo, realizar encontros nacionais, regionais e locais, com o objetivo de avaliar as ações do Projeto, trocar experiências e aprimorar as ações (BRASIL; MMA, 2019, site).

Quanto ao histórico do projeto, no ano de 2000, por meio do Centro de Informação e Documentação (CID Ambiental) houve o início de um incentivo a criação de Salas Verdes. A partir de um levantamento de abrangência da política de distribuição de materiais bibliográficos pelo MMA, entre os anos de 2000 e 2003,

houve a criação das primeiras 45 Salas Verdes, por demanda espontânea. Neste mesmo período realizou-se a elaboração do Manual de Procedimentos para Salas Verdes, visando alinhar as expectativas e maior aproximação entre o MMA e as instituições atendidas pela ação (BRASIL, 2002). Houve, juntamente a isso a criação de processos de monitoramento e avaliação das Salas existentes e formulação de novas estratégias para crescimento da implantação de Salas verdes por todo o país (BRASIL, 2002).

Após esse primeiro período de disseminação de informações e tentativa de crescimento do projeto, encontraram-se algumas dificuldades, apontadas pelo MMA como:

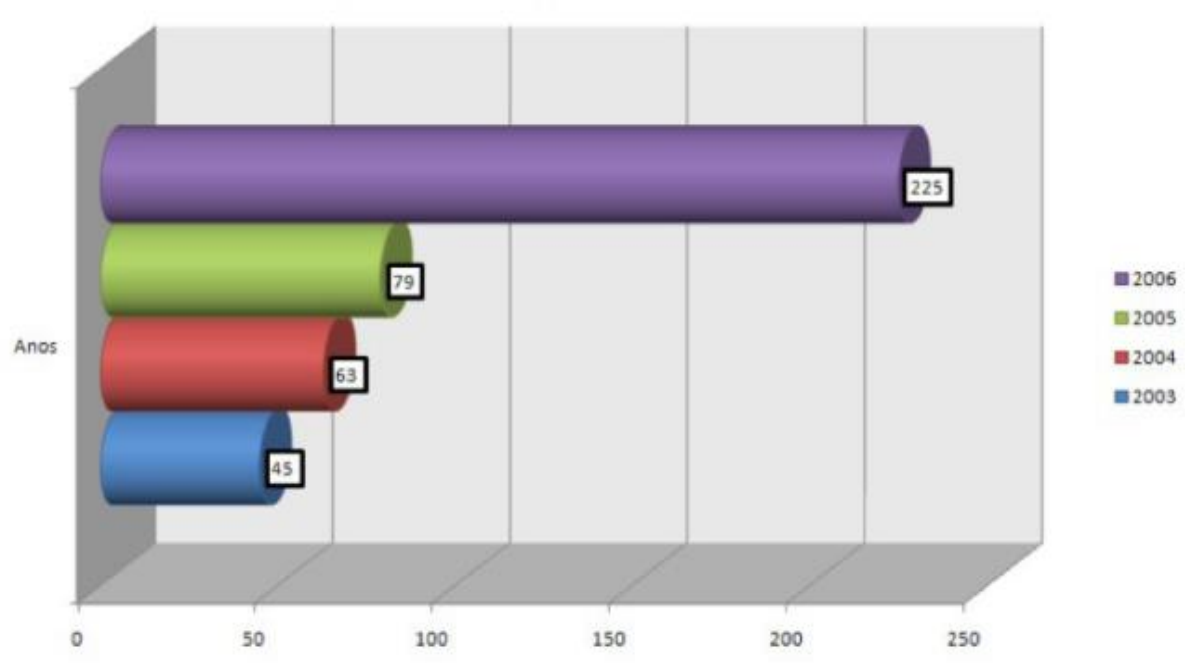
- Falta de garantia de que aqueles materiais e informações estivessem sendo efetivamente disponibilizados à população do município/região em questão;
- Carência de informações complementares posteriormente à retirada do material por parte destes técnicos e gestores;
- A disponibilização de materiais ficava restrita a pessoas e instituições que acessam diretamente o CID Ambiental, requerendo no mínimo uma visita (presencial) a Brasília, característica esta que se tornava um fator excludente à maioria dos municípios e organizações, especialmente aqueles considerados menores;
- Criava-se uma relação principalmente entre CID/MMA e as pessoas que retiravam os materiais do que uma relação interinstitucional;
- Carência de estratégias de monitoramento e avaliação da utilização destes materiais nos municípios envolvidos (BRASIL, 2002).

A partir de 2004, a forma de adesão ao projeto começou a ser realizada com a seleção de propostas, orientadas pelo lançamento do Manual do Processo Seletivo 01/2004. O documento definiu os pré-requisitos essenciais para a criação de uma Sala Verde que são: a) PPP, b) equipe técnica, c) espaço físico e d) garantia de manutenção. Foram selecionadas 63 Salas Verdes no primeiro processo seletivo (BRASIL, 2002).

Nos anos de 2004 e 2005, na elaboração dos Editais, houve uma busca de equiparação da representatividade no Projeto em todas as regiões, por este motivo, focou-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No ano seguinte, a novidade foi a descentralização do processo seletivo. No Manual do Processo Seletivo 01/2006 foram instituídas 17 câmaras técnicas temporárias de análise, com a participação e

parceria de Comissões Interinstitucionais de EA, Núcleos de EA do Ibama, Coletivos Jovens e Educadores, Redes de EA, entre outros. Cada Câmara técnica ficou responsável por analisar e indicar ajustes nas propostas recebidas e por acompanhar o desenvolvimento das Salas Verdes que foram implantadas sob sua responsabilidade (BRASIL, 2002). O total de Salas Verdes implementadas por ano, até 2006, é apresentado no site Portal Salas Verdes (figura 6) na qual se observa, a partir das mudanças implementadas no processo seletivo, um aumento no número de Salas Verdes aprovadas.

**Figura 6 - Total de Salas Verdes aprovadas por processo seletivo**

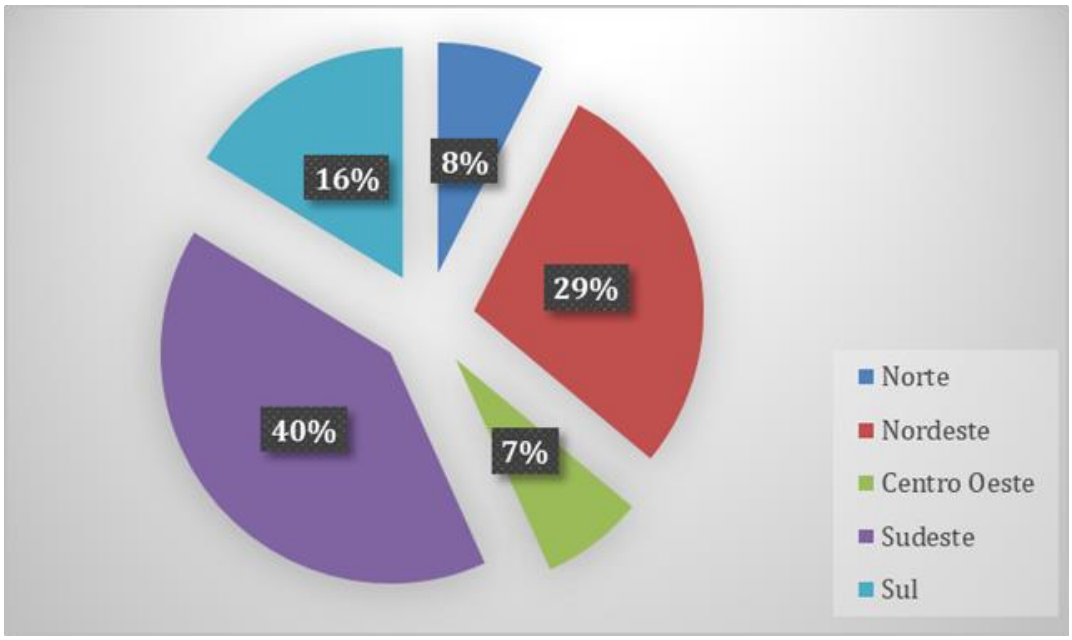



Fonte: Retirado do site Portal Salas Verdes, 2019.

Mais recentemente no período de 2015 a 2018, houve a consolidação do projeto, com a criação da Redes Salas Verdes, a partir da comunicação, em 2015, inicialmente realizada pelas Redes Sociais e pela troca de experiências entre os gestores das 310 Salas Verdes existentes até aquele ano. Posteriormente, foi criado o curso à distância, intitulado “Fundamentos e práticas de EA para espaços educadores” a partir das demandas obtidas por meio de pesquisa realizada com as Salas Verdes. No ano de 2017, foi aberto mais um processo seletivo para a criação de novas Salas. Foram recebidas 459 propostas de instituições e selecionaram-se ao todo 320 novas Salas Verdes (BRASIL, 2002).

No ano de 2019, existiam cadastradas 640 Salas Verdes por todo o país, a maioria localizada na região Sudeste que apresenta 258 Salas, seguida pela região Nordeste que conta com 182 Salas Verdes. As regiões Sul, Norte e Centro-Oeste possuem 104, 48 e 46 Salas respectivamente (BRASIL, 2002). A quantidade (em porcentagem) de Salas verdes existentes no Brasil, por região, está demonstrada no gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1 - Quantidade de Salas Verdes existentes no Brasil, por região.**




Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do site Portal Salas Verdes, 2019.

Após a aprovação da Sala verde no Edital, não há repasse de recursos financeiros e/ou equipamentos do MMA para as instituições selecionadas. A instituição recebe uma chancela do MMA, reconhecendo que o seu PPP está de acordo com os princípios da PNEA.

Tomando como pressuposto que o Projeto Salas Verdes foi pensado como um conjunto de ações para atender à uma política pública (PNEA), faz-se necessário pensar este Projeto deste ponto de vista e, portanto, destacamos a importância de sua avaliação, considerando seus objetivos para atendimento aos anseios e direitos da sociedade em relação ao meio ambiente e de promover as necessárias mudanças vislumbradas pela PP em questão.

Neste sentido, entendemos ser de vital importância o estudo e produção científica voltadas para as PPs, seu acompanhamento e avaliação, pois tais estudos contribuem para o entendimento de questões teóricas e práticas em relação ao próprio ato político, refletindo sobre os motivos e intenções das escolhas do governo para o desenvolvimento das suas ações (planos, programas e projetos).

Segundo Rodrigues (2011) o crescente interesse em estudar o tema políticas públicas tem relação com o quanto elas influenciam na vida cotidiana da população, no uso do dinheiro público, na distribuição de benefícios e serviços em geral. Além disso, entender os motivos de existirem ações e programas em certos temas e não em outros e o porquê de o governo agir de uma determinada forma, faz com que compreendamos mais, não só a nossa própria sociedade, mas também as consequências e efeitos destas ações e escolhas políticas (RODRIGUES, 2011).

Para que haja essa compreensão, devemos nos voltar para a avaliação das PPs existentes, considerando o contexto de formulação das mesmas, os diferentes grupos sociais envolvidos, além da construção de valores e relações de controle e poder que estão envolvidos neste processo (CARVALHO, 2010).

Assim, baseando-nos nessa caracterização do Projeto Salas Verdes exposta até aqui, e buscando também colaborar com a gestão pública, trazemos para essa investigação o propósito de avaliar a implantação e implementação do Projeto Salas Verdes no estado de São Paulo, por meio do acompanhamento e caracterização de quatro Salas Verdes utilizadas como exemplo. Este estudo se justifica, portanto, por contribuir com o campo de pesquisa em EA, bem como para o campo de avaliação de PPs, por se voltar para um projeto que foi proposto visando atender às PPs de EA. Na proposta, destacamos a importância dos espaços não formais de educação para a relação humana com a natureza e para um processo de formação política emancipatório.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi desenvolvida por abordagem qualitativa e realizada como estudo de campo, sendo que os dados obtidos foram descritos e interpretados segundo os referenciais teóricos adotados pela pesquisadora.

A pesquisa qualitativa se define, segundo Ludke e André (1986) por ter como fonte de dados o ambiente e o pesquisador como o instrumento de obtenção dos mesmos, dados esses que são mais comumente descritivos. Nesse tipo de pesquisa a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto e a indução é utilizada como método de análise para dados obtidos por meio de observação, entrevista e a análise documental, por exemplo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Além disso, a pesquisa descritiva se caracteriza como um estudo que observa, analisa e correlaciona fenômenos entre si, sem manipulação. Visa conhecer os fenômenos e as relações que ocorrem na sociedade como um todo, ou seja, trabalha com dados coletados sobre e na própria realidade (CERVO, BERVIAN E SILVA, 2007).

É importante citar que a pesquisa descritiva não se caracteriza como mera tabulação de dados, pois requer um olhar e um passo interpretativo, que muitas vezes vem da mescla de comparação, contraste, mensuração, classificação, avaliação, análise de particularidades. Esse tipo de pesquisa tem interesse no presente, busca descrever situações, locais ou fenômenos presentes, comparar e avaliar o que outros casos apresentam em problemas semelhantes, com intenção de auxiliar em futuras melhorias, decisões ou planejamentos (GRESSLER, 2003).

Quando um pesquisador se propõe a realizá-la, há uma exigência por parte da pesquisa descritiva para com o mesmo, de que conheça uma série de informações sobre o objeto a ser pesquisado, pois este é um tipo de pesquisa que visa descrever os fatos de uma determinada realidade, e para melhor capturá-la nos dados, as fontes devem ser diversas e múltiplas. Além disso, deve haver, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados (TRIVIÑOS, 1987).

Por sua vez, o estudo de campo, segundo Gil (2002) se caracteriza por apresentar aprofundamento nas questões propostas. Gil (2002) caracteriza o estudo de campo também como:

> Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo (GIL, 2002, p.53).

Os estudos de campo consideram, segundo SILVA (2014):

- Estudo de um grupo ou população
- Compreender estrutura social
- Exige deslocamento do pesquisador
- Uso de métodos qualitativos
- Aplicação mais flexível (SILVA, 2014, p. 28).

Assim, a utilização do estudo de campo nesta pesquisa contribuiu para a compreensão do desenvolvimento das propostas de EA nas Salas Verdes, para identificar as macrotendências de EA presentes nos PPPs das Salas estudadas no estado de São Paulo, assim como para compreender como as propostas do Projeto, idealizado pelo MMA, se desenvolvem nos contextos estudados.

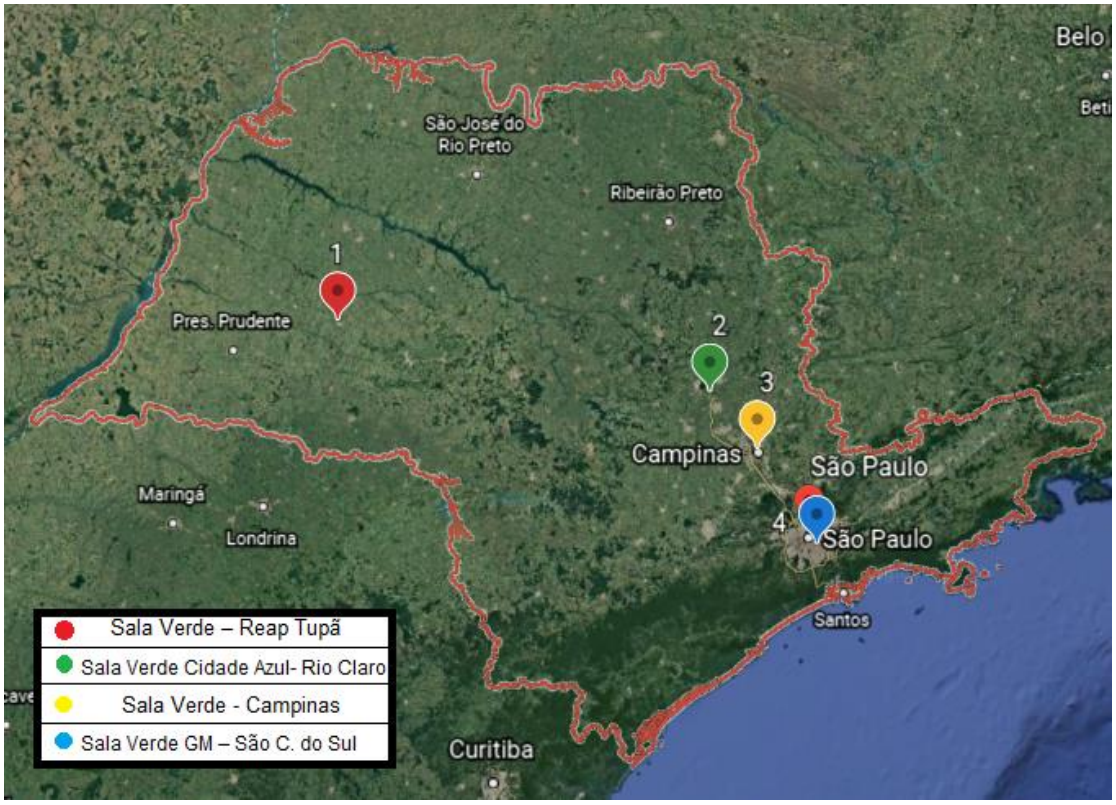
Para responder as questões de pesquisa, inicialmente, apresentamos a distribuição geográfica e a abrangência das Salas Verdes no estado de São Paulo, ou seja, em quais regiões geográficas há maior número de Salas implantadas, considerando também os tipos de instituição responsável pela gestão das mesmas.

Ao olharmos para o montante de Salas Verdes apresentado no site do MMA denominado Portal das Salas Verdes, observamos que existem diversas possibilidades de instituições gestoras, como por exemplo, prefeituras, Universidades, empresas, ONG, e outros tipos como Sindicatos, Associações e Institutos. Com base nessa característica, dentre as Salas Verdes no Estado de São Paulo, selecionamos quatro delas para serem estudadas, a título de exemplos dessas diferentes formas de gestão, quais sejam: a) Prefeitura; b) Universidade Pública; c) Empresa privada; d) ONG. O propósito dessa escolha foi entender, a partir de casos particulares, como

cada tipo de instituição gestora implementa, assume e realiza a gestão das Salas Verdes e quais as particularidades de cada uma delas.

A seleção realizada resultou no conjunto das quatro Salas Verdes das seguintes localidades: Tupã, Rio Claro, Campinas e São Caetano do Sul. Cada exemplo foi escolhido por uma motivação específica, sendo a de Tupã a única Sala Verde do Estado que se encontra dentro de uma Universidade Pública (Unesp) e a de São Caetano do Sul, a única do Estado dentro de uma empresa privada multinacional (General Motors). A de Campinas e a de Rio Claro, foram selecionadas como exemplos de gestão por ONG e Poder público, respectivamente. Tais formatos de gestão existem em outros municípios do Estado de SP, mas essas mencionadas foram selecionadas pelo sucesso obtido nas tentativas de contato com os responsáveis. A localização de cada Sala Verde selecionada para o trabalho se encontra na figura 7.

**Figura 7: Mapa da localização dos munícipios das Salas Verdes selecionadas**




Fonte: Elaborada pela autora com Google Earth®.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram efetuadas entrevistas com os responsáveis pelas Salas Verdes em questão (coordenadores e equipe). As entrevistas são uma técnica de investigação cientifica, definida por Haguette (2001) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 2001, p. 86). Entendemos que a realidade concreta não pode ser reduzida a visão e a concepção dos indivíduos, e utilizamos esta técnica como modo de obter uma aproximação da experiência vivida pelos entrevistados e foram utilizadas como uma forma de complementação na obtenção de dados por observação direta, também realizada no presente trabalho.

O formato de entrevista adotado foi o de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas são aquelas que seguem um roteiro elaborado previamente, mas que não tem questões fechadas e sim um foco em determinados assuntos, permitindo adaptações de acordo com o rumo do diálogo estabelecido entre as partes (MANZINI, 1991).

As entrevistas foram realizadas após a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unesp Rio Claro (CAAE 08145119.6.0000.5465). Houve a utilização de um gravador de áudio durante as entrevistas, mediante autorização dos entrevistados, e as mesmas foram realizadas baseando-se em dois tipos de roteiros, sendo um elaborado para a entrevista com o coordenador da Sala Verde em questão e outro diferente para a entrevista com os demais membros da equipe (apêndice A). Foram realizadas doze entrevistas todas durante o ano de 2019. Cada uma delas teve a duração média de 20 minutos e todas ocorreram nas Salas Verdes às quais os participantes estavam vinculados. Posteriormente os áudios foram transcritos[8] para que pudéssemos construir a análise.

Para a obtenção de dados, realizamos também a observação direta de atividades que ocorreram durante o período de estudo das Salas Verdes selecionadas, com registro fotográfico da infraestrutura e instalações das Salas. A

[8] No momento de transcrição do áudio para o formato de texto, houve correções da língua portuguesa.

observação direta, é uma técnica de coleta de dados em que, a partir da utilização dos sentidos, busca-se compreender aspectos da realidade. Não apenas ouvindo e vendo e sim examinando os fatos, ações e experiências que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 1990). Durante a observação nos baseamos em um roteiro preestabelecido e para registro das informações e dados foram feitas anotações em caderno de campo, para posterior análise.

Como terceiro procedimento para obtenção de dados, foi realizada a análise documental dos PPPs das quatro Salas Verdes selecionadas para este estudo. A escolha pela realização de análise do PPP se deu por conta de esse ser o documento que define e fundamenta as ações planejadas para desenvolvimento do trabalho de EA nas Salas Verdes, sendo uma exigência do Projeto no momento da inscrição.

A análise documental nos permite complementar as informações obtidas pelas outras fontes de dados, a partir de uma finalidade específica. Esta técnica também pode ser definida como um conjunto de interpretações, visando à descrição e representação dos documentos, resultando em algo sistemático para garantir a recuperação da informação. É realizada visando cumprir o objetivo de descrever o conteúdo dos documentos diferentemente de como estão dados originalmente, relacionando-os com as outras técnicas complementares utilizadas geralmente, e possibilitando seu intercâmbio e sua consulta com maior facilidade, ou seja, a análise documental passa por um processo de transformação do documento nas suas informações, que são então interpretadas (IGLESIAS; GÓMEZ, 2004).

Após o levantamento dos dados, a partir das diferentes fontes (entrevistas, observação, e leitura dos PPPs) realizamos a leitura dos textos gerados, com o propósito de, por meio de uma análise interpretativa (MARCONI; LAKATOS, 2003), entender mais sobre o que ocorre nas Salas Verdes selecionadas. Segundo Marconi e Lakatos (2003), um texto é uma unidade que apresenta um pensamento completo, e na leitura para análise, há algumas fases a serem cumpridas. Inicialmente realiza-se análise textual, que é uma leitura rápida para obtenção de uma visão do conjunto da unidade textual. Uma análise temática, que possibilita maior compreensão do texto, observando detalhes sobre a sua estrutura e uma terceira etapa, chamada de análise interpretativa, onde se busca estabelecer uma espécie de diálogo com o autor, indo além das palavras, analisando criticamente a narrativa e estabelecendo relações

contextuais, o que proporciona o surgimento de um novo texto, unindo as ideias do autor da unidade textual e a interpretação do leitor/pesquisador.

Ainda na fase de análise dos documentos e textos gerados com as entrevistas e observações diretas, buscamos fazer relação com o documento de uma PP de EA e a PNEA. A PNEA, em seu artigo 4º, apresenta os princípios básicos da EA, destacados a seguir:

> I – O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
> II – A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
> III – O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
> IV – A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
> V – A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
> VI – A permanente avaliação crítica do processo educativo;
> VII – A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
> VIII – O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (PNEA,1999, Art. 4º).

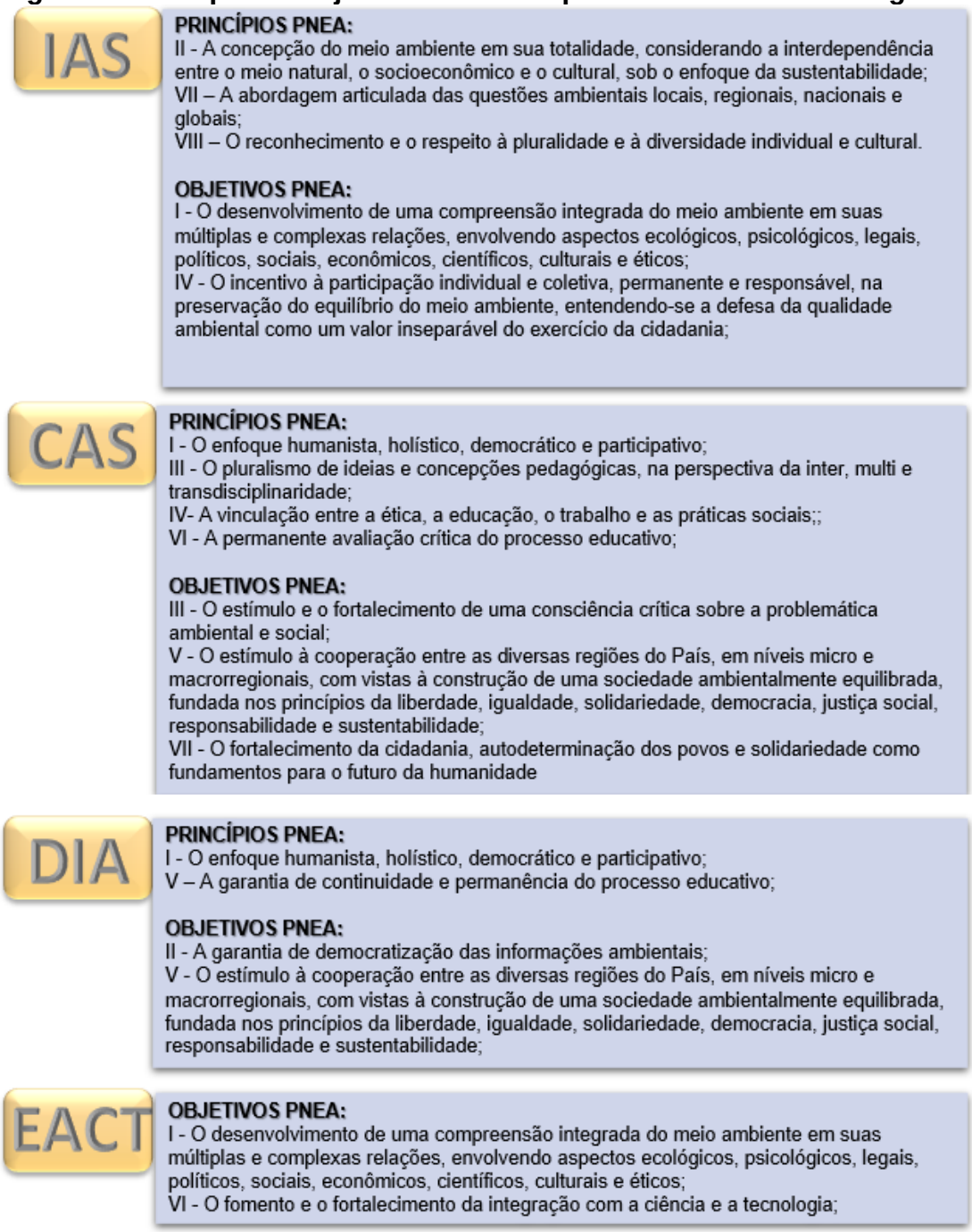
Os objetivos fundamentais da EA apresentados na PNEA, são:

> I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
> II - A garantia de democratização das informações ambientais;
> III - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
> IV - O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
> V - O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
> VI - O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
> VII - O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (PNEA,1999, Art. 5º).

Após a leitura dos princípios e objetivos da PNEA, as categorias foram construídas de tal forma a aglutinar e resumir os mesmos e no procedimento de

construção das mesmas, alguns deles foram alocados em mais de uma categoria. As categorias criadas nos orientaram no trabalho de análise, sendo elas: Integração ambiente sociedade (**IAS**); Criticidade acerca do ambiental e do Social (**CAS**); Democratização da informação e do acesso (**DIA**) e EA integrada com a ciência e a tecnologia (**EACT**). Cada princípio e objetivo da PNEA está representada em uma das categorias abaixo, que constam na figura 8.

**Figura 8: Princípios e objetivos da PNEA presentes em cada Categoria**



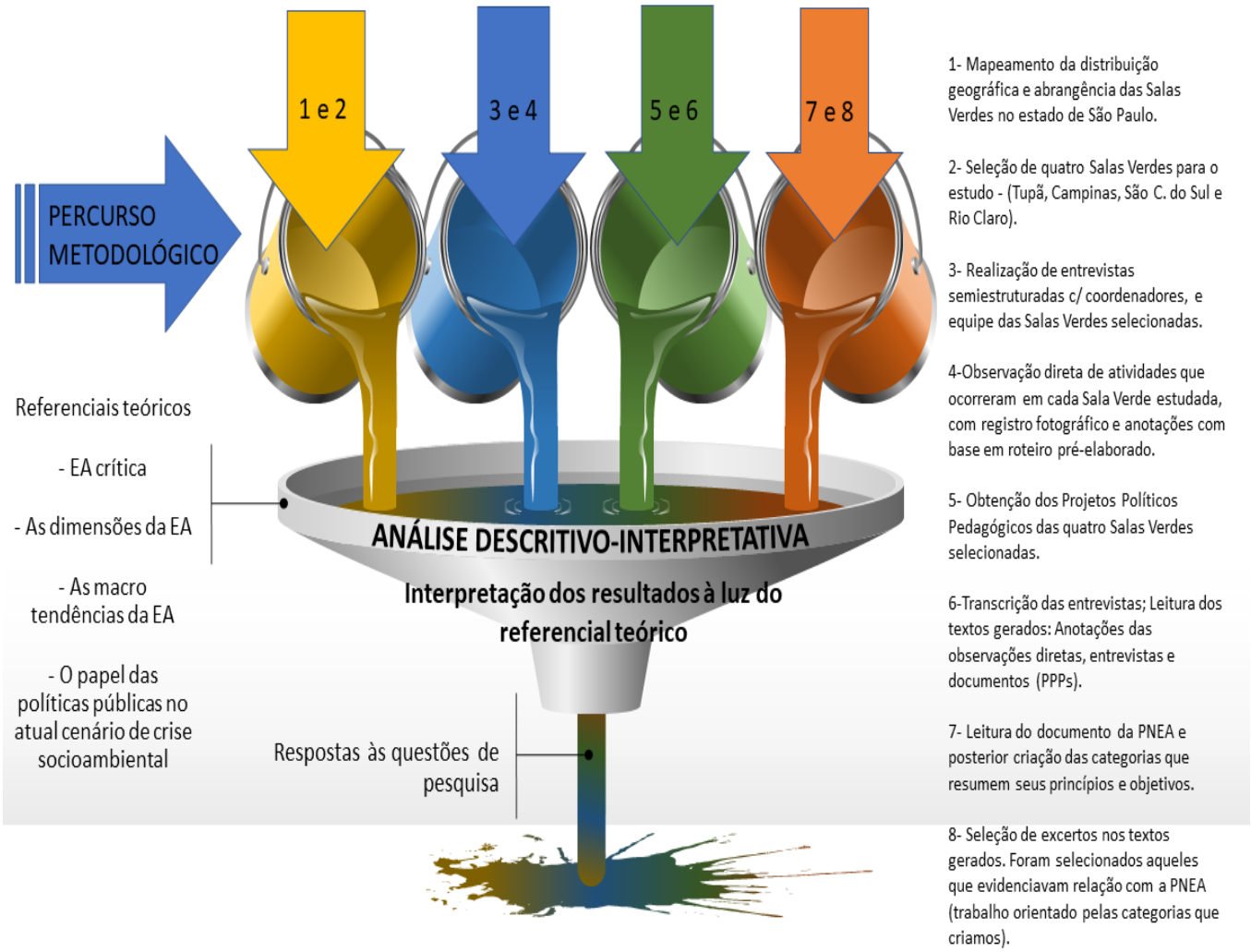
Fonte: elaborado pela autora.

No momento das análises dos dados obtidos na pesquisa por meio da leitura dos PPPs, entrevistas e observação direta das atividades, buscamos, por meio das categorias criadas, identificar os elementos textuais contidos em excertos que evidenciam o atendimento aos princípios e objetivos da PNEA, segundo a nossa interpretação. Nos excertos selecionados para o trabalho as categorias aparecerão no início de cada frase em negrito.

A partir desses procedimentos de natureza descritiva-interpretativa, os dados obtidos por meio de diferentes fontes foram analisados à luz dos principais referenciais teóricos adotados nessa pesquisa, quais sejam, a EA crítica e as dimensões (LOUREIRO, 2008; LIMONT, 2009; GUIMARÃES, 2004; LIMA, 1999; CARVALHO, 2006), as macro tendências para o trabalho com a EA (LAYRARGUES; LIMA, 2014) e o papel das políticas públicas no atual cenário de crise socioambiental (LYNN, 1980; ANDRADE; SORRENTINO, 2013; FREY, 2000; DYE, 2009; SECCHI, 2010; FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986; RUA, 1997), na busca por articulá-los e dar resposta às nossas questões de pesquisa.

Na figura 9 sintetizamos o percurso metodológico da pesquisa.

**Figura 9: Etapas e procedimentos do percurso metodológico**




Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, buscamos com este estudo elaborar análise do Projeto Salas Verdes no Estado de São Paulo como uma das ações voltadas para a implementação de PPs de EA e, ao mesmo tempo, fornecer dados qualitativos que poderão contribuir para a avaliação da efetividade do Projeto Salas Verdes no Brasil.

# 5 RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos, primeiramente, o resultado do mapeamento das Salas Verdes no estado de São Paulo feito por meio das informações contidas no site do MMA sobre o Projeto, tecendo algumas considerações que podem contribuir para entender como o Projeto se organiza em âmbito nacional. Em seguida, trazemos a análise dos dados obtidos em diferentes fontes, quais sejam, os PPPs, as entrevistas realizadas com as equipes das Salas e as observações de atividades realizadas nos espaços das Salas Verdes que foram selecionadas para este estudo.

## 5.1 Mapeamento das Salas Verdes do estado de São Paulo: distribuição geográfica, abrangência e funcionamento

A região Sudeste do Brasil é a que apresenta maior número de Salas Verdes, sendo que, como parte desta região, o estado de São Paulo apresenta 84 Salas Verdes, seguido do estado de Minas Gerais com 65, Rio de Janeiro com 36 e Espírito Santo que conta com 14 Salas. Os nomes e a localização das Salas Verdes localizadas no estado de SP, encontram-se no quadro 3.

**Quadro 3 - Salas Verdes do estado de São Paulo por município e tipo de gestão, em ordem alfabética**

| **MUNICÍPIO** | **INSTITUIÇÃO GESTORA** |
|---|---|
| Águas de Santa Bárbara | Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Águas de Santa Bárbara |
| Americana | Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| Anhumas | Prefeitura Municipal de Anhumas |
| Aparecida | Prefeitura Municipal de Aparecida. |
| Araçatuba | Clube da Árvore Araçatuba (ONG) |
| Araraquara | Prefeitura Municipal de Araraquara |
| Arealva | Instituto Noosfera |
| Artur Nogueira | Prefeitura Municipal de Artur Nogueira |
| Avaré | Centro Municipal De Educação Ambiental |
| Barueri | Secretária de Recursos Naturais e Meio Ambiente /Barueri |

| | |
|---|---|
| Barueri | Movieco |
| Bertioga | Prefeitura do município de Bertioga |
| Botucatu | Instituto Flora vida |
| Botucatu | Escola do Meio Ambiente (EMA) - Secretaria Municipal de Educação |
| Bragança Paulista | Secretaria Municipal de Educação de Bragança Paulista – SP |
| Cabreúva | Associação Japi |
| Campinas | Associação Beneficente Amigos da Vila IAPI |
| Campinas | Sociedade Cultural, Cientifica e Ecológica Trilha Verde (ONG) |
| Cananéia | Prefeitura Municipal da estância de Cananéia |
| Capão Bonito | IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável |
| Carapicuíba | Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Carapicuíba |
| Castilho | Prefeitura do Município de Castilho (SP) |
| Cubatão | Prefeitura Municipal de Cubatão |
| Diadema | Prefeitura de Diadema |
| Dracena | Prefeitura Municipal de Dracena |
| Fernandópolis | Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| Garça | Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente |
| Guapiara | Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Guapiara |
| Ibitinga | Prefeitura Municipal Da Estância Turística De Ibitinga |
| Igarapava | Prefeitura Municipal de Igarapava |
| Ilhabela | Associação Mantenedora Aquário de Ilhabela |
| Itaí | Prefeitura Municipal de Itaí (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) |
| Itapecerica da Serra | Secretaria de Planejamento e Meio ambiente/ Itapecerica da Serra |
| Itatiba | Prefeitura Municipal de Itatiba |
| Jacareí | Prefeitura Municipal de Jacareí |
| Jaguariúna | Prefeitura do Município de Jaguariúna |
| Jaú | Instituto Pró-Terra |
| Jaú | Secretaria de Meio Ambiente do Município de Jaú |
| Jundiaí | Prefeitura do Município de Jundiaí |
| Jundiaí | Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social |
| Juquitiba | Observatório do Turismo de Juquitiba |
| Lins | Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão (SAAE) |
| Lorena | ICMBio/Flona Lorena |
| Lorena | Prefeitura Municipal de Lorena |
| Louveira | Secretaria De Gestão Ambiental |
| Luiz Antônio | Fundação Ambiental de Luiz Antônio |

| | |
|---|---|
| Marabá Paulista | Departamento Municipal do Meio Ambiente |
| Marília | Arvores para o futuro |
| Mauá | Secretaria do Verde e Meio Ambiente |
| Mineiros do Tietê | Movimento de ação Ambiental Bicho do Mato |
| Mirassolândia | Município de Mirassolândia |
| Mococa | Prefeitura Municipal de Mococa |
| Nova Aliança | Centro De Educação Ambiental E Cultural - Dirson Camargo |
| Nova Odessa | Secretaria Municipal de Educação |
| Olímpia | Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia - DAEMO Ambiental |
| Onda Verde | Telecentro “Édio Albertin” |
| Osasco | Secretaria de Meio Ambiente |
| Pederneiras | Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| Pedro de Toledo | Instituto De Conservação Ambiental Rio Itariri |
| Penápolis | DAEP - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis |
| Pilar do Sul | Instituto Refloresta (Associação Ecoar Florestal) |
| Pindamonhangaba | FATEC Pindamonhangaba |
| Pirassununga | Sindicato dos Servidores Municipais de Pirassununga |
| Pirassununga | CEPTA/ICMBio/MMA |
| Piratininga | Prefeitura Municipal De Piratininga |
| Presidente Prudente | Município De Presidente Prudente |
| Presidente Venceslau | Associação de Recuperação Florestal do Pontal do Paranapanema – Pontal Flora |
| Promissão | AES Tietê Energia AS |
| Ribeirão Pires | Instituto Acqua Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental |
| Ribeirão Preto | Estação Luz Espaço Experimental De Tecnologias Sociais (ONG) |
| Ribeirão Preto | Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil |
| Rio Claro | Prefeitura Municipal de Rio Claro |
| Santa Cruz da Esperança | Prefeitura Municipal De Santa Cruz Da Esperança |
| Santo André | Prefeitura Municipal de Santo André |
| Santo André | Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André |
| Santo Antônio de Posse | Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse - Secretaria Municipal de Educação |
| Santos | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santos |
| Santos | Associação Parcel Centro de Educação Ambiental e Museu Marinho Didático Itinerante |
| Santos | Jardim Botânico Municipal de Santos "Chico Mendes" |

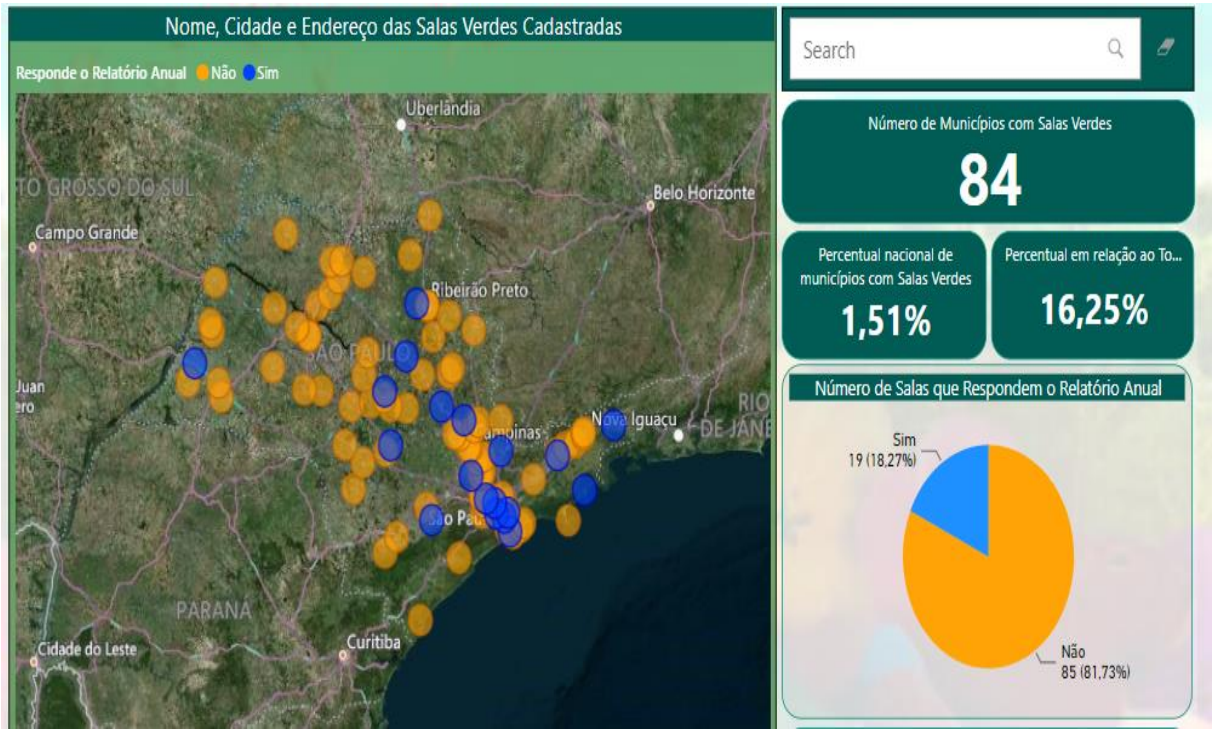
| | |
|---|---|
| Santos | Consciência pela Cidadania – Concidadania |
| São Caetano do Sul | Parque e Escola Municipal de Ecologia Jânio da Silva Quadros |
| São Caetano do Sul | General Motors |
| São Carlos | Prefeitura Municipal de São Carlos |
| São Joaquim da Barra | Arte na Terra |
| São José do Barreiro | ANPED-Associação Nacional de Pesquisa em Design |
| São José do Rio Preto | Instituto Mudar |
| São Paulo | Associação Coletivo Difusão |
| São Paulo | Casa da Vovó GiGi |
| São Paulo | Associação Caminho Suave Sócio Ambiental (OSCIP) |
| São Paulo | Universidade Internacional da Paz – Unipaz São Paulo Capital |
| São Paulo | Associação Mamberti de Cultura |
| São Paulo | Fundação Julita (ONG) |
| São Paulo | ONG Koaraci |
| Sarapuí | Prefeitura Municipal de Sarapuí |
| Sertãozinho | Prefeitura Municipal de Sertãozinho - Escola de Educação Ambiental "Clóvis Badelotti" |
| Socorro | Associação Parcel - Centro de Educação Ambiental e Museu Marinho Didático itinerante |
| Taubaté | E.M.I.E.F. SEDES |
| Torrinha | Prefeitura Municipal de Torrinha |
| Tremembé | Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé |
| Tupã | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Tupã - Faculdade de Ciências e Engenharia |
| Tupi Paulista | Prefeitura Municipal de Tupi Paulista |
| Ubarana | Acepeub - Associação E Centro De Estudos Da Unidade Brasileira |
| Ubatuba | Prefeitura de Ubatuba - Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| Várzea Paulista | Unidade Gestora Municipal de Educação |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do site Portal das Salas Verdes.

Notamos uma diferença entre os dados apresentados no quadro 3 e no mapa (figura 10) do mesmo Portal das Salas Verdes do MMA, sendo que o quadro mostra 104 Salas Verdes na Unidade Federativa de SP e o mapa interativo mostra um total de 84 Salas. Isso se explica, pois, alguns municípios possuem mais de uma Sala Verde, como é o caso do município de São Paulo, por exemplo, que possui oito Salas cadastradas. Obtivemos essa informação por meio de um e-mail enviado diretamente para o MMA no dia 09 de março de 2020, pois no site Portal Salas Verdes não se

encontra explicação sobre isso. No e-mail foram pontuadas as dúvidas e obtivemos retorno dois dias após o primeiro contato (anexo 1).

**Figura 10 - Localização das Salas Verdes, estado de SP.[9]**




Fonte: Imagem retirada do site Portal Salas Verdes, MMA, 2019.

Na figura 10 observamos, pelo gráfico, o número de Salas do estado de São Paulo que encaminha o Relatório Anual, documento que resume e relata as atividades desenvolvidas durante o ano na Sala Verde. O gráfico revela que a maioria dos responsáveis pelas Salas não responde o Relatório (81,73 %), o que é algo que chama a atenção, visto que este documento pode ser importante para que o MMA realize o acompanhamento e avaliação das Salas.

Até o ano de 2018 o Departamento de EA, responsável pela gestão do Projeto, solicitava este relatório por meio de um formulário online e, a partir de 2019, a submissão do formulário online terminou, pois iniciou-se o desenvolvimento de um sistema para gestão do Projeto Salas Verdes, por meio do qual os coordenadores

[9] A palavra cortada na figura 10 é: “TOTAL”

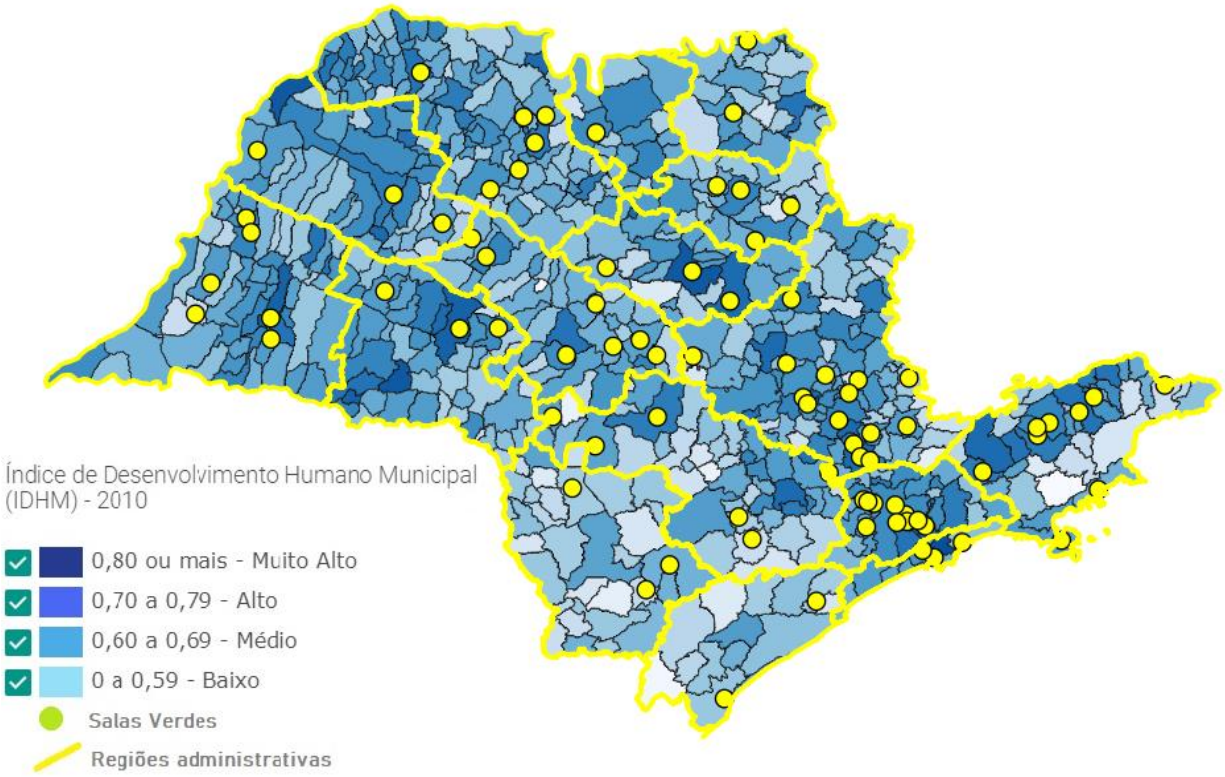
podem atualizar dados, propor Salas Verdes, receber informes, notícias e dados estatísticos do Projeto, dentre outras funcionalidades, além de preencher e enviar os relatórios anuais. Esse sistema não estava disponível até o momento da escrita desse trabalho, sendo que esta informação também foi obtida em troca de e-mails com o MMA.

Na mesma troca de mensagens de e-mails, o MMA nos informou que não realiza cobrança dos relatórios aos responsáveis das Salas ou qualquer tipo de notificação aos que não enviam o mesmo, mas que esperam que o sistema que será implementado possibilite mais eficiência no monitoramento das Salas Verdes, indicando quais realmente estão ativas, provocando maior aderência ao envio dos relatórios, levantando informações sobre a qualidade das intervenções realizadas, possibilitando um fortalecimento do espaço, um monitoramento e o levantamento de dados estatísticos de todas as Salas do Projeto.

Esse tipo de acompanhamento é essencial para que exista visão completa da implementação e desenvolvimento do Projeto Salas Verdes como um todo, não apenas no estado como também no país. Além disso, também se mostra importante o conhecimento acerca da distribuição e abrangência das Salas Verdes, visando conhecer as regiões mais ou menos atingidas com a criação das mesmas, visto que isso também é uma ferramenta que pode contribuir com a avaliação e possível reformulação do Projeto.

Ao produzirmos uma distribuição geográfica das Salas Verdes no estado de São Paulo, tomando como referência as Regiões Administrativas (figura 11), podemos pensar essa distribuição e sua efetividade considerando as demandas das populações residentes em tais municípios, os problemas socioambientais gerados e existentes em cada região e locais, e a efetividade de ações educativas para os munícipes, como forma de romper a cadeia de acontecimentos e conflitos socioambientais, por meio da EA.

**Figura 11 - Salas Verdes do estado de SP: Regiões Administrativas e o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal[10] (IDHM)**




Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2019.

Desta forma, distribuímos as Salas verdes na tabela 1 de acordo com as regiões administrativas para, em seguida, trazer os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada região onde as Salas Verdes se localizam no estado de SP. Partimos dos dados de IDH municipais, obtidos na página da SEADE e a partir disso foram calculados os IDHs médios de cada região administrativa do Estado de São Paulo (SEADE, 2010).

[10] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD,s.d.).

**Tabela 1 - Número de Salas Verdes por Região Administrativa**

| REGIÃO ADMINISTRATIVA (estado de SP) | Nº DE SALAS | POPULAÇÃO DA REGIÃO | IDH MÉDIO | Localização das Salas Verdes selecionadas para este estudo |
|---|---|---|---|---|
| São Paulo | 20 | 20.141.707 | 0,759 | São Caetano do Sul |
| Santos | 6 | 1.709.686 | 0,7586 | |
| Campinas | 20 | 6.325.125 | 0,7545 | Rio Claro/ Campinas |
| Araraquara/ Central | 3 | 976.993 | 0,7435 | |
| São José do Rio Preto | 5 | 1.451.761 | 0,7427 | |
| Barretos | 1 | 425.054 | 0,7414 | |
| Araçatuba | 3 | 733.552 | 0,7404 | |
| Ribeirão Preto | 5 | 1.225.286 | 0,7403 | |
| Franca | 2 | 734.707 | 0,740 | |
| Bauru | 8 | 1.096.961 | 0,7383 | |
| Presidente Prudente | 6 | 842.982 | 0,7360 | |
| São José dos Campos | 10 | 2.316.604 | 0,7345 | |
| Marília | 3 | 978.804 | 0,7307 | Tupã |
| Sorocaba | 9 | 2.890.965 | 0,7178 | |
| Registro | 2 | 287.002 | 0,7033 | |

Fonte: Elaborado pela autora com base em PNUD- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Os dados da tabela 1 e da figura 11 indicam que as Salas Verdes estão concentradas nas regiões de maior IDH do estado de São Paulo, locais em que há maior acesso à informação e onde a educação pública apresenta os melhores resultados nas avaliações estandardizadas. A região de Campinas, por exemplo, já obteve notas no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP), superiores às notas estaduais. No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também observamos, em municípios da região administrativa, médias superiores as médias nacionais e estaduais (PEREZ, 2010). O que nos remete a conclusão de que as Salas Verdes não estão atingindo os locais que mais apresentam necessidade de espaços como estes e onde há maior carência na oferta de ensino, consequentemente de atividades de EA e também de oportunidades de formação ambiental em geral, que poderiam ser oportunizados por meio das Salas Verdes.

Sabemos que são as próprias instituições que se inscrevem. por interesse próprio, no edital do Projeto Salas Verdes, contudo, observando o déficit de Salas em algumas regiões do estado entendemos que pode ter havido falha na divulgação do

Projeto em tais regiões, gerando menor número de inscrições e, consequentemente, menos probabilidade de acesso à EA por essas populações. O apoio técnico às Unidades Federativas para o desenvolvimento de iniciativas de implementação das Salas Verdes é um dos objetivos do Projeto (vide figura 5, pág. 48), mas o mapa (figura 11) demonstra que isso não está, até o momento, ocorrendo de maneira homogênea.

Outro dado importante a se considerar diz respeito à distribuição espacial das principais e mais frequentes problemáticas socioambientais encontradas no estado de São Paulo. O estado de São Paulo é o mais populoso do país (44 milhões de habitantes, em média) e também o mais industrializado, o que leva a existência de diversos problemas socioambientais, tais como a poluição do ar e da água, esgotamento das fontes de água para abastecimento, concentração demográfica em áreas de risco, erosão e contaminação de terras agrícolas, poluição do solo por atividade de mineração, ameaça aos remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado (sendo que restam apenas 12% e 1%, respectivamente da cobertura original destes biomas) o que gera uma consequente perda de biodiversidade animal e vegetal (SÃO PAULO, 2019). Esses problemas são mais evidentes na cidade de São Paulo, e Campinas, por exemplo, áreas densamente ocupadas. A industrialização também se mostra bastante presente e é nessas regiões administrativas onde há maior presença das Salas Verdes.

As problemáticas socioambientais ocorrem em praticamente todas as regiões do estado de São Paulo, sendo mais intensas nos municípios mais populosos, como apresentado, o que nos leva a concluir que existe a necessidade da ação e implantação de PPs de EA em todo o estado. Cada região apresenta a sua especificidade, mas nas regiões com menor IDH, sendo a educação um dos fatores do cálculo deste índice, entende-se que estas seriam as regiões com mais necessidade da criação de Salas Verdes e outros tipos de PPs de EA e ações voltadas a formações, tanto ambientais quanto educacionais de maneira geral.

Sabemos que as PPs ressoam não só na economia, mas na sociedade como um todo e são formuladas como ações dos governos democráticos, que traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e projetos, visando sanar necessidades/demandas sociais, como por exemplo as problemáticas socioambientais (SOUZA, 2006). Ou seja, um problema que surge na sociedade, como por exemplo a necessidade de uma rede de EA, entra na agenda assim que se

começa a discutir sobre ele e para que um determinado fato, evento ou questão se transforme em um problema a ser atendido, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito, se tornando assim uma demanda especifica para uma PP. Vale lembrar que cada tipo de PP visa sanar um tipo de problema.

Pensando nisso, os projetos de PPs relacionados a EA, devem ser realizados e implementados de maneira que funcionem como uma rede de EA nos estados, realizando-se um trabalho sistemático e articulado com os princípios da EA, preconizados pela PNEA.

A EA trata de uma alteração de paradigma societário, onde a relação dos humanos com a natureza seja mais harmônica e onde as prioridades sejam a justiça e a igualdade social em detrimento da acumulação de capital. Essa alteração necessita tanto de revolução científica, por meio da valorização da interdisciplinaridade, do diálogo de saberes e do questionamento acerca da fragmentação do conhecimento por exemplo, quanto de revolução política, ou seja, a EA tem e precisa ter intima relação com as PPs. Sorrentino (2005) nos fala sobre isso:

> A educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Nesse sentido, podemos resgatar o pensamento de Edgar Morin, que vislumbra para o terceiro milênio a esperança da criação da cidadania terrestre. A política de educação ambiental desenvolvida no Brasil apresenta-se, assim como aliada dos processos que promovem uma “sociologia das emergências” (Santos, 2002), como estratégia para superar o paradigma da racionalidade instrumental que operou, no Brasil e no mundo, silenciamentos opostos à participação, à emancipação, à diversidade e à solidariedade (SORRENTINO, 2005, p. 287).

Sorrentino (2005) nos apresenta também que as PPs em EA são um processo dialético partilhado entre o Estado e a sociedade civil, dada aí a importância de apontamentos voltados para o reconhecimento dos problemas socioambientais locais e regionais, visando subsidiar a criação de uma articulação no trabalho em EA, para que o mesmo seja realizado da melhor maneira possível em cada local (SORRENTINO, 2005).

Entendemos que para a criação de uma rede estadual de EA articulada, efetiva e funcional existe a necessidade da implantação de Salas Verdes de maneira bem distribuída por todo o estado, e além disso que as mesmas tenham uma boa

comunicação, que trabalhem conectadas entre si, visando a inclusão e acesso de todos a uma EA de qualidade, crítica e transformadora que deve ser oferecida nos locais das Salas Verdes.

Os espaços das Salas Verdes selecionadas para o presente estudo foram visitados e estão apresentados no item 5.2.

## 5.2 Os espaços de funcionamento das Salas Verdes

Para a caracterização das Salas Verdes selecionadas para este estudo, durante as visitas para acompanhamento das atividades e caracterização dos espaços físicos das Salas foram feitas anotações sobre a infraestrutura, mobiliário e instalações das Salas e, além disso, os espaços também foram fotografados para fim de registro. A Sala Verde de Campinas não consta nas descrições apresentadas aqui pois, não houve a possibilidade de visitação ao espaço que se encontrava desativado no momento de realização desta pesquisa. O motivo do fechamento do espaço será explicado com detalhes no item de análise das entrevistas (item 5.5.2).

### 5.2.1 Descrição do espaço da Sala Verde Rio Claro

O espaço da Sala Verde “Cidade azul”, se localiza dentro do Parque Lago Azul, ao norte da cidade de Rio Claro entre os bairros Santana e Vila Operária, na Avenida 40, bairro Santana. O Parque é bastante arborizado, conta com um lago de 35.600 m² e área de lazer como pista de skate, parquinhos, quadras e academia ao ar livre. A Sala Verde está instalada na antiga sede dos vigilantes do Parque e possui: recepção, sala de depósito, copa, banheiros, sala de convivência, jardim e uma entrada com área coberta.

Dentre os itens que foram instalados após a alocação da Sala Verde estão: vasos com mudas, composteira, Jardim sensorial com plantas aromáticas, alimentícias e ervas, bancos, mesas e cadeiras, livros enfeites e desenhos nas paredes com temática ambiental, casinha de madeira, pneus (vasos), tambores de lixo, horta, placas informativas, computadores, mudas plantadas e para distribuição aos interessados. Muitos dos materiais e móveis do local foram feitos com materiais reutilizados que iriam para o descarte, como caixotes e material de papelaria, lápis,

borrachas e as tintas que foram utilizadas na pintura das paredes. No momento da realização da presente pesquisa, a Sala Verde Cidade Azul contava com 1 coordenador, 2 funcionárias e 10 estagiários(as) (alunos(as) da Universidade Estadual Paulista campus de Rio Claro).

**Fotografia 1 – Foto da fachada da Sala Verde Rio Claro**




Fonte: Página Oficial do Facebook da Secretaria do Meio Ambiente Rio Claro, 2019.

**Fotografia 2 – Foto Jardim Sensorial Sala Verde Rio Claro**



Fonte: Página do Facebook da Secretaria do Meio Ambiente Rio Claro. 2019

**Fotografia 3 – Área interna Sala Verde Rio Claro**



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

### 5.2.2 Descrição do espaço da Sala Verde Tupã

A Sala Verde REAP apresenta, em seu PPP, informações detalhadas sobre a infraestrutura da Sala. Vejamos:

"Será utilizada a área da Biblioteca "Prof. Dr. Elias José Simon", UNESP, Câmpus de Tupã, que possui uma área total de 614 m², sendo esse espaço composto por anfiteatro, hall de entrada, balcão de atendimento, salão principal que possui um espaço de leitura informal e de leitura coletiva; salas de estudo individual e/ou em grupo, banheiros e 01 copa para uso interno. O anfiteatro com 62 m² (6,5mx 9,5m), que comporta 50 pessoas e o espaço de leitura informal com 40m² (10m² x4m²) que atende mais 15 pessoas serão os espaços mais utilizados pela Sala Verde REAP.

Vale ressaltar, que o espaço da biblioteca será utilizado de 1 a 2 anos (previsão), já que uma das ações descritas na proposta é a construção de um espaço com materiais recicláveis/reutilizáveis. Esse espaço, após sua construção, será específico para a Sala Verde REAP dentro das dependências da Faculdade de Ciências e Engenharia (FCE/ UNESP, Câmpus de Tupã - SP). Esse novo espaço ocupará uma área de 66 m² (6m x11m), sendo 47,6 m² de sala/auditório, 12,1 m² de

copa e 6,3 m² de banheiros. Essas dimensões foram acordadas por toda equipe e pela comunidade interna da Unesp do Câmpus de Tupã e, até o presente momento, temos a planta-baixa e o espaço reservado dentro do Câmpus, já aprovados pela congregação da FCE (Unesp, Câmpus de Tupã).

Do espaço geral da biblioteca, serão utilizados para Sala verde REAP:

- Anfiteatro, que é um espaço que oferece 50 assentos em ambiente climatizado por 02 aparelhos de ar-condicionado. Possui 01 mesa de reunião com 04 cadeiras, 01 projetor multimídia, 01 mesa de som, 01 microfone, 01 notebook e 01 lousa digital. Esse espaço será um dos mais utilizados pela Sala Verde para encontros, eventos, cursos e palestras para a comunidade que será atendida pela Sala Verde REAP;

- Hall de entrada: que possui guarda-volumes (40 armários) e bebedouro. Utilizado para que as pessoas possam guardar seus pertences, caso necessite entrar no salão principal da Biblioteca;

- Salão principal: esse espaço contém 37 cadeiras distribuídas em 9 mesas de estudo com estantes com acervo da biblioteca e mais 6 aparelhos de ar-condicionado. Dentro do salão principal além das mesas, cadeiras e estantes, há o espaço de leitura informal (40m²), que é uma área que possui sofás de 2 e 3 lugares, 10 pufes (puffs), 2 expositores de revistas, folder, entre outros materiais.

Dentro do salão principal, esse espaço de leitura informal será utilizado para a Sala Verde, pois uma das estantes será cedida à REAP para os materiais de educação ambiental pertencente à Sala Verde REAP e de acesso a todo público, seja interna ou externa à Unesp.

- Salas de estudo em grupo: são 04 salas climatizadas, sendo que cada sala possui de 4 a 5 cadeiras e dimensão 2m² x 3m². Nesse espaço poderá ser destinado para leituras ou seminários em pequenos grupos sobre a temática.

- Banheiros: 02 sanitários (masculino e feminino) para usuários, com acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Esse espaço será utilizado para a comunidade que participará das atividades da Sala Verde REAP.”

Sobre a equipe da Sala, destacamos que no momento da realização desta pesquisa a Sala Verde REAP contava com uma pessoa na coordenação (vinculada a Unesp Tupã) dois alunos bolsistas (com bolsas concedidas pela pró-reitora de extensão da Unesp, devido ao Projeto no local ser vinculado a um projeto de extensão)

além de um número de alunos colaboradores que variava entre seis e dez. Além disso o PPP apresenta os nomes de uma responsável pela construção do espaço ambiental com materiais recicláveis, juntamente com toda a equipe; uma responsável pela área da comunicação da Sala Verde, como “Programa Olhar Ambiental” e os meios de comunicação utilizados na mesma, assim como a divulgação da Sala para a mídia e a bibliotecária que será responsável pela catalogação do acervo dos materiais da Sala Verde e moderação geral da Sala Verde no espaço da Biblioteca.

Por fim, o documento apresenta as parcerias da Sala Verde:

“- Prefeitura de Tupã secretaria de Planejamento e Obras que contribuirá com avaliações ambientais e legalização da obra, bem como possível disponibilização de mão de obra especializada.

- Associação de Amigos e Natureza da Alta Paulista (ANAP) de Tupã, que contribuirá na formação de educação ambiental e divulgação da sala verde com seus membros.

- TV Universitária, que é um canal local (Canal 7) que contribui com o uso de materiais para elaboração do programa de Tv Olhar Ambiental, como filmadoras, aparelhos de edição, microfones.

- Centro de Paula Souza Prof. Massuyuki Kawan de Tupã (ETEC) que contribuirá na construção do espaço com materiais recicláveis.

- FATEC de Presidente Prudente – pesquisadores da área tecnológica serão responsáveis por automatizar e gerar mecanismos de funcionamento dos equipamentos desenvolvidos.

- UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista) – pesquisadores da área de arquitetura e ambiente auxiliarão na construção e na avaliação dos materiais utilizados sempre com protótipos de 1m2.

- Grupo de Escoteiros Nelson Mandela que contribuirá em algumas etapas da construção e na coleta de materiais.

- Centro de Educação Ambiental de Marília, pertencente a Secretaria de Meio Ambiente, contribuirá nas ações de educação ambiental em conjunto com a REAP na região da Alta Paulista.”

**Fotografia 4 – Estante de livros Sala Verde REAP Tupã**



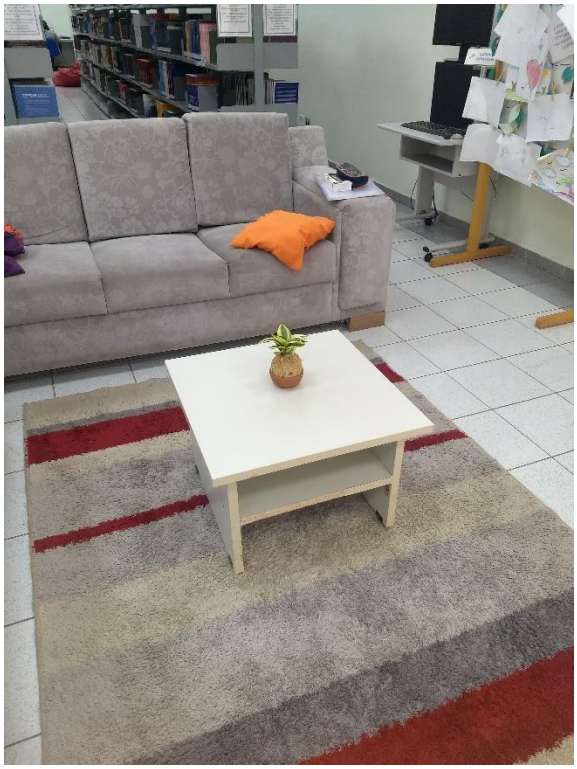

Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 5 – Banner Sala Verde REAP Tupã.**




Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 6 – Área interna da Sala Verde REAP Tupã.**



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 7 – Jardim vertical de suculentas no exterior da Sala Verde REAP Tupã.**



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

### 5.2.3 Descrição do espaço da Sala Verde de São Caetano do Sul

Em São Caetano do Sul, a Sala Verde se localiza na empresa multinacional General Motors (GM), na portaria 11 da sede da empresa na Avenida Prosperidade, 774. O acesso a Sala é separado do acesso ao restante da empresa e é feito por meio de uma catraca, controlada por funcionários da GM.

A Sala Verde em questão possui diversos itens que foram construídos com materiais e peças de automóveis reutilizados, desde as tintas e vidros da Sala, até materiais como bancos de carro, motor, pneus entre outros que foram reutilizados. Estes materiais são utilizados como assentos e fazem parte dos materiais da Sala, como mesas e decoração. Há uma estante com livros voltados a temática ambiental, dois computadores com internet, uma televisão, quadros também voltados a temática ambiental, uma estante feita com plástico reutilizado, uma lousa e um banheiro com acessibilidade. Existem também vasos com diversas plantas, uma árvore desenhada na parede onde todos os visitantes deixam uma marca de sua digital, simulando as folhas, além disso há um extintor.

Na parte externa, que é cercada por uma área verde de 2000 m², há um minhocário, feito pelos funcionários responsáveis pelas atividades no local, um canteiro onde encontra-se a horta de temperos, ervas aromáticas e outras. Existe também um hotel de insetos também construído pelos funcionários, com partes reutilizadas de um automóvel, onde se encontram algumas plantas e pedaços de madeira, além disso se encontram informações sobre os insetos polinizadores que visitam o local. O hotel de insetos foi premiado com Certificação Ouro do Wildlife Habitat Council (WHC) em três categorias (Melhor Hotel de Insetos Geral, Melhor Hotel de Insetos Extragrande e Melhor Uso de Materiais Recicláveis na categoria Extragrande).

No momento do desenvolvimento desta pesquisa a Sala Verde General Motors contava com uma equipe composta por duas funcionárias da empresa, como coordenadoras e outras três como colaboradoras, além de um funcionário responsável pela manutenção do local.

**Fotografia 8 – Área interna Sala Verde GM.**



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 9 – Banner da Sala Verde GM.**




Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 10 – Hotel de insetos na área externa da Sala Verde GM**




Fonte: Fotografia tirada pela autora.

**Fotografia 11 – Entrada interna Sala Verde GM**




Fonte: Fotografia tirada pela autora.

A partir da caracterização dos espaços é possível notar algumas particularidades no que diz respeito à infraestrutura em cada um dos tipos de gestão

de Salas Verdes estudados aqui. A Sala Verde de gestão privada (GM) apresenta uma infraestrutura atrativa, completa e bem estruturada, além de contar com aparatos tecnológicos como computadores, internet e televisões. A empresa investiu verba própria na construção e estruturação da Sala. Isso não é observado da mesma maneira nas outras Salas Verdes, que utilizam materiais de doação, infraestrutura da Universidade (no caso da Sala de Tupã) e estruturas improvisadas em alguns pontos.

### 5.3 Os Projetos Político Pedagógicos

Para realizar a análise dos documentos denominados de PPPs, iniciamos pela leitura dos textos dos documentos e, ao relacionar essa leitura com as categorias criadas, selecionamos excertos em que há evidência de atendimento aos princípios da PNEA, expressos nas categorias criadas (figura 8). Para identificar as evidências nos excertos, utilizamos as letras iniciais de cada uma delas, conforme já mencionado, quais sejam:

Integração ambiente- sociedade – **IAS**;
Criticidade acerca do ambiental e do social - **CAS**;
Democratização da informação e do acesso – **DIA**;
EA integrada com a ciência e a tecnologia – **EACT**.

A partir da análise interpretativa (MARCONI; LAKATOS, 2003) dos excertos, apoiada na relação com as categorias, buscamos entender quais aspectos da PNEA estão sendo atendidos nos PPPs das Salas Verdes, quais são privilegiados, entre outros aspectos que foram evidenciados pela pesquisa de campo (observação direta).

A partir do item 5.3.1 apresentamos as análises dos PPPs de cada Sala Verde selecionada para a presente pesquisa, sendo eles o PPP da Sala Verde de Rio Claro, o PPP da Sala Verde de Tupã e o PPP da Sala Verde de Campinas. Salientamos que, o PPP da Sala Verde de São Caetano do Sul não se encontra nas análises, pois não foi possível acessar o mesmo, os detalhes sobre o processo de contato com a equipe da Sala para solicitação do documento estão descritos no item 5.3.4.

#### 5.3.1 Análise do PPP da Sala Verde Rio Claro

O documento intitulado “Projeto Político Pedagógico - Sala Verde de Rio Claro-SP” cuja autoria está atribuída à Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Claro em parceira com a Secretaria da Educação, apresenta a Sala Verde do município de Rio Claro com o nome de “Cidade Azul” e aponta que sua inauguração se deu no ano de 2018. O documento deixa explícita a expectativa de público a ser atendido por ano com a Sala Verde, que seria indiretamente de duzentos mil, os habitantes do município, pois a Sala fica aberta para a toda a comunidade das 07h30 às 17:00h. Também há a possibilidade de agendamentos para visitas monitoradas.

Os funcionários que trabalham na Sala são da Secretaria do Meio Ambiente e formam equipe interdisciplinar em conjunto com agentes educacionais, técnicos ambientais, assim como estagiários de nível superior, advindos da Unesp.

No texto do PPP a questão do lixo é apresentada como um forte justificativa para a implementação da Sala Verde no município de Rio Claro. São apresentados dados que indicam que apenas 3% do lixo gerado é destinado para a reciclagem. Além dos dados existe, como podemos observar no excerto abaixo, a justificativa para a implementação da EA no município, demonstrando preocupação com a qualidade ambiental local como um valor importante da cidadania, integrando os interesses da comunidade, com incentivo a participação individual com reflexos no coletivo, ao fazer a seguinte afirmação:

> ***IAS****: O município de Rio Claro conta com uma população aproximada de 200.000 hab., com um total 59.727 domicílios e produz em média 4185,22 quilos/mensal de resíduo doméstico, deste material apenas 130,00 t/ mês tem como seu destino a Cooperativa. Nesse sentido, a educação ambiental junto aos alunos e a comunidade é um processo necessário para a* ***formação de cidadãos*** *reflexivos e* ***participativos*** *nas questões ambientais.* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 5, grifos nossos).

De acordo com o conteúdo do excerto, podemos trazer o debate sobre a pertinência de dar ênfase à questão do lixo, um problema ocasionado no ambiente de maior relevância. No entanto, identificamos no conteúdo deste excerto ideias que remetem a macrotendência Pragmática da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2014), ou seja, busca por meio da EA a participação dos cidadãos individualmente com vistas a um resultado coletivo sem, contudo, considerar a origem social dos problemas, o que inclui empresas e o Estado.

A partir da apresentação da questão dos resíduos sólidos como um forte motivador à criação do espaço de formação e educação ambiental da Sala Verde,

mostra-se então a necessidade de problematizar esta questão. No Brasil, no ano de 2010, segundo o IBGE, cada brasileiro produziu em média 378kg de lixo, o que é mais de 1 kg por dia por pessoa, mas vale ressaltar que a desigualdade social também se mostra nesses números, como exemplo, em 2012 uma pessoa moradora de favela do Rio de Janeiro, por exemplo, produziu 0,53kg. Dados indicam que 85% de todo plástico fabricado no mundo não é reciclado, no Brasil pesquisas apontam que mais de 2 milhões de toneladas de plástico é descartado e apenas 17,2% deste é reciclado (MARQUES, 2015; WASSENER, 2011). É evidente o problema do lixo na atualidade, e sua completa relação com o modo de produção, com o sistema econômico e aos interesses privados do capital, o capitalismo é indissociável do consumo. Silva (2008) aponta esta relação:

> A dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda a despeito do avanço das discussões sobre a necessidade de preservação/conservação dos bens naturais e dos investimentos realizados neste campo, seja através da adoção de novas tecnologias, da intensificação dos processos de educação ambiental ou mesmo da incorporação de indicadores socioambientais nas atividades mercantis, como expressão das iniciativas de integração de fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de negócio das empresas [...] (SILVA, 2008, p.32).

Apresenta-se como intenção, no texto do documento (vide grifo do excerto apresentado) a formação de “cidadãos reflexivos”, porém não há explicação sobre o que se entende por “cidadão reflexivo”, será que este cidadão deve refletir apenas sobre suas próprias atitudes? Vale ressaltar que na mesma justificativa, no texto do PPP da Sala Verde Rio Claro, há um enfoque na resolução de problemáticas socioambientais, como o volume e destino do lixo, mas sem uma apresentação ou reflexão em relação aos motivos da existência de tal problema no município e/ou na sociedade, e sobre quais seriam os agentes causadores do mesmo. Nesse sentido, apresentamos mais um excerto:

**CAS**: *Tendo como foco uma sociedade que repense seus **hábitos de consumo**, analisando assim um produto de sua origem até seu descarte ambientalmente correto, incentivando sempre a adoção de **práticas e atitudes sustentáveis**, a “Sala Verde” torna-se um espaço indispensável na orientação e formação de “Agentes Ambientais [...]. (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.5, grifos nossos).*

A relação com a categoria **CAS**, se deu por conta do atendimento aos princípios e objetivos da PNEA nos seguintes pontos: enfoque participativo, vinculação com as práticas sociais e a cooperação em nível microrregional.

Nos grifos do excerto supracitado, apesar da relação com a categoria **CAS** (Criticidade acerca do Ambiental e do Social), apresentam-se ideias como “repensar hábitos de consumo” e “adoção de práticas e atitudes sustentáveis”, para solucionar um problema ocasionado no ambiente específico, o consumismo e o descarte de resíduos ambientalmente correto. Tais termos são diretamente relacionadas a mudança de comportamento, há o uso da palavra “sociedade”, remetendo a uma ideia de mudança que deveria ocorrer na sociedade como um todo, começando do indivíduo educado ambientalmente para atingir então, uma sociedade ambientalmente sustentável. Mas, fica clara a apresentação de um viés de pensamento focado apenas em mudanças de comportamento e atitudes, não discutindo reformas sociais, políticas e/ou mudanças no sistema econômico e de produção, sem questionar os problemas gerados pela forma de desenvolvimento predatório do sistema capitalista (macrotendência Pragmática) (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Além disso, com o uso do termo “sociedade” podemos estabelecer uma relação de culpabilização da população como um todo, como se todos os membros da sociedade fossem igualmente responsáveis pela problemática socioambiental, além disso, cabe aqui pensarmos será que todas as parcelas e classes sociais da sociedade em questão estão em condições de repensarem seus “hábitos” da mesma forma? Quais são os reais impactos da mudança de hábitos de apenas uma parte da população?

Para ir além do excerto do documento analisado, nos deparamos com Porto-Gonçalves (2015), que nos fala sobre a manipulação midiática de um ecologismo ingênuo, que trabalha com respostas *à la carte*, convidando-nos: “faça sua parte!”, como se “a parte de cada um na injustiça ambiental que impera no mundo fosse de responsabilidade igual de cada um, como se o todo fosse a soma das partes, cada qual igual a outra” (PORTO-GONÇALVEZ, 2012, p. 15).

O termo “Agentes Ambientais” é utilizado pela primeira vez no documento do PPP da Sala Verde Rio Claro no excerto anterior. Não há neste trecho explicações sobre o que seriam estes Agentes ou como eles são formados, embora saibamos que no município de Rio Claro (SP) exista a lei municipal (4.964/2016) que instituiu o

Programa Agentes Ambientais (PROAMB) na rede pública de ensino de Rio Claro. O foco oficial do PROAMB é ser ministrado anualmente para as turmas de 1º ao 9º ano escolar, mas, com a instalação da Sala Verde no município o PROAMB passou a ser oferecido também a outros grupos de alunos e de munícipes em geral, como parte das ações de EA da Sala. O Artigo 2º da mesma lei demonstra que o Programa em questão:

> Art.2º: tem como escopo selecionar um grupo de alunos que atuará como representantes nas questões ambientais das escolas, estimulados através de aprendizagens, às questões ambientais, interação e defesa do meio ambiente (RIO CLARO (SP), 2016).

O artigo 4º demonstra as atribuições do Programa:

> I - Oferecer formação ambiental com metodologia adequada aos alunos "Agentes Ambientais" incentivando os mesmos à socialização das informações dentro do espaço escolar, formar opiniões e **conscientizar** em relação à temática ambiental, capaz de mudar **atitudes e comportamentos**;
> II - Socializar ações desenvolvidas pelas escolas em benefício do meio ambiente através dos agentes ambientais;
> III - Estimular nos alunos o **hábito** da participação nos processos de decisão e a adoção de **comportamentos** compatíveis com o **desenvolvimento sustentável** no seu dia a dia, nas áreas pessoal, familiar e comunitária;
> IV - Participar de atividades do município com o propósito de divulgar as ações ambientais.
> V - Transformar a escola em um **espaço educador sustentável**, constituindo-se, assim, em um local privilegiado para aprofundar o debate sobre os temas ambientais que afetam o meio. (RIO CLARO (SP), 2016, grifos nossos).

Em nota divulgada à imprensa do município de Rio Claro (SP), no site oficial da prefeitura, há a seguinte informação sobre o PROAMB:

> Essa é uma atividade inovadora e tem como objetivo principal resgatar o respeito e cuidado ao meio ambiente, afirma o secretário municipal do meio ambiente, Ricardo Gobbi e Silva, ressaltando que o curso forma agentes ambientais com noções de cidadania e conscientização em relação ao meio ambiente, valorizando a natureza (site oficial imprensa de Rio Claro, 2018, disponível em: https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?p=48518).

O PROAMB é um programa focado nos alunos de escola pública do município, apesar de estar sendo adotado na Sala Verde de Rio Claro como uma ação voltada

também a outros públicos, ele visa trazer noções sobre a problemática ambiental, informações sobre o tema com foco na mudança de comportamento e atitudes (Inciso I, Art.4º), educando-os para serem alunos exemplo para suas famílias e colegas. Esta especificidade do programa mostra uma intenção possivelmente modesta frente ao real tamanho da problemática socioambiental global, encarando-a com certa ingenuidade. Ao incluir termos, concepções e valores, como por exemplo, “qualidade de vida”, “mudança de comportamentos e de atitudes”, “conscientização em relação ao meio ambiente” e “valorizar a natureza”, e propondo ações que não vão à raiz do problema, os resultados podem gerar uma frustação pelo seu baixo impacto na realidade e por não produzir uma mudança de conduta, ou seja, consistente e permanente. Como demonstra o autor Porto-Gonçalves (2004): a gravidade dos riscos que o planeta enfrenta contrasta com a timidez de propostas como “plantar uma árvore”, promover a “separação de lixo” ou “desenvolver o ecoturismo” (PORTO-GONÇALVEZ, 2012, p. 16).

O foco do PROAMB se volta a comportamentos compatíveis com um desenvolvimento sustentável, termo introduzido pelo Relatório de Brundtland em 1991. Este termo recebe duras críticas desde que foi cunhado pois, ainda se relaciona a um desenvolvimento dentro do sistema atual, sistema esse que não é compatível com a sustentabilidade em nenhum aspecto, pois seus fundamentos são contrários a este conceito. O Relatório Brundtland, ao discorrer sobre o desenvolvimento sustentável, define, ou ao menos cita, o grau do consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas se mostra negligente ao nível máximo de consumo (e de uso de energia etc.) nos países industrializados, por exemplo. A ideia de novo modelo de desenvolvimento em nada se aproxima de uma análise radical acerca da severa apropriação da natureza, da busca inconsequente pelo crescimento sem limites dos lucros e da desigualdade social que o Capitalismo opera. Como demonstra Fernandes (2002), em seu artigo “Desenvolvimento Sustentável – Antinomias de um conceito”:

> Os aspectos teóricos do conceito de Desenvolvimento Sustentável se distanciam de questionamentos dessa natureza, e o fazem não por “erro” metodológico, ou por “fraqueza” epistemológica. Poderíamos, realmente, esperar que as instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional, como a ONU, o Banco Mundial, oG-7, apresentassem uma nova proposta de organização social destinada a promover efetivamente a equidade social, a eficiência econômica e a preservação ambiental? Isso seria possível, sem questionar, na sua

> base, o ordenamento sócio-político-econômico? Para dar respostas afirmativas a essas questões, teríamos de imaginar que essas instituições estariam abandonando seus próprios papéis de mantenedoras da ordem vigente (FERNANDES, 2002, p. 247).

É importante que os Programas exercidos em todos os espaços sejam questionadores e críticos e não se baseiem em uma EA que tenha como objetivo a disseminação de conhecimentos por si só, descolada de uma mudança política. Como aponta Layrargues (2018); uma EA reprodutivista que naturaliza o capitalismo e retira da discussão a luta de classes e acaba focando na ideia de que a missão da EA é a de lutar contra a ignorância e não contra a ganância, tendo então que disseminar o conhecimento para superar o individualismo, ecologicamente nocivo e com isso marginaliza a dimensão dos embates sociais (políticos e econômicos) e as relações de poder desiguais sobre os bens materiais (LAYRARGUES, 2018).

O PPP da Sala Verde Rio Claro aponta a importância de se repensar o consumismo, os hábitos relacionados a ele e conhecer como se dá a produção e o destino dos resíduos resultantes de tais processos. Vejamos:

> **CAS**: *O mundo enfrenta um momento crítico; o aumento populacional acaba acarretando também a exploração cada vez mais desenfreada de nossos* ***recursos naturais****. Sendo assim, o homem acaba de forma cada vez mais irresponsável por destruir o planeta em que vivemos, deixando em dúvida a qualidade de vida para nossas futuras gerações. Atualmente o planeta comporta 7,2 bilhões de pessoas, sendo que nos dias atuais predomina a* ***sociedade do consumo****, onde a* ***mentalidade*** *gira em torno de que quanto* ***maior o consumo melhor a qualidade de vida****, abrindo assim espaço para a* ***produção de bens descartáveis e muitas vezes desnecessários****. Nesse sentido, torna-se importante e indispensável a Educação Ambiental, focada na importância de conservarmos o planeta [...]* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 4, grifos nossos).

No enunciado apresenta-se uma ideia da existência de uma "mentalidade" voltada para o consumo, e de uma produção de bens descartáveis, criticando-a. Nesse sentido, podemos nos questionar acerca deste pensamento de consumismo e descarte rápido, pensando como ele é incentivado e mantido nos hábitos da nossa sociedade capitalista. O que sustenta estes hábitos? Por que existe tanta produção de descartáveis? Assim, neste trecho identificamos aproximação com a macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Marques (2015) ao apresentar dados sobre a questão dos resíduos, nos aponta que desde a hegemonia da indústria química e petroquímica dentro do sistema capitalista, a forma de apoderamento crescente dos ecossistemas gera "*inevitavelmente* uma quantidade crescente de resíduos com fraca interação passiva

com esses ecossistemas e com forte interação tóxico-ativa com eles" (MARQUES, 2015, p.188, grifo do autor).

O consumismo compulsivo, tem profunda relação com as técnicas de publicidade, que se propõem a instigar o desejo e planejar e incentivar comportamentos. Produtos são lançados e com isso o similar e exatamente anterior a ele automaticamente está "fora de moda", gerando uma insatisfação com o que anteriormente era objeto de desejo.

No capitalismo contemporâneo isso se dá de tal maneira que, este fetiche da mercadoria, que se inicia na produção, se perde no processo do consumo pois, os produtos perdem a magia logo após serem adquiridos e assim são descartados, aumentando a quantidade de lixo.

Aliado a isso podemos citar o problema da obsolescência programada, onde os produtos são realmente construídos de tal forma que necessitarão de substitutos em um curto período de tempo, o que é assumidamente uma estratégia corporativa (MARQUES, 2015). Por estas e outras questões precisa-se encarar a ideia de "mentalidade de consumo" e o comportamento de consumismo exacerbado da população de maneira crítica, pois eles não nascem magicamente e são incentivados e sustentados pelo sistema capitalista.

Outros termos utilizados no tópico "Justificativa" do PPP da Sala Verde de Rio Claro são:

> ***DIA**: "espaço de encontro, reflexão e construção da ação socioambiental"; "espaço educador de múltiplas potencialidades"; "centro de referência para democratizar o acesso à informação"; "espaço de diálogo com práticas que venham a interferir diretamente na qualidade de vida, melhorando-a"* (PPP SALA VERDE RIO CLARO, 2018, p.7 e 8).

Todas as menções feitas parecem ter relação com os princípios apresentados na PNEA de democratização do acesso à informação (**DIA**). Há a explicitação no documento do PPP da intencionalidade da criação da Sala Verde como um espaço no município de Rio Claro que reunirá informações gerais sobre a temática ambiental, centralizando-as e permitindo o acesso de todos aqueles que tiverem interesse em tal tema. A existência de um espaço de diálogo e de reflexão é importante para a formação de cidadãos mais reflexivos em vistas da construção de uma sociedade mais sustentável, mas ressaltamos que o foco não pode ser apenas em ações pontuais.

Sobre como o espaço da Sala Verde Rio Claro é encarado e quais os objetivos das atividades que se desenvolverão no mesmo, trazemos o seguinte excerto:

> **CAS**: *Sala Verde é um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática* ***socioambiental*** *e cultural, atividades essas que visam contribuir e estimular a* ***discussão crítica****, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de* ***sociedades sustentáveis*** (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.5, grifos nossos).

No excerto identificamos a valorização da criticidade no espaço da Sala e de uma abordagem da temática como socioambiental e não apenas ambiental, com ênfase nos aspectos da macrotendência Crítica (LAYRARGUES & LIMA, 2014), inclusive questionando o pacto social atual, e apresentando a necessidade da formação de cidadãos mais participativos na construção de mudanças, com consciência coletiva por meio de discussões críticas.

A utilização do termo “discussão crítica” chama a atenção, pois é de grande importância, como já anunciado aqui, uma abordagem crítica, no sentido de questionamento radical, quanto aos desencadeadores dos problemas socioambientais, ao modelo de produção e ao sistema capitalista.

Seguimos para o item 2 do PPP (Histórico e Justificativa) da Sala Verde Rio Claro que, apresenta novamente aspectos relacionados ao interesse de ser criar o espaço como um local de diálogos e de discussões democráticas. Leiamos:

> **DIA**: *O Projeto Político Pedagógico concebido pelo município de Rio Claro estrutura-se em sensibilização e diagnóstico* ***participativo/democrático*** *da situação socioambiental. A proposta do Município de Rio Claro consiste em criar um* ***espaço de diálogo*** *que estimule práticas capazes de interferir na melhoria de qualidade de vida local, considerando a realidade social e econômica em que os munícipes estão inseridos* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.5, grifos nossos).

Observa-se que o documento demonstra como algo significativo e importante a criação de tal espaço com a intenção de possibilitar o encontro de diversos atores sociais e onde o diálogo e a discussão crítica acerca de temas relevantes, em torno não apenas da temática socioambiental, possam ocorrer (como demonstram os termos destacados no excerto). Por isso se mostra clara para nós, a importância da implementação de tal espaço no município de Rio Claro, sendo o primeiro voltado a esse intuito na cidade. Com isso, entendemos que o espaço pode sim ter um impacto positivo na qualidade de vida local, como apresentado no excerto supracitado,

principalmente se for voltado a discussões críticas apoiadas em uma abordagem emancipatória e de formação política.

Com a análise do item “Justificativa” do PPP, observamos pouca ou nenhuma apresentação de discussões relacionadas diretamente aos motivos dos problemas socioambientais presentes na sociedade, ou sobre uma mudança de sistema socioeconômico já que o atual tem profunda relação de causa e efeito sobre as mazelas socioambientais. Isso demonstra uma posição não crítica entrando em contradição com alguns pontos apontados por nós como voltados a macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), talvez com uma intenção de neutralidade por parte dos autores do projeto, que tomam problemas socioambientais locais como foco para o trabalho na Sala Verde, como é o caso por exemplo do lixo. Estes problemas são facilmente percebidos pela população em geral, que os encaram como questões a serem resolvidas com a participação de todos, mas, observamos a falta de politização do debate, o que seria, no caso, a identificação clara sobre a origem dos problemas e todos os atores sociais envolvidos na existência e na resolução dos mesmos, considerando o Estado, as empresas e o modo de produção capitalista como também responsáveis. A ausência dessa discussão pode ser suprida no momento do planejamento das atividades a serem realizadas, pois a abordagem em que a temática será trabalhada e a metodologia que será adotada não se encontram no PPP, que apresenta as intenções do trabalho na Sala de forma resumida.

Quanto à proposta de trabalho na “Sala Verde Cidade Azul”, o PPP de Rio Claro aponta que a sua proposta está em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de EA e também com as Diretivas do Programa Município Verde Azul (PMVA) que se constituem em elementos norteadores das ações a serem planejadas e executadas na Sala Verde.

No tópico 3 do documento, chamado de objetivo geral, é citada a “conduta humana diante do meio”, apresentando uma abordagem que difere de uma visão apenas comportamentalista, visando uma mudança efetiva de atitudes, por meio de um “processo educativo”. Apresentamos, a seguir, o excerto:

> **CAS**: *Criar um espaço capaz de estimular o* ***processo educativo*** *vinculado às questões ambientais locais, regionais e globais proporcionando uma reavaliação da* ***conduta humana*** *diante do meio em que vivemos, com vistas à sustentabilidade* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.6, grifos nossos).

Consideramos aqui, novamente, uma contradição, visto que em alguns momentos o documento trabalha com a intenção de focar em mudança de comportamentos, mas aqui, propõe uma mudança de conduta, que é algo mais amplo e que tem relação com crenças, cultura, valores éticos e morais. Falta então um posicionamento mais claro quanto ao que se pretende como resultado do trabalho na Sala Verde.

Ressaltamos a inclusão de informações sobre as "10 diretivas do Programa Município Verde Azul" (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 6), como já apresentado aqui, o PMVA é uma política pública do Governo do Estado de São Paulo criada em 2007, que possui o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental visando à descentralização da gestão ambiental e apoiando-se na agenda ambiental dos municípios, por meio da criação de um Ranking Ambiental. Tal ranking é resultado da avaliação técnica das informações fornecidas pelos municípios e os melhores colocados têm acesso a recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição. O município de Rio Claro aponta que uma de suas motivações para a implantação da Sala Verde foi o aumento da nota no Ranking do PMVA, visando o acesso a verba disponibilizada aos primeiros colocados.

No tópico 5, "Programa de Ações e Metas" e 6 "Desenvolvimento metodológico" (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.7), o PPP da Sala Verde de Rio Claro apresenta ações que podemos considerar interessantes e motivadoras, como por exemplo:

> **DIA**: *Utilizar atividades lúdicas na **sensibilização** de todos; Elaborar relatórios que contenham um banco de dados sobre Educação Ambiental; Divulgar de todas as formas possíveis os trabalhos socioambientais realizados no espaço; Elaborar questionários para a elaboração de diagnósticos de segmentos ambientais de Rio Claro; Reuniões abertas à comunidade, para gestão participativa com foco sobre as questões sociais e ambientais; Brincadeiras ambientais que busquem de maneira lúdica **conscientizar**/**sensibilizar** os visitantes sobre a importância da conservação dos **recursos** naturais* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.7 e 8, grifos nossos).

Verificamos novamente a valorização no PPP de um espaço como a Sala Verde no município de Rio Claro; um espaço que apresenta potencialidade de gerar um impacto local, de democratizar o acesso à informação, de gerar maior acesso às discussões sobre a temática ambiental e maior possibilidade de participação da população em decisões locais dentro desta temática. Destacamos no excerto apresentado a palavra "conscientizar" comumente relacionada à macrotendência

Pragmática, que possui características, como apresentam os autores Layrargues & Lima, (2014), de forte relação com um “Consumo Sustentável” e um foco no bom-senso dos indivíduos, para que as mudanças de seus hábitos sejam para o bem de todos, além disso se refere a natureza como conjunto de recursos naturais, a serem utilizados a serviço dos seres humanos (LAYRARGUES & LIMA, 2014).

O tópico 6 do PPP da Sala, chamado “Desenvolvimento Metodológico”, deixa claro que a Secretaria do Meio Ambiente será responsável por assegurar que os procedimentos metodológicos elencados ocorram e que a mesma é responsável por organizar as reuniões de gestão participativa propostas no texto em seus eixos 5 e 6. Consideramos tais reuniões e o incentivo a uma gestão aberta e participativa importantes pois, como observamos na figura 4 (p. 47), é função das instituições gestoras o acompanhamento, avaliação e revisão do PPP, ou seja, a participação da população nas reuniões de gestão pode ser instrumento interessante para auxiliar em uma autoavaliação e realinhamento dos objetivos e propostas da Sala.

O PPP apresenta cinco eixos norteadores. São eles: “1- Os quatro elementos”; “2- (Re) Educação alimentar”, “3- Cidadania”, “4- Cultura popular” e “5- Consumo consciente”. O primeiro eixo apresentado no documento do PPP é “Os quatro elementos” (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 11), cada elemento (Ar, Fogo, Água e Terra) foi separado em temas a serem trabalhados na Sala Verde.

No eixo “Os quatro elementos”, para o elemento fogo o documento aponta, como um tema a ser trabalhado, o avanço do agronegócio e da pecuária ameaçando o cerrado brasileiro (**CAS**) e para o elemento ar aponta, como possível tema, as queimadas urbanas realizadas pela população. Nota-se que, por um lado, ao citar o avanço do agronegócio como um fator de ameaça ao bioma Cerrado no Brasil, há uma tentativa de apresentar que o modelo de produção e de cultivo utilizado precisa ser problematizado.

Por outro lado, o apontamento das queimadas urbanas realizadas pela população, ao ser utilizado como exemplo de tema a ser trabalhado, precisa ser tratado com cautela para não gerar uma noção errônea de culpabilização individual na origem e sustentação de um problema global como a poluição do ar. Em outras palavras, há questões que podem ser solucionadas com a colaboração do indivíduo, mas outras dependem de políticas públicas, ações coletivas e até mesmo uma mudança completa do sistema de produção para se obter solução.

O documento apresenta, neste eixo, a informação de que a ideia não é a compartimentalização dos temas, e sim uma conexão entre eles, e o desejo de mostrar, como cita, uma “visão holística da questão ambiental” (**CAS**) (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 12). Ao apresentar tal ideia há uma aproximação com a macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), pois não seria possível tratar da questão ambiental de maneira holística sem incluir questionamentos sobre o modelo socioeconômico vigente, mas não foi explicitado como isso se desenvolveria ou seria aplicado na prática nas atividades. Esta falta de clareza pode ser um problema para promover a visão holística anunciada, sendo necessária a inclusão da dimensão política nas ações planejadas.

O segundo eixo norteador do documento é denominado (Re) Educação alimentar, neste eixo a intenção é demonstrar que os hábitos alimentares estão intimamente ligados às questões ambientais por um “consumo ambientalmente negativo” (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.12). Neste eixo norteador, o PPP apresenta a citação de um relatório do Ministério da Saúde (a citação aparece como Vitigel, 2016), mas sem apresentação da referência completa em nenhuma parte do documento. Segundo o PPP, no relatório: “a alimentação da população brasileira tem piorado progressivamente no que diz respeito ao consumo de hortaliças e frutas e de produtos industrializados, ricos em gorduras ruins e açúcares”.

Ao tratar do assunto, o consumo ambientalmente negativo, é apresentado como um dos motivos a necessidade de uma reeducação alimentar, pois o hábito alimentar atual estaria relacionado com as problemáticas que ocorrem no meio ambiente, novamente relacionando as questões ambientais com hábitos individuais. Identificamos neste eixo a macrotendência Pragmática, que como apresentam os autores Layrargues & Lima, (2014) tem características de forte relação com um Consumo Sustentável e um foco no bom-senso individual, pensando nas mudanças de hábito como a solução (LAYRARGUES & LIMA, 2014).

Ainda no eixo norteador do PPP, a (Re) educação alimentar, apresentamos o seguinte excerto:

> **IAS**: O crescimento do agronegócio altamente mecanizado e com utilização de implementos agrícolas de alto impacto; a expansão da pecuária em áreas verdes, e o **alto consumo de produtos industrializados e ultra processados** são problemas recorrentes e pouco tratados na educação ambiental pautada no senso comum (PPP SALA VERDE RIO CLARO, 2018, p. 12)

Nos termos em destaque há referência aos hábitos de consumo predominantes na sociedade. Vale ressaltar que, os nossos hábitos de consumo são fruto do sistema e é praticamente impossível desvinculá-los. O incentivo a um novo padrão de consumo, em que produtos mais ambientalmente amigáveis, ecológicos, não poluentes e duradouros são privilegiados nas transações do mercado, pelo consumidor, pode ser importante e não deve ser simplesmente abolido, mas, como diz Silva (2008):

> Esta proposição ao mesmo tempo que obscurece as razões da obsolescência programada- e a sua capacidade material e simbólica de induzir ao consumo crescente- culpabiliza o consumidor sendo que a este não pertence o poder decisório sobre o que circula no mercado; tampouco o consumidor dispõe do poder de eliminar a tendencia crescente perdulária do sistema (SILVA, 2008, p. 115).

Em outras palavras, a mudança de hábitos de consumo passa pela clareza quanto à origem desses hábitos e de seus efeitos ambientalmente negativos. A relação com a integração ambiente e sociedade (categoria **IAS**) no excerto foi feita por nós por conta da tentativa de atendimento aos princípios e objetivos da PNEA, nos seguintes pontos: interdependência entre o meio natural e o socioeconômico e abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais. Ao apresentar a problemática do agronegócio, da utilização de agrotóxicos e da expansão da pecuária como um problema nacional e que influencia nos hábitos alimentares, entendemos que assim se aproximam destes princípios e objetivos da PNEA.

O terceiro e quarto eixos norteadores citados no documento são “Cidadania” e “Cultura popular”, para os quais estão previstos o desenvolvimento de jogos cooperativos e de uma consciência de coletividade, com relações interpessoais positivas e inclusão social de pessoas “portadoras[11] de necessidades especiais e/ou em situação de vulnerabilidade” (**DIA**) (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p.13). Neste tópico, há a seguinte justificativa:

[11] O termo usado atualmente é “pessoa com deficiência”, apresentado, em 2006, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

**DIA**: *Respalda-se, para tal, em uma das diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2014), "Democracia e Participação Social*" (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 13).

Podemos afirmar, portanto, a partir do texto apresentado para os eixos norteadores 3 e 4 (Cidadania e Cultura Popular) do PPP, que há preocupação em trabalhar com a temática da inclusão de pessoas com deficiência, de maneira geral, sendo um dos pressupostos apresentados. Entendemos, diante do exposto, que o atendimento às diretivas do ProNEA demonstra preocupação com o planejamento das ações, que, segundo o PPP, estão baseadas nos princípios e bases preconizadas nas PPs de EA.

No quinto eixo norteador, chamado de "Consumo Consciente", o documento pontua que:

**CAS**: *Os atuais padrões de consumo são responsáveis direta e indiretamente por diversos problemas socioambientais [...]* ***alternativas*** *ambientalmente positivas para o* ***atual estilo de vida*** *difundido como ideal (o qual* ***mostra-se insustentável*** *a longo prazo em diversos aspectos);* (PPP SALA VERDE DE RIO CLARO, 2018, p. 14, grifos nossos).

Relacionamos o excerto supracitado à macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), pois nas entrelinhas da frase, quando usa as expressões "atual estilo de vida difundido" e "mostra-se insustentável" acreditamos que o PPP está se referindo indiretamente ao atual modelo de relação sociedade- natureza e o seu estilo de produção capitalista, que dita atualmente os padrões de consumo da sociedade, haja vista a citação no excerto de uma busca por alternativas a este modelo, que se mostra insustentável.

Conforme vimos, não se trata de ignorar que a relação humana com a natureza necessita de uma alteração a partir também da criação de uma nova maneira de consumir individualmente, de forma mais consciente. Mas sim de entender e pontuar que o capitalismo, à medida que domina a sociedade como sistema, seus fundamentos e bases não permitem que uma mudança individual, que se dá em nível local, de atitudes e comportamentos, estabeleça uma relação mais saudável e sustentável com a natureza, visto que a maneira de se relacionar está socialmente imposta, mediada pelo sistema de classes sociais e baseada nos interesses do capital. O consumo consciente e a eliminação de hábitos devastadores não são responsabilidades de cada cidadão que deve "fazer a sua parte" (SILVA, 2008). O

documento cita o atual estilo de vida difundido, mas não revela qual seu entendimento acerca de quem difunde o mesmo. Qual a origem e por que existe esse estilo de vida?

Consideramos importante ressaltar que o documento não apresenta citação direta ou indireta de nenhuma referência teórica, e não possui referências bibliográficas ao final do texto, mesmo apresentando citações, que aparecem entre parênteses, no texto do PPP. Pontuamos que o documento fica devendo na apresentação do seu referencial teórico e na clareza quanto às concepções de EA adotadas.

Apesar de, em alguns momentos, o texto do PPP se aproximar da macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), trazendo evidências dessa aproximação por meio de expressões e palavras que comumente denotam a existência de criticidade, a análise do documento indicou que a macrotendência predominante é a Pragmática (LAYRARGUES; LIMA, 2014), pois, o mesmo, ao tratar e apresentar as ações apresenta pouco questionamento acerca do sistema socioeconômico e das causas da problemática socioambiental, colocando ênfase em ações pontuais e individualizadas. Não podemos afirmar que o PPP da Sala Verde de Rio Claro como um todo, apresenta a necessária politização da EA ou criticidade ao abordar os temas selecionados, inclusive quando se refere à visão holística da questão socioambiental, mesmo reconhecendo que há elementos de proximidade com a macrotendência Crítica.

Em relação ao atendimento à PNEA o texto demonstra ter um posicionamento crítico acerca do ambiental e social (categoria **CAS**) e preocupação com a democratização do acesso e da informação a todos (categoria **DIA**), como pode-se observar no quadro 4.

A integração ambiente-sociedade (categoria **IAS**) foi menos identificada ao longo do texto, o que pode apontar uma visão parcial da questão ambiental. Isto pode ser resultante de uma opção prioritária pelo problema do lixo, uma questão local e mais imediata e a falta de “desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”, como aponta o objetivo I da PNEA, representado por tal categoria. A integração com a Ciência e tecnologia (categoria **EACT**), não foi identificada em nenhum momento no texto, o que pode ser um problema, pois além da falta de embasamento teórico pode

apontar para uma necessidade de maior vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, como pressupõe o princípio IV da PNEA e com o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia, como aponta o objetivo VI da Política, ambos representados pela categoria EACT neste trabalho.

A seguir exibimos o quadro 4, que mostra todos os excertos apresentados neste item em cada categoria de análise a qual estão vinculados.

**Quadro 4 – Demonstrativo dos excertos do PPP de Rio Claro em cada categoria de análise**

| Cat. / Doc. | **Integração ambiente - sociedade (IAS)** | **Criticidade acerca do Ambiental e do Social (CAS)** | **Democratização da Informação e do acesso (DIA)** | **EA em integração com a Ciência e tecnologia (EACT)** |
|---|---|---|---|---|
| **PPP Rio Claro** | *O município de Rio Claro conta com uma população aproximada de 200.000 hab., com um total 59.727 domicílios e produz em média 4185,22 quilos/mensal de resíduo doméstico, deste material apenas 130,00 t/ mês tem como seu destino a Cooperativa. Nesse sentido, a educação ambiental junto aos alunos e a comunidade é um processo necessário para a formação de cidadãos reflexivos e participativos nas questões ambientais.*<br><br>*O crescimento do agronegócio altamente mecanizado e com utilização de implementos agrícolas de alto impacto; a expansão da pecuária em áreas verdes, e o alto consumo de produtos industrializados e ultra processados são problemas recorrentes e pouco tratados na educação ambiental pautada no senso comum* | *Tendo como foco uma sociedade que repense seus hábitos de consumo, analisando assim um produto de sua origem até seu descarte ambientalmente correto, incentivando sempre a adoção de práticas e atitudes sustentáveis, a "Sala Verde" torna-se um espaço indispensável na orientação e formação de "Agentes Ambientais [...].*<br><br>*O mundo enfrenta um momento crítico; o aumento populacional acaba acarretando também a exploração cada vez mais desenfreada de nossos recursos naturais. Sendo assim, o homem acaba de forma cada vez mais irresponsável por destruir o planeta em que vivemos, deixando em dúvida a qualidade de vida para nossas futuras gerações. Atualmente o planeta comporta 7,2 bilhões de pessoas, sendo que nos dias atuais predomina a sociedade do consumo, onde a mentalidade gira em torno de que quanto maior o consumo melhor a qualidade de vida, abrindo assim espaço para a produção de bens descartáveis e muitas vezes desnecessários. Nesse sentido, torna-se* | *espaço de encontro, reflexão e construção da ação socioambiental"; "espaço educador de múltiplas potencialidades"; "centro de referência para democratizar o acesso à informação"; "espaço de diálogo com práticas que venham a interferir diretamente na qualidade de vida, melhorando-a*<br><br>*O Projeto Político Pedagógico concebido pelo município de Rio Claro estrutura-se em sensibilização e diagnóstico participativo/democrático da situação socioambiental. A proposta do Município de Rio Claro consiste em criar um espaço de diálogo que estimule práticas capazes de interferir na melhoria de qualidade de vida local, considerando a realidade social e econômica em que os munícipes estão inseridos*<br><br>*Utilizar atividades lúdicas na sensibilização de todos; Elaborar relatórios que contenham um banco de dados sobre Educação Ambiental; Divulgar de todas as formas possíveis os trabalhos socioambientais realizados* | *Não foi identificada.* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | *importante e indispensável a Educação Ambiental, focada na importância de conservarmos o planeta [...]*<br><br>*Sala Verde é um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática socioambiental e cultural, atividades essas que visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis*<br><br>*Criar um espaço capaz de estimular o processo educativo vinculado às questões ambientais locais, regionais e globais proporcionando uma reavaliação da conduta humana diante do meio em que vivemos, com vistas à sustentabilidade*<br><br>*avanço do agronegócio e da pecuária ameaçando o cerrado brasileiro*<br><br>*Visão holística da questão ambiental*<br><br>*Os atuais padrões de consumo são responsáveis direta e indiretamente por diversos problemas socioambientais [...] alternativas ambientalmente positivas para o atual estilo de vida difundido como ideal (o qual mostra-se insustentável a longo prazo em diversos aspectos);* | *no espaço; Elaborar questionários para a elaboração de diagnósticos de segmentos ambientais de Rio Claro; Reuniões abertas à comunidade, para gestão participativa com foco sobre as questões sociais e ambientais; Brincadeiras ambientais que busquem de maneira lúdica conscientizar/sensibilizar os visitantes sobre a importância da conservação dos recursos naturais*<br><br>*inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais e/ou em situação de vulnerabilidade*<br><br>*Respalda-se, para tal, em uma das diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2014), "Democracia e Participação Social"* | |

Fonte: Elaborado pela autora

### 5.3.2 Análise PPP Sala Verde Tupã

A Sala Verde do município de Tupã está vinculada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Tupã - Faculdade de Ciências e

Engenharia e faz parte de um Projeto de Extensão da Universidade. Seu nome é Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista – REAP, e sua inauguração se deu no ano de 2018.

O documento do PPP da Sala Verde de Tupã se inicia com uma descrição e contextualização do que é EA e, em um dos excertos voltados a isso, lê-se:

> **IAS/CAS**: *A EA busca por meio de um saber **socioambiental**, pensar, refletir e agir na sociedade de maneira a valorizar a relação ser humano e natureza de forma interdependente, na perspectiva de **sociedades sustentáveis** e enfoque mais participativo. Nesse contexto, a EA assume cada vez mais a **função política e transformadora**, na qual a participação e a co-responsabilidade dos indivíduos tornam-se alvos centrais para promover essa nova racionalidade (MORALES et al., 2010; MORALES, 2012)* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.2, grifo nosso).

O excerto apresenta referências de Morales (2010 e 2012)[12], o que demonstra uma fundamentação teórico cientifica sobre a EA, apresentada como um campo do conhecimento, o que nos leva a considerar o PPP desta sala como um documento diferenciado. Os termos destacados no excerto supra indicado (sociedades sustentáveis, função política e transformadora) nos remetem à macrotendência Crítica da EA, em que há a valorização de debate político juntamente com o debate ambiental, com ações transformadoras da realidade, exigindo o questionamento da sociedade e do sistema econômico e social vigente, por meio de um enfoque participativo e crítico (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Em seguida, no documento, apresenta-se uma definição sobre o conceito de redes, baseando-se em Martinho (2003) e Castells (1999):

> **DIA**: *[...] nota-se que a sociedade contemporânea vem organizando-se em forma de redes, que propiciam flexibilidade e autonomia, potencializam o fluxo dinâmico e as conexões e, ainda, permitem acompanhar a velocidade acelerada de informações a cada dia (MORALES et al., 2010). [...] Redes são sistemas organizacionais capazes de agrupar indivíduos e instituições, de maneira **democrática e participativa,** em torno de objetivos comuns, constituindo-se a partir de dinâmicas interativas, **coletivas** e historicamente únicas. Para Castells (1999), a rede é um conjunto de nós interconectados* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p. 2, grifos nossos).

[12] As Referências aparecem no PPP da seguinte forma: MORALES, A. G. et al. Ação extensionista fortalecendo a Rede de Educação Ambiental do Paraná. Revista Conexão UEPG, v. 6, p. 40-46, 2010; MORALES, A.G. A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações. 2.ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

O documento também apresenta a informação de que utilizar a forma de organização em redes, na EA, vem sendo uma abordagem crescente, que se dá por meio de formas de aprender participativas e democráticas, o que consideramos importante para a efetividade do trabalho. Ressaltamos também, neste ponto, a presença de embasamento teórico, trazendo autores que trabalham com o tema e citando-os, inclusive compondo, ao final do documento, o item “Referências bibliográficas”.

A Rede de Educação ambiental da Alta Paulista (REAP) foi criada em 2012 com outras frentes de ação e, partindo da experiência acumulada, surge o interesse a inscrição no Edital do Projeto Salas Verdes no ano de 2017. Sendo assim, o PPP aponta que:

> **DIA/EACT**: *A Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista (REAP), constituída no ano de 2012, com o intuito de promover reflexão, articulação e discussão da EA no município de Tupã e na região da Alta Paulista vem desenvolvendo atividades ambientais de formação ambiental e contribuindo na articulação entre pessoas e instituições que atuam na área para somar esforços na construção coletiva de* ***práticas e conhecimentos socioambientais*** *locais e regionais no* ***campo*** *da EA* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.2, grifos nossos).

> **DIA**: *Dessa forma, criar espaços comuns que contribuam com a disponibilização e* ***democratização de acesso às informações*** *é uma demanda da REAP, bem como do próprio projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.2, grifos nossos).

Dito isso, encontra-se aqui a principal justificativa do projeto de extensão REAP em se vincular ao Projeto Salas Verdes, ou seja, gerar maior abrangência da articulação e do debate em torno da EA na região, ampliando as ações da Rede, que atua em toda a região da Alta Paulista e não apenas na Unesp de Tupã ou no município de Tupã. A ideia de “construção coletiva de práticas socioambientais” como apresentado no excerto supracitado, mostra-se interessante por considerar a realidade local/regional e estimular uma construção coletiva de conhecimentos acerca dos problemas socioambientais, considerando a EA também como um campo do conhecimento.

Uma EA crítica deve considerar as realidades locais, a partir de uma abordagem que considere todos os aspectos da questão socioambiental, ou seja, um processo educativo de cunho eminentemente político (LAYRARGUES, 2002). No documento do PPP da Sala Verde de Tupã há então, até este ponto, um foco declarado na articulação da região e na inclusão de ações relacionadas a EA no

município de Tupã, inclusive citando a função política e transformadora da mesma, numa clara relação com a macrotendência Crítica, pois visa politizar o debate (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A respeito do público estimado a ser atendido pela Sala Verde, o PPP o apresenta como sendo: os alunos envolvidos no Projeto de Extensão REAP, desde 2012, a comunidade interna e externa da Unesp, sendo em média 500 pessoas de forma direta e, indiretamente, mais de 5.000 pessoas a partir da veiculação do Programa de Tv Olhar Ambiental[13]. O Programa é um dos planos de ação que já existia anteriormente à Sala Verde (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p.3). Entendemos que a veiculação desse programa de televisão por si só, é uma forma importante de democratização da informação. O documento PPP planeja que, com a implantação da Sala Verde, o Programa de Tv será mais elaborado e aproveitado, conforme consta no excerto:

> **DIA**: *O programa Olhar Ambiental busca discutir temas socioambientais relevantes para a região sob vários pontos de vista. Esse programa já teve 10 edições (para ver algumas das edições: https://www.youtube.com/channel/UC12mx2Fg7B7KvUH4CJHMP0A), e conta com a parceria da Tv Universitária do Município de Tupã. No entanto, a lista de discussão precisa ser atualizada e melhor aproveitada, e o Programa Olhar Ambiental precisa ser reestruturado. Mas, acredita-se que com a Sala Verde REAP, essas ações de comunicação ambiental possam ser mais bem desenvolvidas* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p. 4).

Um ponto interessante levantado no item “Histórico e Justificativa” (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 3) do PPP é a distância significativa do município de Tupã para a capital do estado de São Paulo, o que, segundo o documento, reflete no acesso às informações e iniciativas relacionadas à questão ambiental:

> **EACT/DIA**: *[...] à participação mais efetiva das questões ambientais do Estado de São Paulo, como participar presencialmente e de forma mais ativa da própria Rede de Educação Ambiental Paulista (REAP). Dessa forma, quando se observou que a questão ambiental estava desarticulada na região, bem como tratada de forma periférica, iniciou-se um movimento entre educadores e* ***pesquisadores*** *preocupados com a Educação Ambiental para organizar uma rede que pudesse pensar e agir na região de Tupã com foco no princípio da diversidade, respeito às diferenças e na promoção*

[13] Programa gerado a partir do projeto de extensão “Programa Ambiental: difusão de conhecimentos locais e regionais” da Unesp, Campus de Tupã, em parceria com a TV Universitária, Canal 30, veicula os programas elaborados buscando socializar as iniciativas ambientais da região do município de Tupã, Estado de São Paulo (MORALES; BERNARDO; SCIENZA,2014)

*de parcerias para* ***ações colaborativas*** *na EA* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.3, grifos nossos).

Novamente apresenta-se a importância da articulação das ações na região da Alta Paulista com a criação da Rede (REAP), que, a partir da criação da Sala Verde, possui mais um espaço para a consolidação da Rede. A ideia de articulação da região como um todo, e a citação de um movimento entre "educadores e pesquisadores", demonstra a valorização da inclusão da EA articulada com a ciência, trazendo o conhecimento produzido na própria UNESP, e também em outras universidades e instituições, para dentro do trabalho na Sala Verde, divulgando-o e possibilitando uma democratização da informação e do acesso. A REAP, como dito, era anteriormente ao Projeto Sala Verde um projeto de extensão. No campus da Unesp Tupã, também há um grupo de pesquisa chamado "Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental", parceiro da equipe da Sala Verde, inclusive com membros em comum, além de outros grupos de pesquisa da Unesp Tupã, demonstrando importante articulação da ciência com a EA. Vejamos:

**EACT***: Isso demonstra que a EA está presente em pesquisas, extensão e ensino na UNESP, Câmpus de Tupã. Mas, além desse grupo, a Sala Verde REAP poderá contar com o auxílio e/ou apoio dos demais grupos de pesquisa da unidade de Tupã, que são: "Grupo de Democracia e Gestão Social"; "Instalações, Ambiência e Bem Estar Animal"; "Sistemas Fuzzy Aplicados nas Ciências Agrárias" e "Centro de Pesquisa em Administração e Agronegócio"* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.5)

Como evidenciado no excerto, a gestão da Sala Verde se dá por meio de parcerias com grupos de estudo e de pesquisa da Unesp, indicando que as atividades propostas devem ter embasamento teórico, conhecimento cientifico e provém de discussão e reflexão sobre diversos problemas socioambientais sob óticas e perspectivas diferentes, visto que cada grupo trabalha em uma área de conhecimento específica. Importante ressaltar que não é apenas o conhecimento cientifico que deve ser valorizado e que não entendemos o mesmo como verdade absoluta, sendo então importante a valorização de outros tipos de conhecimento, por meio do diálogo de saberes, uma ideia apresentada no PPP da Sala Verde de Tupã e valorizada pela gestão da mesma.

A região da Alta Paulista está compreendida pelo território de 33 municípios, dentre estes apenas 3, incluindo Tupã, possuem Sala Verde, segundo o portal de Salas Verdes, 2019. Isto demonstra mais uma vez a importância da criação de uma

Sala Verde na região, pois como demonstramos (figura 10) a maior parte das Salas se localiza nas regiões administrativas com maiores IDHs do estado de SP, havendo necessidade de ampliação de sua abrangência nas regiões mais afastadas da capital e com menores IDHs, como é o caso da região e Tupã.

O PPP considera que a implantação de uma Sala Verde na Unesp, campus de Tupã, deve:

> **DIA***: [...] dar continuidade e fortalecer as ações da REAP, contribuindo com as linhas de ação do ProNEA e estabelecendo um centro de referência em educação ambiental na região oeste paulista* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.2).

Ressaltamos que, dentre as funções do MMA no Projeto Salas Verdes, apresentadas na figura 2, está a promoção de integração das atividades realizadas nas Salas Verdes, com uma atuação de apoio para a articulação de uma Rede de EA na região, importante justificativa apresentada pelo PPP da Sala Verde de Tupã. Apesar disso, não há evidências de que ocorra qualquer tipo de integração gerada por parte do MMA, não há informações sobre isso no site da Sala Verde REAP e nada foi mencionado pela equipe no momento das entrevistas.

Dentre os objetivos apresentados no PPP para a justificativa da criação da Sala Verde REAP em Tupã, estão os seguintes:

> **DIA**: *Somar esforços para a construção de elos representativos* ***de todos os segmentos da sociedade****, criando sinergia e* ***diálogo de saberes*** *entre os atores envolvidos em ações, programas e projetos de Educação Ambiental e - contribuir na promoção de parcerias e acordos na construção coletiva de práticas e conhecimentos socioambientais locais e regionais* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.6, grifos nossos).

> **CAS**: *Para tanto, se faz necessário pensar em espaços de orientação para produção de conhecimentos, habilidades e valores para* ***construção coletiva*** *do aprender as relações entre sociedade e natureza dentro da* ***perspectiva interdisciplinar*** *e apoiada aos* ***princípios sustentáveis*** *(MORALES, 2012)* (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 5, grifo nosso).

Apresentam-se aqui ideias importantes, a exemplo da intenção de representar todos os segmentos da sociedade e a criação de diálogo de saberes. Sabe-se que o diálogo de saberes tem seus fundamentos em uma construção conjunta do conhecimento, uma relação igualitária e horizontal dentre as partes envolvidas, que considera que nenhum conhecimento é melhor do que o outro (LEFF, 2009), ocorrendo sem a imposição de técnicas e receitas prontas para solucionar os possíveis problemas abordados. Por isso se mostra tão importante para o desenvolvimento de uma EA, que se pretenda crítica e emancipatória, mas que não

se dá como algo transitório e pontual, pois é um processo contínuo. O excerto trata também da perspectiva interdisciplinar, conceito que Japiassu (1976) define como sendo elaborado por meio de uma crítica às fronteiras das disciplinas e de sua compartimentalização. Trata-se então de explorar as fronteiras das disciplinas e as zonas intermediárias entre elas incorporando os conhecimentos de várias áreas (JAPIASSU, 1976).

Neste sentido, ressaltamos o pensamento de Leff (2005) ao afirmar que para uma interdisciplinaridade ambiental de qualidade não basta a colaboração de mais de um campo do conhecimento científico, havendo necessidade de uma reformulação social e de uma transformação ambiental do conhecimento (LEFF, 2005). O diálogo de saberes e a interdisciplinaridade são, portanto, conceitos importantes para as práticas de EA, e se fazem presentes no PPP da Sala Verde de Tupã.

Os excertos anteriormente apresentados, de acordo com nossa análise, relacionam-se com as categorias **DIA** e **CAS**, principalmente pelo atendimento aos princípios da PNEA no enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, pela defesa do pluralismo de ideias e da interdisciplinaridade, tendo em vista o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. Além disso, nota-se uma clara relação com a macrotendência Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), abordando a temática de maneira ampla, inclusiva e politizada.

Seguindo para o item dos objetivos específicos apresentados no PPP da Sala Verde da Unesp Tupã, apresentamos os seguintes destaques:

> **EACT/CAS**: *Aprofundar sobre temáticas que envolvam educação ambiental e sustentabilidade, para que a equipe da Sala Verde REAP possa ter compreensão do conceito de sociedades sustentáveis no* ***campo de conhecimento*** *da educação ambiental;*
>
> **DIA**: *Oportunizar encontros de discussões da temática educação ambiental por meio de palestras, oficinas, grupos de estudo e cursos, contribuindo para ideias coletivas e ações ambientais na região e no Campus de Tupã;*
>
> **DIA**: *Oferecer um espaço público de convivência ambiental, como referencial regional de educação ambiental;*
>
> **DIA**: *Fornecer subsídios para acesso aos materiais digitais de educação ambiental aos membros da REAP e à comunidade interna e externa da UNESP;*
>
> **EACT/CAS**: *Participar dos Encontros de Educação Ambiental da região, do Estado de São Paulo, da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) e outros estados, acompanhamento da educação ambiental promovida no contexto local e regional e aquisição de conhecimento de outras experiências em redes e salas verdes do Estado* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.6, grifo nosso).

Os excertos demonstram a intenção de apresentar e desenvolver a compreensão de conceitos como sustentabilidade e sociedades sustentáveis a partir do campo de conhecimento da EA, demonstrando mais uma vez a articulação com a Ciência na perspectiva do trabalho na Sala, assim como a participação em eventos e encontros dentro da temática da EA, o que justifica relacionarmos os mesmos com a categoria **EACT** em consonância com o objetivo VI da PNEA. O interesse de trocar experiências com outras Salas Verdes do estado de SP também pode contribuir para a articulação do trabalho de EA em todo o estado.

Nota-se a intencionalidade de divulgação da temática, em bases científicas, para toda a sociedade, inclusive para comunidade externa da Unesp, que mesmo estando fisicamente próxima, muitas vezes não é alcançada. Assim, de acordo com o PPP, a Sala visa possibilitar o acesso de todos à EA, democratizando-a, justificando assim a existência e implantação da Sala Verde na Unesp Tupã.

O PPP foi planejado para um período de 2 anos, indicando a intenção de replanejamento, o que possibilita o ajuste nas ações, permitindo reflexões sobre o que deu certo, quais novas ações podem ser implantadas e quais podem ser abandonadas, se novas demandas surgiram e quais seriam elas. Esta intenção entra em acordo com a função da instituição gestora, como apresentamos na figura 4 (p. 47) e com o princípio VI da PNEA, que declara como essencial a permanente avaliação crítica do processo educativo. O documento apresenta suas metas para estes dois anos iniciais após a implementação da Sala, como sendo:

> **EACT/CAS**: *2) Formação em EA;*
>
> **DIA**: *3) Comunicação e Divulgação Ambiental;*
>
> **DIA**: *4) Programa Olhar ambiental;*
>
> ***IAS**: 5) Construção de um espaço com materiais alternativos* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.7).

Vale destacar que algumas das metas planejadas dependem de apoios específicos, como a construção de um espaço para a Sala Verde no câmpus da Unesp Tupã, que não ocorreu, até o momento da escrita deste trabalho, por questões burocráticas, falta de verba, entre outras questões. A meta 2 de realização de formação em EA, seja para a equipe de trabalho da Sala Verde, seja para o público-

alvo da Sala, se mostra, no nosso entendimento, como uma ação importante e necessária, pois visa divulgar e discutir a EA dentro de uma perspectiva científica, mas com intenção de ser acessível, como o PPP demonstra em outros pontos já citados aqui. Ressaltamos que é importante, e seria o ideal, que as formações oferecidas na Sala contemplem todos os princípios da PNEA que as categorias **DIA** e **CAS** representam (figura 8).

Na seção do PPP, intitulada de “Metodologia”, são apresentados os seguintes pontos:

**EACT**: *Levantamento de pesquisas mais recentes sobre redes, educação ambiental, comunicação e sustentabilidade a fim de socialização e discussão na equipe da Sala Verde e para todos os membros da REAP por meio da lista de discussão e outros canais de discussão* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p. 8);

**DIA**: *Elaboração de atividades e eventos, como cursos e palestras durante o ano para a comunidade interna e externa ao Campus de Tupã e toda REAP* (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 8);

**DIA**: *Facilitação, dinamização e moderação da lista de discussão online para socialização, reflexão e espaço de troca de informações da REAP dentro de um ambiente comum de comunicação entre os elos* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.8);

**DIA**: *Criação de um **blog interativo**, a fim de divulgar informações sobre a Sala Verde REAP e suas atividades para a comunidade* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.8); (vide figura 12)

**EACT**: *Participação nos encontros de Educação Ambiental da região e outros locais, para melhor acompanhamento da educação ambiental promovida no contexto local e regional e troca de experiências de outras redes* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p.8);

**DIA/EACT**: *Elaboração das edições do Programa Olhar Ambiental para veiculação em Tupã e região em parceria com Tv Universitária que cede seus equipamentos para filmagem e edição* (PPP SALA VERDE UNESP TUPÃ, 2017, p. 8);

**IAS/CAS***: Ação de divulgação e coleta de materiais reutilizáveis para construção de um ambiente com materiais alternativos e instalações diferenciadas, tais como: aquecedor solar produzido a partir de garrafas de pets para o aquecimento da água; mini cisterna; geração de energia com placas fotovoltaicas; ventilação forçada com serpentinas automatizadas, além da própria construção que utilizará reboco triturado, vinhaça e garrafas de pet, dentre outros. Esse tipo de procedimento contribuirá na **sensibilização e conscientização** da sociedade quanto à importância da questão ambiental acerca do **descarte de materiais e dos resíduos gerados por si próprios**. Espera-se, neste caso, utilizar este ambiente como um espaço de formação e informação ambiental por meio de **práticas educativas*** (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 8, grifos nossos);

**DIA**: *Elaboração de materiais didáticos para difusão no que se refere às questões ambientais, possibilitando compreensão da população em geral sobre o uso da sala verde e suas atividades* (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 8);

**DIA/CAS***: A partir da construção do ambiente com materiais alternativos, serão realizadas visitas guiadas ao espaço Sala Verde REAP para conhecerem o projeto do uso de materiais reciclados e reaproveitados e todos benefícios e etapas da construção, a fim de instigar a formação e informação ambiental e contribuir com a **sensibilização** dos indivíduos na **transformação de suas práticas*** (PPP SALA VERDE TUPÃ, 2017, p. 8, grifo nosso).

Dentre as metodologias escolhidas pela equipe da Sala Verde REAP, e explicitadas no PPP, podemos notar novamente grande preocupação com a democratização da informação e do conhecimento acerca da EA, sendo a categoria **DIA** encontrada com mais recorrência dentre as metodologias apresentadas. Encara-se a Sala Verde como um centro de formação e um local de aproximação e acesso à Unesp. Com diversas abordagens, a equipe visa atingir esta democratização a partir do oferecimento de palestras e cursos, por meio da lista de discussão online, do blog, do programa televisivo, materiais didáticos para a população do município e do espaço físico da Sala, que também tem a função de inspirar mudanças e possibilidades para a construção de espaços na sociedade como um todo.

Chamou a nossa atenção a utilização de termos como “conscientização” e “sensibilização da sociedade” por meio de visitas guiadas ao espaço que a equipe pretende construir com materiais alternativos e instalações diferenciadas acerca do tema de descarte de resíduos. Não desconsideramos aqui a importância ou relevância de atividades em áreas como a relatada no PPP, mas ressaltamos a necessidade de politizar a questão, com apontamentos acerca das causas do descarte inadequado de materiais e resíduos gerado pelas pessoas. Dito isso, consideramos que os excertos supracitados (termos em destaque) apresentam aproximação com a macrotendência Pragmática (LAYRARGUES; LIMA, 2014) ao proporem a transformação da prática individual dos possíveis visitantes da Sala, a sensibilização e a conscientização dos mesmos.

Barcelos (2003), nos alerta sobre a predominante ideia de conscientização encontrada em ações de EA:

> [...] é um pouco pretenciosa a ideia de que devemos conscientizar as demais pessoas. Isto porque se eu acho que devo conscientizar alguém, naturalmente que eu devo “levar” a este alguém uma determinada consciência. Ora, isto pressupõe que eu sei qual a consciência que esta pessoa deva ter para estar “corretamente consciente”. Em nosso caso ser “ecologicamente correto”. Não por acaso a consciência correta será a minha consciência. Não preciso lembrar que, ao final de sua vida, o nosso saudoso Paulo Freire debateu-se em explicar que quando falava em consciência não significava que alguém ou algum “iluminado(a)” fosse o(a) portador(a) da mesma. Da mesma forma conscientizar não pode, jamais, significar fazer “lavagem cerebral” ideológica, religiosa, ou de qualquer tipo sob pena de estarmos negando dois princípios básicos do pensamento ecologista libertário: a autonomia e a liberdade de homens e mulheres no mundo (BARCELOS, 2003, p. 88).

A construção do espaço com materiais alternativos dentro da Unesp, com aquecedor solar de garrafa PET entre outras soluções mais sustentáveis, que seria o espaço físico da Sala Verde, até o momento da escrita deste trabalho não havia se realizado, como já mencionado. Tal espaço é apresentado no documento como um meio de “conscientizar população sobre a questão do lixo e seu descarte, assunto recorrente e comumente utilizado nas discussões e atividades de EA, pois vem sendo apontado como um dos maiores problemas ambientais da contemporaneidade. Uma preocupação acerca desse tema, como ressalta Layrargues (2002), vem sendo:

> [...] apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo (LAYRARGUES, 2002, p. 1).

Desta forma, evidencia-se a importância de uma abordagem crítica e de uma visão abrangente sobre os agentes causadores, as causas e consequências (conhecimentos), valores envolvidos e como agir politicamente a respeito, o que envolve o trabalho com as dimensões a serem consideradas para todos os temas que devem ser discutidos pela EA (CARVALHO, 2006).

A Sala Verde REAP, além do documento do PPP também possui um blog (figura 12), com informações que são atualizadas com frequência, informações estas que não constam da mesma maneira no PPP, cabendo explicitá-las. Dentre os objetivos da Sala apresentados no site, observa-se que há a intenção de “disseminar as informações de Educação Ambiental por meio de websites para difusão de conhecimentos, práticas educacionais e desenvolvimento de metodologias em Educação Ambiental”. No site, talvez pelo tipo de linguagem, não se percebe a mesma preocupação com o embasamento teórico que irá orientar o desenvolvimento destas ações, enquanto no PPP estão apresentadas as PPs e Redes de EA como justificativa e base para a criação não só da Sala Verde como também do projeto de extensão que já existia, apresentando claramente as bases teóricas em que se apoia o trabalho na Sala Verde REAP da Unesp Tupã.

**Figura 12: Blog da Sala Verde REAP**




Fonte: Blog da Sala Verde REAP.

No site há a apresentação das seguintes características sobre a Sala Verde REAP:

***DIA**: Não linear: acontece um processo circular de aprendizagem em que todos interagem e aprendem sobre os assuntos;*

***CAS**: Não há hierarquia: a rede produz horizontalidade, multiliderança e descentralização;*

***CAS**: Isonomia: quando todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres; não deve haver "melhores" ou "piores", mas uma igualdade;*

***DIA**: Dinâmicas coletivas: as redes são ambientes dinâmicos de relacionamento que se apropriam de várias formas para se comunicar;*

***CAS**: Participação voluntária.*

As características apresentadas remetem a um processo educativo democrático e descentralizado, assim como apresentam características compatíveis com a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, como preconizado pelo princípio IV da PNEA.

A participação voluntária, apresentada no excerto supracitado, é uma característica dos projetos de extensão existentes nas universidades, e por isso entendemos que se apresenta como uma realidade no grupo da REAP da Unesp de Tupã, inclusive antes de ser Sala Verde. Basicamente as pessoas interessadas passam a participar das reuniões e da equipe da Sala Verde, dentre esses alguns são bolsistas (alunos da Unesp) selecionados de acordo com critérios estabelecidos pela própria equipe juntamente com a coordenação do Projeto. Por um lado, a participação voluntária pode significar uma equipe motivada e interessada, pois cada membro participa por vontade própria. Por outro lado, pode haver uma grande rotatividade desses participantes e mudanças constantes na equipe, dificultando a continuidade e a dinâmica do trabalho. A divisão do trabalho realizada pelos alunos bolsistas e pelos voluntários não está explicitada no site da Sala ou no PPP.

Alguns termos apresentados no site, baseados nos princípios organizacionais da REBEA foram:

> **CAS**: *autonomia, democracia interna, respeito à diversidade, conectividade, multiliderança e interdependência.*

Os termos apresentados no excerto foram cunhados ao longo do tempo por pesquisadores que atuam na área de Redes, no caso aqui em uma rede de EA, sendo compatíveis com as ideias do PPP da Sala Verde de Tupã no propósito de atender aos princípios e objetivos da PNEA, principalmente o V (representado pela categoria **CAS**) que apresenta como essencial uma “cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.” (PNEA, 1999).

Uma informação apresentada no site que consideramos interessante foi a apresentação de regras de convivência da Sala Verde, onde a linguagem formal deve ser utilizada, sigilo no que diz respeito aos assuntos deliberativos, coibição de atitudes

preconceituosas e inapropriadas, inclusão da comunidade, buscarem evitar que os interesses pessoais se sobreponham ao interesse coletivo da Sala Verde, demonstrando organização, respeito à diversidade e seriedade no trabalho. Além disso, manifesta intenção de realizar relatórios, avaliar junto aos membros da REAP e fazer constante autoavaliação para mapeamento e acompanhamento das metas propostas, o que entra em consonância com a categoria **CAS** que pressupõe, baseada no princípio VI da PNEA, a permanente avalição crítica do processo educativo.

A macrotendência predominante no documento do PPP da Sala Verde REAP é a Crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), pois ao apresentar suas ações e fundamentos inclui conceitos como cidadania e democracia, busca politizar o debate ambiental e propõe ações transformadoras da realidade com questionamento da sociedade e do sistema econômico e social vigente, por meio de um enfoque participativo e crítico. Devemos apontar que é necessária a atenção para que não haja enfoque em aspectos puramente comportamentais e individuais, descolados de uma crítica ao sistema socioeconômico, como visto em alguns excertos que foram relacionados à macrotendência Pragmática (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Acerca do atendimento da PNEA, o texto demonstra um posicionamento crítico acerca da dimensão ambiental e da social (categoria **CAS**), grande preocupação com a democratização do acesso e da informação para a sociedade como um todo, principalmente a comunidade externa da Universidade, incluindo-a e divulgando a Sala, suas ações e promovendo a articulação de uma Rede de EA, sendo que a categoria **DIA** é a predominante no texto. A EA integrada com a ciência e a tecnologia (categoria **EACT**) também foi encontrada com frequência, o que denota valorização do conhecimento cientifico nas ações, buscando fundamentação teórica e tornando o mesmo acessível, pelo desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, como consta no objetivo I da PNEA. A integração ambiente e sociedade (categoria **IAS**) também foi identificada, com menor frequência, mas o texto do PPP como um todo parece ter uma abordagem articulada da questão ambiental, com o incentivo à participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade

ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, como apontam os princípios que a categoria representa (figura 8).

A seguir apresentamos o quadro 5 onde estão contidos todos os excertos apresentados neste item, relacionando-os a cada categoria de análise.

**Quadro 5 – Demonstrativo dos excertos do PPP da Sala Verde de Tupã em cada categoria de análise**

| Cat. / Doc. | **Integração Ambiente sociedade - IAS** | ***Criticidade acerca do Ambiental e do Social - CAS*** | ***Democratização da informação e do acesso - DIA*** | ***EA integrada com a Ciência e tecnologia – EACT*** |
|---|---|---|---|---|
| **PPP Tupã** | *A EA busca por meio de um saber socioambiental, pensar, refletir e agir na sociedade de maneira a valorizar a relação ser humano e natureza de forma interdependente, na perspectiva de sociedades sustentáveis e enfoque mais participativo. Nesse contexto, a EA assume cada vez mais a função política e transformadora, na qual a participação e a co-responsabilidade dos indivíduos tornam-se alvos centrais para promover essa nova racionalidade (MORALES et al., 2010; MORALES, 2012).* | *A EA busca por meio de um saber socioambiental, pensar, refletir e agir na sociedade de maneira a valorizar a relação ser humano e natureza de forma interdependente, na perspectiva de sociedades sustentáveis e enfoque mais participativo. Nesse contexto, a EA assume cada vez mais a função política e transformadora, na qual a participação e a co-responsabilidade dos indivíduos tornam-se alvos centrais para promover essa nova racionalidade (MORALES et al., 2010; MORALES, 2012).* | *[...] nota-se que a sociedade contemporânea vem organizando-se em forma de redes, que propiciam flexibilidade e autonomia, potencializam o fluxo dinâmico e as conexões e, ainda, permitem acompanhar a velocidade acelerada de informações a cada dia (MORALES et al., 2010). [...] Redes são sistemas organizacionais capazes de agrupar indivíduos e instituições, de maneira democrática e participativa, em torno de objetivos comuns, constituindo-se a partir de dinâmicas interativas, coletivas e* | *A Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista (REAP), constituída no ano de 2012, com o intuito de promover reflexão, articulação e discussão da EA no município de Tupã e na região da Alta Paulista vem desenvolvendo atividades ambientais de formação ambiental e contribuindo na articulação entre pessoas e instituições que atuam na área para somar esforços na construção coletiva de práticas e conhecimentos socioambientais locais e regionais no campo da EA.* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| P | *Construção de um espaço com materiais alternativos.*<br><br>*Ação de divulgação e coleta de materiais reutilizáveis para construção de um ambiente com materiais alternativos e instalações diferenciadas, tais como: aquecedor solar produzido a partir de garrafas de pets para o aquecimento da água; mini cisterna; geração de energia com placas fotovoltaicas; ventilação forçada com serpentinas automatizadas, além da própria construção que utilizará reboco triturado, vinhaça e garrafas de pet, dentre outros. Esse tipo de procedimento contribuirá na sensibilização e conscientização da sociedade quanto à importância da questão ambiental acerca do descarte de materiais e dos resíduos gerados por si próprios. Espera-se, neste caso, utilizar este ambiente como um espaço de* | *Para tanto, se faz necessário pensar em espaços de orientação para produção de conhecimentos, habilidades e valores para construção coletiva do aprender as relações entre sociedade e natureza dentro da perspectiva interdisciplinar e apoiada aos princípios sustentáveis.*<br><br>*Formação em EA;*<br><br>*Ação de divulgação e coleta de materiais reutilizáveis para construção de um ambiente com materiais alternativos e instalações diferenciadas, tais como: aquecedor solar produzido a partir de garrafas de pets para o aquecimento da água; mini cisterna; geração de energia com placas fotovoltaicas; ventilação forçada com serpentinas automatizadas, além da própria construção que utilizará reboco triturado, vinhaça e garrafas de pet, dentre outros. Esse tipo de procedimento* | *historicamente únicas. Para Castells (1999), a rede é um conjunto de nós interconectados.*<br><br>*Dessa forma, criar espaços comuns que contribuam com a disponibilização e democratização de acesso às informações é uma demanda da REAP, bem como do próprio projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente.*<br><br>*O programa Olhar Ambiental busca discutir temas socioambientais relevantes para a região sob vários pontos de vista. Esse programa já teve 10 edições e conta com a parceria da Tv Universitária do Município de Tupã. No entanto, a lista de discussão precisa ser atualizada e melhor aproveitada, e o Programa Olhar Ambiental precisa ser reestruturado. Mas, acredita-se que com a Sala Verde REAP, essas ações de comunicação ambiental possam ser* | *[...] à participação mais efetiva das questões ambientais do Estado de São Paulo, como participar presencialmente e de forma mais ativa da própria Rede de Educação Ambiental Paulista (REAP). Dessa forma, quando se observou que a questão ambiental estava desarticulada na região, bem como tratada de forma periférica, iniciou-se um movimento entre educadores e pesquisadores preocupados com a Educação Ambiental para organizar uma rede que pudesse pensar e agir na região de Tupã com foco no princípio da diversidade, respeito às diferenças e na promoção de parcerias para ações colaborativas na EA.*<br><br>*Isso demonstra que a EA está presente em pesquisas, extensão e ensino na UNESP, Câmpus de Tupã. Mas, além desse grupo, a Sala Verde REAP poderá contar com o auxílio e/ou apoio dos demais* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **PPP Tupã** | *formação e informação ambiental por meio de práticas educativas.* | *contribuirá na sensibilização e conscientização da sociedade quanto à importância da questão ambiental acerca do descarte de materiais e dos resíduos gerados por si próprios. Espera-se, neste caso, utilizar este ambiente como um espaço de formação e informação ambiental por meio de práticas educativas.*<br><br>*A partir da construção do ambiente com materiais alternativos, serão realizadas visitas guiadas ao espaço Sala Verde REAP para conhecerem o projeto do uso de materiais reciclados e reaproveitados e todos benefícios e etapas da construção, a fim de instigar a formação e informação ambiental e contribuir com a sensibilização dos indivíduos na transformação de suas práticas.*<br><br>*Não há hierarquia: a rede produz horizontalidade,* | *mais bem desenvolvidas.*<br><br>*[...] à participação mais efetiva das questões ambientais do Estado de São Paulo, como participar presencialmente e de forma mais ativa da própria Rede de Educação Ambiental Paulista (REAP). Dessa forma, quando se observou que a questão ambiental estava desarticulada na região, bem como tratada de forma periférica, iniciou-se um movimento entre educadores e pesquisadores preocupados com a Educação Ambiental para organizar uma rede que pudesse pensar e agir na região de Tupã com foco no princípio da diversidade, respeito às diferenças e na promoção de parcerias para ações colaborativas na EA.*<br><br>*[...] dar continuidade e fortalecer as ações da REAP, contribuindo com as linhas de ação do ProNEA e estabelecendo um centro de referência* | *grupos de pesquisa da unidade de Tupã, que são: "Grupo de Democracia e Gestão Social"; "Instalações, Ambiência e Bem Estar Animal"; "Sistemas Fuzzy Aplicados nas Ciências Agrárias" e "Centro de Pesquisa em Administração e Agronegócio".*<br><br>*Aprofundar sobre temáticas que envolvam educação ambiental e sustentabilidade, para que a equipe da Sala Verde REAP possa ter compreensão do conceito de sociedades sustentáveis no campo de conhecimento da educação ambiental;*<br><br>*Participar dos Encontros de Educação Ambiental da região, do Estado de São Paulo, da Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) e outros estados, acompanhamento da educação ambiental promovida no contexto local e regional e aquisição* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PPP Tupã | | *multiliderança e descentralização;*<br><br>*Isonomia: quando todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres; não deve haver "melhores" ou "piores", mas uma igualdade;*<br><br>*Participação voluntária.*<br><br>*autonomia, democracia interna, respeito à diversidade, conectividade, multiliderança e interdependência.*<br><br>*Aprofundar sobre temáticas que envolvam educação ambiental e sustentabilidade, para que a equipe da Sala Verde REAP possa ter compreensão do conceito de sociedades sustentáveis no campo de conhecimento da educação ambiental;*<br><br>*Participar dos Encontros de Educação Ambiental da região, do Estado de São Paulo, da* | *em educação ambiental na região oeste paulista.*<br><br>*Somar esforços para a construção de elos representativos de todos os segmentos da sociedade, criando sinergia e diálogo de saberes entre os atores envolvidos em ações, programas e projetos de Educação Ambiental e - contribuir na promoção de parcerias e acordos na construção coletiva de práticas e conhecimentos socioambientais locais e regionais.*<br><br>*Oportunizar encontros de discussões da temática educação ambiental por meio de palestras, oficinas, grupos de estudo e cursos, contribuindo para ideias coletivas e ações ambientais na região e no Campus de Tupã;*<br><br>*Oferecer um espaço público de convivência ambiental, como referencial regional de educação ambiental;* | *de conhecimento de outras experiências em redes e salas verdes do Estado.*<br><br>*Formação em EA;*<br><br>*Levantamento de pesquisas mais recentes sobre redes, educação ambiental, comunicação e sustentabilidade a fim de socialização e discussão na equipe da Sala Verde e para todos os membros da REAP por meio da lista de discussão e outros canais de discussão;*<br><br>*Participação nos encontros de Educação Ambiental da região e outros locais, para melhor acompanhamento da educação ambiental promovida no contexto local e regional e troca de experiências de outras redes.*<br><br>*Elaboração das edições do Programa Olhar Ambiental para veiculação em Tupã e região em parceria com Tv Universitária que cede seus* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | *Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) e outros estados, acompanhamento da educação ambiental promovida no contexto local e regional e aquisição de conhecimento de outras experiências em redes e salas verdes do Estado.* | *Fornecer subsídios para acesso aos materiais digitais de educação ambiental aos membros da REAP e à comunidade interna e externa da UNESP;*<br><br>*Comunicação e Divulgação Ambiental;*<br><br>*Programa Olhar ambiental;*<br><br>*Elaboração de atividades e eventos, como cursos e palestras durante o ano para a comunidade interna e externa ao Campus de Tupã e toda REAP;*<br><br>*Facilitação, dinamização e moderação da lista de discussão online para socialização, reflexão e espaço de troca de informações da REAP dentro de um ambiente comum de comunicação entre os elos.*<br><br>*Criação de um blog interativo, a fim de divulgar informações sobre a Sala Verde REAP e suas atividades para a comunidade;* | *equipamentos para filmagem e edição* |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PPP Tupã | | | *Elaboração das edições do Programa Olhar Ambiental para veiculação em Tupã e região em parceria com Tv Universitária que cede seus equipamentos para filmagem e edição.*<br><br>*Elaboração de materiais didáticos para difusão no que se refere às questões ambientais, possibilitando compreensão da população em geral sobre o uso da sala verde e suas atividades;*<br><br>*A partir da construção do ambiente com materiais alternativos, serão realizadas visitas guiadas ao espaço Sala Verde REAP para conhecerem o projeto do uso de materiais reciclados e reaproveitados e todos benefícios e etapas da construção, a fim de instigar a formação e informação ambiental e contribuir com a sensibilização dos indivíduos na* | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | *transformação de suas práticas.*<br><br>*Não linear: acontece um processo circular de aprendizagem em que todos interagem e aprendem sobre os assuntos;*<br><br>*Dinâmicas coletivas: as redes são ambientes dinâmicos de relacionamento que se apropriam de várias formas para se comunicar;*<br><br>*DIA/EACT: A Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista (REAP), constituída no ano de 2012, com o intuito de promover reflexão, articulação e discussão da EA no município de Tupã e na região da Alta Paulista vem desenvolvendo atividades ambientais de formação ambiental e contribuindo na articulação entre pessoas e instituições que atuam na área para somar esforços na construção coletiva de práticas e conhecimentos socioambientais* | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | *locais e regionais no campo da EA.* | |

Fonte: elaborado pela autora.

### 5.3.3 Análise do PPP Sala Verde Campinas

O documento do PPP da Sala Verde de Campinas se inicia com o nome da instituição responsável pela sua submissão ao edital do MMA, a ONG Trilha Verde. No documento não há informações sobre a instituição gestora, apenas apresentando a equipe constituída por duas pessoas, um coordenador e um professor, instrutor e consultor em agricultura orgânica.

Após isso, no item “Histórico e Justificativa” (PPP SALA VERDE CAMPINAS, 2018, p.1), apresentam-se informações acerca da agricultura orgânica, vejamos:

> *Há uma crescente demanda por alimentos e produtos produzidos dentro das normas da Agricultura Orgânica, porém há um descompasso entre a demanda e a oferta, sendo essa pouco atendida pelos atores da produção agropecuária, principalmente devido à falta de informações e conhecimento técnico e conceitual do que vem a ser uma agricultura orgânica produtiva, eficiente e rentável (PPP SALA VERDE CAMPINAS, 2018, p.1).*

Tendo em vista nosso ponto de partida para o desenvolvimento desse trabalho – a crise socioambiental e civilizatória que vivemos atualmente e a EA como possibilidade de mudança de realidade – buscamos articular as informações apresentadas no PPP analisado aqui com nossas referencias teóricas, bases desse trabalho, entendendo que há no PPP uma preocupação com a qualidade de vida e com o meio ambiente ao oferecer formação para as práticas de agricultura orgânica. Assim, trazemos a seguir informações acerca do tema, que é foco do PPP, buscando entender o ponto de partida dos propositores da Sala Verde de Campinas.

Sabe-se que a agricultura orgânica existe como um conhecimento tradicional e se coloca como uma alternativa ao sistema de produção agrícola tradicional, sendo uma técnica que vai contra o uso de agrotóxicos e têm tido cada vez mais destaque e reconhecimento. Na Instrução Normativa 007/99, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) considera-se:

> Sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGM)/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação (BRASIL, instrução normativa 007, 1999, item 1.1, p. 2).

A agroecologia[14] como ciência e a agricultura orgânica como modo de produção devem ser encarados como mais que alternativas parciais, pois a real solução está no fim da monocultura e na mudança total dos sistemas de produção extensivas atuais, que não consideram a importância das diferentes interações ecológicas envolvidas no processo e por isso apresentam a necessidade do uso de insumos externos ao agroecossistema. Tais movimentos devem ser contrários ao desaparecimento do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, pois estes processos também fazem parte da luta contra o sistema (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Seguindo, no documento do PPP, apresentam-se as seguintes informações sobre o trabalho na Sala Verde:

> *Neste sentido, também, tentar continuar o trabalho iniciado pela professora Dra. Ana Maria Primavesi, mãe da Agricultura Orgânica do Brasil, com vários livros, palestras aulas, e cursos que*

[14] Agroecologia é a ciência, com surgimento na década de 1970, que estabelece base teórica para movimentos de agricultura alternativa e que ganhou força após os sinais de esgotamento da agricultura moderna (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 71).

*formaram e inspiraram várias gerações de técnicos, agricultores consumidores no caminho da Agricultura Orgânica Sustentável (PPP SALA VERDE CAMPINAS, 2018, p.1).*

Ana Maria Primavesi foi uma engenheira agrônoma brasileira, que dedicou sua vida a estudar a agroecologia e a agricultura orgânica, sua contribuição foi muito importante, por exemplo, na área de restauração de áreas degradadas (KNABBEN, 2019). Nota-se aqui a intenção de integrar o trabalho na Sala Verde com conhecimento cientifico, especificamente na área do cultivo orgânico visto que, este é o único foco da Sala.

Nos itens “Objetivo geral” e “Objetivo específico” do PPP (PPP SALA VERDE CAMPINAS, 2018, p. 2) da Sala Verde constam as intenções de trabalho com cursos e capacitações de agricultores e interessados na área de produção orgânica, sendo esses os únicos objetivos apresentados no documento. Nos itens seguintes são apresentados o cronograma e a metodologia das capacitações, que seriam realizadas por meio de seis cursos de natureza teórica com carga horária de 8 horas cada, assim como seis cursos de natureza prática, também com 8 horas de carga horária, com intenção de atingir 350 pessoas. Alguns detalhes são demonstrados a seguir:

*Apresentação de forma didática e de maneira simples os conceitos e técnicas de Agricultura Orgânica utilizadas pelos agricultores de sucesso na área, na forma de um curso com 8 horas de duração;*

*Aula prática: os participantes irão elaborar caldas fertiprotetoras, biofertilizantes, plantio ecológico de mudas, elaboração de instrumento simples para marcação de curvas em nível, sua utilização e importância nos cultivos;*

*Apresentação, elaboração e formas de utilização dos insumos utilizados na Agricultura Orgânica, extrato de peixe, extratos de plantas repelentes, pós de rocha, biofertilizantes;*

*Visitas técnicas à produtores que mostrarão e contarão sua experiência e forma de cultivo e criação orgânicos* (PPP SALA VERDE CAMPINAS,2018, p. 2).

No documento do PPP como um todo não há referência direta a EA e o termo não aparece. Concluímos que a criação da Sala Verde foi inteiramente voltada a apenas uma temática, os objetivos são completamente voltados para a realização de cursos para o cultivo de orgânicos e não há previsão de outro tipo de atividade ou a abordagem de nenhuma outra temática ambiental ou de EA. Por esse motivo não foi possível analisar o PPP a partir das nossas categorias de análise (**IAS, CAS, DIA** e **EACT**) visto que o mesmo não se volta para o atendimento à PNEA.

Os objetivos do Projeto Salas Verdes do MMA (figura 5, p. 47) são explicitamente voltados para o desenvolvimento da EA como um todo, ou seja, com a

abordagem de diversas temáticas e também para a implementação de centros de informação e formação ambiental, atuando como espaços educativos. Não negamos a importância ou relevância do tema escolhido pela gestão, mas A Sala Verde de Campinas, gerida pela ONG, não cumpre, portanto, o papel de ser um centro de formação e informação ambiental.

Não há um formato único ou modelo preestabelecido para a criação das Salas Verdes, segundo o próprio Projeto, mas quando se referem a um centro de EA, encarado como um espaço socioambiental, entendemos que para que isso ocorra há a necessidade de uma abordagem mais ampla e diversa. Para o desenvolvimento de um trabalho de EA consistente, articulado como uma Rede e de qualidade, necessita-se não apenas de um conhecimento amplo sobre a EA em si, como também de práticas pedagógicas para o desenvolvimento de pensamento crítico, o que também não é encontrado no PPP da Sala Verde de Campinas.

Finalizando, observa-se que no item “Referências” (PPP SALA VERDE CAMPINAS, 2018, p. 3) há uma lista com sete publicações, todas voltadas para o tema agricultura orgânica, mas as mesmas não apareceram citadas no decorrer do texto.

### 5.3.4 O caso da Sala Verde São Caetano do Sul

A Sala Verde de São Caetano do Sul, localizada e gerida pela empresa multinacional General Motors (GM) foi selecionada para essa pesquisa pela particularidade da sua gestão, sendo a única do estado de SP gerida por este tipo de instituição.

O contato com a equipe da mesma, ocorrido no ano de 2019, foi realizado por e-mail, quando foram explicitadas as informações acerca da natureza da pesquisa, dados sobre a pesquisadora e sobre o motivo do contato. Durante a troca de e-mails com a equipe responsável pela gestão da Sala Verde, cujo quadro é composto por funcionários da empresa, ficou marcada a data da visita a Sala e o acompanhamento de uma atividade que ocorreria no local, na mesma data (28/02/2020). Além disso, recebemos a informação de que deveríamos solicitar o documento do PPP da Sala Verde para o MMA, informação está justificada pelo fato de que o envio dos dados e termos para o MMA ocorreu por meio de formulário online. Assim, solicitamos o

documento do PPP da Sala Verde ao MMA, mas, fomos informadas que o mesmo deveria ser solicitado diretamente à equipe da Sala Verde, autora do documento.

No dia da visita, após o acompanhamento da atividade, em conversa com membros da equipe fomos informadas de que não poderiam disponibilizar o documento por questões internas da empresa, alegando que o mesmo continha informações confidenciais da GM e a liderança responsável não havia liberado o uso do documento para as finalidades da pesquisa.

Sendo assim, sem acesso ao documento, não foi possível realizar a analise documental conforme o fizemos para as demais Salas Verdes. Além disso, a equipe da Sala Verde de São Caetano do Sul também nos informou que não poderia conceder as entrevistas sobre a Sala, planejadas como instrumento de obtenção de dados na presente pesquisa, pelo mesmo motivo: a proibição de disponibilizar informações, ditas confidenciais, pelos membros da equipe da Sala. A liderança da empresa alegou que apenas os superiores poderiam conceder a entrevista, pelo grau de exposição da imagem da empresa e a responsabilização sobre isto atribuída a estes superiores que não tiveram disponibilidade para conceder a entrevista. Por outro lado, esclarecemos que os superiores não estavam envolvidos diretamente com o trabalho na Sala Verde.

Devido a isso não foi possível a caracterização do funcionamento da Sala, o conhecimento dos fundamentos teóricos e científicos utilizados como bases para o desenvolvimento do trabalho de EA, identificar as macrotendências predominantes no PPP, identificar se as ações desenvolvidas nessa Sala Verde estão articuladas com a proposta e objetivos do Projeto idealizado pelo MMA, ou mesmo se atendem aos objetivos e princípios da PNEA.

A seguir, no item 5.4, apresentaremos as análises realizadas com os dados obtidos por meio das observações diretas nas Salas, no acompanhamento das atividades que ocorreram nas Salas Verdes selecionadas para o presente estudo

## 5.4 Atividades acompanhadas nas Salas Verdes

Acompanhamos, durante o desenvolvimento deste trabalho, diversas atividades que ocorreram nas Salas Verdes selecionadas para o estudo. As atividades acompanhadas estão listadas no quadro 6 e o critério de escolha para o

acompanhamento foi terem ocorrido durante as etapas da pesquisa de visitas e observações diretas, entre os meses de julho de 2019 e fevereiro de 2020.

**Quadro 6 – Lista das atividades acompanhadas e datas correspondentes**

| ATIVIDADE | SALA VERDE | DATA |
|---|---|---|
| 1- Discutindo a inclusão da pessoa com deficiência. | Rio Claro | 23/07/2019 |
| 2- Oficina de produtos de limpeza naturais | Rio Claro | 27/07/2019 |
| 3- Dia da Árvore | Rio Claro | 21/09/2019 |
| 4- Reunião semanal do Grupo REAP | Tupã | 18/11/2019 |
| 5- Circuito ambiental | Tupã | 22/11/2019 |
| 6- Oficina de Econfetes de folhas secas | São Caetano do Sul | 28/02/2020 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Sala Verde de Campinas não foi possível acompanhar nenhuma das atividades desenvolvidas pois, a mesma encontrava-se desativada no momento da realização desta pesquisa por motivos financeiros. Maiores explicações estarão no item 5.5.2, nas análises das entrevistas realizadas com a coordenação da Sala.

### 5.4.1 As atividades da Sala Verde Rio Claro

A primeira atividade vinculada à Sala Verde de Rio Claro que acompanhamos teve o seguinte título: “Discutindo a inclusão da pessoa com deficiência” e ocorreu em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura e a Assessoria da Pessoa com Deficiência. O evento ocorreu em um bairro periférico da cidade de Rio Claro e contou com a participação de 24 crianças de 4 a 10 anos e 3 adultos.

A discussão, durante a atividade, se deu em torno da inclusão da pessoa com deficiência nos mais diversos âmbitos da sociedade. Inicialmente foi apresentada aos participantes a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), livros escritos em braile e, além disso, houve a fala de um deficiente visual que realizou um relato sobre o uso da bengala para deficientes visuais ao se locomover pela cidade. Após isso, realizou-se uma dinâmica em que as crianças se locomoviam com uma bengala para

deficientes visuais entre alguns obstáculos e sobre o piso tátil. Em um segundo momento, organizou-se uma dinâmica em que as crianças utilizavam uma cadeira de rodas e após o uso, realizavam um relato de como se sentiram e, ao final da atividade, houve espaço para o esclarecimento de possíveis dúvidas dos participantes.

Observa-se que, em nenhum momento houve a introdução direta de tópicos relacionados a temática ambiental ou sobre EA, mas a atividade se encontra em consonância com o eixo norteador “Cidadania” apresentado no PPP da Sala e com a categoria **DIA**, pois houve a discussão acerca da democratização e do acesso, incluindo pessoas com deficiência e refletindo sobre as dificuldades que as mesmas enfrentam no município e de maneira geral.

A segunda atividade acompanhada na Sala Verde de Rio Claro foi a Oficina de produtos de limpeza naturais que ocorreu em um sábado no próprio espaço da Sala Verde e contou com a participação de 22 pessoas do município. A oficina foi ministrada por duas estagiárias da Sala Verde (alunas da Unesp Rio Claro do curso de graduação em Ecologia) e teve duração média de 90 minutos. Antes do início da atividade, foi distribuído aos participantes um panfleto, elaborado pelas estagiárias, com as receitas dos produtos que seriam preparados na oficina e também um certificado de participação. A divulgação e inscrição na Oficina ocorreram pelas redes sociais anteriormente à data da atividade.

Inicialmente houve uma explanação, realizada pelas ministrantes da oficina, sobre o consumo de produtos de limpeza e cosméticos que são agressivos ao meio ambiente e às pessoas, sobre a participação política na reivindicação às empresas do uso de materiais adequados e sustentáveis e sobre as embalagens dos produtos (recicláveis e/ou de uso único). Discorreram também sobre as vantagens e motivações para confecção de produtos de limpeza e cosméticos naturais, onde encontrar e a faixa média de preço dos materiais necessários.

Observa-se que a intencionalidade na execução da oficina, apresentada pelas ministrantes, tem relação e consonância não só com a mudança de hábitos de compra (no caso, de produtos de limpeza e cosméticos) dos munícipes, como também da discussão sobre o sistema de produção e a possibilidade de participação em reinvindicações acerca de mudanças no sistema produtivo, das embalagens e produtos vendidos comumente. Isso demonstra uma visão ampla da questão

ambiental e uma ideia de EA que vai além de, apenas, uma mudança pontual e individual, apresentando então relação com a categoria de análise **CAS**.

A discussão acerca do tema consumo sustentável não deve ignorar a grave desigualdade social, pois, primeiramente, deve-se entender que as possibilidades de consumo não são igualitárias e que existe uma grande concentração de renda que faz com que muitas pessoas não tenham acesso às condições mínimas de saúde, educação e até mesmo de saneamento básico. Para que se pense em um estilo de vida sustentável, é necessário, antes de tudo, haver garantia destes direitos básicos por meio de ações de governo (CORTEZ; ORTIGOZA, 2007).

Dito isso, ressaltamos que a atividade acompanhada, pareceu-nos demonstrar preocupação em refletir acerca do sistema, o que consideramos algo essencial em atividades de EA que tenham a intenção de ser emancipatórias e voltadas ao desenvolvimento de uma cidadania crítica. Pois, uma reformulação do paradigma societário se mostra essencial e urgente e para a construção de uma real sustentabilidade (que leve em consideração o equilíbrio social e natural, a finitude da natureza, a definição de limites às possibilidades de crescimento, as relações sociais e a autonomia dos sujeitos) necessita-se da superação do modelo de sociedade atual (JACOBI, 2003; BIGLIARDI; CRUZ, 2007).

No momento destinado para discussão sobre o tema da Oficina, alguns dos comentários feitos pelos participantes da oficina foram voltados para a questão da influência da mídia na popularização de produtos de limpeza e cosméticos agressivos e poluentes, e que a mesma propaga a “indústria do descartável”. Além disso, defenderam a ideia da existência de uma possibilidade da transformação da reciclagem em um comércio pois, tendo viabilidade econômica ele seria mais valorizado e implantado, ou seja, sendo apresentado como uma solução.

Tais apontamentos demonstram que, houve consideração de que o sistema de produção e o sistema midiático capitalista estão interligados à problemática do consumismo em si e da produção e venda de produtos agressivos aos humanos e ao meio ambiente que possuem alta descartabilidade. Mas, ao apontar o comércio e o incentivo a reciclagem, se voltam para uma solução puramente técnica, considerando-o como um mercado sem se voltar para a questão dos motivos da produção de tantos bens descartáveis, os limites da reciclagem ou a falta de aplicabilidade desta solução como única.

O surgimento do conceito do consumismo esteve atrelado à ideia de bem-estar e felicidade, sendo entendidos como sinônimos. Esse conceito foi apropriado pelo sistema econômico que traz a ideia como seu principal mote, buscando ampliar o consumo, associando-o à qualidade de vida. Atualmente, devido aos efeitos e consequências negativas do consumismo exacerbado, ele é mais comumente visto como causador de problemas no/ao meio ambiente e, por isso, relacionado com a crise socioambiental instaurada, não sendo mais visto, apenas, como um modo de atingir felicidade.

Emerge assim, a defesa da necessidade de mudança no padrão e no sistema de consumo e de produção, da eliminação da obsolescência programada e da grande descartabilidade dos bens materiais, como parte da visão do ambientalismo alternativo, diferentemente do discurso ecológico oficial, que advoga a favor da ideia de que o problema é de ordem técnica, ou seja, não é o consumismo em si e sim o consumo insustentável, que sendo ajustado e aliando-se à ideia da reciclagem, poderia existir de maneira sustentável (LAYRARGUES, 2002). O autor apresenta ainda que:

> Há então dois modos de ação derivados das possibilidades de compreensão da Política dos 3R's, o primeiro prioriza a redução e reutilização e articula-se com o projeto político-ideológico progressista; o outro prioriza a reciclagem e articula-se com o projeto liberal. [...] E se a cultura do consumismo é o alvo da mudança de valores preconizada pelo discurso ecológico alternativo, a reciclagem revela-se contraditória em relação à redução do consumo e à reutilização, pois ela não ameaça o sistema dominante, já que não questiona o consumismo (LAYRARGUES, 2002, p. 5).

Sendo assim, a reciclagem defendida se torna uma salvação da cultura do consumismo, da obsolescência programada, da poluição por micro plásticos e é encarada como uma forma de evitar a redução do consumo, como se a técnica da reciclagem fosse capaz de solucionar o problema como um todo. Além disso, não considerando a existência de diversos materiais descartados diariamente aos quais não há métodos de reciclagem, ou por não existir tecnologia ou por não compensar economicamente a sua reciclagem.

Outros comentários, dos participantes e das ministrantes, foram:

- Necessidade de mudança de comportamento de consumo pelas pessoas;
- Falta de educação da população, principalmente os mais pobres;

- Questão social e ambiental serem relacionadas a educação, ou seja, é uma questão cultural e antiga. A mudança parte da gente e não é fácil;
- Pessoas têm a consciência da necessidade de mudança, mas não tem o sentimento necessário para fazer algo diferente efetivamente;
- É preciso criatividade para reutilizar os materiais;
- Qual o meu papel no processo de poluição;
- Desperdício de alimentos;
- Falta de orientação e de fiscalização na questão da coleta seletiva na cidade de Rio Claro.

Todos os comentários apresentados acima, estão relacionados a uma ideia de culpabilização individual da problemática ambiental. Apresentam-se de tal forma que, a reutilização dos materiais em casa, a mudança de comportamentos de consumo e descarte ou uma conscientização acerca do tema, vinda de cada pessoa, seria suficiente para que o cenário de crise fosse alterado e superado. Mas, ressaltamos que tal discurso, se alinha com um conservadorismo dinâmico (GUIMARÃES, 1995), em que se defende apenas alguns componentes que se consideram compatíveis com o sistema e com o mercado, ou seja, a reciclagem, a redução do desperdício e o reaproveitamento, ignorando o elemento crítico: a diminuição do consumo (LAYRARGUES, 2002). Segundo o autor, a defesa de alguns pontos específicos é uma estratégia utilizada conscientemente pelo discurso do ambientalismo clássico que é vinculada ao mercado, pois a vertente de um ambientalismo alternativo, acaba encarando isso como uma conquista e um atendimento a suas demandas, sem notar a exclusão do teor crítico de uma ideologia contra hegemônica. Isso seria um avanço aparente, mas que realmente não passa de aparente pois, a defesa de soluções definitivas seria prejudicial ao modelo econômico atual e por isso não são defendidas.

Alguns outros comentários realizados na oficina tiveram outro sentido e são apresentados a seguir:

- Às vezes não temos noção do poder da população nas escolhas que estão acima dela;
- Necessidade de valorização e de melhores pagamentos para os coletores de material reciclável;

- Questionamento sobre como é realizada a escolha de uso dos materiais pela indústria e quais são os interesses da mesma;
- Questionamento sobre o uso de copos plásticos no dia da oficina que discutia o tema do lixo;
- Não existe jogar fora;

Os comentários supracitados se apresentam, de uma certa maneira, relacionados à criticidade que defendemos, pois o questionamento voltado à indústria sobre os seus interesses e sobre a escolha dos insumos, está de acordo com uma visão contra hegemônica, pensando criticamente a existência de interesses do Mercado, que promovem a utilização de alguns materiais em detrimento de outros pois, estes trazem mais lucro que é o interesse base da indústria e do sistema capitalista como um todo.

Além disso, o apontamento sobre a necessidade de reconhecimento do poder da população na participação em decisões políticas e sociais, tem relação com uma ideia que é essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável e democrática, a formação política.

Voltando-nos agora para a questão da remuneração dos coletores de material reciclável comentada por um participante da Oficina, sabemos que a coleta seletiva no Brasil é em grande parte voltada para as latas de alumínio, material mais reciclado do país (73%) e com isso a coleta de tal material torna-se uma fonte de renda para uma significativa parcela da população brasileira. Mas segundo demonstra Layrargues (2002):

> [...] os catadores ganham acima da média brasileira, sua renda chega a superar o salário mínimo. Nesse cenário, segundo o CEMPRE (2000), cerca de 150 mil sucateiros vivem das latas de alumínio e são responsáveis por 50% do suprimento de sucata de alumínio à indústria de reciclagem, além do que, latas corresponderam a 43% das cem mil toneladas de alumínio disponíveis em 1997. [...] Esse panorama representa o argumento de caráter social defendido pela indústria, o qual enfatiza o benefício social da reciclagem do alumínio. Porém, na contramão desse raciocínio, Calderoni (1998) sinaliza que apesar de a remuneração do catador e sucateiro oriundos da reciclagem contribuir para a melhoria de sua condição de vida, os ganhos econômicos estão mal distribuídos: sua pesquisa, realizada no município de São Paulo, indicou que a indústria da reciclagem aufere a maior parte dos ganhos, alcançando quase R$ 215 milhões (cerca de 66% da fatia total obtida através da reciclagem do lixo19). O restante dos ganhos é repartido entre a Prefeitura, que retém R$ 36 milhões (11%), os sucateiros, que recebem R$ 32 milhões (quase

> 10%) e os catadores, que obtêm quase R$ 43 milhões (13%) (LAYRARGUES, 2002, p. 10).

Assim, ressaltamos que o problema dos resíduos sólidos, do plástico, das embalagens e da descartabilidade excessiva nos produtos não será superado através apenas da reciclagem.

Acontecimento interessante ocorrido foi o apontamento, por parte de um participante da atividade, sobre a utilização de copos plásticos descartáveis ao final da Oficina, sendo que a atividade discutia exatamente a problemática do lixo, das embalagens e de alternativas naturais a produtos de limpeza e cosméticos. A partir deste apontamento podemos refletir quanto a necessidade de mudança de paradigma societário pois, seu sistema de produção e consumo estão imbricados com a descartabilidade, a utilização de objetos de uso único e o desperdício, não sendo possível alterá-lo por meio de mudanças pontuais.

Não defendemos a ideia de que as atividades com essa temática são ineficientes, inúteis ou desnecessárias, mas ressaltamos que a atitude individual e a mudança de comportamentos por si só não são suficientes, relacionando-se a uma visão não crítica de EA, quando o contexto atual pede uma visão ampla, emancipatória e principalmente política. Guimarães (1995), disserta sobre propostas educativas que se denominam voltadas ao desenvolvimento sustentável, mas, que na realidade não apresentam proposta de soluções definitivas. O autor aponta que:

> O dilema atual da sustentabilidade resumir-se-ia, portanto, à inexistência de um ator cuja razão de ser social fossem os recursos naturais, fundamento ao menos da sustentabilidade ecológica e ambiental do desenvolvimento. Isto torna-se ainda mais complexo quando se consideram outros elementos. Ocorre, que no que diz respeito ao Capital e ao Trabalho, seus atores detêm a propriedade dos respectivos fatores, enquanto a propriedade dos recursos naturais e dos processos ecológicos é, pelo menos em teoria, pública. Esta realidade demanda uma digressão, uma vez que subjaz a esse dilema a tendência a tentar "privatizar" a natureza, sob o pressuposto de que a atual crise radica precisamente na ambiguidade dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais. Segundo esse raciocínio a sustentabilidade do desenvolvimento estaria garantida a partir do momento em que fosse possível atribuir um preço à natureza, uma noção que as limitações de espaço não permitem aprofundar na sua crítica. Limito-me a indicar que tal lógica obedece muito mais ao avanço ideológico do neoliberalismo do que à lógica de funcionamento dos ciclos vitais da natureza (GUIMARÃES, 1995, p. 116).

Por fim, salientamos que a atividade da Oficina atende ao eixo norteador “Consumo consciente” apresentado no PPP da Sala Verde de Rio Claro, com ideias e conceitos que foram planejados e anunciados no documento. Além disso, também apresenta consonância com os objetivos do Projeto Salas Verdes, como atividade de EA com caráter formativo e informativo, oferecido aos munícipes da cidade de Rio Claro. As reflexões, a tentativa de ir à raiz dos problemas, e os apontamentos sobre a abordagem e visão de EA realizadas aqui, não excluem a importância da discussão do tema que fundamentou a Oficina nem defende o fim de atividades deste gênero.

A terceira atividade acompanhada, aconteceu em outubro de 2019 e foi relacionada ao Dia da Árvore. Na data ocorreu a inauguração de um Jardim Sensorial na área externa da Sala Verde de Rio Claro e o evento contou com a presença do atual prefeito da cidade e de um vereador, além de representantes da mídia local. A atividade se iniciou às 8:30h da manhã, com a disponibilização de um café da manhã para todos os presentes. Houve a participação de um grupo de escoteiros do município e contou com um total de 33 pessoas, dentre elas, 11 crianças (um terço dos participantes).

Após o café da manhã disponibilizado, realizou-se uma volta pelo Lago Azul para a coleta de lixo do local, chamada de Ecofaxina. Também houve a presença dos bombeiros com um barco para a realização da Ecofaxina, que coletou lixo e resíduos na água do lago. A coleta de lixo do local aconteceu precedida de uma fala, realizada pelas estagiárias que acompanharam as crianças na atividade, sobre a importância do descarte correto do lixo e sobre a falta de educação das pessoas que costumam jogar seus resíduos no chão, ou em local inadequado, com a intenção de desenvolver responsabilidade social e cidadã em tal ato, mas não houve discussão sobre alternativas de solução para o problema.

A atividade foi acompanhada por representantes da prefeitura do Departamento de Resíduos Sólidos e do Departamento de Arborização Urbana, que auxiliou no plantio de uma muda de árvore (Aroeira pimenteira) no local. Ao final foram distribuídas hortaliças orgânicas de hortas comunitárias da cidade, mudas, balas, sementes diversas e frutas. A atividade teve claramente um teor de divulgação da Sala e de comemoração da data conhecida como dia da árvore, não houve um momento de discussão ou qualquer espaço formativo. O plantio de mudas e a coleta

do lixo no espaço ocorreram como ações pontuais e aparentemente desarticuladas de um trabalho consistente de EA.

As práticas pedagógicas de EA necessitam de aproximação constante com seu teor crítico, para não correr o risco de se pautarem apenas em uma concepção de conscientização ecológica individual, que se mostra rasa por tratar do âmbito pessoal e muitas vezes doméstico das mudanças. A falta de teor político e crítico pode ser percebida, por exemplo, na criação de PPs de EA com um caráter puramente economicista, na consideração da EA como uma categoria de mercado e na alocação de dinheiro que muitas vezes é focada em intervenções físicas, como o acompanhado na atividade, ao invés do investimento nas pessoas, em formações e qualificação (LAYRARGUES, 2018).

No caso da atividade ocorrida na Sala Verde Rio Claro, no Dia da Árvore, os investimentos de verba foram voltados para intervenções pontuais, no ambiente físico (como o plantio e distribuição de mudas) e "cenográfico", na medida em que a mídia acompanhou e divulgou todo o evento, que contou com a presença de representantes políticos que, em seus discursos, abordaram a importância da preservação, do plantio de mudas e da inauguração do Jardim Sensorial, além de declarações acerca da importância de uma ação como aquela, que a limpeza do lago realizada no dia era importante para a sua descontaminação e que "pequenas atitudes fazem a diferença", além do anúncio de um plantio de mudas que ocorreria na cidade no dia 29/09/2019.

No entanto, sabemos que o poder público do município de Rio Claro, que acompanhou e deu entrevistas à mídia no dia do evento, não investe financeiramente no espaço, na formação da equipe e na capacitação pedagógica e didática do Projeto. Isso representa um problema e uma dificuldade no funcionamento do local, que para a sua estruturação, a exemplo da construção do Jardim sensorial, teve que contar com doações, com a reutilização de materiais que a própria equipe coletou de pontos de descarte e, inclusive, com o uso de verba pessoal de membros da equipe para que o Jardim fosse implantado junto ao espaço da Sala.

Vale lembrar que a Sala Verde de Rio Claro tem sua gestão feita pelo poder público, mas conta com o trabalho de estagiários e estagiárias da Unesp Rio Claro que realizam no local seus estágios obrigatórios, exigidos pela universidade para obterem o grau de bacharel ou licenciado. Ressaltamos que não há qualquer tipo de curso, formação ou qualificação para os estagiários(as) oferecidos pela gestão da

Sala Verde, como previsto no Projeto idealizado pelo MMA. Em sua maioria, as estagiárias(os) buscam se informar acerca do tema EA por conta própria, visto que há pouca ou nenhuma base teórica sobre a temática em seus cursos de graduação de origem[15].

O espaço da Sala Verde, em seus objetivos primários preconizados no Projeto do MMA, visa ser um espaço de formação ambiental. Para que isso realmente ocorra de forma satisfatória e qualificada, a questão socioambiental deve ser encarada de maneira progressista e democrática, visando à construção de uma sociedade sustentável coletiva e para o bem comum. Como concluem os autores Biasoli e Sorrentino (2018):

> Propor a educação ambiental como política estruturante significa partir de processos formadores que vão da pedagogia à política pública. Para tanto, necessita-se de diálogo multissetorial, de políticas públicas compartilhadas e, principalmente, do fortalecimento e inclusão das forças que estão na sociedade, das forças instituintes e sua pulsividade, para o desafio, central e cotidiano, de educar-se ambientalmente toda a coletividade (BIASOLI; SORRENTINO, 2018, p. 13)

Acompanhamos, na Sala Verde de Rio Claro ações que ocorrem periodicamente, a exemplo das oficinas e da ecofaxina no Lago Azul. Ressaltamos que ações esparsas e pontuais são importantes e podem resultar em melhorias, mas quando se pautam quase que exclusivamente em mudança de comportamentos ecologicamente aceitáveis, permanecem distantes das demandas da agenda de um ambientalismo emancipatório, que pede grandes transformações sociais, políticas e ambientais (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

### 5.4.2 As atividades Sala Verde Tupã – REAP

No dia 18 de novembro de 2019 realizamos o acompanhamento de uma reunião do grupo Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista (REAP) equipe da

[15] No momento da realização deste trabalho, as estagiárias(os) com quem tivemos contato eram provenientes dos cursos de bacharel em Ecologia. O curso não contem em sua grade, até o momento nenhuma disciplina voltada para a EA.

Sala Verde, no câmpus da Unesp de Tupã. A reunião contou com a presença de 6 alunos e a coordenadora do grupo. Inicialmente ocorreu a avaliação de final de ano do Projeto que consistiu em um *feedback* de cada membro da equipe presente. Os *feedbacks* tiveram foco na atividade denominada de Circuito Ambiental e houve elogios e apontamentos sobre a atividade que, segundo alguns dos membros, gera impacto social relevante e trouxe visibilidade ao grupo REAP. Alguns comentários, relacionados aos pontos fracos, foram voltados ao fato de a organização da atividade apresentar necessidade de melhor elaboração e sobre a necessidade de que todos coloquem a REAP como prioridade em sua vida acadêmica, dando a ela o seu devido valor.

Os apontamentos realizados sobre a falta de comprometimento e priorização do grupo, por parte da equipe, nos levam a pensar que a participação, por ser voluntária, pode resultar nesse problema pois, o dia a dia universitário é dinâmico, os membros da equipe podem ter interesse por outros Projetos de Extensão, começar a trabalhar em projetos pessoais, projetos de pesquisa e até mesmo finalizar a graduação. Isso faz com que o quadro de membros da equipe seja constantemente alterado, dificultando a continuidade das propostas. O que ocorre na REAP, muitas vezes é observado em outros Projetos de Extensão universitários, que comumente são encarados como uma atividade não essencial, um *hobby* ou até mesmo um trabalho social de caráter assistencialista, não apenas pelos alunos participantes, mas também pela própria Universidade. Sobre o tema, Monteiro e Sacramento (2010) apontam que uma das evidências de que o ensino e a pesquisa são vistos como mais importantes que a extensão se mostra no aporte de recursos em cada um deles, no número de bolsas em cada um destes eixos, no apoio oferecido pelos órgãos de fomento (dos ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia) e também nas avaliações do desempenho docente, que dão maior valor as atividades de pesquisa em detrimento das atividades de extensão. As autoras salientam ainda que:

> A falta de apoio e a desvalorização da extensão na hierarquia das atividades acadêmicas geram certa desqualificação da extensão e dos professores que a ela se dedicam, como se eles fossem aquela pequena parcela do conjunto da universidade que se preocupa com o “social” e que, em função disso, de certa forma, não atinge, com tanta presteza e rapidez, os níveis de produção (MONTEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 2).

Uma das alunas, membro do grupo, trouxe informações sobre contato realizado com o grupo independente de moradores do município de Tupã, chamado “Movimento Salve a Natureza”, o grupo é apresentado no PPP como parceiro da Sala Verde. O grupo buscou apoio com a equipe da Sala Verde de Tupã, segundo ela, para ações de conscientização envolvendo o uso de sacolas retornáveis e a arborização do município. A ação em parceria com o Movimento foi planejada para ocorrer em um supermercado da cidade de Tupã, com o oferecimento de sacolas retornáveis confeccionadas pelo grupo, doação de mudas e também informes veiculados por equipamento de som sobre meio ambiente e sobre a importância do uso das sacolas. Alguns outros membros do grupo comentaram que, a ação no supermercado seria interessante para abordar temas como a valorização dos produtores de agricultura orgânica da região visto que, o supermercado em questão já é um dos pontos de venda de produtos orgânicos.

Alguns membros da equipe da Sala, durante a reunião, realizaram comentários sobre a ação desenvolvida em parceria com o grupo “Movimento Salve a Natureza” falando sobre a necessária atenção para com ações pontuais, e que seria interessante a organização de projetos mais duradouros, nos quais poderia ocorrer maior desenvolvimento e aprofundamento em temáticas ambientais diversas. Isso demonstra uma preocupação com a qualidade e senso crítico das ações desenvolvidas pela Sala Verde de Tupã. Trabalhos de EA mais longos e elaborados de maneira mais abrangente criam oportunidades para a adoção de abordagens críticas e de discussões mais amplas da questão socioambiental, sendo possível abarcar mais de um ponto de vista. Enquanto ações pontuais são, costumeiramente, relacionadas às visões reducionistas, decorrente do pouco tempo para desenvolvimento e consequente dificuldade de inclusão de discussões abrangentes, ficando reduzidas a mudanças de comportamento.

Ainda durante a reunião, a coordenação do Projeto incentivou e alertou os alunos da equipe da Sala acerca da importância da participação política, por exemplo por meio da presença na câmara municipal em momentos de discussão de assuntos socioambientais. O que também demonstra uma visão ampla sobre o que é EA, indicando como ela pode atuar e de quais formas, assim como sobre qual o papel dos alunos da equipe da Sala enquanto cidadãos. Além disso, houve incentivo para que os alunos participassem e ocupassem espaços científicos como congressos e outros

eventos desse tipo, visando à formação ampla e de qualidade dos alunos, bem como a divulgação do Projeto Sala Verde REAP. Reafirmamos, com base em mais esse relato, nossa crença de que formações em EA que articulem o conhecimento cientifico e a participação política são de extrema importância para a realização de um trabalho de EA crítico. Soma-se a isso a informação de que a equipe da Sala Verde REAP, de Tupã, se reúne toda semana para planejar a execução das propostas, dividir o trabalho e a equipe em funções e dias - decidir quem vai acompanhar e executar qual atividade, por exemplo - discussão de textos e também de outros temas pertinentes à Sala Verde. Entendemos que tal forma de organização pode ser vantajosa pois permite uma autoavaliação constante do desenvolvimento do trabalho e da divisão de tarefas, demonstrando que há descentralização na gestão e é algo essencial para que o processo de planejamento seja contínuo, exitoso e democrático.

A segunda atividade acompanhada na Sala Verde de Tupã foi o “Circuito ambiental”, no campus da Unesp, com a participação de alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O Circuito envolve uma apresentação de diversos pontos do campus, inclusive do espaço da Sala Verde, e atividades recreativas com brinquedos de material reciclado, confeccionados pela equipe da Sala Verde (**DIA**). O grupo da APAE foi convidado por intermédio de um técnico da Unesp que desenvolve ações de outro Projeto de Extensão no local, chamado “Hortas nas escolas”.

A participação se deu em dois horários com duas turmas de alunos distintas, a primeira de manhã, as 8h30, e outra no período da tarde, as 13h30. No período da manhã, houve a participação de 28 alunos da APAE e o Circuito teve duração de 1h30. Inicialmente ocorreu uma apresentação no anfiteatro da biblioteca da Unesp de Tupã, espaço que faz parte da infraestrutura da Sala, com slides sobre o Projeto Sala Verde e sobre EA. Além disso, foram transmitidos dois vídeos: um sobre Consumo saudável e outro sobre Sustentabilidade. Um dos vídeos apresentados, de título “Consciente coletivo”, fala sobre as ações dos seres humanos serem interligadas e capazes de afetar o mundo todo. Os vídeos tiveram a duração média de 10 minutos cada, discutindo a questão do lixo, o consumo de alimentos saudáveis e a busca por uma sociedade mais saudável. No conteúdo e na abordagem sobre os problemas apresentados nos vídeos identificamos a relação com a categoria **IAS**, ao considerar o meio ambiente em sua totalidade e a interdependência entre o meio natural, o

socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade, como demonstra o princípio II da PNEA, representado por esta categoria de análise.

Após a apresentação dos membros da equipe da Sala e a exibição dos vídeos, o grupo participante do Circuito Ambiental se dirigiu ao espaço da Sala Verde para conhecer o acervo de livros. Na Sala Verde REAP existe a possibilidade de empréstimo dos livros do acervo, mediante a confecção de uma carteirinha, para todos os interessados, para o público interno e externo da Universidade. O atendimento ao público para retirada de livros ocorre às quintas-feiras no período da tarde, na própria biblioteca, a equipe da Sala é responsável pela supervisão das visitas e empréstimos. Consideramos tal ação importante para a aproximação, acesso e democratização da informação na Sala Verde, objetivo apresentado no PPP e previsto no Projeto Salas Verdes do MMA.

Seguindo com o Circuito, os locais apresentados foram: Salas de estudos; Jardim de suculentas; Prédio de salas de aula; Prédio dos laboratórios; Laboratório de Mecânica dos Fluidos e Laboratório de Resíduos Sólidos. Entendemos que a visita aos laboratórios, salas de estudo e salas de aula tiveram o intuito de apresentar as instalações da Unesp para o grupo pois, possivelmente, os mesmos não teriam tal oportunidade fora da atividade em que participaram.

Vale lembrar que a Sala Verde, no contexto da Unesp Tupã, já era anteriormente e, é desenvolvida como um Projeto de Extensão Universitária. Sabemos que a Extensão é um dos pilares de sustentação e bases da Universidade pública e que, é por meio deles que a relação da Universidade com a comunidade se fortalece pois, eles oportunizam o diálogo entre as partes e o acesso da população em geral ao espaço formativo e físico das Universidades. É essencial que haja, a partir da Extensão, a possibilidade de oferecimento de ações socioeducativas que se apoiem na superação das desigualdades e da exclusão e distanciamento de parte da população que existem ainda hoje (RODRIGUES, 2013).

O Circuito Ambiental, pelas nossas observações e leitura do PPP, possui foco na divulgação da universidade e do acesso a ela para a população, possibilitando uma aproximação da sociedade com a mesma, o que com certeza é um objetivo relevante, visto que, geralmente há um distanciamento das duas realidades e um desconhecimento sobre as possibilidades de acesso, como se realiza o ingresso nos cursos e qual a função da universidade, principalmente pela população periférica. A

Sala Verde REAP recebe diversas escolas, públicas e privadas, incluindo as periféricas e outros grupos de jovens e adultos, visando essa dificuldade.

Seguindo com o Circuito, especificamente no Laboratório de Mecânica dos Fluidos da Unesp Tupã, foram apresentados três equipamentos do laboratório que são usados nas pesquisas com a água. Não houve nenhuma referência ou discussão diretamente relacionada a qualquer temática ambiental, provavelmente devido à complexidade dos equipamentos que não apresentavam relação direta com a questão da poluição da água, do desperdício da mesma ou de saneamento básico, por exemplo. Entendemos que a visita pode despertar a curiosidade dos visitantes sobre os cursos de graduação que se utilizam do espaço e interesse nas pesquisas e tecnologias relacionadas a mecânica dos fluidos, dentre eles a água.

No segundo laboratório, o de Resíduos Sólidos, o técnico responsável pelo local realizou uma apresentação sobre a técnica da compostagem com a demonstração de uma composteira e explanação sobre os resíduos que podem ou não podem ser descartados na mesma, também falou sobre a importância do descarte correto dos materiais reciclados, pontuando sobre o efeito de uma pessoa jogar seu lixo na rua, o que pode causar acúmulo de água e consequentemente aumentar os casos de dengue, além de causar enchentes. A visita a esse laboratório teve a intenção de apresentar como o processo de compostagem pode ser utilizado nas residências e qual seu impacto social, como um hábito doméstico.

Na fala do técnico, encontramos aspectos que reforçam a ideia de mudança de comportamento individual, pois abordou-se o lixo descartado indevidamente pelas pessoas e, além disso, apontou-se a técnica da compostagem como algo a ser adotado nas residências, por exemplo. Consideramos que a compostagem, como técnica de diminuição do material orgânico que será enviado aos aterros, é importante e interessante, podendo ser implantado nos mais diversos locais, como por exemplo, escolas e restaurantes, mas não se pode esquecer de que apenas soluções técnicas e pontuais, não solucionarão a problemática socioambiental, que é ampla, complexa e política.

Na última etapa do Circuito Ambiental ocorreu a disponibilização de brinquedos feitos com material reciclado como, por exemplo, boliche de garrafa pet, dama e jogo da velha de tampinhas de garrafa, entre outros, todos confeccionados pela equipe da Sala Verde. Se constituindo em um momento de recreação, sem discussões ou

apontamentos. A Confecção de brinquedos é comum em atividades de EA, visando uma apresentação de soluções para a reutilização dos materiais recicláveis e descartáveis em geral, relacionando-a com o tema da Reciclagem.

A reciclagem, como já dito, é um dos temas mais comuns em atividades de EA pelo país. Mas, sabemos que a reciclagem do lixo produzido individualmente, apesar de importante, foca apenas em uma pequena fração do problema. Sendo que, grande parte da geração de resíduos está na extração dos chamados recursos e mais ainda no processo de industrialização, sendo diretamente relacionados ao sistema capitalista que é responsável por tais processos. Dentro do sistema, grande parte dos materiais retirados da natureza são destinados ao lixo sem qualquer utilidade para o ser humano, criando assim a cultura do desperdício (LAYRARGUES, 2002).

Como aponta o autor Layrargues (2002), o discurso ecológico oficial valorizou a reciclagem em detrimento das outros R's (reduzir, repensar, recusar e reutilizar) visando torná-la um ato ecológico, retirando de cena sua função social. Por um lado, a reciclagem se apresenta como um traço de união entre a produção e o consumo na medida em que a crítica ao consumo insustentável se apoia na técnica (da reciclagem) para que o consumo se torne sustentável. Por outro lado, a mesma é também a alienação do consumismo em si, como fator importante tanto de degradação ambiental quanto dos mecanismos de acumulação de capital e concentração de renda, bases do capitalismo.

Na visita à Sala Verde de Tupã, gerida pelo grupo REAP da Unesp, para acompanhamento da reunião semanal e atividades (Circuito Ambiental) somada às análises das entrevistas e do PPP, foi possível observar a integração do trabalho da Sala com a ciência, uma importante democratização não só da Universidade como da própria EA e uma visão ampla da EA, de maneira geral, mesmo com alguns aspectos voltados a mudança de comportamento e individualização da culpa dos problemas socioambientais, a qual deve-se ter atenção. Entendemos que a forma de organização e gestão do grupo, assim como a ampliação do acesso a Universidade, inclusive por meio do empréstimo dos livros voltados a temática ambiental do acervo da Sala Verde favorecem a adoção de abordagens voltadas a uma EA crítica.

Salientamos que a constante formação, discussão e articulação são imprescindíveis para que os pontos fracos e os aspectos apontados aqui com

necessidades de maiores problematizações sejam satisfatoriamente solucionados, se voltando para uma educação contra hegemônica (GUIMARÃES, 2020).

### 5.4.3 A atividade Sala Verde São Caetano do Sul - GM

A atividade acompanhada na Sala Verde da General Motors (GM) em São Caetano do Sul, ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2020 com início às 9:00h e término as 10:30h. O intuito da Oficina foi a confecção de confetes com folhas secas utilizando um furador, chamados de econfetes. A oficina contou com a participação de 26 crianças e 6 monitores da Casa Padre Luís Scrosoppi, organização de serviço social do município de São Caetano do Sul, e da sua realização participaram, dando as orientações três funcionários da Sala Verde da GM.

A oficina se iniciou com uma fala dirigida pela responsável pela atividade, membro da equipe da Sala Verde, sobre o lixo gerado com os confetes e sobre a utilização de materiais naturais (folhas) para substituição dos papeis e plásticos usados na confecção dos confetes, na época do feriado de Carnaval. O discurso inicial se voltou para o incentivo a um carnaval mais sustentável, buscando conversar com os participantes sobre a questão dos resíduos sólidos gerados nesta data comemorativa, a responsável pela atividade, também proferiu uma fala dizendo que os econfetes (confeccionados durante a atividade) não poluem, pois voltam para o solo e se decompõem. Após a conversa, as crianças foram divididas em grupos menores em que começaram o trabalho prático, furando as folhas secas para a confecção dos confetes.

No discurso realizado pela responsável, membro da equipe da Sala, notamos ênfase no sentido da conscientização de que a mudança individual dos participantes ao escolher a utilização de confetes feitos com material natural, implicaria numa prática mais sustentável. No entanto, é importante ressaltar que não houve qualquer discussão acerca da questão política e social por trás da problemática do lixo na sociedade. Entendemos que a atividade teve como foco o público infantil (entre 6 e 10 anos), mas isso não exclui a possibilidade da realização de uma atividade de EA voltada a um processo educativo que capacite o indivíduo para uma visão crítica da realidade. Como apresentam as autoras Luccas e Bonotto (2017), na educação infantil também há um espaço privilegiado para que a educação ambiental crítica ocorra e

seja oferecida. A infância é lugar de experiências e as crianças encontram-se em processo de desenvolvimento de sua cognição, inteligência e personalidade, além disso de formação das qualidades humanas, entendimento de si e do outro. Ou seja:

> A instituição de educação infantil é espaço de formação e de desenvolvimento das capacidades e habilidades necessárias à constituição de uma nova forma de relação ser humano-sociedade-natureza: a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e a formação de uma personalidade madura, estável e solidária. A formação e o desenvolvimento pleno destas capacidades são fatores indispensáveis se desejamos formar sujeitos ativos e críticos, voltados para a emancipação e transformação da sociedade (LUCCAS; BONOTTO, 2017, p. 13).

Para que isso ocorra não basta a atividade prática de confecção de brinquedos com material reciclado ou alternativas naturais ao uso de papel no Carnaval, é necessária a abordagem ampla e questionadora da questão socioambiental, seja no âmbito prático ou teórico.

Após o final da oficina foram distribuídos copos plásticos com água e um kit com bloquinhos de papel reciclado e lápis, ambos com a marca da GM, para todos os participantes, que puderam levar consigo os econfetes feitos por eles na oficina. Mesmo sendo a atividade voltada para o tema do lixo, a utilização de itens descartáveis e de uso único aconteceu durante a oficina, demonstrando que o problema do lixo e a crise socioambiental são problemas complexos e precisam considerar seus diversos aspectos (político, social, entre outros), exigindo trilhar caminhos igualmente complexos para encontrar soluções. Além disso, consideramos a entrega de um kit com a marca da empresa multinacional GM impresso, uma maneira de divulgação da marca, voltada para a ampliação das vendas, do conhecimento do público sobre a empresa, sem vinculação com a proposta da Sala Verde.

Ao término da confecção dos confetes ocorreu a apresentação do Minhocário da Sala Verde para as crianças participantes da atividade, com uma breve explanação sobre como ele funciona. O Minhocário é um sistema fechado com três caixas plásticas empilhadas, onde as minhocas fazem a decomposição dos resíduos orgânicos, transformando-os em adubo humus e biofertilizante líquido. Ao fazer a apresentação houve uma explicação sobre a sua função e a possibilidade de uso do

adubo gerado nas plantas, mas não ocorreram discussões acerca de qual a relação do Minhocário com a questão socioambiental.

Notamos na atividade acompanhada na Sala Verde de São Caetano do Sul, de maneira geral, a falta de politização no sentido de uma discussão crítica dos problemas ocasionados no/ao ambiente e que a atividade adotou um caminho apenas explanatório, utilizando uma abordagem simplificada e sem problematização da questão socioambiental colocada pela Oficina.

Ressaltamos que os responsáveis pela Sala Verde são funcionários da empresa GM e que os mesmos não necessariamente possuem formação na área ambiental ou de EA e que isso, sabidamente é um problema para o desenvolvimento de um trabalho de EA de qualidade, pois é necessária a constante formação e capacitação para o trabalho nesta área, principalmente se a busca for por uma abordagem multidimensional e integradora dos problemas socioambientais.

A educação é encarada como um dos principais possíveis transformadores das dinâmicas sociais, por isso a participação dos educadores (ambientais nesse caso) nos debates para a construção de propostas para o enfrentamento da crise socioambiental é essencial. A EA não é um campo homogêneo de teorias e sim um campo diverso com múltiplas propostas político pedagógicas que permeiam as iniciativas e ações de EA, por esse motivo a necessidade da fuga de um reprodutivismo e de o educador possuir instrumentos para uma reflexão crítica e uma ação transformadora, através da formação, podem ser uma importante contribuição ao movimento contra- hegemônico (GUIMARÃES, 2020).

O Projeto Salas Verdes não exige obrigatoriedade em nenhum tipo de formação, nem mesmo dos cursos oferecidos pelo MMA em sua plataforma online, para a equipe e coordenadores da gestão das Salas. Ressaltamos também que, segundo as informações disponibilizadas no site oficial do Projeto Salas Verdes do MMA, as SEMAs são as responsáveis não só pela disponibilização de publicações de conteúdo socioambiental, mas também pela coordenação das ações incluindo apoio pedagógico, assim como de realização de iniciativas de EA no âmbito das Salas (vide figura 3, p. 47), mas até o momento da finalização desta pesquisa não há evidencia que nenhuma destas ações ocorreram na Sala Verde de São Caetano do Sul, indicando uma falha no cumprimento do papel que cabe à mesma.

Na visita à Sala Verde de São Caetano do Sul, somada às conversas tidas com a responsável por mensagens e presencialmente, e no acompanhamento da atividade oferecida como Oficina de Econfetes, notamos uma visão reducionista e fragmentada na EA, o que tende a favorecer que haja uma abordagem despolitizada e uma compreensão alienada da questão socioambiental pois, a dimensão política e a conexão entre suas diversas dimensões são deixadas de lado (LIMA, 2004). Além disso, não identificamos vínculo com nenhuma das categorias de análise na atividade acompanhada, o que indica que a mesma não conseguiu atender à PNEA.

A seguir apresentaremos as análises feitas com os dados e informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com os coordenadores e membros das equipes das Salas Verdes.

## 5.5 Entrevistas realizadas nas Salas Verdes

Para o desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas seguimos um roteiro pré-elaborado, com foco na equipe e nos coordenadores das Salas Verdes (apêndice A). Todas ocorreram com a utilização de um gravador de som, para posterior transcrição dos áudios gerados. As entrevistas tiveram a duração média de 20 minutos cada e as análises geradas estão apresentadas nos tópicos 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3. Salientamos que não foram realizadas entrevistas com a equipe e coordenação da Sala Verde de São Caetano do Sul por motivos internos da empresa, os detalhes foram apresentados no item 5.3.4, página 134.

### 5.5.1 Entrevistas Sala Verde Rio Claro

Na Sala Verde do município de Rio Claro foram realizadas três entrevistas, sendo uma com o coordenador da Sala Verde e as outras duas, com uma funcionária que atua na Sala, dando apoio às atividades e no atendimento ao público, além de uma das estagiárias que atuava na Sala no momento da pesquisa. Para identificar os entrevistados nos excertos selecionados para essa análise, utilizaremos as iniciais das funções dos entrevistados, sendo **CO** para o coordenador e **F1**, no caso da funcionária, e **E1** para a estagiária.

**CO**: *Então, nossa ideia quando a gente faz algum projeto, alguma oficina, é divulgar que aqui tem um centro de formação, que eles podem vir pedir informação aqui, relacionada a parte ambiental, da prefeitura, qualquer pessoa pode vir aqui das 8 às 17 horas, de segunda a sexta, só respeitando o horário de almoço, das 11:30 às 13h. Mas pode vir aqui e falar: eu quero saber quanto lixo é produzido em Rio Claro? para onde vai? A gente tá aberto para informação.*

O excerto supracitado da entrevista revela intenção, por parte da gestão, em divulgar o máximo possível a existência da Sala Verde para a população, visto que o entrevistado destaca que o local é um ponto de informação de todo assunto relacionado à área ambiental da cidade e que se mantém aberto à visitação todos os dias. Sendo assim, o excerto demonstra que, na prática, a Sala Verde está em consonância com os objetivos e princípios tanto com o Projeto Salas Verdes idealizado pelo MMA, quanto com a PNEA, em relação a ser um centro de informação da área ambiental.

Além da disponibilidade grande de horários de abertura da Sala de Rio Claro, também ocorre, como apresentado no PPP, o oferecimento do curso, para escolas e demais interessados, denominado PROAMB, instituído pela Lei municipal 4.964 de 2016 (mais detalhes na p. 91). O curso foi citado na entrevista com o coordenador (**CO**), como apresentamos nos seguintes excertos:

**CO**: T*em o PROAMB, o Programa de Formação Ambiental, que são quatro encontros com o mesmo grupo de pessoas, independente da faixa etária, tem que ser as mesmas pessoas, pode ser um grupo religioso, a terceira idade, escola, tanto faz. A gente abre nas redes sociais falando que estão abertas as inscrições, são semestrais. A gente fez nesse último semestre, foram 10 formações, com aproximadamente 30 pessoas em cada grupo.* ***Os funcionários daqui que fazem essa formação, e os estagiários, que gostam dessa área****, e cada encontro é um tema. O primeiro é sempre a de* ***meio ambiente e cidadania.*** *Trabalhamos muito os* ***valores da cidadania****, inclusão dentro do centro de formação... depois fala um pouco de* ***resíduos****, destinação correta, um pouco sobre a* ***água*** *né* (grifos nossos).

**CO**: *Nosso propósito é que a pessoas saibam que aqui tem um* ***Centro de Formação****. A gente faz oficinas aqui, de composteira, horta caseira, vamos fazer uma de PANCs (Plantas alimentícias não convencionais), e uma de elaboração de fantoches que tá sendo* ***muito pedida*** *e porquê? Porque aí a gente abre pro* ***público adulto****, que geralmente é no sábado de manhã, pra eles possam vir conhecer o espaço né, os munícipes em geral. Também emitimos certificado, assinado, tudo bonitinho. Também ajuda de alguma forma no conhecimento das pessoas* (grifos nossos).

Nos excertos, observamos apontamentos interessantes sobre o envolvimento dos estagiários no oferecimento do curso PROAMB, mas sem explicitar se há alguma formação anterior para os que vão oferecer o curso, o que pode indicar uma falta de preparo pedagógico e didático por parte da equipe. Novamente, nos dois excertos, destaca-se a intenção de, por meio das ações, divulgar a Sala como centro de

formação e informação e o oferecimento de outros cursos, além do PROAMB, com temáticas diversas e inclusive buscando atender à demanda da população. Sobre as temáticas oferecidas no curso PROAMB o entrevistado informou que o mesmo acontece em 4 encontros, com os seguintes temas: “Meio Ambiente e Cidadania”; “Resíduos Sólidos e Poluição”; “Para onde vai o meu resíduo?” e “Reflexão sobre o curso”. Consideramos que a inclusão de assuntos como o da Cidadania pode indicar uma visão ampla da questão ambiental, incluindo o ser humano como parte da natureza e as questões sociais como parte da problemática, mas, não podemos concluir nada acerca do conteúdo e da metodologia do curso, pois não conseguimos acesso ao mesmo. O tema mais recorrente no curso PROAMB é a questão dos resíduos, tratado em dois dos encontros do curso, e declarado no PPP como uma das motivações para a implementação da Sala Verde em Rio Claro, levando à conclusão de que o tema parece ser central nas atividades do espaço como um todo.

Nos excertos apresentados a seguir, o entrevistado (**CO**) fala sobre o MMA não oferecer nenhum tipo de insumo para as Salas Verdes aprovadas. Vejamos:

> **CO**: *Quando o ministério aprova a Sala Verde o que eles estavam dando, e parece que agora parou, era um banner, só, escrito: “aqui funciona uma Sala Verde”, com o logo oficial deles. Mas... assim, eles não dão material de apoio, não tem.*

> **CO***: Curso online tem bastante, tem uma plataforma, que é aberta não só pra Sala Verde, é plataforma do AVA. Uma plataforma de cursos online, muito boa por sinal. Aí tem lá* ***capacitação de gestores de Sala Verde****, pra quem vai ser gestor da Sala Verde, aí tem um curso específico pra isso, online* (grifos nossos).

> **CO***: O acervo que temos é todo de doação e materiais utilizados do ecoponto, as estantes foram material do ecoponto, lápis, caneta, borracha, era tudo que ia ser descartado e a gente trouxe pra cá, então assim, a gente vai na parte do reaproveitamento. Não tem verba do MMA, não recebe nada, a única coisa que a gente tem é poder falar que temos um Centro de Educação Ambiental.*

A não alocação de verba da parte do MMA aparece nestes excertos como um empecilho para que as Salas Verdes funcionem de maneira adequada, muitas delas continuam existindo pelo esforço de suas equipes e por doações, como é o caso da Sala Verde de Rio Claro. As instituições gestoras, de acordo com o MMA, devem se responsabilizar pelo financiamento e/ou busca por apoio financeiro, mas, sabemos que em muitos locais essa é uma dificuldade intransponível que faz com que algumas das Salas tenham que ser fechadas e o trabalho interrompido, exatamente pela falta de uma verba regular.

As PPs, de maneira geral, necessitam de um “cenário ideal” para que possam ser efetivadas e, para isso, devem conter uma lei, um programa e um orçamento. Após a criação da lei, primeiro passo para que haja legitimidade, o programa detalha as ações, objetivos e o contexto de ação e a dotação orçamentária é essencial para que das condições ideais, explicitadas é um processo e é influenciado por diversos interesses e dinâmicas institucionais, ou seja, a existência da lei, do programa, pode não ser suficiente se as condições mínimas para que as instituições atuem conforme o planejado (ANDRADE; SORRENTINO, 2013).

Resumindo, os materiais disponibilizados pelo MMA para as instituições gestoras das Salas Verdes são cursos online em uma plataforma digital e um banner com o logo oficial do Projeto. A disponibilização de materiais didáticos e publicações de conteúdo socioambiental ficam a cargo das SEMAs (vide figura 3, p. 47). No caso da Sala de Rio Claro, não houve a disponibilização de nenhum material didático ou banner e as doações, nesse caso, são importantes não só para o funcionamento satisfatório da Sala, como também essenciais para a sua permanência. Isso indica que a falta de verba e material didático para as Salas é um problema na concretização do Projeto.

Acerca do curso de formação para gestores das Salas Verdes disponibilizado de maneira online pelo MMA, segundo informações encontradas em notícia no site oficial do MMA datadas de 2016, o curso de nome “Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para espaços educadores” possuía 500 vagas, carga horária de 60 horas e foi oferecido para as equipes pedagógicas do projeto Salas Verdes de todo o território nacional. A notícia pontua que:

> A iniciativa tem o objetivo de orientar os coordenadores e membros para o aprimoramento de aspectos estruturantes como articulação, troca de conhecimento e informações entre as instituições e a divulgação das ações realizadas pela rede de Salas Verdes. Os temas das aulas foram propostos a partir de uma pesquisa realizada com as próprias Salas Verdes e estão organizados em quatro módulos: Introdução e fundamentos de educação ambiental; Planejamento e fortalecimento do espaço educador; Fundamentos para a prática pedagógica e métodos pedagógicos; e Práticas de educação ambiental: cardápio de atividades pedagógicas (BRASIL, MMA, 2016, noticia site oficial).

Não foi possível encontrar mais informações sobre o conteúdo do curso, que foi voltado aos coordenadores e equipes das Salas mediante inscrição, não sendo

possível o acesso livre ao conteúdo do mesmo e não há evidências, no site, de que o mesmo continue a ser oferecido de maneira contínua.

No mesmo sentido, a respeito das atividades desenvolvidas na Sala Verde Rio Claro, selecionamos alguns excertos que evidenciam as atividades mais significativas realizadas na Sala, na visão do entrevistado (**CO**). Vejamos:

> **CO**: *Aqui a gente gosta muito dos **passeios em volta do lago** e de mostrar a parte de biodiversidade, para as crianças* (grifo nosso).

> **CO**: *As primeiras (atividades) começaram com 15, 10 pessoas inscritas...e na hora apareciam 3...Aí a gente, hoje, na última atividade deu quase 50 inscritos, só que tivemos que parar no 30º e tem mais 20 que vamos abrir uma segunda **oficina*** (grifo nosso).

> **CO**: *Tem escola que liga e fala: gostaria de levar meus alunos, no dia tal e pergunta se dá pra fazer um trabalho sobre água. Aí a gente faz uma atividade sobre a água. Se a escola falar que queria que eles aprendessem um pouco sobre resíduos. A gente faz a recepção deles aqui, quando a escola agenda, de acordo com o que ela pede* (Atividades para as escolas).

> **CO**: *A gente tem um que a gente chama de **"Caminho dos Resíduos",** a gente junta um grupo de 30 pessoas no máximo, pega o ônibus, leva pra conhecer a Associação de Catadores, leva para conhecer o Ecoponto, e leva para conhecer o aterro, que é por onde passa o nosso resíduo. Esse programa a gente faz com crianças, jovens, adultos e idosos* (grifo nosso).

> **CO**: *Lota aqui (O Parque Lago Azul, local onde está alocada a Sala Verde), de segunda a segunda nessa época (férias escolares), então a gente tem que aproveitar, se o nosso centro está aqui, a 50 metros de onde está a população, tem que levar as informações pra eles*.

Notamos, nos excertos apresentados, que há uma preocupação com atividades que levem em conta a realidade do local em que a Sala Verde está inserida e do próprio munícipio de Rio Claro, como, por exemplo, na atividade comentada por ele, chamada de "Caminho dos resíduos", e quando dão destaque à biodiversidade presente no Lago Azul, o que demonstra a valorização do lugar como ponto de partida para o entendimento da questão ambiental. Novamente, ressaltamos o interesse da gestão em atender às demandas da população, como no caso das frequentes solicitações de visitas realizadas pelas escolas, buscando introduzir o trabalho com temáticas ambientais ou complementar temas trabalhados nas aulas. Este trabalho com a rede escolar é um forte indicativo da importância do Centro de Formação Ambiental para o município. Vale lembrar que, para que tal atendimento seja realizado com êxito é necessário que haja constante formação dos educadores ambientais (estagiárias(os), no caso da Sala Verde Rio Claro) que trabalham no local, o que não foi apontado como algo que ocorre por iniciativa da gestão, mas que entendemos vem sendo buscado por conta das próprias estagiárias(os) ou que é resultante de sua

formação como estudante da Unesp, instituição da qual todas as pessoas que estagiavam provinham no momento da realização desta pesquisa. Além disso também não foi relatado, durante a entrevista, que a SEMA realiza ações de apoio pedagógico, coordenação das ações realizadas no local ou a realização de iniciativas de EA no âmbito da Sala, como é de sua responsabilidade segundo o Projeto Salas Verdes idealizado pelo MMA (vide figura 3, p. 46).

Salientamos que houve a percepção do entrevistado (**CO**) sobre o aumento no número de participantes e interessados nas atividades oferecidas na Sala ao longo do tempo, com todas as vagas oferecidas para as oficinas preenchidas e solicitação de novas turmas, o que evidencia que a Sala Verde ganhou notoriedade e reconhecimento com o passar do tempo, tornando-se referência no município, inclusive tendo suas atividades anunciadas em notícias dos jornais locais (Anexo 2).

O PPP da Sala Verde de Rio Claro apresenta um foco voltado para a divulgação da EA e mais especificamente para questões dos resíduos sólidos e coleta seletiva, como já demonstrado aqui, agindo não só como Centro de Formação Ambiental, mas também como ponto de coleta de materiais que são destinados à Cooperativa de Reciclagem Rio Claro (Cooperviva). O entrevistado (**CO**) deixou isso evidente no excerto a seguir.

> **CO**: *O PPP tem um foco muito, muito grande assim em melhorar a* ***conscientização*** *com relação a* ***separação de materiais para coleta seletiva****. Então foca muito nisso aqui dentro do centro de formação. Por quê? Porque se você já diminuir isso, diminuindo a quantidade de lixo que vai pro aterro, você diminui* ***gasto público*** *com o material que vai para aterro, você* ***ajuda as cooperativas****, evita a extração de recursos naturais para produzir novos materiais* (grifos nossos).

Nos termos que destacamos no excerto supramencionado, o entrevistado deixa clara sua preocupação com o gasto de dinheiro público municipal. No entanto, relaciona tais gastos com os hábitos da população que, ao alterar sua maneira de destinar os resíduos, pode diminuir o impacto na extração dos recursos naturais, como denominados pelo entrevistado, e no gasto público. Sabemos que apenas a mudança de atitude de descarte do lixo residencial pelos cidadãos, não será capaz de alterar o problemático cenário ambiental em que se encontra a sociedade como um todo, sendo então necessária a alteração de paradigma societário e que haja questionamentos mais amplos, envolvendo as empresas, o agronegócio e as grandes corporações que

são responsáveis diretas pela extração dos elementos naturais e muitas vezes, de sua degradação e extinção.

Ao abordarmos o tema das dificuldades encontradas pela gestão para dar efetividade ao que se encontra como objetivo no PPP da Sala Verde Rio Claro, trouxemos os seguintes excertos da entrevista de **CO**.

> **CO**: *Temos dificuldade na mudança do hábito da pessoa,* ***conscientizar*** *a pessoa de que ela precisa separar o lixo dela; Falta de* ***interesse ambiental*** *que as pessoas têm hoje em dia; Adequação das leis que nós temos em vigor, por exemplo, quando a gente vai fazer o PROAMB, a gente fala para as crianças numa linguagem bem assim, simples: gente tem uma lei que proíbe que as pessoas entrem sem camisa no Banco, por exemplo... Alguém já viu alguém sem camisa no banco? aí ele fala que não... eles nunca viram aquilo acontecer... e a gente tem uma lei que proíbe que você jogue lixo em qualquer lugar. Vocês já viram um lixo jogado em qualquer lugar? e tem de monte. É isso, Conscientização ambiental, por parte de muitos* (grifos nossos).

Temos então que, dentre as dificuldades apontadas, as que foram mais vezes citadas se referem às mudanças de hábitos e à conscientização das pessoas por meio das atividades oferecidas na Sala. indicando que a Sala é encarada, pela gestão, como responsável por gerar mudança na consciência da população, com vistas a solucionar alguns problemas locais, principalmente o descarte incorreto do lixo. Tal visão se relaciona com uma ideia simplificada da EA, por focar apenas em soluções técnicas e comportamentais, desconsiderando a complexidade da questão socioambiental.

Ao se referir a tais pontos como dificuldades, o foco da EA se encontra centrada no indivíduo - ou em coletivos abstratos - e na crença de que a mudança social se dá por meio da soma das mudanças individuais, quando sabemos que o todo é mais que a soma das partes. Distancia-se assim da perspectiva de EA crítica, pois a mesma possui suas intenções formativas incidindo sobre as relações indivíduo sociedade, ou seja, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. Na EA crítica o foco da responsabilização pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem hierarquizações ou dicotomias entre estas dimensões da ação humana (CARVALHO, 2004).

Ao falar das leis, é interessante observarmos na entrevista que **CO** chama a atenção para o fato de como as leis são encaradas pelas pessoas. Segundo ele, algumas leis são respeitadas de maneira quase que automática, sem questionamentos, enquanto outras, como a questão do descarte do lixo, são

ignoradas por significativa parte da população. Isso pode ter relação não só com a visão da população sobre as leis, mas também com a fiscalização e efetividade na implantação das PPs de EA na sociedade. Segundo Carl Bruch, um dos autores do estudo global lançado em 2019 pela ONU Meio Ambiente, a implementação das leis ambientais é fraca no Brasil, ele chama a atenção para as falhas na aplicação da legislação e na aplicação de punições aos infratores no país. Além disso, o estudo também salienta o alarmante número de assassinatos de ativistas ambientais, sendo que no período de 2000 a 2015 um total de 527 ambientalistas foram mortos no Brasil (ONU MEIO AMBIENTE, 2019).

Num outro sentido, o entrevistado relatou que, nos últimos anos, notou maior frequência nas discussões acerca da EA, ele reconhece que ela se inseriu na escola com mais vigor e que a criação de centros de formação como as Salas Verdes é um fator importante para a difusão de conhecimento ambiental. Ou seja, ele chama a atenção para a importância das Salas Verdes como locais de formação acessível por serem gratuitos e, no caso de Rio Claro, o primeiro do tipo. Essa avaliação, feita pelo coordenador, fica evidente nos excertos apresentados a seguir.

> **CO**: *Hoje você trabalha muito dentro de sala de aula também a questão ambiental, antes não trabalhava. Mas também, sou contra assim: as crianças são o nosso futuro! não! sou contra isso tá?! porque eu penso assim em 92 acho que foi a Rio 92, teve a Agenda 21 né, e aí começou a se trabalhar um pouco, meio que ainda devagarzinho, essa questão ambiental. Naquela época falavam que as crianças eram o futuro, e hoje já estão velhas! Nunca chega sabe?*

> **CO**: *É assim eu vejo Centro de Formação Ambiental, como um ponto que precisa de um pouco mais divulgação. É lógico que a gente reconhece que precisa trabalhar para que as pessoas saibam que aqui tem um Centro de Formação Ambiental, mas é um ponto muito importante pra cidade ter esse Centro*. *O Centro de Formação Ambiental pra fazer essas formações, oficinas e tudo gratuito, a gente não cobra nada*. *Então é importantíssimo, a pessoa quer aprender a fazer uma composteira, uma horta caseira, etc*.

Não podemos negar a importância de um local público e gratuito, de acesso livre e democrático a informações ambientais no município de Rio Claro, assim como em outros que possuem Salas Verdes. Com isso, reconhecemos que o Projeto cumpre seu objetivo ao implantar Centros de Formação e Informação Ambiental no município que desde seu PPP demonstra cumprir requisitos da democratização da informação e do acesso.

No que diz respeito à gestão, quando perguntado sobre como se dava a organização na Sala Verde, o entrevistado (**CO**) aponta que além de coordenador da

Sala Verde ele é funcionário da prefeitura. Apontamentos sobre como se dá o funcionamento e a gestão da Sala Verde do município de Rio Claro, estão apresentados nos excertos a seguir.

> **CO**: *Eu tenho uma certa autonomia. Separamos os estagiários por interesse, em cada área. É uma troca de favores para eles é bom que eles têm que fazer o estágio, e* ***pra nós é ótimo porque senão não conseguiríamos manter o espaço*** (grifos nossos).

> **CO***: Eu sou interlocutor do* ***Programa Município Verde Azul*** *também, então no geral, a gente fez o ano passado 62 pontos, e esse ano esperamos chegar perto de 70 pontos, para o ano que vem chegar em 80 pontos. Mas na questão da EA, a gente elaborou o centro de formação ambiental,* ***porque pontua****. O programa município verde azul é bom por causa disso, ele trabalha muito a política de educação ambiental* (grifo nosso).

A fala do entrevistado (**CO**) reafirma a importância da atuação das estagiárias advindas da Unesp na Sala Verde, sendo elas as principais organizadoras das atividades desenvolvidas no local e, além disso, **CO** aponta que sem os estudantes da Unesp que fazem estágio, a Sala provavelmente não funcionaria, por falta de funcionários, de apoio da prefeitura local para promover capacitações ou provendo o pagamento de bolsas e a destinação de recursos humanos e financeiros para a Sala. Essa informação demonstra, mais uma vez, a problemática de alguns pontos do Projeto Salas Verdes, que ao ser idealizado não prevê aporte financeiro e/ou técnico, sendo necessária a busca por apoios externos e, no caso, da Sala Verde de Rio Claro, há dificuldade pela falta desse apoio financeiro por parte da prefeitura local, como já demonstrado.

Segundo as informações obtidas durante a entrevista, a Sala Verde de Rio Claro, conta atualmente com um coordenador e duas funcionárias fixas da prefeitura, transferidas de outros setores para a gestão da Sala, além de uma Agente Educacional, que veio para a equipe por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação, a pedido da gestão da Sala Verde, para auxiliar no atendimento às crianças que visitam a Sala, em grande parte alunos da rede municipal de ensino.

As estagiárias(os) envolvidos no trabalho do local são provenientes da Unesp campus de Rio Claro e procuram a Sala Verde como local de cumprimento de seus estágios obrigatórios para a formação superior na graduação. A gestão entende isso como uma “troca de favores” por beneficiar ambas as partes pois as(os) estagiárias(os) trabalham na Sala, possibilitando seu funcionamento, e cumprem as horas de estágio exigidas pela Universidade. A divulgação de vagas de estágio na

Sala Verde é feita por meio das redes sociais e, até o momento, em todos os semestres em que foram oferecidas foram todas preenchidas. Geralmente a equipe conta com quinze estagiárias(os) na Sala Verde, que são alocados conforme seu interesse e facilidade de trabalho em determinadas áreas como: administração do site, desenvolvimento de oficinas, organização das visitas, entre outros.

O entrevistado (**CO**), nos conta no excerto supracitado que também é interlocutor do Programa Município Verde Azul (PMVA), Programa estadual que "visa medir a gestão ambiental e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo" (SÃO PAULO, 2020). O município de Rio Claro divulgou em seus vários veículos, assim como pela gestão da Sala Verde, que a criação e implantação da Sala visa cumprir requisitos no PMVA, para pontuar no Ranking Ambiental criado pelo PMVA e, ao atingir os primeiros lugares, ter acesso às verbas distribuídas pelo governo do estado através do programa. Sendo essa uma das motivações para o trabalho na Sala, trazemos uma preocupação que se justifica por entendermos que ao se alinhar às exigências de um outro programa, e com o viés econômico, o trabalho corre o risco de se voltar para o atendimento a outras diretrizes e metas, abandonando os princípios e objetivos que norteiam o Projeto Salas Verdes, assim como pode afetar e interferir na disposição da equipe para oferecer oportunidades de formação socioambiental e de processos educativos críticos e emancipatórios de EA, formando cidadãos voltados para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Por fim, nossos questionamentos sobre o que é EA (**CO**) foram respondidos e, sobre eles, selecionamos os seguintes excertos:

> **CO**: *Educação ambiental para mim é assim, um principal ponto que tem que trabalhar hoje em dia né. Por que que a gente tá errado? Que a gente tem que reconhecer também que uma geração veio errado, mas não importa, porque a gente está vivo e é nossa responsabilidade tentar mudar isso. Hoje para mim, educação ambiental é o que eu amo fazer, o que eu amo trabalhar, amo* ***conscientizar*** *as pessoas. Acho que a educação ambiental é* ***fundamental*** *nos dias de hoje, para que a gente possa ter um futuro melhor, e se continuar do jeito que tá nessa questão do* ***desmatamento****, questão de* ***liberação de agrotóxico desnecessário****, daqui para frente ou a gente vai ...aquela carta 2070, não sei se você já ouviu falar, vai ser muito real* (grifos nossos).

> **CO**: *A gente tá vivo, a gente tá vivendo aqui, tá comendo, tá usando os recursos naturais, então a gente tem que cuidar e, para eu saber como eu cuido tem que ter um mínimo de noção. Então eu tenho que saber um pouquinho de educação ambiental. Então acho que esse é o caminho, eu acredito muito na questão da educação ambiental e ainda acredito que o ser humano pode mudar. Mas hoje é meu trabalho, é o que eu amo fazer, e sempre falo...que precisamos de mais educadores ambientais né, formados aí.*

**CO**: *A gente precisa de Educadores ambientais, quando a gente pensa em economista famoso, a gente lembra algum, matemático famoso, lembra um monte, biólogo famoso, lembra algum. Mas e quando a gente pensa num educador ambiental famoso? É difícil puxar na memória quem que é um educador ambiental que fez sucesso por aí? A pessoa precisa saber ne (sobre EA)? Porque, não adianta chegar na brutalidade, você tem que ter a educação e a questão ambiental. Então a EA é fundamental*.

A visão de EA presente nas respostas de **CO** expressa o entendimento de que todos os seres humanos possuem responsabilidade sobre os impactos ambientais que ocorrem no mundo e que é preciso conscientizá-los disso. Suas respostas dão a entender que para minimizar os problemas socioambientais é necessário que haja mudança de comportamentos e hábitos da população individualmente, e que isso pode ser obtido por meio da conscientização proporcionada pela EA. Por outro lado, ele faz referências à problemáticas relacionadas ao sistema, como por exemplo o desmatamento e a liberação de agrotóxicos, problemas estes que não são causados pela população e sim pelo e por meio do sistema produtivo, político e econômico. **CO** também faz comentários sobre a importância da EA e a necessidade de reconhecer o papel dos educadores ambientais, tomando a si mesmo como exemplo. O depoimento, no último excerto, também nos leva a pensar sobre a importância, pra Projetos dessa natureza, o envolvimento de pessoas com preparo, não apenas com boas intensões, visões ingênuas e de senso comum sobre a questão socioambiental. A formação é essencial, como pontuam Rodrigues e Rangel (2014):

> A problemática socioambiental está na pauta da agenda, dentre as discussões que não se podem postergar, e, como um dos mecanismos de enfrentamento, aponta-se a urgência da formação do educador. Nesse viés, a preparação do educador não se alinha ao sentido da instrumentalização para a realização de uma atividade meramente mecânica; o que se enfatiza, aqui, é uma formação para o trabalho não estranhado, - do, reconhece seu trabalho e se reconhece nele, como seu prolongamento (RODRIGUES; RANGEL, 2014, p. 108).

A segunda entrevista realizada na Sala Verde de Rio Claro (**F1**), apresentou algumas semelhanças com as respostas dadas na entrevista de **CO**, embora traga algumas particularidades. A entrevistada **F1** nos informou que estava trabalhando na Sala Verde há 7 meses e que, anteriormente, trabalhava como assistente de gabinete na Secretaria Municipal da Educação, mas foi transferida para a Sala Verde, passando a fazer parte da equipe.

Sobre as atividades desenvolvidas e nas quais **F1** esteve envolvida, destacamos os seguintes excertos da sua entrevista:

> **F1**: *Perguntamos como que eles fazem em casa né. O que eles aprendem sobre o meio ambiente, se ensinam em casa a* ***separar o lixo*** *orgânico do reciclado. A gente pergunta para eles também sobre verduras, entendeu, se eles sabem mexer um pouco. Assim, muitas crianças sabem como plantar, tem umas que conseguem plantar e tem outros que já ficam mais assim. A gente explica para eles, com a dinâmica que a gente faz. Fazemos a plantação com eles,* ***dando uma mudinha****, de alface*. E *no "Jogando Limpo" a gente ganhava doação de várias verduras, aí colocava na sacolinha e os alunos que chegavam com a material para reciclagem a gente trocava, eles davam reciclagem e a gente dava verdura, então era mais a troca mesmo, a parte do* ***resíduo****. Veio do Departamento de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi uma parceria* (grifos nossos).

> **F1***: Para as dinâmicas as meninas (estagiárias) já chegavam com as ideias.*

No excerto sobre as atividades que a entrevistada (**F1**) auxiliou na execução, nota-se que houve abordagem do tema do lixo e distribuição de mudas, ressaltamos que ela se referiu tanto às atividades que ocorreram no espaço da Sala Verde quanto a outras (Jogando Limpo) que ocorreram em escolas do município de Rio Claro. Na atividade Jogando Limpo, a própria **F1** comenta que não houve discussão de temáticas ambientais ou qualquer abordagem no sentido formativo dos participantes, apenas a troca de material reciclado por verduras, provenientes de doações em parceria com o Departamento de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). Nesse relato é importante destacar que a doação de verduras pela SEMA é uma forma de apoio a sala por parte da prefeitura de Rio Claro.

Salientamos, porém, que essa atividade poderia ter sido uma oportunidade de inclusão de discussões críticas, com abordagem ampla da questão socioambiental e/ou de debates formativos, que, de acordo com a entrevistada, não ocorreram. A atividade contou apenas com conversas sobre separar o lixo orgânico do reciclável, sendo que essa boa prática era reconhecida com a troca do material pelas verduras, numa abordagem claramente comportamentalista.

Fomos informadas que a gestão da Sala comumente participa de atividades em parcerias com outros setores da prefeitura, como a Secretaria Municipal da Educação, e que a equipe da Sala prestou auxílio na organização das Olimpíadas que ocorreram nas escolas públicas, com atividades esportivas. A Secretaria Municipal da Educação também auxilia a gestão com a disponibilização de transporte para trazer as crianças das escolas até a Sala para as visitas de formação do curso PROAMB, sendo assim mais uma forma de apoio oferecida pela Prefeitura local.

As dificuldades encontradas e observadas por **F1**, foram apontadas nos excertos a seguir:

**F1**: *Eu acho que a maior dificuldade que a gente tem, é que muitas pessoas...assim, entre aspas, elas não conseguem se ajudar, na questão do lixo e da coleta. O que a gente vê muito que muita gente não separa. As pessoas na verdade* ***não levam a sério*** (grifos nossos).

**F1**: *O problema que a gente vê, vamos supor, se a gente tem alguma coisa pra fazer e não tiver aquele material, aí a gente tem que passar pra quem responde pela Sala Verde e se ele não tiver, aí o coordenador tem que se virar e tirar do bolso dele. Isso que eu não acho certo. Então assim, o que a gente precisava na Sala Verde é uma pessoa que ajudasse (financeiramente), não tem então, quando vamos fazer não tem! Essa é uma dificuldade, de não ter aquilo (materiais e verba), pra você cumprir.*

Uma das dificuldades apontadas foi diretamente relacionada à mudança de mentalidade na questão do descarte incorreto do lixo, ou seja, a dificuldade em fazer as pessoas respeitarem a separação correta dos resíduos e levarem a sério que tal problemática é uma questão importante. Sabemos que esse é o foco principal da Sala, já apresentado no PPP, nas atividades acompanhadas e na entrevista com o coordenador. Em outro sentido, como já apresentado anteriormente, a entrevistada **F1** também destaca como dificuldade encontrada pela gestão da Sala para o desenvolvimento das propostas e execução das atividades planejadas a falta de recursos financeiros. Entendemos que este problema, pelo conjunto dos dados, não se dá somente pela falta de orçamento previsto na idealização do Projeto Salas Verdes pelo MMA, como também pela falta de investimento do poder público de Rio Claro, que divulga e reconhece a importância da implantação da Sala, desde a inscrição no edital do Projeto, mas não realiza a alocação de recursos para a manutenção e melhoria do espaço, como observado e apresentado no item 5.4.1 relativo ao acompanhamento das atividades na Sala de Rio Claro.

Sobre o entendimento acerca do que é EA, na visão de **F1**, selecionamos os seguintes excertos.

**F1**: *A educação ambiental é a gente, é tipo uma pessoa chegar e perguntar assim, o que acontece às vezes no dia a dia né, de vir criança no lago e a professora, perguntar se eles podem conhecer a Sala Verde, que é um centro de informação, aí a gente acaba mostrando pra eles o que é, que tem a Sala, onde a gente fica com as crianças, que tem comunicação com eles e fala mais sobre o meio ambiente. Pra mim EA é quando a gente trata de trabalhar com criança e com meio ambiente. É bom também (a EA) porque aí as crianças sabem, o que é o correto, e vai estar passando em casa, ajudando na educação ambiental, é a comunicação com as crianças, pra falar da educação e mais o meio ambiente.*

**F1***: Pra mim a EA tem relação com os resíduos sólidos, então assim, meio que tem uma parceria dos dois, porque querendo ou não, se não existisse o aterro, como o mundo estaria? o meio ambiente da gente estaria? A gente praticamente ia respirar um ar mais podre né, se for ver. A gente não ia respirar um ar, gostoso, ia se sentir mal com aquilo, então querendo ou não acho que essa parte faz relação com Educação Ambiental*.

Notamos nas respostas que a EA, na visão de **F1**, possui profunda, e praticamente obrigatória, relação com a questão dos resíduos e da reciclagem. Consideramos essa uma visão de senso comum sobre a EA, que não está relacionada apenas à questão do descarte do lixo. A visão de **F1** demonstra que falta aos que atuam na Sala Verde o preparo necessário para que a EA seja trabalhada com uma abordagem crítica, que considere sua complexidade, que problematize a realidade, politizando-a, com vista à formação de cidadãos atuantes na sociedade e não apenas com uma consciência para melhorar suas atitudes relacionadas ao lixo. Além disso, **F1** coloca o público infantil como o único foco possível para o trabalho de EA. De acordo com a legislação, a EA deve ser desenvolvida com diversos públicos-alvo, principalmente se a proposta for a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Sabe-se que começar pelas crianças, desde muito pequenas, é fundamental, sendo este público-alvo comum nas ações de EA, mas temos ainda um grande desafio com outros segmentos, a exemplo de adultos com baixa escolarização, realidade ainda presente no país, e com o setor empresarial, cuja concepção de natureza permanece separada da sociedade, e vista apenas como fonte de recursos (LUCCAS, BONOTTO, 2017; QUINTAS, 2004).

Na terceira entrevista, realizada com uma estagiária (aluna da Unesp de Rio Claro do curso de graduação em Ecologia) (**E1**), verificamos que o período de duração do estágio da aluna na Sala Verde foi de abril a dezembro de 2019. Durante a entrevista, fomos informadas por **E1** da possibilidade de sua contratação para o quadro de membros fixos da Sala, com remuneração. Entretanto, isto não se concretizou, caracterizando o que já tínhamos averiguado, ou seja, a falta de investimento em recursos financeiros e humanos na Sala Verde, neste caso, e de acordo com a proposta do projeto, como uma contrapartida da Prefeitura Municipal de Rio Claro.

Como já anunciado, dentre o grupo de estagiárias(os) algumas ficam responsáveis pelo desenvolvimento e planejamento das atividades de EA na Sala Verde de Rio Claro, uma delas é a nossa entrevistada **E1**. No excerto a seguir há um

detalhamento desse processo e de algumas atividades desenvolvidas, das quais a estagiária **E1** participou:

**E1:** *Por um tempo a gente recebeu os quintos anos de duas ou três escolas. Toda quarta-feira a gente recebia os alunos, de manhã e de tarde, eram turmas diferentes das mesmas escolas. Aí a gente os recebia, primeiro a gente conversava com eles um pouco lá na sede da Sala Verde, sobre o que era Sala Verde, que era meio que um projeto de cidadania também. Aí, a gente ia para a parte do fundo (área externa) com eles conversávamos um pouco sobre horta, biodiversidade, e agrotóxico, sobre a importância da biodiversidade, tipo de saber de onde você tá pegando sua comida, falava um pouco sobre polinização. Aí a gente dava uma volta no Lago Azul, falava para eles porque que ele foi criado e conversava mais um pouco, falava sobre a questão do lixo, que a gente não falava no começo (nas primeiras atividades), mas a gente percebeu que era uma coisa que eles apontavam muito durante a volta. Porque a gente falava: Olha como as árvores são diferentes, que que vocês mais veem aqui? e basicamente eles respondiam: O LIXO!*

**E1**: *A gente queria trazer meio que a ideia de que tudo é a nossa casa. Então a gente falava: Será que um dia não vai ter mais lugar para a gente colocar lixo? tipo por que isso não some, vai para algum lugar, certo? Então a gente falava bastante a questão do consumo com eles e da reciclagem né. Se alguém fazia e a importância de fazer. Aí a gente voltava pra Sala Verde e fazia um plantio de alface com eles para eles levarem para casa, cuidar e comer.*

**E1***: Teve um projeto que era o Jogando Limpo que aconteceu de final de semana, aí a gente que ia nas escolas né. As pessoas levam material reciclado e em troca eles ganham uma sacola de verdura orgânica. Essa era uma atividade da prefeitura, não da Sala Verde a gente só ajudou e eu acho que a escola avisa. Era só uma troca mesmo, depois disso a gente ficava fazendo gincana com as crianças. Além disso teve o evento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foi na semana do meio ambiente e foram muitas escolas. Passávamos uns videozinhos das ODS e tinha uma conversinha com eles. Nós (estagiarias(os)) que ficamos com essa parte, depois dividiu em grupos e cada estagiário ficava com um grupo de crianças e pegava uma das ODS pra conversar.*

Na atividade que ocorreu no espaço da Sala Verde, descrita nos primeiro e segundo excertos supramencionados, notamos a presença de diversos conteúdos no trabalho com uma mesma questão, visto que as responsáveis pela atividade incluíram nas conversas com os participantes temas como o consumismo, a origem dos alimentos, uso de agrotóxicos na produção, cidadania e biodiversidade, demonstrando uma preocupação de, a partir dos interesses demonstrados pelas crianças, incluir diversos aspectos da questão socioambiental, o que pode ser interpretado como abordagem crítica. No entanto, tratar de muitos temas, sem estabelecer uma conexão clara entre eles, sem uma intencionalidade pedagógica, não garante que haverá construção de conhecimento por parte do público-alvo, no caso crianças.

Neste sentido, e reconhecendo o esforço das estagiárias para construir as conexões entre o tema lixo e o consumismo, produção de alimentos saudáveis na horta e o uso de agrotóxicos, a importância da biodiversidade durante a atividade no Parque Lago Azul, defendemos neste trabalho que a formação para atuar como

educadores(as) ambientais é fundamental para a efetividade da EA oferecida pelas Salas Verdes, não só em Rio Claro.

Sobre a segunda atividade destacada, notamos a inclusão das ODS, instrumento da Agenda 2030 de desenvolvimento global criado pela Organização das Nações Unidas (ONU). São 17 objetivos alicerçados em 169 metas e, segundo a ONU, são os passos identificados para a garantia de um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e sustentável. Alves (2015) discute a grande ilusão que as ODS apresentam, apesar de suas supostas boas intenções. O autor comenta as vantagens e desvantagens dos 17 objetivos, dentre eles dá destaque ao fato de que o crescimento econômico e demográfico se apresenta como fundamentos da agenda, sendo mais alarmante o apelo ao crescimento econômico como mecanismo capaz de solucionar todos os problemas sociais. Segundo ele:

> O ODS # 8 fala em crescimento econômico sustentado, sendo que o ícone que o representa tem uma seta apontando para cima. O ODS # 12 diz: "Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis", mas não apresenta uma definição clara de sustentabilidade. Sintomaticamente, o símbolo utilizado no ícone de propaganda é o oito deitado, que representa o infinito. Mais contundente é o objetivo # 8.1: "Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos". A ONU - pressionada pelo *loby* dos países pobres a favor do crescimento econômico e pelo *loby* dos países ricos contra a redistribuição da renda mundial - rendeu-se à lógica simplista de que o crescimento econômico é solução para os problemas sociais. [...] Dessa forma, os ODS não conseguem, de fato, resolver as incompatibilidades do tripé da sustentabilidade e nem avança o suficiente na capacidade de governança global para reverter o rumo do modelo injusto de acumulação de riqueza (ALVES, 2015, p. 593 e 594).

Os objetivos apresentados pela ONU, são amplamente conhecidos e comumente utilizados em atividades de EA, mas, ao mesmo tempo, alvo de críticas por não problematizarem o sistema socioeconômico e proporem apenas soluções técnicas, buscando argumentos na tecnologia para a manutenção do sistema capitalista, reconhecidamente predatório e causa da crise socioambiental instaurada. Não há evidências de que tais pontos fracos foram problematizados durante a atividade relatada por **E1**.

Sobre as possíveis referências ou bibliografias consultadas para a elaboração das atividades **E1** apontou que:

**E1**: *Com as crianças não muito, eu sentia mais que a gente usava o que a gente aprendia aqui assim. E até estávamos fazendo sistemática vegetal, então tinha umas coisas que a gente via...Com as crianças foi bem mais tranquilo assim na verdade. E para a Oficina de produtos e cosméticos naturais a gente separou o que a gente queria passar de produto e testamos. Ai depois a gente pesquisou sobre o que a gente queria passar pra eles, na conversa. Separamos tópicos e achamos importante falar sobre do porquê usar aquilo, o que aquilo causa não só pro meio ambiente, mas também pra gente e tal. No final eu me liguei de que tipo, o básico que a gente sabe não é o básico das outras pessoas, foi bem legal.*

Neste ponto da entrevista, **E1** demonstra que o seu curso de graduação (Bacharel em Ecologia) oferece uma base de conhecimentos sobre aspectos biológicos da natureza que são comuns nas atividades propostas, mas não necessariamente com os conhecimentos pedagógicos para a EA que deveria ser oferecido através de formação específica. Reforçamos, com base neste depoimento, a importância da constante formação, autoavaliação e criticidade no desenvolvimento de trabalhos de EA, assim como é exigido no campo da educação como um todo. O interesse de E1 no momento de planejar a atividade, pesquisando e testando a proposta antes de desenvolvê-la, demonstra que há preocupação em trabalhar as temáticas de maneira abrangente e incluindo diversos aspectos do problema, no caso a produção industrial de cosméticos e seu impacto no meio ambiente, o que consideramos um ponto forte.

Ao falar sobre as suas funções dentro da equipe da Sala, **E1** apontou as seguintes informações:

**E1***: Tinha uma certa regularidade na nossa presença na Sala, dias certos, a gente combinou os dias, e eu e a outra estagiária, íamos sempre nos mesmos dias. Só de quarta que recebíamos as escolas e nos outros dias a gente ficava na função de melhorar o espaço lá, porque não tinha nada. a gente decidia o que a gente ia fazer no dia.*

**E1***: Nós (eu e outra estagiária) éramos responsáveis pela parte de EA, a gente nem tocou na parte de relatório, do Programa Município Verde Azul. A maior parte dos estagiários que entram ficam na parte de relatórios do PMVA e aí tipo no que precisar de ajuda, eles ajudam.*

Observamos que a divisão do trabalho foi construída em conjunto, por toda a equipe, sendo então algumas estagiárias responsáveis pelo trabalho de EA e outros responsáveis pelos relatórios do PMVA, Programa já citado em outros momentos como motivador para a implantação da Sala Verde em Rio Claro. Entendemos que isso é uma evidencia do esforço da coordenação da Sala para organização do trabalho da equipe e para o cumprimento do que está contido no PPP.

O Jardim Sensorial foi idealizado e construído pelas estagiárias graduandas em Ecologia da Unesp que, como já apresentado anteriormente nessa pesquisa, se dedicaram buscando material em pontos de descarte de entulhos pela cidade de Rio Claro, arrecadando e solicitando doações e, segundo **E1**, houve dificuldade na execução devido à falta de materiais e de recursos financeiros, o que nos leva a concluir que apenas boas ideias e intenções, legislação e a definição de um espaço não garantem a efetividade para atendimento dos objetivos tanto do Projeto Salas Verdes quanto da PNEA. A seguir estão os excertos relacionados a esta questão.

**E1***: A questão da Terra foi um pouco complicada, pessoal da agricultura não queria dar terra, falavam que não tinham, e a terra que a gente usou é de obras, vermelha, argila, então foi meio complicado assim... a gente falou: tudo bem, a gente trabalha com essa, vamos tratar ela. Aí a gente descobriu que tinha esterco lá no canil, só que aí não tinha carro da prefeitura para pegar... aí fui eu e a Marina na loucura assim pegar, pegamos umas bombona que tinha na sala verde, fomos com o carro dela. Chegamos lá só nós duas, A gente não conseguia nem carregar...só nos duas, muito pesado... só que aí os funcionários do canil, foram supersimpáticos e falaram: não a gente vai levar para vocês! Botou na Kombi e levou para a gente.*

**E1***: A etapa mais difícil foram as mudas, porque a gente foi ...na teoria eles conseguiram as mudas de graça... e a gente foi lá no Caritá (loja de mudas), mas aí era só hortaliça e a gente viu os preços de tudo que a gente queria, e deu super caro. Aí ninguém queria pagar, e estava chegando o dia, mas a gente conseguiu um patrocínio da imobiliária Cortez, aí eles compraram as mudas, foi o que salvou, se não a gente não ia conseguir fazer. Não dava pra colocar umas mudinhas sem flor, tinha que pegar um negócio mais já crescido...E a gente inventava cada coisa.*

**E1***: Se a gente fosse depender da prefeitura para fazer as coisas a gente não faria. muitas vezes eu e outra estagiária a gente tem carro, então a gente falava meu não vamos esperar... vamos fazer! Tanto que as vezes a gente chegava lá e coordenação falava: ai comprei um bolo para vocês Eles tiram muito dinheiro do bolso deles às vezes para fazer as coisas rolar o que eu acho um absurdo! eu acho que tipo eles (a prefeitura) não dão a real importância para a sala verde, é muito difícil assim... e só dá importância quando sai alguma coisa, por exemplo no evento da ODS tipo, saiu lá na TV, então ai tem que ir, tem que ser bem feito...tanto que ai me chamaram para dar uma entrevista e eles falaram que você vai falar bem né? Falei gente vou falar o que é pra falar... E era um pouco disso assim, apoio deles assim, não sentia que a sala Verde realmente tinha a devida importância, que ela tem, e tudo o que sai na mídia social aqui em Rio Claro, jornal, revista, né que a gente saiu, era sobre a sala verde...A SEMA aqui o forte é isso e eles não ligam pra isso, então é bem complicado!*

Os excertos supracitados trazem relatos da experiência das estagiárias que trabalharam para a construção do Jardim Sensorial e o envolvimento pessoal que acabou acontecendo, algo que entendemos que não deve ser normalizado. Ações relacionadas às PPs não podem ficar na dependência de ajudas ocasionais, de parcerias de última hora. Ao mesmo tempo que há o relato do envolvimento e da persistência para realizar a ação, a estagiária entrevistada não deixa de apontar isto como uma falha do poder público, que associada a Sala Verde com a imagem de uma

prefeitura preocupada com o meio ambiente, mas que não provê recursos para a manutenção e melhoria do seu espaço e do seu funcionamento.

Ao questionarmos “o que é EA pra você?”, **E1** apresentou os seguintes apontamentos, explicitados no excerto que segue:

> **E1***: Pra mim é tudo assim na verdade, é educação sabe? Acho que é o que falta muito disso, é exatamente isso...é muito separado, da educação, tipo...que a gente tem. Uma coisa que eu gosto muito de passar quando eu estou com as crianças é isso sabe, que é uma coisa básica, que deveria estar com a gente. Mas eu acho que a solução está aí sabe? Pra mim é a solução do futuro, ta aí. Eu acho bem gostoso, acho frustrante também, mas eu acho muito bom. É isso, eu gosto de trabalhar com criança.*

Salientamos, sobre a visão de EA de **E1,** membro da equipe da Sala Verde de Rio Claro, que a articulação da problemática socioambiental e da EA com o campo da educação como um todo é essencial, principalmente por meio de formações constantes, busca de conhecimentos para elaborar novos pontos e vista e problematizar a questão socioambiental, assim como a associação com conhecimentos pedagógicos e didáticos para o auxílio e execução com qualidade das propostas educativas, como as executadas na Sala. **E1** ressalta a importância da inclusão da EA em todos os âmbitos da nossa vida e considera que seria por meio da EA a busca pela solução aos problemas enfrentados atualmente para a crise civilizatória e ambiental.

Ou seja, a urgente transformação social de que trata a EA visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade e por isso deve sim estar presente em todos os âmbitos da sociedade e disponibilizada para todos, sem exceções (SORRENTINO, 2005).

### 5.5.2 Entrevistas Sala Verde Tupã

Na Sala de Verde do município de Tupã realizamos um total de oito entrevistas, sendo que sete foram realizadas com os diversos membros da equipe e uma com a coordenadora. Para identificação dos entrevistados utilizaremos as siglas, **M1**, **M2**, **M3**, **M4**, **M5** e **M6** para os membros da equipe e **CO1** para a coordenação.

Inicialmente trataremos das informações trazidas pelas entrevistas, no que diz respeito às atividades executadas e às abordagens utilizadas.

**M1***: O Circuito Ambiental trouxe visibilidade para a Sala. Aí conseguimos mais coisas assim, a gente trazia as crianças para cá e elas pediam os livros, aí a gente mostrava pro ministério que estava tendo aderência, e eles foram mandando materiais, material didático, aí foi colocando. A gente também teve a interação com outros projetos da Unesp, foram se interessando, ajudando a gente.*

**M1***: A gente tem algumas cartilhas, algumas coisinhas que a gente divulga. A gente tem de garrafa, de sacolinha, tem algumas cartilhas em que a gente vai preparando. A nossa sorte é que o Ministério do Meio Ambiente ele também dá o material didático para a gente. Então assim dependendo, a gente consegue se adequar aqui, por que é muito diferente quando eu peço pra uma criança não jogar lixo no chão e quando eu peço pra um adulto não jogar. Então tem meio que falar, olha, por favor o lixo no chão não pode, é feio... então a gente acaba se adequando as idades conforme a gente vai recebendo esses materiais do Ministério do Meio Ambiente.*

**M1***: Falamos tudo sobre a logística reversa, explicamos todos os caminhos da logística reversa pra essas pessoas... explicamos os impactos e meio que explicamos aquele "medo do futuro" sabe? ó vai acontecer isso e isso e isso e isso... dá um alerta sabe? E na maioria das vezes a gente dá o panfleto pra ela levar pra casa e dizer pra família inteira também. O intuito nosso não é só atingir ela, é que ela se atinja e atinja...multiplicar ne?*

**M2**: *Com as crianças a gente utiliza vídeos, no caso. Faz brincadeiras, de reciclagem, tipo, "onde colocar esse lixo?" por exemplo, coisas desse tipo. Aí no caso, os laboratórios de engenharia que a gente passa, são todos voltados pra área ambiental também. Então todos os técnicos falam um pouco também sobre essa questão de reutilizar, tudo mais. Teve ciclo de palestras e a Unesp nunca lotou assim desde que eu estou aqui, 3 anos, e no ciclo de palestras que lotou deu mais de 96 pessoas.*

**M2**: *A gente é tem que estudar alguns materiais sobre Educação Ambiental, tem um livro que a gente leu que chama: "o que é educação ambiental" (Marcos Reigota), ele foi disponibilizado para gente em PDF, pra gente ler e ter maior embasamento e estar falando em frente a um público mais aberto né?*

**M2***: O Circuito Ambiental é a atividade com maior expressividade da REAP, no qual a gente traz escolas de fora, explica um pouco sobre Universidade, a importância da Universidade pública que é para todos, explica um pouco sobre o trabalho da sala verde REAP. Tanto sobre questões de sustentabilidade e como a pessoa pode estar contribuindo pra ela. A gente fala sobre questões como economizar energia e água, optar por produtos que não agridam o meio ambiente ne? e que colaborem para a comunidade.*

**M3**: *Participamos também, no dia 21 de setembro, do Dia Mundial da limpeza, onde pudemos limpar não totalmente, mas boa parte do Rio Afonso 13 aqui da cidade, saíram 300 e 400 quilos de lixo, em parceria com o setor de Meio Ambiente da OAB e alguns movimentos e grupos voltados para o meio ambiente também. Aí a REAP está sempre nessas ações. Participamos também do grupo que é movimentado por voluntários e que faz assistência para crianças e adolescentes no bairro pobre aqui da cidade, chamado bairro Santa Rita a gente pode fazer a ação da coleta de lixo no bairro, fazer uma limpeza.*

**M5** *Realizamos atividades que eram principalmente: fortalecer a EA, que incluía tanto os nossos estudos, nós membros da REAP com leituras, até mesmo para os iniciantes, porque a REAP ela vai acolher os mais interessados, voluntários. Então a gente procurava fortalecer também o conhecimento deles, pra que quando a gente tivesse desenvolvendo as ações eles também tivessem informação. A gente procurava, dentro destas leituras, quando novos membros eram cadastrados, fortalecer o nosso conhecimento, a gente fazia através do MMA alguns cursos que ela proporcionava pra gente.*

**M5**: *Uma das palestras do Ciclo de Palestras que organizamos abordou diretamente o ensino da EA nas escolas, como era tratado, como era conduzido e se realmente havia, de fato, EA ou não.*

**M6***: na REAP a gente, no começo, estudava mais, lia bastante artigos, livros a respeito, e depois a gente começou a fazer ações mais práticas assim, que eram levar a comunidade para dentro da Universidade (Circuito ambiental).*

**M6***: O curso do MMA era bastante completo, ele tinha uma carga horária bem extensa. Na verdade, eram 60 horas. mas, nossa é um curso muito completo assim, com vídeos, com imagens, algumas páginas para você seguir que mostrava... acho que uma até chamava casa amarela, que mostra as ações de uma das Salas Verdes. Nossa, bem legal. O curso em si, foi bem completo assim, agregou bastante.*

**M6***: Uma das últimas palestras, do Reigota, foi bem legal onde ele contou toda a trajetória dele e a importância da EA, foi bem legal e foi uma das últimas que eu fiz enquanto eu estava participando. A gente também convidou um mestrando para falar um pouco sobre o projeto que ele fazia, e em relação à pesquisa que ele estava fazendo e como a EA impactava nisso.*

Notamos alguns pontos interessantes nas falas dos entrevistados em relação às abordagens utilizadas nas atividades. O Circuito ambiental é apontado, por todos os entrevistados, como a ação que trouxe mais visibilidade, que atingiu uma quantidade maior de público e que obteve os melhores resultados, principalmente no sentido de aproximação com a comunidade externa à universidade. Os temas abordados dentro do Circuito foram embasados em leituras oferecidas pela coordenação, e que foram discutidas nas reuniões do grupo e nos cursos oferecidos pelo MMA, em plataforma online. Ressaltamos que a própria coordenação é envolvida com a pesquisa na área de EA, sendo a responsável pela seleção de livros e leituras para o grupo. Dentre os autores tomados como referência para o trabalho foi citado Marcos Reigota, pesquisador e autor reconhecido pelo seu trabalho com EA no país, professor que realizou uma palestra no câmpus da Unesp Tupã a convite da equipe da Sala Verde.

Isso demonstra importante preocupação da gestão da Sala Verde de Tupã quanto à importância da fundamentação teórica e científica para o desenvolvimento e planejamento de trabalhos de EA, assim como a constante formação dos membros da equipe, os educadores ambientais responsáveis pela execução das atividades.

As discussões de leituras, artigos e outras formas de divulgação, que trazem a produção do conhecimento na área, além de novas abordagens de EA, também acontecem por meio da parceria do grupo da Sala Verde com um grupo de pesquisa em EA da Unesp Tupã.

Salientamos que os cursos do MMA foram elogiados como tendo bons materiais e fontes de informação, mas que os mesmos não são exigências do Projeto Salas Verdes para os gestores e equipes das Salas, sendo oferecidos como sugestões.

Ao serem perguntados sobre as dificuldades encontradas durante a participação dos membros no trabalho da Sala Verde, destacamos os seguintes excertos:

**M2***: Creio que número de pessoas na equipe não afeta tanto. Mas a organização nossa. Falta de verba também foi uma coisa que prejudicou a gente bastante, é porque às vezes a gente quer fazer alguma coisa, incrementar mais alguma coisa e não pode fazer sabe?! porque não tem verba!*

**M2**: *dificuldade eu acho que seria a organização. Porque às vezes o pessoal entra e não leva tão a sério e acaba saindo.*

**M4:** *Acho que a questão do comprometimento dos alunos né. Porque só a coordenadora não dá conta de fazer e uma vez que foi traçado o plano né, eu acho que a equipe deveria se empenhar mais para poder alcançar! Acho que é comprometimento mesmo, não tem como, tudo é voluntariado e infelizmente os alunos estão se movem mais em questão de bolsa. Então acho que é comprometimento.*

**M6***: Eu acho que ele é mais dificuldade interna, da REAP como um grupo. Compromisso, essas coisas mais internas assim, e também acredito que um pouco talvez, falta de informação como membros mesmo assim... sabe... acho que a gente deveria estudar um pouco mais.*

Dentre as dificuldades apontadas, a principal se relaciona com a forma de organização do grupo, que por se constituir de alunos voluntários no Projeto de Extensão e Sala Verde, há alteração constante no número de membros, resultando em dificuldades de organização e descontinuidade na execução das propostas da Sala. Além disso, uma das entrevistadas apontou que a falta de estudo é uma dificuldade, mesmo sendo o grupo da Sala Verde de Tupã o que mais demonstrou valorizar a fundamentação teórica e cientifica, que buscou os cursos do MMA e que realiza constantes formações.

A autora Loose et al (2014), discute o assunto da formação de educadores ambientais afirmando que:

> [...] para assumir e exercer uma educação ambiental qualificada, mais que atender a critérios dados na legislação, ter formação técnica ou específica e realizar cursos que tratem do assunto, o sujeito incumbido de formar e educar com vistas a uma maior consciência ambiental deveria estar atento a alguns elementos ou princípios que cercam o campo de uma educação transformadora. Além de expor os desafios e complexidades da temática ambiental, é preciso que o educador tenha uma postura diferenciada e integradora do homem e natureza, mostrando que a mobilização social frente às questões

> ambientais só pode se dar com uma visão de mundo que englobe uma cidadania e ética condizentes com a perspectiva ambiental (LOOSE et al, 2014, p. 105).

Sendo assim, apontamos que as formações que ocorrem na Sala Verde de Tupã, são de extrema importância e devem sim ser incentivadas e mantidas como parte da forma de gestão desta Sala, assim como de todas as outras também.

Nas entrevistas, buscamos também conhecer a visão do que é EA por aqueles que participam do Projeto. As respostas trouxeram pontos importantes e interessantes, que entendemos serem válidos para discutir e apresentar aqui, no sentido de nos ajudar a entender o funcionamento da Sala. Seguem os excertos:

**M1***: Educação ambiental hoje em dia, eu acho que é você explica para pessoa como que é cidadania sabe? Como ser gente assim. São coisas assim que, se eu falar pra você: olha* ***tem*** *que fazer isso e.... são um pensamento assim: É lógico que tem que fazer isso! Como você não faz isso sabe? A educação ambiental hoje um dia, pra mim,* ***é base*** *assim, eu fico me perguntando como não tem isso assim difundido nas escolas mesmo, como é com a biologia e ecologia, como não conseguem colocar isso como uma* ***matéria****, como não conseguem colocar isso como algo que dá para você colocar em todas as outras matérias. Hoje em dia eles falam como se fosse: ah lixo no chão é questão de respeito, mas é algo muito mais além sabe? Esse negócio de educação ambiental é lixo, ou árvore eu acho que às vezes a gente fica tão focada na criancinha que ela tem que aí plantar sementinha. Não é isso aí, o ponto dos recursos e tal, a gente não explica muito bem o que é e as vezes a gente pega e fala assim: planta arvore, mas porquê? sabe? Mas o que eu acho é que educação é muito mais coisa envolvida, a gente fica só nessas coisinhas de símbolo assim, aí a arvore, o lixo, a água. É isso, acho que é a base (grifos nossos).*

**M2***: A educação ambiental eu acho que é mostrar para as pessoas que aquilo que elas prejudicam o meio ambiente,* ***afeta para elas*** *mesmas sabe? foi o que eu aprendi com a REAP (grifo nosso).*

**M3***: Educação ambiental para mim é uma forma de você estar remodelando a forma das pessoas de estarem pensando a respeito do meio ambiente. Que principalmente o contato com o público externo a gente percebe que o pessoal quando fala sobre meio ambiente a primeira coisa que a cabeça dela é a árvore, essas coisas só de Floresta e uma coisa que me ajudou muito a mudar essa visão a partir dos estudos como também do próprio projeto da sala verde REAP foi mudar esse conceito em relação ao meio ambiente, como eu posso atuar em relação a ele e como eu posso propagar esse conhecimento para as outras pessoas.*

**M4***: Educação ambiental para mim são medidas, são metodologias que são utilizadas né, em determinado grupo... seja familiar seja institucional ou organizacional, voltados à educação, às práticas ambientais, às práticas sustentáveis ambientais. Para contribuir de uma forma, eu digo não só indireta, mas de uma forma direta, que eu vou estar contribuindo de forma direta. Com a redução de lixo com a diminuição de carbono no ar, com a poluição, diminuição da poluição, vou estar contribuindo, com os poluentes dos mares né, rios e mares... eu vou estar contribuindo de uma forma direta... ali no meu, na minha casa, no meu bairro e assim né, vai se ampliando, então isso para mim que é educação ambiental.*

***M5****: EA pra mim é principalmente você ter consciência do seu entorno, de todo, de tudo que você pode causar de impacto e de melhorias, não só desgastes ambientais, de certa maneira assim prejuízo. Então é um olhar muito atento a sociedade e creio que seja isso.*

Pelo que pudemos observar, as visões de EA são próximas dentre os membros da equipe da Sala Verde REAP de Tupã. Os entrevistados demonstram ter uma visão da EA articulada com conceitos como a cidadania, a ideia de cada pessoa ser multiplicadora dos conceitos e fundamentos da EA, visando a democratização da informação e entendendo que todos são possíveis público-alvo para o desenvolvimento do trabalho de EA. Além disso, notamos elementos que indicam que o grupo possui uma visão do humano integrado à natureza, não sendo o mesmo um elemento externo, muitas vezes os humanos são vistos como os algozes e os heróis ao mesmo tempo e não como parte da natureza, sendo essa uma visão dicotômica e comumente encontrada em ações de EA Conservadora.

Entendemos que essa visão de EA - e da questão socioambiental - mais ampla e articulada com a cidadania, distancia-se de uma ideia de “plantar uma semente” ou “separar o lixo” sem maiores discussões ou reflexões acerca dos agentes causadores dos problemas. E que isso provem da aproximação do grupo com referenciais teóricos da EA crítica, da parceria entre o grupo da Sala Verde e o grupo de pesquisa de EA da Unesp e com a valorização de formações e da participação política que foi observada na equipe da Sala Verde REAP, de Tupã.

Na entrevista com a coordenadora da Sala (**CO1**) identificamos os excertos apresentados a seguir, nos quais se evidencia a valorização dos estudos, das referências teóricas e cientificas, para o planejamento e execução das atividades.

**CO1***: O nosso material educativo, são meus colegas de educação ambiental né, Marcos Sorrentino é um que a gente trabalha bastante, Michele Sato e Reigota também. E em questão de redes, a experiência de redes que eu tive no Paraná. artigos publicados sobre redes, que eram as minhas próprias experiências enquanto educadora ambiental né, além de Eliana Jus, entre outros autores.*

**CO1***: O PEGEA, que é o grupo de pesquisa daqui, no ano passado ofereceu um curso de EA de 18 horas, aí eu faço com que todo mundo da equipe da Sala verde participe, por isso que eu tento articular os dois grupos juntos.*

**CO1**: *Os temas abordados no Circuito ambiental dependem da demanda da escola, é essa ideia né, teve a demanda e aí fazemos. Já atendemos uma escola que é de quinto a nono ano e a prof. de biologia falou que estava trabalhando com um tema e perguntou se poderíamos falar desse assunto. Então direcionamos assim, agora as visitas dos laboratórios não, lá já tem sistemas específicos que visitamos. Mas só dos alunos entrarem no laboratório estamos vendo que está sendo muito interessante, porque os alunos que vem das escolas, ficam deslumbrados, por que nunca tinha entrado em laboratório. Isso, porque a ideia do Circuito Ambiental é abordar questões ambientais, e essas questões elas são diversificadas, dependendo do trabalho que vem sendo desenvolvido na escola, pra não ser só uma atividade isolada, entendeu? O professor pede pra gente, antes, para que ele possa aproveitar isso e continuar.*

**CO1**: *Na equipe a gente tem a REAP, que é a comunidade interna da Unesp, alunos, mas também eu tenho a rede que foi instituída, com pessoas de Panorama, até de Gália e Garça, Marília. Então uma vez por ano também fazemos uma reunião com essas pessoas, além das reuniões semanais do grupo interno. E aí gente faz todo início do ano um plano de ação, esse plano de ação é no sentido de levantar o que que a gente vai fazer esse ano, porque como é rede trabalha muito de forma participativa.*

Nesses relatos e apontamentos feitos pela entrevistada temos que, a equipe se baseia e utiliza como referência autores da EA Crítica como Sorrentino, Reigota e Sato, além de também se apoiarem em estudos sobre o tema de redes, pois a Sala Verde surgiu para compor e fazer parte de uma Rede de EA da região da Alta Paulista na qual a coordenadora da Sala está envolvida. Novamente salientamos que o embasamento teórico, assim como o trabalho em conjunto com o grupo de pesquisa em EA, ao serem apontados pela coordenação e pelos demais membros da Sala como fatores importantes e muito valorizados, é um dado por nós entendido nessa análise como fator chave para o desenvolvimento de um trabalho de EA crítica e transformadora.

Além disso, a informação de que a escolha dos temas a serem trabalhados nas atividades do Circuito Ambiental é baseada, algumas vezes, nas demandas apresentadas pelas escolas visitantes (a maior parte dos participantes do Circuito ambiental na Sala Verde de Tupã são de escolas de ensino fundamental e infantil, segundo **CO1**) demonstra a busca por um trabalho articulado e significativo para as crianças, sendo possível fazer relações com o que estão aprendendo nas aulas naquele momento e, valorizando a demanda e opinião das professoras, configurando-se uma gestão democrática e participativa.

Outras informações dadas pela entrevistada (**CO1**) dizem respeito às dificuldades encontradas na Sala, tanto para atendimento dos objetivos propostos no PPP quanto para o desenvolvimento com êxito das atividades. Vejamos:

**CO1**: *Estamos no espaço público, na universidade, e **não tem verba** então tem a Sala Verde via Ministério do Meio Ambiente. E aí eu peguei novamente o Projeto da Sala Verde e submeti na Pró reitoria de extensão, só que não veio também dinheiro, veio apenas uma bolsa, geralmente vinha verba, já ganhei 3.000, 2.500, depois foi 1.000, foi diminuindo cada vez mais, e agora nada! Então tem que contextualizar, por que diante disso afeta nossas ações também, nosso agendamento. No ciclo de palestras por exemplo, esse ano, a gente não colocou um tema especifico, a gente colocou mais aberto... porque eu não tenho dinheiro como é que eu vou trazer a pessoa convidada? Então a pessoa que vinha participar de uma banca de mestrado, de forma voluntária, era convidada, aproveitando a presença dela aqui (grifo nosso).*

**CO1**: *Os membros novos da equipe não tiveram ainda processo de formação, por que entraram no meio do ano passado. Mas a gente sempre faz, o ano passado a gente teve, eles foram obrigados, tiveram que fazer um curso de EA oferecido para Sala Verde. Eu fiz todo mundo fazer o*

*curso do Ministério do Meio Ambiente, e foi super legal né. Tive acesso ao material, já conhecia, e eu fazia antes com eles, mas atualmente não tenho perna pra tudo isso. Todo ano eu fazia uma discussão, a gente pegava um livro de Redes e discutia. Ano que vem vou retomar. Só que eu tenho problema como Projeto de Extensão, os alunos que entram e saem, é um grande problema que a gente tem aqui para realizar o processo de formação porque quando eles avançam nas leituras, eles vão embora, entram novos e isso pra mim é um grande problema. Um grande problema, porque não são Projetos que os alunos começam e ficam muito tempo, com algumas exceções.*

**CO1**: *Acho que a minha dificuldade maior, é **a financeira**, hoje! Não só, é financeira e equipe, acho que essa é a maior dificuldade sendo professora universitária, não estou só ocupando o cargo de moderar a Sala Verde, e essa é uma outra dificuldade, porque a Sala tomou uma proporção outra, que eu precisaria de uma equipe muito mais ativa, tem gente que liga aqui perguntando se a gente pode receber e a gente não consegue receber todo mundo, entendeu?* E *eu acho que a própria visibilidade dentro da própria instituição, enquanto faculdade que eu atuo. **Reconhecimento** aqui dentro, porque a extensão na universidade ela está numa situação que ela é um dos tripés, mas ela não é igualitária, a extensão se a gente puder não fazer, não faz. Eu particularmente sou do perfil extensionista, eu gosto, eu acho que meu perfil enquanto pesquisadora também é atuar no sentido de formar, ajudar a contribuir né. Então quando a gente se torna Sala Verde a visibilidade também foi legal, porque não é mais só um projeto de extensão, está ligado a um programa federal, do ministério, enquanto ainda tem né (grifos nossos).*

Notamos, segundo o que foi apontado aqui e em outros momentos nesse trabalho, que novamente a falta de investimento e orçamento financeiro para as Salas Verdes, tanto do MMA quanto das Instituições responsáveis, aparece como um empecilho, uma dificuldade para o desenvolvimento das propostas e, para a Sala Verde se efetivar como um Centro de Formação e Informação, como propõe o Projeto do MMA que visa atender a PNEA. Os depoimentos dos entrevistados na Sala Verde de Tupã também reforçam o que vimos concluindo ao longo da análise, ou seja, que, para o bom funcionamento dos espaços e êxito do projeto, há necessidade de previsão de um orçamento financeiro mínimo.

Além disso, há a particularidade de a Sala em Tupã também ser um Projeto de Extensão, o que gera, nesse caso, uma impermanência dos membros da equipe e com isso problemas para a continuidade dos processos de formação oferecidos para a equipe pela coordenação e também para a divisão do trabalho de acompanhamento e execução das atividades.

Um dos fatores que desencadeiam esta permanente saída de membros da equipe do Projeto, foi apontada pela coordenadora como a falta de reconhecimento da própria Universidade para com os Projetos de Extensão, sendo estes considerados menos importantes em relação aos outros dois eixos da Instituição (ensino e pesquisa) algo com o que **CO1** não concorda, mas entende como uma dificuldade e algo que buscou solucionar de certa forma, ao vincular o Projeto de Extensão da REAP ao edital do Projeto Salas Verdes, do MMA.

Finalmente trazemos a visão da entrevistada **CO1** acerca da EA e de sua importância, que se apresenta no seguinte excerto:

**CO1***: Sou educadora ambiental pela FURG e eu trabalho com formação e EA. Para mim ela tem que estar em todos os espaços, uma das coisas que defendi na livre docência é inserção da Educação Ambiental na atuação profissional, seja espaço formal ou não. Então já começa a pensar Educação Ambiental num contexto muito mais amplo. Mas a educação ambiental ela é uma educação, digo é a própria educação, no meu ponto de vista. Com ela você acaba tendo conhecimento, adquiri habilidades e atitudes para poder atuar na questão ambiental, seja em problemas socioambientais, conflitos e melhoria de qualidade de vida né... sentir os vários aspectos dela. Para mim é isso educação ambiental são processos sempre processos, não vejo de forma isolada e nunca vou ver, embora às vezes a gente ainda faça ações isoladas, mas somente trabalho por Extensão às vezes é difícil no processo como um todo. Mas a EA vem para trabalhar, para fazer com que o cidadão tenha conhecimento, para poder tomar decisões e agir e dentro de uma abordagem crítica! Entender a complexidade ambiental, que está aí num contexto super plural, que não é unidimensional, pelo contrário é multidimensional. É nessa EA que eu acredito que eu tento atuar, que valoriza à participação, para eles (os atingidos pelo trabalho de EA) se tornarem autônomos, no sentido de empoderar- se acha que é isso que a gente tenta fazer.*

Seus apontamentos claramente são vinculados às ideias da EA crítica, assim como observado nas falas dos membros da equipe da Sala Verde de Tupã. Tal visão era esperada tendo em vista os referenciais teóricos apresentados, o que foi analisado no documento do PPP e no site da Sala Verde REAP.

### 5.5.3 Entrevista Sala Verde Campinas

No caso da Sala Verde de Campinas, proposto pela ONG Trilha Verde, realizamos apenas uma entrevista, com o coordenador da Sala. Como já dito anteriormente, a Sala Verde de Campinas se encontrava desativada no período em que desenvolvemos essa pesquisa, por motivos financeiros e, também, no ano de 2020 e 2021, devido à pandemia de COVID-19.

Apresentaremos a seguir os excertos da entrevista com o coordenador, identificado por **CO2**.

**CO2**: *Fizemos alguns projetos, adubação de equilibro de base, inclusive pelo projeto, fizemos na escola faculdade Cantareira. Fora isso fizemos projetos também com a mesma equipe, que foi a transformação de bens doados pelo correio, que foram transformados em bolsas e acessórios para ciclistas, Projeto Reciclistas, também ligado a salas verdes. Fizemos também projeto de empreendedorismo no bairro Cirius e cosmos (de Campinas).*

**CO2***: Encaminhamos alguns documentos para o edital de 2017 do Projeto e fomos aceitos pelo Salas Verdes, no entanto, era pra ter sido feito mais efetivo, mas uma das empresas que iam fazer o financiamento pra nós, acabou não fazendo. Em 2020 nenhum por conta da pandemia, foi cancelado. Era pra atender um púbico de 200 pessoas, montamos a Sala Verde com o nome de Ana Maria*

*Primavesi, de acordo com as práticas orgânicas, vamos dizer assim, do equilíbrio do solo e da vida no solo. Era pra ser mais efetivo os cursos com os orgânicos como te falei, mas a empresa deixou de financiar, mas fizemos alguns ne, de equilíbrio adubação de base e depois não fizemos nada no ano passado (2020).*

**CO2**: *A parte de compostagem nós já temos, a gente desenvolve desde 1988, a ONG em si. E o que acontece, quando foi feito essa parte da Salas Verdes pra nós, a gente já trabalhava com a parte de agricultura orgânica e então já era mais fácil desenvolver, nós praticamente já fazemos isso.*

Nos excertos destacados encontramos apontamentos sobre as atividades que foram desenvolvidas pela Sala Verde. Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que algumas das atividades comentadas não foram explicitadas nos objetivos ou metodologias do PPP da Sala Verde de Campinas, proposto pela ONG Trilha Verde. Como apresentado no item 5.3.3, na análise do documento, há foco único, com todas as atividades e planejamento voltados aos cursos de cultivo de orgânicos sem nenhuma menção ou preocupação em trazer temáticas voltadas à EA. Mas, da mesma forma que nos demais projetos, foi apontada como uma dificuldade na execução das atividades e na continuidade da Sala a falta de verba.

Neste caso, da ONG, o motivo mais determinante, além da pandemia de 2020, que obrigou o distanciamento social, foi o cancelamento da disponibilização de verba por parte de uma empresa de Campinas que era parceira da ONG gestora da Sala Verde. A Sala em questão, encontra-se, portanto, sem atividade.

Destacamos também que esta Sala em particular não possuiu local físico, e era alocada como um dos braços da ONG, focada na área de cultivos de orgânicos. Após a aprovação do PPP, pelo MMA, em 2018, alguns dos cursos previstos com o tema da adubação natural, foram executados.

A seguir estão demonstrados mais alguns excertos que apontam a dificuldade relacionada à falta de verba e alocação de recursos na Sala Verde. Vejamos:

**CO2**: *No entanto eu creio que pode melhorar, o MMA poderia ajudar com verbas pra fazer uns cursos específicos, o custo é muito alto para as ONGs também, então na verdade eles deveriam desenvolver mais na parte de verba. Salas verdes, no meu entender, poderíamos fazer projetos, ações e encaminhar pro MMA e eles aportarem (verba), porque eles já fazem isso em outros projetos eles deveriam fortalecer as salas verdes faltam os custos básicos. E pra nossa ong, estar na Sala Verde, nada assim efetivo, nada adicionou, vamos dizer assim.*

**CO2**: *A minha opinião é que as Salas Verdes têm que ser um pouco mais estruturadas assim, em forma de projetos, de aceitação e análise de projetos realmente efetivos, uns projetos mais técnicos e menos políticos. São projetos que na minha opinião devem ser mais efetivos com menos custo.*

O coordenador (**CO2**)**,** inclusive, apresenta sugestões de melhorias para o Projeto Salas Verdes, pensando em formas diferentes de participação no mesmo, por meio do envio de ações pontuais (que ele chama de projetos), com orçamento previsto e detalhado, para que o MMA disponibilize recursos para as ações e não para a Sala Verde em si. Acreditamos que essa é uma ideia que visa sanar o problema da falta de verba, observada não somente na Sala Verde de Campinas como em outras, mas que parece incentivar ações pontuais e esparsas, quando, do ponto de vista pedagógico, para uma educação crítica e voltada para a transformação da realidade, é algo a ser questionado. Defendemos, inclusive com base nos resultados dessa pesquisa, que haja o desenvolvimento de projetos permanentes e duradouros de EA, que tendem a ser mais eficientes e a construir ambientes de aprendizagem e propostas com abordagens amplas e articuladas. Ações pontuais são necessárias, mas não suficientes, para desenvolver conhecimentos e valores, tais como eles são postulados na PNEA e em outras PPs de EA.

Biasoli e Sorrentino (2018), sobre as PPs de EA e a necessária inclusão da política no cotidiano, pontuam que:

> Parte-se do entendimento de políticas públicas como ações do governo e de outros atores sociais, partindo da ressignificação de público, para bem comum. Para a questão central da sustentabilidade, a educação ambiental precisa ser compreendida enquanto política pública estruturante, pois a somatória de ações, projetos e programas pontuais e desconexos, apesar de valorosos, pouco contribuem no enfrentamento da problemática como um todo (BIASOLI; SORRENTINO, 2018, p. 12).

Ou seja, entendendo que o Projeto Salas Verdes faz parte de uma PP de EA e visa atendê-la, o ideal é a melhoria, incentivo e destinação de verbas para que o mesmo se efetive e não a fragmentação das ações em projetos pontuais e desarticulados.

Buscamos conhecer a visão de EA do coordenador da Sala Verde de Campinas pois entendemos que esse é um dado que pode nos ajudar a compreender em qual das múltiplas abordagens e eixos da EA o trabalho na Sala está se baseando. Dito isso, acerca da visão de EA do coordenador da Sala Verde de Campinas **CO2** apresentamos os excertos a seguir:

**CO2**: *A educação das pessoas é que falta, deveria primeiro ter a educação do ser humano, ter educação como pessoas, não como segregação. Depois na educação ambiental é uma educação que você vai ensinar as pessoas a interagir com o meio ambiente, algo mais pra uma sustentabilidade, o econômico, o pessoal, o social, você pode ensinar as pessoas a coexistir, o meio ambiente você tem que aprender a cuidar dele, mas hoje está difícil, em 1970 as pessoas cuidavam melhor do meio ambiente, hoje se fala muito em meio ambiente , mas nunca vi as pessoas jogarem tanto lixo nos locais, não vi destruírem tanto.*

**CO2**: *Embora no Brasil o pessoal fale em ambiental, em questão de destruição é um dos países que eu vejo que menos destrói o meio ambiente, mas temos muita coisa pra melhorar, o saneamento, resíduo, tudo isso nós temos como melhorar. Mas pra tudo isso aí, antes da EA nós temos que ter educação de políticos, não de política, que a política é bonita, então nós temos que ter uma educação de políticos, pra usarem realmente o dinheiro pra um saneamento. O ambiental vai ter briga, hoje temos 7 bilhões de pessoas, gente né então é difícil. e agora pra 2050… 10 bi. nós vivemos numa caixa ne, literalmente, só que redonda.*

Notamos a partir dos excertos que, se por um lado o entrevistado traz a questão ambiental como tendo eixos em diversos âmbitos (social, pessoal e econômico e político), por outro apresenta também uma visão de que os problemas existentes no meio ambiente são diretamente relacionados à educação da população no sentido de civilidade, e à grande quantidade de seres humanos na Terra, uma concepção já ultrapassada dentro do campo da EA pois, ignora as relações sociais, se apoia em uma responsabilização genérica nos seres humanos de forma geral, descontextualizando-o socialmente.

É comum a abordagem da questão a partir da problemática da existência de uma superpopulação na Terra e que ela seria a causadora de todos os problemas ambientais. Esse raciocínio se baseia na ideia de que quanto menos pessoas menos consumo e extração dos “recursos naturais”, ou seja, por essa lógica malthusiana seria necessário o controle de natalidade, mas entendemos que essa é uma visão totalmente superada a partir de uma visão fragmentada e pouco fundamentada do problema, pois existem outros fatores a serem considerados que relativizam essa solução e, além disso, a questão da desigualdade de consumo gerada pelo modelo de sociedade não pode ser excluída da equação (GUIMARÃES, 2006).

**CO2** oscila, portanto, entre uma visão pragmática e comportamentalista com um viés questionador, ao citar a questão socioambiental de maneira ampla.

Essa indefinição ou convivência de retóricas, misturando expressões e ideias presentes nas diferentes tendências da EA, parece ser muito comum nos discursos encontrados em trabalhos como este da Sala Verde de Campinas, gerida por uma ONG. Conforme estudo desenvolvido por Fossaluza (2015) que estudou as ações de EA de ONGs do estado de São Paulo seus alcances e limitações, a maioria das ONGs

do estado de SP tendem a ter um viés conservador, as ações tendem a ser realizadas de maneira pontual e além disso acabam sofrendo influência das suas fontes de financiamento (FOSSALUZA, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo a análise e a avaliação do Projeto Salas Verdes, do MMA, como um projeto que implanta Centros de Informação e Formação Ambiental (espaços não formais de EA) em busca de dar efetividade aos princípios e objetivos preconizados pela PNEA, uma PP de EA. Nosso foco foi o estado de São Paulo partindo de quatro exemplos de Salas Verdes além disso, os resultados da presente pesquisa visam contribuir com o campo de pesquisa em EA e com o campo de pesquisa em PPs.

Para isso, buscamos responder às seguintes questões: Qual a abrangência do Projeto Salas Verdes no estado de São Paulo e quais características elas apresentam? Quais macrotendências de EA estão presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das quatro Salas Verdes selecionadas para o estudo? As ações desenvolvidas nas Salas Verdes investigadas estão articuladas com a proposta e objetivos do Projeto Salas Verdes pensado pelo MMA? As Salas Verdes selecionadas no estado de São Paulo atendem aos objetivos da PNEA?

Ressaltamos que os apontamentos e reflexões elaborados nessa pesquisa não tem a pretensão de serem conclusivas, mas, sobretudo, buscaram compreender como se dá o desenvolvimento do trabalho de EA nas Salas, conhecendo as visões e compreensões de EA dos envolvidos com o Projeto investigado, e o atendimento ou não aos objetivos da PNEA, além de conhecer a distribuição geográfica e abrangência das Salas. A partir de nosso referencial teórico sabemos que as PPs apresentam profunda relação com a questão social, pois visam atender, por meio de programas e projetos, às necessidades diagnosticadas, podendo gerar mudanças reais e benefícios à sociedade. Por esse motivo é importante a avaliação de PPs, e de suas ações, para que seja possível realinhar os objetivos e acompanhar os resultados. Acreditamos que esse estudo e seus resultados podem contribuir nesse sentido.

Com base nisso e considerando as quatro Salas Verdes estudadas por nós, cuja gestão é feita em cada uma por um tipo de instituição diferente, foram encontradas evidências e informações acerca de como se dá o desenvolvimento das ações de EA nos espaços. Ao analisamos os dados sob o prisma das quatro categorias que englobam os princípios e objetivos da PNEA e das macrotendências

de EA de Layrargues e Lima (2014) encontramos particularidades e similaridades, sendo possível identificar pontos fracos do Projeto proposto pelo MMA.

Primeiramente apresentamos, no quadro 7, a frequência de aparecimento de cada categoria de análise criada para esse trabalho, e que fez parte dos procedimentos de análise de dados obtidos por análise documental (PPPs) e observação direta das atividades.

**Quadro 7 - Frequência com que as categorias aparecem nas análises**

| Fonte de dados | Integração ambiente-sociedade (IAS) | Criticidade acerca do ambiental e do social (CAS) | Democratização da informação e do acesso (DIA) | EA em Integração com a ciência e a tecnologia (EACT) |
|---|---|---|---|---|
| **PPPs** | 5 | 19 | 24 | 9 |
| **Atividades** | 1 | 1 | 2 | 0 |
| **Total** | 6 | 20 | 25 | 8 |

Fonte: elaborado pela autora.

Podemos observar que a categoria **DIA** foi a mais frequentemente encontrada, o que nos leva a entender que a democratização do acesso e da informação é algo muito valorizado nas Salas Verdes estudadas aqui, atendendo significativamente aos princípios e objetivos da PNEA relacionados a essa categoria de análise (figura 8). Mas, ao mesmo tempo, a categoria **EACT**, foi poucas vezes identificada nas análises apresentadas, demonstrando baixo atendimento ao objetivo de integrar a EA com a ciência e a tecnologia, como demonstram os objetivos I e VI da PNEA.

A categoria de análise identificada como **CAS**, engloba diversos objetivos e princípios da PNEA. Muitos deles tem relação com uma visão inclusiva, pluralismo de concepções, com a transdisciplinaridade, com a valorização da cooperação entre as regiões do país e com conceitos acerca da cidadania e da democracia. Podemos observar que essa categoria também foi encontrada com certa frequência, como demonstrado e entendemos isso como um ponto positivo, pois tais ideias e concepções são essenciais para o desenvolvimento de um trabalho de EA consistente, justo, democrático e participativo.

Esclarecemos que em nenhum momento todos os princípios e objetivos que as categorias representam foram identificados nas análises ao mesmo tempo e,

consequentemente, nas Salas Verdes, sendo em alguns momentos identificadas ideias relacionadas a um ou outro princípio/objetivo.

Somente nas análises dos dados obtidos na Sala Verde REAP de Tupã, encontramos relação com a categoria **EACT**. Entendemos que a localização da Sala - em uma Universidade Pública (Unesp, no caso) - influenciou no atendimento aos objetivos e princípios da PNEA aos quais a categoria **EACT** representam, pois sabemos que as Universidades públicas são polos de produção de ciência no país, principalmente no estado de São Paulo. No entanto, salientamos que a articulação com a ciência e a tecnologia, assim como com outros tipos de conhecimento, é de extrema importância em Centros de Formação e Informação Ambiental, pois é nesses locais, por meio das formações e ações de EA oferecidas, que muitas pessoas, de diferentes faixas etárias e nível socioeconômico, obtém contato com a questão socioambiental e com a EA.

Por esse motivo mostra-se de extrema importância o oferecimento de uma EA de qualidade, integrada com a ciência e o conhecimento científico tanto do campo da EA quanto do campo da educação, assim como o conhecimento cientifico da área ambiental, pois entendemos que isso traz embasamento e fomenta o pensamento crítico do público acerca da realidade. Frisamos que não entendemos que é somente o conhecimento científico que deve ser valorizado e que o mesmo deve ser encarado como única verdade ou como absolutamente neutro pois, é importante o diálogo de saberes e a troca democrática de informações, considerando e valorizando conhecimentos tradicionais, indígenas, entre outros.

Em relação à categoria denominada **IAS**, entendemos que quanto mais se verifica sua presença nos dados, mais ampla podemos considerar a visão de EA presente na Sala Verde, pois uma integração do ambiente com a sociedade se faz cada vez mais necessária para o desenvolvimento de uma EA crítica e com maior poder de emancipação dos envolvidos, tantos os participantes quando os educadores, resultando em criticidade e na inclusão de um entendimento político das questões ambientais globais.

Visto que essa foi a categoria menos encontrada nos dados analisados aqui, entendemos que essa baixa frequência da categoria pode indicar a falta de articulação com a PNEA, com uma concepção do meio ambiente em sua totalidade e que considere a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob

o enfoque da sustentabilidade e com uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, como apontam alguns dos princípios representados pela categoria **IAS**. Também concluímos que possivelmente isso se dá pela falta de formação dos envolvidos na criação dos PPPs e no planejamento e execução das atividades oferecidas nas Salas.

Para que a visão de EA contenha os princípios agrupados pela categoria, e por consequência presentes na PNEA, é necessário vínculo com os ideais da EA crítica pois, uma EA conservadora corrobora com a manutenção do modelo vigente e está relacionada à fragmentação do conhecimento. Ou seja, uma das maneiras que entendemos que é promissora para fugir de uma EA conservadora é o entendimento da questão socioambiental em todas os seus múltiplos eixos e o questionamento do sistema socioeconômico, pois este é o real motivo dos problemas socioambientais. Assim, é necessário escapar das armadilhas de modelos explicativos simplistas para o entendimento de uma realidade que é complexa, e compreendendo que a educação é relação e se dá no processo e não, simplesmente, pela mudança comportamental de um indivíduo.

Sobre as macrotendências identificadas nos PPPs das Salas, ressaltamos que em apenas dois PPPs foi possível a realização de tal análise pois, o PPP da Sala Verde de Campinas não aborda a temática ambiental ou a EA, e o PPP da Sala Verde de São Caetano não foi disponibilizado. Em cada um dos que foram analisados identificamos uma macrotendência predominante sendo elas a Pragmática para a Sala de Rio Claro e a Crítica para a Sala de Tupã. Entendemos tal resultado como relacionado a algumas particularidades de cada Sala estudada, já apresentadas, mas que retomamos a seguir. Antes disso, queremos salientar que mais de uma macrotendência aparece no mesmo espaço/documento e compreendemos as limitações do processo de categorização e identificação das perspectivas de EA em ações, espaços ou propostas pedagógicas de EA, sendo que esse estudo não visa enquadrar a realidade em categorias, pois sabemos que isso não é possível dada a complexidade dos eventos e considerando que há uma gama de variáveis que influenciam para a identificação de tais macrotendências. A discussão em torno das macrotendências aqui foi utilizada como mais uma forma de compreender como se dá

o desenvolvimento do trabalho nas Salas, quais são as visões dos membros das equipes da questão socioambiental e em quais perspectivas se baseiam.

Sobre as particularidades encontradas temos que, a Sala de Rio Claro, gerida pelo poder público local (Secretaria do Meio Ambiente), apresenta uma visão de EA desvinculada de questionamentos ao modelo socioeconômico vigente, enfatizando ações pontuais e marcada pela responsabilização individual das problemáticas geradas ao/no meio ambiente. Um outro ponto é que, há grande foco no problema do lixo e na reciclagem, o que é apresentado como uma questão valorizada no município e como necessariamente algo que foi motivador da criação da Sala e do planejamento de suas ações. Não há evidência de formações ou capacitações por parte da gestão e da equipe da Sala, ou de aproximação com os referenciais de EA, principalmente na perspectiva crítica, inclusive sem nenhuma menção a qualquer referencial nas entrevistas ou no documento do PPP. Relacionamos essa lacuna teórica tanto com a macrotendência Pragmática identificada como perfil da Sala, quanto com os resultados obtidos em termos de atividades desenvolvidas e formas de articular o trabalho.

Compreendemos que se deve encarar a questão ambiental como uma questão ética, política e filosófica, visando escapar da crença de que todo problema ambiental (de contaminação, poluição, lixo etc.) pode ser solucionado com uma determinada técnica ou tecnologia, como por exemplo a reciclagem, o que pode ser considerada uma crença ingênua, pois não considera que toda técnica criada e empregada carrega consigo a sociedade que a criou, suas contradições e relações de poder. Os desdobramentos dessa crença se mostram nos últimos 200 anos como a urgente necessidade de se repensar a relação da humanidade com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Além disso, na Sala de Rio Claro há outra particularidade encontrada nos dados obtidos. A Sala tem como uma de suas ações os cursos do PROAMB, cujas atribuições são definidas por ideias que colocam a participação em processos decisórios, mas visando comportamentos e desenvolvimento sustentável e não uma sociedade sustentável, apesar de, em alguns pontos, usarem os termos “atitudes” o que poderia ampliar essa visão. Entretanto, não foi isso que identificamos dentre as ações que acompanhamos e nas falas dos entrevistados da equipe da Sala, sendo essa mais uma evidência de que a visão de EA adotada e a base do trabalho na Sala

de Rio Claro tende a uma perspectiva mais conservadora do que crítica. Não temos a intenção de discutir ou analisar aqui o PROAMB de Rio Claro, mas, ressaltamos que o mesmo também apresenta pontos interessantes como a valorização da cidadania e de incentivo a participação em processos de decisão política, reconhecendo que a dimensão política é essencial na EA.

Termos como “participação” e “cidadãos participativos” foram encontrados em outros momentos da análise da Sala de Rio Claro, mas fica o questionamento sobre a qual tipo de participação se referem pois, ao abordar a mesma como forma de construir uma sociedade mais sustentável, mas sem questionar o sistema capitalista, nos deparamos com uma crença difundida na sociedade de que o capitalismo poderia se tornar um sistema sustentável, e que, dentro do mesmo sistema econômico e de produção, existe a possibilidade de a sociedade como um todo ser mais “verde” e mais ambientalmente saudável, o que é uma ilusão. Uma autorregulação, visando a não violação de certos limites que seriam os sustentáveis para o uso dos chamados recursos naturais, não é possível dentro do capitalismo, pois a acumulação de capital é o que sustenta o sistema, e essa é uma lógica de expansão, sem limites (MARQUES, 2015; MARX, 1981).

Por fim, consideramos que a motivação do poder público de Rio Claro por implantar uma Sala Verde no município estar voltada para a obtenção de verba no Programa Município Verde Azul (PMVA) deve ser questionada. É interessante pensarmos sobre essa motivação, que é apresentada como uma das principais, e entendermos que é uma motivação válida, mas que deve ser considerada com cautela e criticidade, não só pela maneira com que pode criar uma competição entre os municípios, mas também por muitas vezes não haver nenhum tipo de acompanhamento por parte do PMVA sobre quais tipos de atividades estão sendo realizadas, se as mesmas estimulam ou não a criticidade dos envolvidos, se a Sala está tendo as condições adequadas para atender aos seus objetivos, entre outras questões.

Machado (2014), pondera sobre o acesso aos recursos financeiros provenientes do Programa, que apesar de ser um estímulo e considerado interessante para o trabalho dos municípios com as questões ambientais, não é o suficiente para ultrapassar os obstáculos encontrados pelas gestões locais para realizar com êxito a descentralização da gestão ambiental, pretendida pelo Programa. Os resultados da

análise de Machado (2014) revelam que o PMVA possui uma estrutura que pode levar o município envolvido a implementar com maior vigor a agenda ambiental proposta nas diretivas, mas não tem conseguido alcançar a participação efetiva dos municípios, pois a gestão ambiental pública é feita a partir de três níveis, que trabalham de maneira distinta e separada e a articulação entre os três é bastante delicada e inconstante (MACHADO, 2014).

Vale ressaltar também a necessidade de total e plena transparência do uso dos recursos financeiros que podem ser recebidos e a clareza de como é feita a pontuação aos municípios participantes do PMVA.

Na Sala Verde REAP de Tupã, consideramos como um ponto forte, além da articulação com a ciência e tecnologia já citada, a democratização do acesso e da informação que se dá de maneira significativa, principalmente em relação à ampliação do conhecimento da população do município de Tupã sobre a Universidade, um objetivo relevante e importante, visto que muitas vezes há um distanciamento entre a população e a academia, com consequências negativas, como o baixo índice de aprovação de munícipes no vestibular, entre outros. Vale ressaltar que a macrotendência identificada como predominante no PPP, documento que norteia as ações na Sala, foi a Crítica, o que indica a valorização da dimensão política no debate ambiental e o enfoque participativo e democrático tanto dentre a gestão e a equipe quanto com os participantes das ações oferecidas no local.

Relacionamos tal resultado com o fato de que foram evidenciadas em nossas análises, tanto do PPP quanto das entrevistas, as formações em EA, participação em eventos de EA (como congressos e outros tipos de encontros científicos ou não), as leituras e aporte teórico utilizados como base nas propostas, a fundamentação de um trabalho em rede, articulando não só o município de Tupã como outros da região da Alta Paulista e a parceria com um grupo de pesquisa em EA também da Unesp de Tupã.

Outra particularidade interessante da Sala de Tupã é a grande variação do número de membros da equipe vinculada à Sala Verde (que já era um projeto de extensão anteriormente a se tornar uma Sala Verde), o que consideramos que se dá tanto pela falta de reconhecimento da comunidade acadêmica dos Projetos de Extensão como um todo, quanto pela falta de verba e bolsas destinadas aos mesmos pelas agências de fomento, o que dificulta a continuidade das propostas.

Nas análises realizadas sobre a Sala Verde de Campinas, concluímos, em relação à particularidade da gestão realizada por uma ONG, que é necessário ter financiamentos pontuais, que geralmente ocorrem por empresas, e que por conta da falta dos mesmos, a Sala não pode continuar sua atividade. O PPP da Sala apresenta foco único em cursos de cultivos com técnicas de agricultura orgânica, não sendo ao menos citada a EA em seu conteúdo ou qualquer outra temática ambiental. Entendemos que houve uma falha no atendimento à proposta do Projeto que visa implantar centros de formação e informação ambiental como espaços educadores socioambientais e não para ações ou cursos pontuais, mas também consideramos que tal falha não provém apenas da gestão da Sala, e sim do MMA como idealizador e instituição gestora do Projeto Salas Verdes como um todo, e responsável pela aprovação dos PPPs para a implantação das Salas.

Finalmente, na Sala Verde de São Caetano, gerida por uma empresa Multinacional (General Motors) os pontos que nos chamaram a atenção primeiramente são a não disponibilização do PPP da Sala e a não possibilidade de entrevistarmos a equipe responsável pela gestão do local. Entendemos que o PPP, assim como o acesso à Sala Verde, deve ser público, para todos, pois, faz parte de um Programa de uma PP que visa atender às demandas da população do país. Sendo assim, a não disponibilização do mesmo vai contra os objetivos fundamentais do Projeto Salas Verdes, da PNEA e de outras PPs de EA. Além disso, a distribuição de itens com a marca da empresa gestora durante a atividade acompanhada, a todos os participantes presentes, não nos impede de concluir que existe a intenção de divulgação da marca GM, demonstrando uma relação do Capital com a EA, tal qual a presença da Sala Verde dentro de uma empresa multinacional como essa, o que também indica o não cumprimento dos fundamentos e princípios da EA prescritos pela PNEA e do próprio Projeto Salas Verdes.

Um outro ponto emblemático encontrado na Sala da GM foi o prêmio que a empresa recebeu por conta do “Hotel de Insetos” instalado no espaço da empresa, vinculado à Sala Verde. Segundo notícia vinculada pelo site Revista News, em 9 de novembro de 2019: “Três empresas da GM no Brasil receberam a Certificação Ouro do Wildlife Habitat Council (WHC), graças ao comprometimento com a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades praticadas. O WHC é uma ONG internacional que atua no engajamento e conscientização de empresas em relação à

conservação do meio ambiente e da biodiversidade, propondo projetos anuais para as organizações que pretendem tirar a certificação".

Os prêmios e certificações ambientais como esse são utilizados muitas vezes como forma de "marketing verde", dando a ideia de serem sustentáveis, mas mantendo-se dentro do sistema de produção capitalista, quando sabemos que as duas coisas não são compatíveis.

Encontramos, nessa sala, o exemplo concreto da apropriação privada do que deveria ser público, o que demonstra a falta de compromisso dos gestores e da mantenedora com o que é público e uma distorção do entendimento do próprio conceito de PP, do Projeto e da PNEA.

Em relação ao Projeto Salas Verdes como um todo, a partir dos casos apresentados aqui, concluímos a existência de alguns pontos fracos na elaboração e implementação do mesmo, que são apresentados a seguir:

1) **Falta de critérios para aprovação dos PPPs:** O Projeto estabelece em seus editais – e no Manual do MMA chamado "Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes" (2005) - os pontos que o documento do PPP, sendo eles: Identificação do projeto; Histórico e justificativa; Objetivos gerais e específicos; Programação de ações e metas; Metodologia; Mapeamento e identificação dos recursos; Cronograma de atividades; Estratégias de monitoramento e avaliação; Bibliografia. Dito isso, afirmamos que, dentre os documentos analisados aqui, encontramos PPPs que não possuem os pontos apresentados, mas que mesmo assim foram aprovados, indicando a falta de critérios do MMA para com a aprovação dos PPPs e chancela das Salas. Como exemplo, temos a Sala Verde de Campinas, gerida por uma ONG.

O edital do Projeto (2017) também aponta que os Parâmetros metodológicos e pedagógicos utilizados são: Implementação de atividades que estimulam a reflexão, o diálogo, a participação, a organização social, a ação coletiva, a mobilização e a realização de intervenções socioambientais; Permanência e continuidade dos processos educacionais; Metodologia para o monitoramento e avaliação sistemática das atividades, com a identificação de falhas e pontos de melhoria, bem como de replanejamento de procedimentos, incluindo a identificação de indicadores de aprimoramento; Adequação entre objetivos, conteúdos e proposta pedagógica do

projeto. Tais parâmetros também não foram explicitados no PPP apresentado pela ONG de Campinas e houve falhas em alguns desses tópicos nos PPPs de Rio Claro e Tupã. Além disso, não há evidência de que haja acompanhamento dos espaços e das ações desenvolvidas por parte do MMA, pois nenhuma das Salas relatou qualquer tipo de prestação de contas, visitas de acompanhamento ou apoio técnico (tais ações seriam função das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SEMAs), como demonstrado na figura 3). Entendemos que isso poderia ser sanado com o Relatório Anual, que não é cobrado e, portanto, não é considerado obrigatório pelos gestores das Salas, implicando que a maioria não envia, como divulgado no site Portal Salas Verdes e demonstrado na figura 10.

Consideramos também que a falta de critérios e de direcionamentos mais claros pode ter influenciado na falta de fundamentação teórica encontradas nos três PPPs analisados aqui. Por isso, pontuamos que a seleção dos PPPs a serem aprovados nos Editais deveria ser mais criteriosa, selecionando aqueles que realmente cumprem todos objetivos e requisitos do Projeto idealizado pelo MMA.

Observamos que a gestão se transforma completamente conforme a instituição que implanta e gere a sala, os propósitos são diversos, de acordo com o grupo e o local e sem o acompanhamento adequado isso pode significar um distanciamento cada vez maior dos objetivos do Projeto, da PNEA e até um movimento de privação do acesso ao que deveria ser público, como observado por exemplo na Sala de São Caetano do Sul, da empresa GM.

2) **Falta de orçamento e disponibilização de verbas**: Somente a aprovação de uma lei não é suficiente para atingir os objetivos explicitados na mesma. Além da criação do Projeto, é necessário que se garanta a dotação orçamentária para o cumprimento de qualquer ação planejada, se o objetivo é o êxito da implantação e efetividade da lei. Isso foi observado em todas as Salas e apontado como uma dificuldade encontrada no desenvolvimento das propostas. Consideramos então que esse é um ponto importante de mudança no Projeto Salas Verdes para incluir a destinação de verba para as Salas como forma de garantir a sua efetividade.

A falta de recursos financeiros influenciou diretamente na forma de gestão da Sala de Rio Claro por exemplo, que precisou da doação de verba pessoal do gestor do local para realizar algumas das atividades, que se mostra firmemente

comprometido com a continuidade e a qualidade das propostas, assim como da melhoria do espaço físico da Sala. Ressaltamos com isso a força de vontade e valorização do espaço por parte da gestão que mesmo com as fragilidades do Projeto, e todas as dificuldades a Sala funciona e desenvolve atividades com frequência, inclusive durante o período de pandemia de Covid-19, quando as mesmas têm ocorrido de maneira remota.

3) **Falta de apoio técnico e pedagógico e processo formativo**: Sabemos da existência de alguns cursos voltados para a área ambiental ou com direcionamentos aos gestores das Salas e dicas de desenvolvimento de atividades para públicos específicos, mas, também sabemos que os mesmos não são oferecidos de maneira consistente ou cobrados das equipes gestoras das Salas como exigência para a continuidade. A falta de um processo formativo se reflete em problemas para o cumprimento dos objetivos do Projeto e da PNEA. Para o oferecimento de uma EA que escape de uma perspectiva simplista e reduzida é necessária a formação e capacitação dos envolvidos, para que haja subsídios e argumentos para a reflexão e para que se desenvolva uma concepção de educação que se realiza no movimento de transformação do indivíduo como resultado de um processo, e não apenas da mudança comportamental dos indivíduos (GUIMARÃES, 2004). Concluímos então que, não há o cumprimento da função da SEMA do estado de SP no que diz respeito à sua função, explicitada na figura 3, de coordenação das ações relacionadas às Salas, incluindo apoio pedagógico, monitoramento e avaliação das atividades promovidas pelas Salas.

Outros pontos divulgados como ações que caberiam ao MMA e que não foram identificados durante o desenvolvimento deste trabalho foram: Promoção de integração das Salas Verdes com os demais Programas e Projetos do Departamento de Documentação da Secretaria Nacional de Ecoturismo (coordenador) e de outros Ministérios com trabalhos afins; Diálogo com potenciais parceiros com o intuito de articular iniciativas e potencializar as ações das Salas Verdes; Realização de encontros estaduais, regionais e municipais das Salas, para troca de experiencias e aprimoramento de suas atuações; Realização de iniciativas de EA no âmbito das Salas Verdes.

4) **Falta de atendimento ao estado de SP como um todo (abrangência):** Observamos a falta de Salas em algumas regiões do estado de SP, o que pode significar um déficit na divulgação do Projeto ou a falta de interesse das instituições públicas ou privadas de tais regiões na participação e implantação de Salas, inclusive pela falta de aporte financeiro.

Entendemos que o Projeto Salas Verdes é relevante e, uma vez que sejam feitas adequações por parte do MMA, tem potencial para propagar conhecimentos e ações de EA na perspectiva crítica, transformadora e emancipatória que defendemos.

Por fim, queremos pontuar o momento de desmonte de políticas ambientais e educacionais vivenciado atualmente, e realizado pelo governo Bolsonaro 2018-2022. Dentre as ações realizadas pelo atual presidente estão: Extinção da secretaria de mudanças climáticas e florestas do MMA; Extinção da subsecretaria geral de meio ambiente, energia e ciência e tecnologia do Ministério das Relações exteriores; Transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura; Transferência da Agencia Nacional de Água do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional; Redução de 96 para 23 o número de conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Militarização da diretoria e de chefias regionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Exoneração e substituição lenta e incompleta dos 27 superintendentes do Ibama; Extinção do comitê orientador do Fundo Amazônia; Sucessivas associações negativas do Presidente da República contra o trabalho dos fiscais do IBAMA e do ICMBio inibindo a fiscalização; desconsideração, desconfiança e descrédito de programas de instituições de pesquisa ambiental, como sistemas de monitoramento de florestas Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (TUFFANI, Folha de S. Paulo, 2019).

Além dos cortes orçamentários nas Universidades, institutos Federais e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do ataque à pesquisa, por exemplo, por meio da suspensão do edital de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (já aprovado em 2018) que envolvia 2516 bolsas de várias modalidades. A Capes teve mais de 4.798 bolsas de pesquisa cortadas (TORRES, 2020).

Tais fatos apenas corroboram a importância do fortalecimento de Políticas Públicas de qualidade e consistência, e o questionamento ao sistema socioeconômico e político que sugere a EA crítica, transformadora e emancipatória que defendemos.

*A grande crise não é ecológica, é política*

José Mujica

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.). Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, p. 18-31, 1992.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI. Revista Brasileira de estudos de população, v. 32, n. 3, p. 587-598, 2015.

AMARAL, Anelize Queiroz. Educação ambiental e a dimensão política: um estudo de caso do programa de formação de educadores ambientais da usina hidroelétrica Itaipu Binacional. 2017.

ANDRADE, Daniel Fonseca de; SORRENTINO, Marcos. Aproximando educadores ambientais de políticas públicas. 2013.

ARENDT, H. O que é política? 6 ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

ARNALDO, Maria Aparecida. Políticas públicas de educação ambiental: as escolas de ensino fundamental I do município de Rio Claro – SP como espaço de mediação - Rio Claro- SP, 2016.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 6, 2002.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Autores Associados, 1997.

BARBIERI, J. C. Políticas públicas ambientais. In: Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARCELOS, Valdo. Mentiras" que parecem "Verdades". (Re) pensando a Educação Ambiental no cotidiano da escola. A Educação Ambiental na escola: abordagens conceituais. Erechim: EDIFAPES, p. 81-90, 2003.

BATISTA, Maria. Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. Reunião Anual da Anped, v. 28, p. 13, 2005.

BATTAINI, Vivian; SORRENTINO, Marcos. Desafios de políticas públicas estruturantes de educação ambiental em Fernando de Noronha-Pe. AmbientalMente

sustentable: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental, n. 25, p. 155-170, 2018.

BATTAINI, Vivian; SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental local e global: políticas públicas e participação social em fernando de noronha. Pedagogia Social, n. 36, 2020.

BERTOLUCCI, Daniela; MACHADO, Júlia; SANTANA, Luiz Carlos. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 15, 2005.

BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos. Dimensões das Políticas Públicas de educação Ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. 21, p. 1-18, 2018.

BIGLIARDI, Rossane Vinhas; CRUZ, Ricardo Gauterio. O papel da educação ambiental frente à crise civilizatória atual. **Ambiente & educação**, v. 12, n. 1, p. 127-137, 2007.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Unesp, 2004.

BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 225, Cap. VI do Meio Ambiente. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_225_.asp> Acesso em 30/07/2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Política Nacional de Educação Ambiental Brasília. DF, 1999. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321. Acesso em 23/06/2018.

BRASIL. Instrução normativa N.º 007, de 17 de MAIO de 1999. MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Departamento da Educação Ambiental. Projeto Salas Verdes. 2002. Brasília. DF. Disponível em:< http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes> Acesso em 30/07/2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Programa Nacional da Educação Ambiental- PRONEA. 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, 15 de junho de 2012. Brasília. DF, 2012. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>Acesso em 30/07/2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2016, noticia site oficial. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/noticia-acom-2016-12-2060. Acesso em: 30/04/2021

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 4ª versão, Ensino médio. Brasília: MEC, 2018.

BRITTO, Leila M. G. Educação Ambiental e Participação como Construção: A inserção do Projeto Sala Verde na Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2016.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente: Nosso futuro Comum. FGV, Rio de Janeiro, RJ - 1991.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. Educação teoria e prática, Rio Claro, v.9 n 1617, 2001.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. C. M. et al. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 13-24, 2004.

CARVALHO, L. M. A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. IN CINQUETTI, H. S; LOGAREZZI, A. Consumo e Resíduos - Fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos, EdUFSCar, p 19-41, 2006.

CARVALHO, Luiz Marcelo. Políticas públicas em educação ambiental no contexto da Conferência Nacional de Educação: CONAE 2010. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. especial, 2010.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. Metodologia científica, v. 6, 2007.

COIMBRA, Fredston Gonçalves; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. A educação ambiental não formal em unidades de conservação: a experiência do Parque Municipal Vitório Siquierolli. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em ciências. 2005.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício. UNESP, 2007.

CHÁVEZ, José Carlos Mendieta; MATHEUS, Carlos Eduardo. Educação ambiental e políticas públicas. Revista Biociências, v. 10, 2004.

CRISÓSTOMO, Adinei Almeida. ALVES, Luanne Jacielle da Silva. Políticas públicas x desigualdades, pobreza e exclusão: um olhar sobre as políticas públicas e as desigualdades sociais no Brasil, conceitos e características. In: EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Año 18 - Nº 180. 2013

DYE, Thomas R.; DYE, Thomas R. Understanding public policy. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, p. 99-128, 2009.

ESTEVAM, F. H. C.; PESTANA, G. S.; LEAL, T. R. Ambientalismo: uma perspectiva histórica. UFPE. Recife, 2008.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: Antinomias de um conceito. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 21, n. 2, p. 246-260, 13 dez. 2002.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. São Paulo: Revista Fundação João Pinheiro. P.108-129. 1986.

FOSSALUZA, André Santachiara. As ações em Educação Ambiental realizadas por Organizações Não-Governamentais no Estado de São Paulo: alcances e limitações. Unesp, Bauru, 2015.

FRACALANZA, Hilário et al. A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em foco**, v. 1, n. 1, 2008.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, n. 61, 2002.

GOHN, M. da Glória. Educação não-formal: cultura política. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. A Dimensão Ambiental Na Educação. Campinas, SP: Papirus. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. 1995.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da educação ambiental. Papirus editora, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Papirus Editora, 2020.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa. Edições Loyola, 2003.

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOUAISS. Dicionário da língua portuguesa. Houaiss, 2009. (versão eletrônica).

IGLESIAS, María Elinor Dulzaides; GÓMEZ, Ana María Molina. Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso. ACIMED, Ciudad de La Habana, v. 12, n. 2, p. 1-5, mar./abr. 2004.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa, n. 118, p. 189-206, 2003.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JÚNIOR, Francisco Jácome Gurgel et al. Sala Verde Paraíba do Sul: avanços e perspectivas. Revista Práxis, v. 9, n. 17, p. 85-93, 2017.

KNABBEN, Virgínia Mendonça. A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 459-476, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. Atlas. São Paulo, 2003.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação; In: QUINTAS, J.S (Org) pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2a ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 1, 2014.

LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental nas sociedades capitalistas. NUEVAMÉRICA (BUENOS AIRES), v. 157, p. 24-30, 2018.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. Educação & Realidade, Porto Alegre, 34 (3): 17-24. set/dez. 2009.

LIMA, G. F. C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.2, 1999.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 85-111, 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, v. 35, p. 145-163, 2009

LIMA, João Silva. Pólis e Politeía em Aristóteles: Estudo sobre a ética da cidadania na Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

LIMA, G. F. da C. Educação ambiental: formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2011.

LIMONT, Marcelo. Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LOOSE, Eloisa Beling et al. A formação do educador ambiental em debate: uma perspectiva interdisciplinar sobre o perfil deste profissional. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 9, n. 2, p. 98-113, 2014.

LOPES, Luciano Motta Nunes. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. Sinapse Múltipla, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Ambiente & Sociedade, v. 11, n. 2, 2008.

LUCCAS, Marinete Belluzzo; BIANCHINI BONOTTO, Dalva Maria. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 12, n. 2, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1986.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Califórnia.: Goodyear. 1980.

MACHADO, Lílian Fernandes. Contribuições para a análise da efetividade do Programa Município Verde-azul no âmbito da gestão ambiental paulista. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2014.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHLIPPI JR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade, v. 17, p. 7-20, 2008.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158,1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas,1990.

MARQUES, Luiz C. Capitalismo e colapso ambiental. Editora Unicamp, 2015.

MARX, Karl. A origem do capital. 3ª ed. São Paulo, 1981.

MEYER, Mónica. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. Em aberto, v. 10, n. 49, 1991.

MONTEIRO, E.; SACRAMENTO, L. Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos. Anais. Universidad del Litoral: Argentina, 2010.

MORALES, Angelica Gois; BERNARDO, Cristiane Hengler Correa; SCIENZA, Roberto Corrêa. Análise da identidade visual do Programa Olhar Ambiental: uma interface entre comunicação e meio ambiente. Revista Comunicação Midiática, v. 9, n. 1, p. 134-156, 2014.

ONU MEIO AMBIENTE. “Environmental Rule of Law: First Global Report.” Nairobi, janeiro, 2019.

OLIVEIRA, E. M. Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental. IBAMA. Brasília, 2003.

PEREIRA, Luís Flávio; CRUZ, Gabriela de Barros; GUIMARÃES, Ricardo Morato Fiúza. Impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Brumadinho, Brasil: uma

análise baseada nas mudanças de cobertura da terra. Journal of Environmental Analysis and Progress, p. 122-129, 2019.

PEREZ, José Roberto R. Diagnóstico da Educação Básica na Região Metropolitana de Campinas. Observatório Metropolitano, indicadores da RMC. Campinas, 2010

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização- 4ºed- Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des) caminhos do meio ambiente. Editora contexto, 1989.

Programa forma novos agentes ambientais. Imprensa Rio Claro. 28 de setembro de 2018. Disponível em:< https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?p=48518>. Acesso em: 20/08/2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: maio de 2020.

PRÍNCEPE, Lisandra Marisa; DIAMENTE, Juliana. Desmistificando a educação não-formal. Qualis Sumaré-Revista Acadêmica Eletrônica, v. 6, n. 2, 2016.
REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. Brasiliense, 2017.

QUINTAS, J.S e GUALDA, M.J. A formação do educador para atuar no processo de Gestão Ambiental. Brasília: Edições IBAMA.1995

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v. 156, p. 113-140, 2004.

REIS, Luiz Carlos Lima dos; SEMÊDO, Luzia Teixeira de Azevedo Soares; GOMES, Rosana Canuto. Conscientização ambiental: da educação formal a não formal. Revista Fluminense de extensão universitária, v. 2, n. 1, p. 47-60, 2012.

RIO CLARO. Lei municipal nº 4.964, de 13 de maio de 2016. Institui o Programa Agentes Ambientais na rede pública de ensino do município de rio claro e dá outras providências. Rio Claro, Câmara municipal. Disponível em: <https://rioclaro.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20164964&NroLei=4.964&Word=&Word2=>. Acesso em: 23/03/2021.

ROCHA, N.; MACHADO, H. F. A prática da Educação Ambiental através do Projeto Sala Verde. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 6, n. 4, 12 fev. 2020.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. Educação & Sociedade, v. 22, n. 76, p. 232-257, 2001

RODRIGUES, M. M. A. Políticas públicas. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; RANGEL, Mary. A formação de educadores ambientais críticos: concepções e práticas. **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 1, p. 107-117, 2014.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SANTANA, Luiz Carlos. Pesquisa em educação ambiental e políticas públicas: apontamentos e memória de um processo. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 9, n. 1, p. 156-168, 2014.

SÃO PAULO, Coordenadoria de Educação Ambiental- Secretaria do Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento – Documentos oficiais, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.ambiente.sp.gov.br/cea/1994/08/11/educacao-ambiental-e-desenvolvimento-documentos-oficiais/>. Acesso em: 08/11/2018.

SÃO PAULO. Secretaria de infraestrutura e meio ambiente. Relatório de qualidade ambiental 2019. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/2020/05/relatorios-de-qualidade-ambiental-2019/. Acesso em: julho de 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental, São Paulo - SP, 2007. Disponível em:< https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html.>. Acesso em: dezembro de 2019.

SEADE. GeoSEADE. Mapa índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: < https://portalgeo.seade.gov.br/i3geo/interface/osm.htm>. Acesso em: maio de 2020.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos. Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2010.

SILVA, Fábio Deboni da. Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação ambiental e a salas verdes. Manual de Orientação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente do Brasil/Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SILVA, Maria das graças e. Capitalismo contemporâneo e questão ambiental: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do serviço social/ Maria das Graças e Silva. Tese (Doutorado) UFPE. Recife, 2008.

SILVA, Antônio João Hocayen da. Metodologia de pesquisa: conceitos gerais. Unicentro, Paraná, 2014.

SORRENTINO, Marcos. Vinte anos de Tbilisi, cinco anos da Rio 92. A Educação Ambiental no Brasil. “Debates Sócio Ambientais”. Equipe de Meio Ambiente e Cidadania do Cedec, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ano II -N°7, 1997.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. Educação e pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45. 2006.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, 2000.

TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. 2020.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, ED. Atlas S.A – 1987.

TUFANNI, M. Setembro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/veja-10-acoes-do-governo bolsonaro-no-desmonte-da-politica-ambiental.shtml.> Acesso em 30/04/2021

VASCONCELOS, Cibele Dziekaniak; ARIZA, Leidy Gabriela Ariza; FREITAS, José Vicente. Formação de educadoras (es) ambientais no Brasil: Salas Verdes como estruturas educadoras. Tecné, Episteme y Didaxis: TED, 2016.

WASSENER, Bettina. Raising awareness of plastic waste. New York Times, v. 14, 2011.

WEISS, Carol H. How can theory-based evaluation make greater headway? Evaluation Review, 21(4). pp. 501-524, 1997.

# APÊNDICE A - **Roteiros Entrevistas**

## **Roteiro entrevista Funcionários Sala Verde**:

1- Você está envolvido desde o surgimento da Sala Verde?

2- Quais as estratégias utilizadas para o desenvolvimento do trabalho de educação ambiental na Sala Verde? E o dia a dia? Como se organiza? Quais suas responsabilidades no trabalho da Sala Verde?

3- Pode dar exemplos de atividades e projetos já desenvolvidos ou em desenvolvimento na Sala Verde?

4- Utilizam algum material didático ou livro como referência para o desenvolvimento das atividades?

5- Qual tipo de atividade você acredita que apresenta melhores resultados e tem melhor aceitação do público?

6- Há alguma dificuldade em conseguir atingir os objetivos descritos no PPP com o trabalho realizado na Sala Verde?

7- O que é educação ambiental para você?

## **Roteiro entrevista Coordenador Sala Verde**:

1 - Conte sobre o surgimento deste Projeto Salas Verdes (quando, quem se envolveu, quem elaborou o PPP, quais as referências para a elaboração...)

2- Está envolvido desde o início?

3- Quais as estratégias usadas pela gestão para o desenvolvimento do trabalho de educação ambiental na Sala Verde? E o dia a dia? Como se organiza?

4- Pode dar exemplos de atividades e projetos já desenvolvidos ou em desenvolvimento na Sala Verde?

5- Utilizam algum material didático ou livro como referência para o desenvolvimento das atividades?

6- Qual o tipo de público mais frequente na sala verde? São feitos registros sobre essa frequência?

7- Há alguma dificuldade em conseguir atingir os objetivos descritos no PPP com o trabalho realizado na Sala Verde?

8- Já desenvolveram relatório de final de ano/ balanço das atividades? Os documentos estão disponíveis para consulta pública?

9- O que é educação ambiental para você?

# ANEXO 1 – Troca de e-mail com o MMA

**Duvidas - Pesquisa Salas Verdes**

**Sala Verde** <salaverde@mma.gov.br> 11 de março de 2020 16:24
Para: Fernanda Nogueira Lopes <feernanda.nl@gmail.com>

Prezada Fernanda,

Conforme o Manual o Projeto Salas Verdes, até 2018, o antigo Departamento de Educação Ambiental solicitava o relatório anual de atividades, por meio de envio de formulário online, no início de cada ano, referente às atividades realizadas no ano anterior.

A partir de 2019, deixamos de enviar o formulário online, pois iniciou-se o desenvolvimento de sistema para gestão do Projeto Salas Verdes, por meio do qual os coordenadores poderão atualizar dados; propor Salas Verdes, por ocasião de novas chamadas; receber informes, notícias e dados estatísticos do Projeto; dentre outras funcionalidades; além de preencher e enviar os relatórios anuais.

Assim, respondendo a suas questões:

1. Algumas salas verdes não enviam o relatório anual, como demonstrado no mapa interativo. O que é feito com esta questão?

Não há cobrança de envio do relatório, apesar disso, várias Salas Verdes ativas estão enviando espontaneamente os relatórios, mas essa informação não está nos dados do Portal.

2. As salas que não enviam o relatório recebem alguma notificação?

As Salas Verdes não estão sendo notificadas pelo não envio do relatório.

3. O relatório é obrigatório?

O relatório, em tese, seria obrigatório, mas não há penalidade pelo não envio.

4. Há um acompanhamento destas?

A partir das informações contidas nos relatórios, a equipe responsável pelo acompanhamento do Projeto Salas Verdes, fazia uma avaliação com o intuito de qualificar as intervenções e fortalecer esses espaços. Também com base nessas informações se elaborava e ainda se elabora informes para divulgação em canais, como o Portal, o Grupo do Facebook e o e-mail do Projeto. Com o sistema, será possível monitorar e obter dados estatísticos da situação das Salas Verdes.





5. Vocês sabem por que a maioria não responde o relatório?

Provavelmente, porque não há penalidade pelo não envio. E também é possível que com mudanças administrativas, na coordenação das Salas, não se providencia a elaboração do relatório. Ou ainda, a Sala Verde não está ativa. Com o sistema esperamos ter mais controle sobre isso.

6. Os dados presentes atualmente no site, como o número de salas que respondem e não respondem ao relatório estão atualizados?

A última atualização foi feita antes do lançamento do Portal, e serão atualizados a partir da finalização do desenvolvimento do sistema de gestão do Projeto Salas Verdes.

7. Uma outra dúvida gira em torno dos números de salas verdes de SP, nota-se uma inconsistência entre dados apresentados na tabela e no mapa interativo do mesmo Portal das Salas Verdes do MMA, onde a tabela mostra 104 salas verdes na Unidade Federativa de SP e o mapa interativo mostram 84. Qual seria o motivo desta diferença?

Essa diferença se deve ao fato de que os municípios podem ter mais de uma Sala Verde. Então, há 84 municípios com 104 salas verdes no Estado de São Paulo. Cada um destes municípios pode apresentar mais de uma Sala Verde, como é o caso do município de São Paulo que possui oito Salas Verdes cadastradas. Clicando no mapa o ponto do município, é possível verificar o número de salas verdes em cada município.

Esperamos ter dirimido suas dúvidas e estamos à disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente,

***Projeto Salas Verdes***

Departamento de Documentação
Secretaria de Ecoturismo
Ministério do Meio Ambiente
Fone:(61) 2028-1207
www.salasverdes.mma.gov.br

---

**De:** Fernanda Nogueira Lopes <feernanda.nl@gmail.com>
**Enviado:** segunda-feira, 9 de março de 2020 20:19:19
**Para:** Sala Verde
**Assunto:** Duvidas - Pesquisa Salas Verdes

**ANEXO 2** - Noticias Sala Verde Rio Claro










‘